UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - MESTRADO

JORGE NEY VALOIS RIOS FILHO

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA CIDADE DO AGRONEGÓCIO DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES (BA)

Salvador

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - MESTRADO

JORGE NEY VALOIS RIOS FILHO

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA CIDADE DO AGRONEGÓCIO DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES (BA)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia – UFBA, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Gilberto Corso Pereira

Coorientador: Prof. Dr. Wendel Henrique

Salvador

2012

R586 Rios Filho, Jorge Ney Valois
Segregação socioespacial na cidade do agronegócio de Luís Eduardo Magalhães (BA) / Jorge Ney Valois Rios Filho. - Salvador, 2012.
208f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Gilberto Corso Pereira.
Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2012.

1. Geografia urbana – Luis Eduardo Magalhães (BA). 2. Segregação. 3. Agronegócios. 4. Expansão urbana. 5. Urbanização. I. Pereira, Gilberto Corso. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências. III. Título.

CDU: 911.375.4 (813.8)

Elaborada pela Biblioteca do Instituto de Geociências da UFBA.

TERMO DE APROVAÇÃO

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA CIDADE DO AGRONEGÓCIO DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES (BA).

JORGE NEY VALOIS RIOS FILHO

BANCA EXAMINADORA

Dr. Gilberto Corso Pereira
Doutor em Geografia
Departamento de Criação e Representação Gráfica, UFBA, Brasil.

Dr. Wendel Henrique
Doutor em Geografia
Departamento de Geografia, UFBA, Brasil.

Dr. Nelson Baltrusis
Doutor em Arquitetura e Urbanismo
Departamento de Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, UCSAL, Brasil.

Aprovado em Sessão Pública de 10/07/2012.

AGRADECIMENTOS

Manifesto meus agradecimentos aos que contribuíram para o andamento da pesquisa que deu origem nesta dissertação.

A CAPES, pelo importante auxílio da bolsa de Mestrado.

Ao meu orientador, Gilberto Corso Pereira, pela amizade e confiança depositada em meu trabalho, pela compreensão e atenção que me foram dispensadas, sempre que solicitado.

Ao professor Wendel Henrique, pela amizade e a maneira gentil que me acolheu em seu grupo de estudos, Citeplan. Além da ajuda e orientações sempre que solicitado.

Aos colegas do LCAD, Alan Souza Mascarenhas e Heibe Santana da Silva, pela amizade e ajuda incondicional na dura tarefa de elaboração da base cartográfica deste trabalho.

Ao professor Antônio Muniz dos Santos Filho, pela amizade, satisfação e orgulho que sempre demonstrou ao se referir a mim como seu aluno. E, acima de tudo, por me iniciar nesta árdua, mas prazerosa tarefa de pesquisar.

Aos colegas do Citeplan, Shanti, Elissandro, Rodrigo, Adriana, Lívia, Hiram, Lucas, Rainer e Mayara, pelos momentos sempre agradáveis de estudo e descontração.

Ao amigo Célio José por me acompanhar nesta jornada, desde a graduação, sempre me incentivando a seguir em frente.

Aos meus pais, Jorge e Elizete, à minha irmã, Daniele, à minha sogra, D. Rege, ao amigo Gustavi, pelo carinho e apoio incondicional que sempre depositaram em mim.

À minha esposa Silvia Catarina, a quem palavras não explicam o quanto lhe sou grato, pelo companheirismo, paciência, amor, enfim... por tudo.

A meu filho Jorginho, simplesmente, por existir.

A Deus, por tudo.

RESUMO

Nesta pesquisa entendemos que o conceito de segregação socioespacial é muito mais do que uma mera espacialização de grupos sociais sobre o espaço intraurbano de uma cidade. Ele pode ser entendido enquanto categoria de análise espacial e sua aplicabilidade revela e/ ou reflete elementos importantes da estrutura urbana de uma determinada formação econômica e social (F.E.S). Caracterizamos este conceito enquanto conceito flexível, de modo que seu significado e aplicabilidade possuam diferenciações significativas no que concerne à concepção teórica que norteia a pesquisa e a abordagem metodológica adotada pelo pesquisador. No entanto, defendemos que o contexto histórico e geográfico de formação do espaço urbano e a dimensão espacial do recorte geográfico analisado são os principais elementos que promovem esta variação no conceito. No Brasil, a análise sobre a segregação privilegia estudos sobre as metrópoles. Sendo que tanto as abordagens metodológicas, quanto os padrões de segregação são produzidos com base nesse recorte espacial. Assim, esta pesquisa analisou a produção da segregação socioespacial em Luís Eduardo Magalhães, pequena cidade do agronegócio, com o objetivo de fazer um comparativo de seu conteúdo qualitativo com os padrões de segregação socioespacial produzidos nas metrópoles brasileiras. Concluímos que o tamanho do recorte espacial (cidade pequena) e o contexto de produção do espaço urbano dessa cidade produziram elementos suficientes para promover particularidades no processo de segregação em relação à metrópole. Inclusive, identificando uma dimensão simbólica (divisão cultural, a partir da origem do fluxo migratório dos moradores da cidade), como um aspecto que deve ser melhor avaliado na análise da segregação socioespacial no país.

Palavras-chaves: segregação socioespacial; contexto histórico e geográfico; cidade do agronegócio.

ABSTRACT

In this research, we understand that the concept of socio spatial segregation is much more than just a mere distribution of social groups upon an intra urban space of a city. It can be understood as a category of spatial analysis, and its applicability reveals or reflects important elements of the urban structure of a certain social and economic formation. (S.E.F). We characterized this concept as being flexible, so that its sense and its applicability have meaningful differentiation related to the theoretical concept that orientates the research and the methodological approach adopted by the researcher. Nevertheless, we defend that the geographical and historical context of the urban spatial formation and the spatial dimension of the geographical constraint that were analyzed are the main elements promoting this variation of the concept. In Brazil, the analysis of the segregation privileges studies about capital cities. The methodological approaches and the segregation patterns are produced based on this spatial constraint. This research analyzed the production of the social spatial segregation in the town of the agribusiness called Luis Eduardo Magalhães, with the purpose of comparing its qualitative content with the patterns of social spatial segregation produced in Brazilian capital cities. We concluded that the size of the spatial constraint (of the town) and the production context of the urban space of this town have made enough elements to promote particularities of the segregation process in relation to the capital cities. Furthermore, it was identified a symbolic dimension (cultural division from the migratory inflow of the residents of the town) as an aspect that must be better evaluated in the analysis of the social spatial segregation of the country.

Key words: social spatial segregation, geographic and historical context, town of the agribusiness.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Região Oeste do Estado da Bahia, município de Luís Eduardo Magalhães (Área do PDRS – Oeste).....19

Figura 02: Imagem aérea de Luís Eduardo Magalhães, 2010..... 20

Figura 03: Localização dos estabelecimentos de consumo produtivo para a agricultura..... 89

Figura 04: Localização dos estabelecimentos de consumo produtivo de fluxos: escritórios de fazenda, corretores agrícolas e tradings.....92

Figura 05: Localização das instituições financeiras públicas e privadas e órgãos e repartições públicas.....93

Figura 06: Localização de escritórios de advocacia, de contabilidade e de administração.....94

Figura 07: Localização das transportadoras.....95

Figura 08: Localização dos estabelecimentos de consumo consumptivo básico.....98

Figura 09: Localização dos estabelecimentos de consumo consumptivo não-básico.....99

Figura 10: Localização dos serviços essenciais: saúde, educação e segurança.....101

Figura 11: Localização dos estabelecimentos de consumo: setor imobiliário.....103

Figura 12: Localização dos condomínios verticais e horizontais.....105

Figura 13: Localização das áreas residenciais de LEM.....109

Figura 14: Tipologia: características das áreas residenciais por renda.....112

Figura 15: Tipo 01: Áreas residenciais de baixa renda.....113

Figura 16: Bairro Santa Cruz: distribuição dos estabelecimentos de consumo.....115

Figura 17: Mimoso II: estabelecimentos de consumo.....117

Figura 18: Tipo 02: áreas de baixa renda e classe média baixa.....118

Figura 19: Jardim das Acácias: distribuição dos tipos de áreas residenciais por setor censitário.....120

Figura 20: Bairro Jardim das Acácias: estabelecimentos de consumo.....121

Figura 21: Setor M3: estabelecimentos de consumo.....1

Figura 22: Área do loteamento Setor M3, 26/06/2007.....123

Figura 23: Tipo 03: áreas residenciais de classe média baixa e classe média alta.....124

Figura 24: Mimoso I: Localização dos estabelecimentos de Consumo.....127

Figura 25: Jardim Imperial: Localização dos estabelecimentos de consumo.....128

Figura 26: Loteamentos Vereda Tropical e Tropical Ville: Estabelecimentos de consumo.....129

Figura 27: Florais Lea: Estabelecimentos de consumo.....130

Figura 28: Cidade Universitária: Estabelecimentos de consumo.....131

Figura 29: Áreas residenciais de classe média alta e alto padrão.....132

Figura 30: Mimoso Central: Estabelecimentos de consumo.....133

Figura 31: Jardim Paraíso: Estabelecimentos de consumo.....135

Figura 32: Clube Rio das Pedras, Jardim Paraíso, 2010 e 2011.....138

Figura 33: Jardim Paraíso, Área de concentração de pessoas que ganham acima de 10 SM.....138

Figura 34: Condomínio Cachoeira do Redondo..... 163

Figura 35: Condomínio Campos Elíseos.....164

Figura 36: Condomínio Ilha Bella.....165

Figura 37: Condomínio Pedra do Sonho.....166

Figura 38: Planta do Complexo Residencial Pedra do Sonho.....169

Figura 39: Portão de entrada do condomínio Rio das Pedras.....173

Figura 40: Muro frontal do condomínio Rio das Pedras.....173

Figuras 41: Representam a continuidade do mesmo muro lateral do condomínio Rio das Pedras.....174

Figuras 42: Representam a continuidade do mesmo muro lateral do condomínio Rio das Pedras.....17

Figura 43: Os condomínios horizontais vistos de cima, 2010.....174

Figura 44: Casa de R$ 1.200.000,00 Condomínio Pedra do Sonho.....176

Figura 45: Localização do Conjunto Habitacional para pessoas de baixa renda contido no Plano Estratégico I do PDDU.....191

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Municípios baianos com maior quantidade de domicílios tipo: casa de vila ou em condomínio, em 2010.....21

Tabela 02: População urbana das cidades médias baianas – 1970-2000.....67

Tabela 03: 20 municípios com maiores PIB da Bahia em 2008.....70

Tabela 04: Estratificação social por pessoas responsáveis pelos domicílios: Luís Eduardo Magalhães, 2010.....110

Tabela 05: Áreas residenciais pertencentes ao tipo 01 113

Tabela 06: Área residencial de baixa renda: distribuição dos imóveis.....114

Tabela 07: Áreas residenciais pertencentes ao tipo 02.....117

Tabela 08: Bairro Jardim das Acácias: Setores censitários por tipo de renda.....119

Tabela 09: Áreas residenciais do tipo 03.....124

Tabela 10: Áreas residenciais tipo 03 - imóveis em construção.....125

Tabela 11: Áreas residenciais tipo 03: distribuição dos estabelecimentos comerciais.....126

Tabela 12: Áreas residenciais tipo 04 132

Tabela 13: Distribuição espacial dos responsáveis pelos domicílios com renda superior a 10 SM.....134

Tabela 14: Imigrantes residentes em LEM, em 2007.....141

Tabela 15: Distribuição de imigrantes nordestinos exceto baianos por tipo de área residencial.....142

Tabela 16: Distribuição de imigrantes nortistas por tipo de área residencial.....143

Tabela 17: Distribuição de imigrantes da região Centro-Oeste por tipo de área residencial 143

Tabela 18: Distribuição de imigrantes da região Sudeste por tipo de área residencial.....144

Tabela 19: Relação entre imigrantes baianos e a tipologia por faixa de renda.....144

Tabela 20: Distribuição de imigrantes baianos por áreas residenciais.....145

Tabela 21: Distribuição de imigrantes sulistas por tipo de área residencial.....148

Tabela 22: Comparativo entre a distribuição de imigrantes: baianos e sulistas por área residencial.....148

Tabela 23: Distribuição dos imigrantes sulista por faixa de renda nas áreas residenciais de sua maior concentração.....149

Tabela 24: Participação das Grandes Regiões brasileiras na produção de cereais, leguminosas e oleaginosas, com destaque para a produção de soja – 2007.....151

Tabela 25: Distância do Cond. Perda do Sonho com relação às áreas residenciais de baixa renda.....171

Tabela 26: Avaliação dos moradores com relação a serviços públicos de infraestrutura.....188

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Classificação das profissões de acordo com o perfil sócio-ocupacional.....162

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE TABELAS

LISTA DE QUADROS

1 INTRODUÇÃO..... 16

1.1 POR QUE ESTUDAR O PROCESSO DE SEGREGAÇÃO EM LUÍS EDUARDO MAGALHÃES-BA?..... 18

1.2 QUESTÕES DE PESQUISA..... 21

1.3 OBJETIVO GERAL..... 22

1.4 OBJETIVOS ESPECÍCFICOS..... 22

1.5 METODOLOGIA..... 23

1.5.1 Elaboração das tipologias socioespaciais..... 23

1.5.2 Análise qualitativa das tipologias socioespaciais..... 24

1.5.3 Trabalho de campo 25

1.5.4 Técnicas de coleta 25

2 A COMPLEXIDADE DO CONCEITO DE SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL E SUA APLICAÇÃO SOBRE DIFERENTES CONTEXTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS..... 28

2.1 CONCEPÇÃO TEÓRICA E PARADIGMA QUE NORTEIAM O CONCEITO: A ORIGEM DO CONCEITO..... 31

2.2 DIFERENCIAÇÕES A PARTIR DO CONTEXTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DA FORMAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL (F.E.S.): O CONCEITO DE SEGREGAÇÃO E SUA APLICABILIDADE NOS EUA E NA FRANÇA.....33

2.3 DIVERGÊNCIAS DE ABORDAGENS METODOLÓGICAS: O CONCEITO DE SEGREGAÇÃO E SUA APLICABILIDADE NO BRASIL TENDO COMO RECORTE ESPACIAL DE ANÁLISE AS METRÓPOLES..... 37

2.3.1. Divisão das categorias entre mais ricos x mais pobres..... 38

2.3.2 Elaboração das tipologias socioespacial a partir das categorias sócio-ocupacionais..... 42

2.3.3 Diferenciações a partir da escala do recorte espacial analisado: a abordagem do conceito de segregação e sua aplicabilidade em cidades não metropolitanas..... 46
2.4 CONSIDERAÇÕES..... 48
3 A ANÁLISE DO CONTEXTO E HISTÓRICO GEOGRÁFICO DA PRODUÇÃO ESPACIAL DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES..... 51
3.1 AS SUCESSIVAS DIVISÕES SOCIAIS E TERRITORIAIS DO TRABALHO E O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO BRASILEIRO..... 52
3.2 A INSERÇÃO DA BAHIA NAS SUCESSIVAS DIVISÕES TERRITORIAIS DO TRABALHO E SEU PROCESSO DE URBANIZAÇÃO..... 64
3.3 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO OESTE BAIANO: DO “ALÉM” SÃO FRANCISCO AO “NOVO” NORDESTE..... 72
3.4 O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA CIDADE DO AGRONEGÓCIO DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES..... 78
4 ANÁLISE DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL SOBRE A ABORDAGEM DAS TIPOLOGIAS SOCIOESPACIAIS: PADRÃO CENTRO X PERIFERIA..... 86
4.1 ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO INTRAURBANO: EM BUSCA DO CENTRO PRINCIPAL..... 87
4.1.1 Estabelecimentos de consumo produtivo..... 88
4.1.1.1 Estabelecimentos de consumo produtivos para a agricultura.. 88
4.1.1.2 Estabelecimentos produtivos de fluxos..... 90
4.2 TIPOLOGIA SOCIOESPACIAL POR FAIXA DE RENDA.....106
4.2.1 Base espacial para a elaboração da tipologia socioespacial..... 109
4.2.2.1 Tipo 01 – Áreas residenciais de baixa renda..... 112
4.2.2.2 Tipo 02: Áreas de baixa renda e classe média baixa
4.2.2.3 Tipo 03 - Áreas de classe média baixa e classe média alta.. 123
4.2.2.4 Tipo 04 - Áreas de classe média alta e alto padrão.....131
4.3 RELAÇÃO DOS TIPOS POR FAIXA DE RENDA E MIGRAÇÃO..... 139
4.3.1 Relação: tipos de áreas residenciais por rendimento e imigrantes nordestinos, exceto baianos..... 142
4.3.2 Relação: tipos de áreas residenciais por rendimento e imigrantes da Região Norte..... 142

4.3.3 Relação: tipos de áreas residenciais por rendimento e imigrantes da Região Centro-Oeste..... 143
4.3.4 Relação: tipos de áreas residenciais por rendimento e imigrantes da Região Sudeste..... 143
4.3.5 Relação entre imigrantes baianos e áreas residenciais por tipo de renda..... 144
4.3.6 Relação: tipos de áreas residenciais por rendimento e imigrantes da Região Sul..... 147
4.4 INFLUÊNCIA DA DIVISÃO REGIONAL DO TRABALHO AGRÍCOLA NA COMPOSIÇÃO DAS ÁREAS TIPO..... 150
4.5 CONSIDERAÇÕES..... 153
5 ANÁLISE DA SEGREGAÇÃO ATRAVÉS DA ABORDAGEM BINÁRIA RICOS X POBRES: IDENTIFICAÇÃO DOS ENCLAVES FORTIFICADOS..... 155
5.1 ENCLAVES FORTIFICADOS EM LUÍS EDUARDO MAGALHÃES..... 156
5.2. MEDO DA VIOLÊNCIA..... 158
5.3 HOMOGENEIDADE SOCIAL INTERNA DOS CONDOMÍNIOS FECHADOS ..159
5.4 O USO DOS CONDOMÍNIOS..... 167
5.5 BARREIRAS FÍSICAS E ARTIFÍCIOS DE DISTANCIAMENTO..... 171
5.6 ENCLAVES FORTIFICADOS COMO SÍMBOLOS DE STATUS SOCIAL..... 175
5.7 CONCLUSÃO..... 177
6 OS AGENTES PROMOTORES DA SEGREGAÇÃO EM LEM..... 180
6.1 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO INTRAURBANO DA ALDEIA URBANA DE MIMOSO DO OESTE..... 180
6.2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO INTRAURBANO APÓS A EMANCIPAÇÃO..... 184
6.3 A ATUAÇÃO DO GOVERNO LOCAL NO PROCESSO DE SEGREGAÇÃO EM LEM..... 187
6.4 CONCLUSÃO..... 191
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 192
REFERÊNCIAS..... 199
ANEXOS..... 203

1 INTRODUÇÃO

Ao observarmos a literatura brasileira não somente geográfica, mas das ciências sociais no que se refere aos estudos urbanos, percebemos que a imensa maioria dos trabalhos foca suas análises nas metrópoles. Esse fato é ainda mais contundente quando direcionamos nossa atenção para os estudos sobre a segregação socioespacial.

Maia (2010) utiliza dois argumentos para justificar esta concentração de estudos sobre o urbano com recorte espacial de análise nas metrópoles. O primeiro, de caráter teórico e metodológico, diz respeito à complexidade da dinâmica espacial na manifestação do urbano nestas cidades. O segundo relaciona-se com a praticidade dos pesquisadores estudarem seus lugares de vivência, basta ressaltar que a maioria dos programas de pós-graduação localiza-se nas metrópoles.

No Brasil, contudo, com a urbanização que se reestrutura, a partir de 1970, reflexo de sua inserção na nova divisão internacional do trabalho, possibilita que principalmente na década 1990, apareça uma quantidade significativa de pesquisas com o objetivo de estudar o urbano. Esse visto sobre a óptica de uma outra realidade, ampliando o recorte espacial de análise para cidades médias e pequenas. Partindo desse ponto, a principal questão que se coloca é se todo o conhecimento e reflexão produzidos tendo como base a realidade metropolitana são válidos também para cidades menores. Com o intuito de contribuir com o debate em torno desta questão, nos propomos a estudar a produção da segregação socioespacial na pequena cidade do agronegócio de Luís Eduardo Magalhães-Ba.

Analisando a vasta literatura sobre o tema segregação em diferentes países, pode-se concluir que este processo, de modo geral, representa a dominação e/ ou hierarquia de um grupo sobre outro, através da constituição de áreas residenciais formadas por grupos sociais que tem, ao mesmo tempo, uma forte homogeneidade social interna e são diferentes entre si. No entanto, comparando o conteúdo qualitativo da segregação entre países, pode-se observar uma enorme variação no significado do conceito e em sua aplicabilidade. Nesse sentido, a segregação apresenta-se enquanto conceito flexível e sua diversidade de significados tem como

principal causa, o contexto histórico e geográfico de formação dos espaços urbanos pelos quais a segregação é produzida.

No Brasil, como já foi exposto, existe uma imensa gama de trabalhos que se dedicam ao estudo da segregação nas metrópoles. Sendo assim, as abordagens metodológicas e os padrões dedicados a este processo são produzidos com base no contexto histórico e geográfico de formação destes recortes espaciais.

Nesse sentido, as duas abordagens metodológicas que se destacam nas pesquisas brasileiras são: a binária, adotada por Villaça (2001), Caldeira (2008) e Ribeiro (1997), que analisa qualitativamente a divisão entre ricos x pobres, com ênfase na autossegregação. E, a abordagem metodológica estatística. Trabalhada por Ribeiro (2003), Carvalho e Pereira (2008) e Pasternack (2004), que analisa a divisão entre grupos sociais (enquanto classes sociais) a partir de elaboração de tipologias por categorias sócio-ocupacionais ou por outras variáveis sociodemográficas.

Nos estudos metropolitanos dois padrões de segregação se destacam, centro x periferia e cidade dos muros. Nessa realidade urbana, o padrão centro x periferia caracteriza-se pela disputa entre os diferentes grupos sociais por maior acessibilidade ao centro de consumo. Esse, além de ser a área na qual serão satisfeitas as necessidades de consumo é também o local de trabalho de muitas classes sociais. Nesta disputa, o que está em jogo é a otimização do tempo de deslocamento para esta área. Portanto, como a disputa é socioeconômica, prevalece o desejo dos ricos que acabam por se localizarem nas áreas centrais da cidade, enquanto que os pobres permanecem nas zonas periféricas, cada vez mais distante do centro.

O padrão cidades dos muros é identificado como o novo padrão de segregação das metrópoles brasileiras, inclusive, com a proposta de se rediscutir a definição para o padrão centro x periferia. A ideia central deste padrão é que os ricos têm morado cada vez mais próximos aos pobres, rompendo a distância física entre estes grupos sociais. No entanto, o mercado imobiliário tem adotado as residências multidomiciliares como tipo de moradia direcionado às classes mais abastadas. Essas contam com forte aparato de segurança e são denominadas enclaves

fortificados. A constituição deste tipo de moradia para as pessoas de maior poder aquisitivo, principalmente nas periferias, tem promovido, ao mesmo tempo, a proximidade física e o distanciamento social. Afinal, os distintos grupos sociais acabam sendo separados pelos aparatos físicos dos enclaves.

A questão que se coloca é: será que estas abordagens metodológicas e os padrões identificados por elas, que são produzidos com base na realidade urbana metropolitana, são representativos também de outros contextos históricos e geográficos urbanos no país? Para tentar responder esta questão, nos propomos analisar um espaço urbano que tivesse um contexto histórico e geográfico de formação econômica e social bem diferenciado da metrópole, inclusive com o recorte espacial bem menor. Encontramos na pequena cidade do agronegócio de Luís Eduardo Magalhães-Ba o recorte espacial ideal para tal investigação.

1.1 POR QUE ESTUDAR O PROCESSO DE SEGREGAÇÃO EM LUÍS EDUARDO MAGALHÃES-BA?

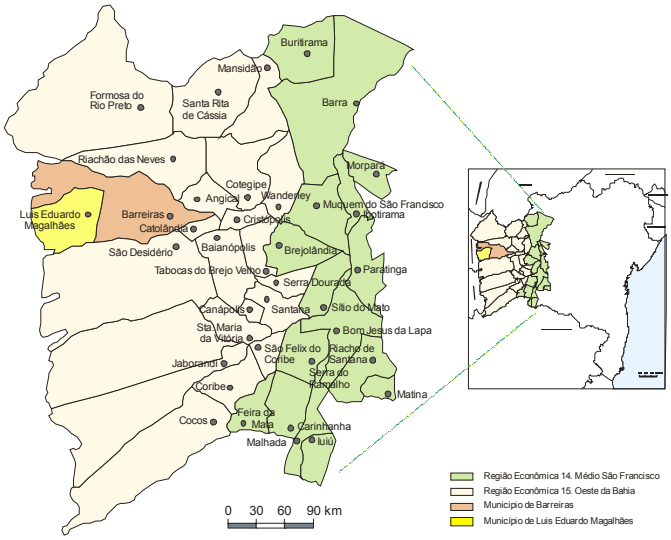
Esta cidade possui elementos que a torna um recorte espacial de análise interessante e condizente com o objetivo da pesquisa. Dentre estes elementos podemos citar:

1. Sua recente estruturação enquanto cidade do agronegócio: Luís Eduardo Magalhães surge a partir da reestruturação da cadeia produtiva agrícola, com a implantação de grãos, principalmente a soja no cerrado baiano. Ao contrário da maioria das metrópoles, cidades antigas, que ao longo do tempo vem sofrendo reestruturação de seu espaço urbano através do acumulo de capital morto promovido pelas sucessivas divisões do trabalho implementadas no país, LEM nasce a partir da mais nova divisão territorial e social do trabalho, implementada no país sobre a lógica do capitalismo monopolista.

2. Localização geográfica: Esta cidade se localiza na Região Econômica do Oeste da Bahia (região agrícola no bioma cerrado). No entroncamento entre duas rodovias federais, a BR-020 (Barreiras - Brasília) e a BR-242 (Barreiras – Salvador), justamente, entre as BR's que ligam a Região Oeste à capital do país e a capital do estado, respectivamente. Sua distância com relação à

Brasília é de 540 km e com relação a Salvador é de 995 km (Figura 01). Ao contrário da maioria das metrópoles que se localizam no litoral, em áreas com muitas amenidades naturais (praias, rios, morros, vegetação densa, microclimas) o que justifica sua escolha como primeira moradia para elite local, localizações privilegiadas, que serão a gênese do centro de consumo da cidade. Esta cidade se localiza no interior do país, em uma área com características físicas homogêneas, sem nenhum aspecto natural que justifique a existência de uma amenidade que pudesse servir de atrativo para a localização da primeira residência da elite local.

Figura 01
REGIÃO OESTE DO ESTADO DA BAHIA
MUNICÍPIO DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES
ÁREA DO PDRS - OESTE



Fonte: Vieira, 2007

3. A sua condição enquanto cidade do agronegócio: Essa categoria de cidade possui uma relação intensa com o campo. Analisando a figura 02, podemos perceber logo à primeira vista o que faz de LEM uma cidade do agronegócio. Observamos que quase não existe distância entre as áreas de plantação e a cidade, demonstrando o quanto é intrínseca a relação campo-cidade. Nas cidades do agronegócio, este tipo de relação se define através das funções desenvolvidas por esta categoria de cidade para atender as demandas do campo modernizado pela agricultura científica. Nas metrópoles, não existe uma relação tão intrínseca entre o campo e a cidade, inclusive, ela é vista

como a oposição ao campo. O que às vezes promove a interpretação errônea de que apenas a metrópole é o urbano.

Figura 02
Imagem aérea de Luís Eduardo Magalhães, 2010.

Fonte: Google Earth.

4. Enorme dinamismo econômico: Devido a sua função de cidade do agronegócio, LEM possui um enorme desempenho econômico, apesar de ser uma cidade recente (basta dizer que em 2008 seu Produto Interno Bruto (PIB) era 13° no ranking estadual, o 14° em serviços, o terceiro em agropecuária e o 18° na indústria, conforme mostra a tabela 03 - capítulo 03). Como no Brasil o principal fator que promove a segregação é a divisão de grupos sociais por renda, nosso recorte de análise está associado ao desempenho econômico.

5. Acelerado crescimento populacional: Este desempenho econômico é responsável por seu acelerado crescimento populacional. Em 2000, ano de sua emancipação, a população urbana de LEM era de cerca de 10.000 habitantes, em 2010, a população urbana já chegava aos 54.881 moradores. Pode-se inferir que este crescimento populacional é fruto de dois intensos e distintos fluxos migratórios, de um lado, pessoas originárias da Região Concentrada (Região Sudeste e Sul), em sua maioria, empreendedores agrícolas, atraídos pelo baixo preço das terras agrícolas e por programas governamentais de crédito rural. De outro, imigrantes de regiões periféricas, nortistas e nordestinos (atraídos pela oferta de mercado de trabalho).

Acredita-se que este distinto fluxo migratório seja uma variável importante no padrão de segregação produzido na cidade de LEM. Esta variável revela uma especificidade do seu contexto histórico e geográfico, podendo ser um indicador de uma nova característica do processo de segregação no país.

6. Mercado imobiliário em expansão: Outro aspecto importante a ser ressaltado e que está intimamente ligado ao acelerado crescimento populacional é o setor imobiliário. Devido ao seu avanço vertiginoso, (casas, condomínios em construção) empresta ao visitante a visão de que a cidade é um enorme canteiro de obras. Para reforçar a afirmativa, segundo resultados preliminares do Censo Demográfico de 2010, sobre a variável: Domicílio particular permanente – Tipo de domicílio – Casa de vila ou em condomínio, em comparação com outros municípios baianos, Luís Eduardo Magalhães ocupa a quinta colocação em quantidade de domicílios deste tipo (Tabela 1).

Tabela 01
Municípios baianos com maior quantidade de domicílios tipo: casa de vila ou em condomínio, em 2010

Ranking	Municípios	Quantidade de domicílios
1º	Salvador	18.277
2º	Feira de Santana	6.512
3º	Lauro de Freitas	4.056
4º	Camaçari	2.861
5º	Luís Eduardo Magalhães	1.723

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2010.

Este dado ganha destaque quando observamos os municípios que estão à frente de LEM. O primeiro, Salvador, capital do Estado e terceira maior cidade do país; o segundo é Feira de Santana, segunda maior cidade do Estado, a 100 km de Salvador; o terceiro é Lauro de Freitas, em conurbação com Salvador e por isso pode ser considerado extensão de seu espaço urbano; e o quarto Camaçari, também localizada na Região Metropolitana de Salvador e com muitos empreendimentos imobiliários em sua área litorânea. Portanto, Luís Eduardo Magalhães, com 60.105 habitantes em seu município, localizado no interior do estado a 995 km de Salvador é o quinto município com maior quantidade de domicílios do tipo casas de vila ou condomínios da Bahia.

1.2 QUESTÕES DE PESQUISA

Nas metrópoles brasileiras o centro urbano é o sítio social produzido seletivamente para atender a uma demanda de consumo consumptivo, reproduzindo com isso uma disputa entre pessoas e atividades por dada localização. Nas cidades do agronegócio, onde o consumo produtivo ditado pela cadeia produtiva agropecuária específica sobre uma região agrícola exerce influência sobre o comércio e a indústria na estruturação de seu espaço intraurbano, como o processo de segregação socioespacial é produzido? Quais as suas semelhanças e diferenciações com relação à segregação socioespacial produzida nas metrópoles brasileiras? Quais variáveis são mais influentes neste processo? Quais agentes imobiliários atuam neste processo? Qual a influência da relação cidade/campo no conteúdo da segregação nas cidades do agronegócio? O medo da violência exerce alguma influência na produção da segregação socioespacial nas cidades do agronegócio? Até que ponto a acessibilidade ao centro urbano pode interferir nos diferentes valores do solo, e com isso produzir a segregação, tendo em vista que pelo seu tamanho, a distância das zonas residenciais para o centro tornam-se insignificantes se comparada com as metrópoles?

1.3 OBJETIVO GERAL

- Identificar e compreender a produção da segregação socioespacial na cidade de Luís Eduardo Magalhães a partir do comparativo de seu conteúdo com os padrões de segregação socioespacial produzidos nas metrópoles.

1.4 OBJETIVOS ESPECÍCFICOS

- Analisar a segregação socioespacial através da elaboração de tipologias socioespaciais;
- Analisar a segregação sobre a abordagem binária: ricos x pobres - autossegregação;
- Identificar a influência do contexto histórico e geográfico no conteúdo qualitativo do processo de segregação;

- Identificar de que maneira o intenso fluxo migratório de diversas regiões do Brasil pode contribuir no conteúdo qualitativo da segregação socioespacial;
- Identificar os agentes promotores da segregação socioespacial e suas ações, tanto direta quanto indireta;
- Identificar a correlação entre estrutura urbana e segregação na produção do espaço urbano da cidade.

1.5 METODOLOGIA

1.5.1 Elaboração das tipologias socioespaciais

Com base em Ribeiro (2003) foi adotada como técnica de pesquisa a tipologia sócio-espacial. Esta técnica consiste na análise isolada de variáveis em uma determinada área, através de critérios de identificação dos indivíduos distribuídos espacialmente, em seguida, na sua comparação em distintas áreas pesquisadas. Objetivo é de perceber a localização dos diferentes grupos sociais[1] na cidade, além do grau de homogeneidade interna de cada área.

Identificar e localizá-los no espaço intraurbano da cidade pesquisada foi o primeiro passo para percebermos o padrão de segregação. Embora algumas pesquisas que utiliza este método se limite apenas à elaboração destas tipologias, acreditamos que sua aplicação deve ser apenas entendida como uma das etapas do estudo. Segundo Préteceille (2004), uma das vantagens desta técnica é que ela define os tipos de espaços que podemos analisar, depois, segundo outras dimensões, pode-se analisar de modo mais específico às causas e consequências da segregação.

As tipologias foram elaboradas com base no Censo Demográfico de 2010 e na Contagem da População 2007, ambas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A classificação das zonas seria agrupada a partir das categorias sócio-ocupacionais definidas pelo Observatório das Metrópoles, sendo

[1] Nesta pesquisa, entendemos grupos sociais enquanto categoria de análise para identificar a homogeneidade entre habitantes que ocupam áreas residenciais através de variáveis que caracterizam tanto a dimensão simbólica quanto a econômica (classes sociais), ou as duas.

elas: superior, média-superior, média, média-popular, popular-inferior, popular operário agrícola e popular agrícola. A justificativa corresponde ao nosso objetivo de comparar o conteúdo da segregação produzido nas cidades do agronegócio com os padrões identificados nas metrópoles. Por isso, a necessidade de utilizar uma metodologia que se assemelhasse às pesquisas realizadas nas metrópoles.

Contudo, o IBGE não disponibilizou, em tempo oportuno, os dados referentes à variável ocupação profissional dos moradores do domicílio por setor censitário. O que nos forçou a buscar como alternativa, realizar as tipologias a partir da elaboração de perfis por faixa de rendimentos. As variáveis adotadas como dimensão de estruturação espacial das tipologias foram rendimento nominal dos responsáveis pelo domicílio e imigração.

Com o rendimento nominal dos responsáveis pelo domicílio, foi elaborado o perfil socioeconômico das áreas residenciais, primeiro passo para identificar o padrão de segregação de LEM. Além da localização, com os dados da Contagem da População 2007 do IBGE, foi possível verificarmos também a origem migratória destas pessoas.

A justificativa para analisar a variável migração está relacionada ao contexto histórico e geográfico de formação desta cidade. Este elemento nos possibilita pensar em um novo viés para a análise da dimensão simbólica (divisão cultural) no processo de segregação socioespacial no país. Pois, nas pesquisas realizadas sobre as metrópoles, a dimensão simbólica é muitas vezes negligenciada. Em outros casos, sua análise é feita através da variável cor ou raça, e mesmo assim para negar a dimensão simbólica no processo de segregação das cidades brasileiras. Acreditamos que no caso de Luís Eduardo Magalhães a dimensão simbólica é um elemento constitutivo do conteúdo qualitativo de seu processo de segregação socioespacial. Sendo uma das particularidades do processo em relação ao caso das metrópoles brasileiras.

1.5.2 Análise qualitativa das tipologias socioespaciais

A tipologia socioespacial (primeira etapa da pesquisa) embora seja eficiente para identificarmos a localização residencial dos diferentes grupos sociais no espaço

intraurbano da cidade, não explica por si só a realidade socioespacial em sua totalidade, precisando de complementação. Por isso, à tipologia socioespacial acrescentamos a análise das variáveis: 1. Contexto histórico e geográfico de produção do espaço urbano; 2. Acessibilidade aos estabelecimentos de consumo consumptivo e aos estabelecimentos de consumo produtivo; e 3. Autossegregação dos moradores com renda acima de 10 salários mínimos.

1. Referente ao contexto, embora o foco de nossa pesquisa seja o espaço intraurbano da cidade, em sua análise, levamos em consideração a manifestação de eventos em diferentes escalas espaço-temporal (global, nacional, regional e local) por entender que o conteúdo qualitativo da segregação socioespacial é condicionado pelo contexto histórico e geográfico da formação econômica e social (F.E.S) estudada. Eventos como a reestruturação da cadeia produtiva agropecuária e a sua expansão pelos cerrados brasileiros condizem, intimamente, com a produção do espaço intraurbano de LEM e seu processo de segregação socioespacial. Portanto, para entender as particularidades do processo de segregação nesta cidade é preciso compreender alguns eventos que ocorreram em outras escalas, mas que acabaram por interferir no processo de formação de seu espaço urbano.

2. Acessibilidade aos estabelecimentos de consumo consumptivo e aos estabelecimentos de consumo produtivo. Através desta variável analisamos a relação entre a localização das áreas residenciais (identificadas pela tipologia socioespacial) com a localização dos estabelecimentos de consumo. Neste aspecto procurou-se saber se o centro de consumo da cidade exerce o poder de sítio social de modo a determinar uma disputa por acessibilidade a esta área, assim como ocorre com o padrão centro x periferia nas metrópoles. Para tanto, mapeamos a localização dos estabelecimentos comerciais consumptivos e produtivos, usando o Cadastro de Endereços para Pesquisas Estatísticas do IBGE e correlacionando-os com os tipos de área residencial por faixa de renda. Por meio disto, pudemos identificar características da estrutura urbana de LEM e a sua correlação com o seu processo de segregação.

3. Análise da segregação sobre a abordagem binária ricos x pobres: identificar a autossegregação. Entendemos que esta abordagem nos permite maior aprofundamento na análise sobre as áreas de concentração de pessoas de alto padrão e dá relevo aos extremos da hierarquia social. Essa variável está mais diretamente relacionada ao padrão de segregação cidade de muros, que conta com formação de enclaves fortificados, verificado em LEM. Para tanto, tentamos identificar até que ponto a violência urbana e o distanciamento físico criam obstáculos para uma integração social, mesmo se tratando de uma cidade pequena.

1.5.3 Trabalho de campo

1. Fontes secundárias: Plano Diretor; Estatuto da Cidade; Documentos do arquivo público municipal, referentes à construção das áreas residenciais observadas; Periódicos da SEI; e Dados estatísticos do IBGE: Censo Demográfico 2010 e Contagem da População 2007.

2. Fontes primárias: Entrevistas com representantes da Gestão Municipal; representante de associações de bairro; moradores antigos; representantes de imobiliárias cujos loteamentos comercializados tenham originado as zonas urbanas da cidade; Aplicação de questionário com moradores residentes nas áreas residenciais pesquisadas.

1.5.4 Técnicas de coleta

1. Entrevista: Teve por objetivo obter informações de caráter qualitativo de representantes da Gestão Municipal, representante de associações de bairro, moradores antigos, moradores de condomínios e loteamentos fechados e representantes de imobiliárias cujos loteamentos comercializados tenham auxiliado na formação das zonas urbanas da cidade.

2. Questionário: foi utilizada para obter informações de caráter quantitativo. Informações mais generalizadas e com o maior número de pessoas possível.

Neste trabalho foi essencial sua aplicação com os moradores dos condomínios estudados (ver anexo).

2 A COMPLEXIDADE DO CONCEITO DE SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL E SUA APLICAÇÃO SOBRE DIFERENTES CONTEXTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS

O conceito de segregação residencial é um dos temas mais abordados em pesquisas que visam compreender o processo de estruturação e produção dos espaços intraurbanos das cidades. A princípio parece existir um consenso na definição do que seria, de fato, segregação. Grosso modo, pode ser entendido como áreas constituídas de grupos sociais com forte homogeneização interna e diferentes entre si, formadas pela dominação e/ ou hierarquia de um grupo sobre outro. No entanto, após extensa revisão bibliográfica sobre o conceito, nos chamou atenção a complexidade que envolve sua definição e aplicabilidade em pesquisas urbanas realizadas sobre os diferentes contextos históricos geográficos em distintos recortes espaciais.

Constatamos entre os pesquisadores divergências que vão desde a concepção teórica, que norteia o conceito, até a abordagem metodológica, de sua aplicação enquanto categoria de análise espacial para a compreensão da estruturação e produção dos espaços intraurbanos. Para demonstrar a amplitude existente na concepção do conceito, expomos a visão de dois pesquisadores brasileiros que possuem opiniões diferentes sobre sua aplicabilidade no Brasil.

Para Vasconcelos (2004, p. 271) a “[...] distribuição espacial da população pobre não parece confirmar a existência de um processo de “segregação” residencial nas cidades brasileiras”. O autor chega nesta conclusão após fazer uma análise histórica sobre a aplicabilidade do conceito, desde o período do Brasil Colônia (1500-1822) até a República (1889-2003), baseando-se na definição de segregação residencial originário da Escola de Chicago. Observa-se que Vasconcelos (2004) presa pela rigidez do seu significado, para ele esse se torna um conceito obstáculo quando é criado dentro de um determinado contexto, por uma disciplina específica e é transposto para outra realidade sofrendo em seu conteúdo mudanças para atender a outro contexto, diferente do originário, caso específico do conceito de segregação.

Já Villaça (2004 p. 94) diverge da opinião de Vasconcelos (2004) quando diz que “[...] o conceito de segregação varia conforme a finalidade da pesquisa, e está, por sua vez, articulada com essas questões de explicação, constatação e medição”. Para Villaça (op.cit.) a segregação além de um conceito é uma categoria de análise espacial sendo uma importante ferramenta na compreensão do processo de estruturação e produção do espaço intraurbano das cidades e sua flexibilidade está associada a isto.

Além da divergência no modo de pensar a aplicabilidade do conceito, outro aspecto também nos chamou atenção, a tentativa de se criar categorias universais que pudessem comparar a segregação residencial em vários países, como a pesquisa de Préteceille (2004), “A construção social da segregação urbana: convergências e divergências”. Nela, o autor empreende um esforço teórico na construção de categorias que pudessem comparar o processo de segregação residencial entre as cidades de diferentes países, chegando à conclusão de que tal proposta não é possível, pois as categorias socioeconômicas traduzem os elementos que são relevantes de cada país. Isto nos fez perceber que a análise da segregação vai além de sua medição, constatação e explicação na escala do espaço intraurbano de uma determinada cidade. Seus elementos são constituídos por agentes e eventos que ocorrem em diferentes escalas, pois, a segregação enquanto categoria espacial de análise reflete as características da formação econômica e social, sua definição e o contexto histórico e social de um território.

Estes trabalhos nos fazem refletir sobre a complexidade que envolve o conceito de segregação residencial, nos levando a pensar sobre a amplitude de sua aplicação e de sua compreensão em diferentes contextos históricos geográficos. Esse se apresenta quase que de maneira polissêmica quando analisamos sua aplicabilidade em diferentes países e, às vezes, no interior de cada um deles, a depender da finalidade de cada pesquisa. Portanto, o objetivo deste capítulo é demonstrar a amplitude de significados existentes para o conceito de segregação residencial, sustentando a ideia de que este fato justifica-se pela sua dependência a variáveis próprias dos contextos históricos e geográficos de cada país. Constatamos que as divergências que o envolvem podem ser divididos em quatro: 1. Concepção teórica e paradigma que norteia o conceito; 2. Diferenciação a partir do contexto

histórico e geográfico da F.E.S. onde se aplica o conceito; 3. Abordagem metodológica; e 4. Diferenciação a partir da escala do recorte espacial analisado.

Dividiremos o capítulo em quatro partes e em cada uma delas demonstraremos as divergências supracitadas: na primeira, apresentamos as dessemelhantes concepções teóricas e de paradigma que norteiam o conceito discutindo sobre sua origem dentro da perspectiva da Escola de Chicago, depois destacaremos a reformulação desse a partir da concepção dialética do materialismo histórico. Na segunda parte, faremos um breve relato quanto aos desacordos na aplicação do conceito de segregação nos EUA e na França, com o objetivo de demonstrar a diferenciação a partir do contexto histórico e geográfico da formação econômica e social. Na terceira e quarta partes, argumentaremos sobre a aplicabilidade do conceito no Brasil, a fim de demonstrar como num mesmo país, sob a influência de uma mesma concepção teórica, podem-se haver diferentes abordagens metodológicas, o que amplia ainda mais a complexidade do conceito.

Vale ressaltar que no caso brasileiro dividimos a argumentação por recorte espacial. Na terceira parte, destacamos os estudos sobre segregação nas metrópoles, pois foi neste recorte espacial que os estudos com esta temática começaram. Ademais, utilizamos a seção para demonstrar as divergências de abordagens metodológicas existentes em estudos que tratam de um mesmo recorte espacial dentro de uma mesma F.E.S. E, na quarta parte, tratamos das divergências calcadas na diferenciação de escala do recorte espacial, destacando as pesquisas sobre segregação em espaços não-metropolitanos para demonstrar que o conteúdo do conceito muda, quando muda o recorte espacial.

Neste capítulo, não falaremos sobre a aplicação do conceito de segregação, abordando especificamente apenas uma área do conhecimento. Preferimos nos referir às ciências humanas como um todo, pois entendemos que mesmo com a especificidade própria de cada área, as discussões envolvendo o conceito de segregação ultrapassam estas “fronteiras”. Quando acessamos a literatura das ciências humanas sobre a temática da segregação urbana encontramos, frequentemente, textos que são referências em pesquisas das mais diversas áreas, por exemplo, o livro “*La cuestion urbana*” (1974), do sociólogo Manuel Castells, que influenciou uma diversidade de pesquisadores das ciências humanas. Outro

exemplo recente é o livro “Cidade dos muros” (2008), da antropóloga Tereza Caldeira, que também tem sido bastante citado por pesquisadores urbanos de diferentes áreas.

2.1 CONCEPÇÃO TEÓRICA E PARADIGMA QUE NORTEIAM O CONCEITO: A ORIGEM DO CONCEITO

Neste tópico, temos a pretensão de apresentar, de modo genérico, as duas concepções teóricas de segregação que serviram de base para a construção teórica e metodológica do conceito no mundo. Primeiro, falaremos sobre a concepção ecológica de segregação da Escola de Chicago, pioneira nos estudos sobre segregação e que influenciou outras pesquisas em diversos países: EUA (onde o conceito nasceu), Canadá e África do Sul (países que apresentam em seus contextos históricos e geográficos grandes disputas étnico-raciais). Em seguida, explicitaremos outra concepção, que surge na Europa, principalmente após a década de 1970, concebida dentro da ótica marxista de análise da produção do espaço urbano.

O conceito de segregação é, primeiramente, aplicado nos estudos sociais urbanos, em 1916, pelos pesquisadores da Escola de Chicago: R. Park, E. Burgess e R. Mckenzie. Para Corrêa (1989), estes estudiosos definiam a segregação pela concentração de tipos de população dentro de um território. Vasconcelos (2004) acrescenta que para estes pesquisadores as variáveis adotadas como critérios para identificar a segregação foram língua, cultura e raça. A expressão espacial da segregação foi denominada de “área natural” que, segundo Ribeiro (2003), caracterizava-se por ser uma unidade espacial delimitada por fronteiras naturais habitadas em seu interior por uma população socialmente homogênea, provida de um sistema de valores específicos, organizada por relações simbólicas internas.

A concepção de segregação da Escola de Chicago pretendia fornecer uma explicação ecológica da sociedade, concebendo a segregação como uma organização natural a partir da diferença de localização de um grupo em relação a outros grupos. A formação destes grupos resultaria da escolha dos indivíduos em se agrupar com outros por afinidades raciais, étnicas e por posição social. Portanto, a

dominação e a disputa entre os grupos por melhores condições de habitação eram encarados como uma seleção natural dentro do contexto da organização social humana.

Dentro do contexto histórico no qual a Escola de Chicago produzia seus estudos sobre o espaço urbano das cidades predominava a ideologia conservadora norte americana. Segundo Kovarick (2009, p. 31) esta se apoiava no individualismo e na competição, enquanto atributos básicos para conquistar os benefícios de uma sociedade que se fundamentava em ideais igualitários, na independência e na iniciativa pessoal. Dentro desta lógica de igualdade de oportunidades, a situação dos indivíduos e grupos étnico-raciais, enquanto dominantes ou dominados, era o resultado de seus esforços. Portanto, a condição de pobreza das "áreas naturais" dos negros, denominada mais tarde de guetos, era encarada como fraqueza peculiar dos indivíduos e grupos que habitavam estas áreas.

No início dos anos 1970, a partir de estudos sobre a estrutura urbana das grandes cidades através de uma concepção marxista de produção do espaço urbano, ocorrem vários questionamentos sobre a concepção naturalista do pensamento conservador da Escola de Chicago, principalmente, na Europa com as obras de Henri Lefebvre, em especial 'O direito à cidade' (1968); e Manuel Castells com sua 'A questão urbana' (1972). E, nos EUA a publicação de 'A justiça social e a cidade', em 1973, de David Harvey.

Estas obras possibilitaram o surgimento de uma nova concepção de segregação residencial, como expressão espacial das diferentes classes sociais materializadas no espaço sobre a lógica do modo de produção capitalista. Ao contrário da primeira, em que a localização do indivíduo é dada por questões de afinidades raciais ou étnicas, nessa, o que determina a sua localização no espaço urbano são as condições de acessibilidade que o indivíduo possui dentro de sua condição social na estrutura de classes sociais. A disputa, portanto, é por melhor acessibilidade e localização dentro do espaço urbano, e esta disputa ocorre dentro do contexto da luta de classes.

Na origem destes dois conceitos de segregação, primeiro na Escola de Chicago sobre uma concepção ecológica da sociedade e, posteriormente, dentro de

uma óptica marxista que surge como um contraponto a primeira, estão os fundamentos clássicos para entendermos as dessemelhanças que há entre os estudos sobre segregação em diferentes países. Vale ressaltar que as aludidas concepções foram os princípios básicos que nortearam as pesquisas sobre segregação. No entanto, mesmo as pesquisas que compartilham do mesmo entendimento de segregação vão passar por transformações quando relacionadas a seu contexto histórico e geográfico dentro da realidade específica de cada país. No próximo tópico temos a intenção de aprofundar mais nesta argumentação.

2.2 DIFERENCIAÇÕES A PARTIR DO CONTEXTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DA FORMAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL (F.E.S.): O CONCEITO DE SEGREGAÇÃO E SUA APLICABILIDADE NOS EUA E NA FRANÇA

Neste tópico faremos uma breve análise sobre a aplicabilidade do conceito de segregação, nos EUA e na França, com o objetivo de fundamentar suas particularidades no Brasil, a partir das especificidades do país. Discutiremos os diferentes sentidos que são dados ao conceito de segregação, a partir dos distintos princípios que norteiam a análise da estrutura social urbana em pesquisas desenvolvidas naqueles dois países levando em consideração seus contextos históricos e geográficos. O objetivo é demonstrar que não existe um consenso sobre o conteúdo social manifestado neste processo e seu significado vai depender, primordialmente, da estrutura social urbana de cada país.

A escolha destes países justifica-se pelos seguintes motivos: primeiro, porque as ciências humanas praticadas em ambos influenciaram e influenciam, significativamente, as pesquisas brasileiras com a temática urbana. Segundo, porque os princípios que norteiam o estudo da segregação nestes países são extremamente distintos, o que nos permite perceber o quanto é flexível o sentido do conceito.

Nos EUA, a maioria dos trabalhos publicados sobre segregação trata da segregação racial: divisão entre brancos e negros ou divisão entre brancos e minorias étnico-raciais. Dois argumentos são plausíveis para justificar este tipo de preferência na análise da estrutura urbana das cidades deste país. A primeira refere-

se à própria estrutura social americana baseada numa linha de cor. Vale ressaltar que, até a década de 1960, a segregação racial constituía-se como norma legal na maioria dos estados. Além disso, as políticas públicas nunca foram elaboradas levando em consideração a estratificação da sociedade em classes, mas sim em grupos étnico-raciais. Outro aspecto a ser considerado refere-se ao posicionamento institucional da academia norte-americana, que segundo Cosgrove (2003, p.113)[2] "[...] inibiu até recentemente considerar seriamente o marxismo como método legítimo de investigação".

Diante deste relato simplificado sobre o contexto histórico e geográfico dos EUA podemos perceber os elementos responsáveis para fundamentação do conceito dentro da concepção teórica da Escola de Chicago, e como se deu a sua evolução em pesquisas mais recentes.

Como exemplo disto, podemos observar a definição de Marcuse (2004) quanto ao seu entendimento do que significa o conceito de segregação: "Segregação (*segregation*) é o processo pelo qual um grupo populacional é forçado, **involuntariamente**, a se aglomerar em uma área espacial definida, em um gueto. **É o processo de formação e de manutenção de um gueto**" (MARCUSE, 2004, p. 24, grifos nossos). Para compreender melhor o teor desta definição, torna-se necessário também explicitar o que este autor entende por gueto:

> Um gueto (*guetto*) é uma área de concentração espacial adotada pelas forças dominantes na sociedade para separar e limitar um determinado grupo populacional, **externamente definido como racial, étnico ou estrangeiro**, tido e tratado como inferior pela sociedade dominante (MARCUSE, 2004, p. 25, grifos nossos).

Podemos perceber que o autor é bem claro em sua afirmação sobre o que é segregação. Para que haja um processo de segregação é necessária haver uma divisão étnico-racial e esta separação deve ser involuntária, ou seja, forçada por um grupo étnico-racial dominante.

Este conceito, definido dentro do contexto da realidade americana, se aplicado à brasileira nos induziria a pensar que no Brasil não existiria segregação

[2] Texto original publicado em 1983.

(como afirmou Vasconcelos, 2004, quando sugeriu que no Brasil o conceito de segregação não se aplicava à realidade brasileira, baseando-se no conceito de segregação da Escola de Chicago), pois neste país não existe a formação de guetos, pelo menos na forma que descreve Marcuse (2004), mas sim de enclaves, que são áreas de concentração populacional voluntárias ou involuntárias, com uma certa mistura racial.

A pesquisa realizada por Torres (2005), com o objetivo de medir o nível de segregação residencial em São Paulo entre os anos 1991 e 2000, condiz com a nossa argumentação. Através do índice de dissimilaridade com a escala geográfica de área de ponderação da amostra do Censo Demográfico de 2000, como referência tanto para 1991 quanto para 2000, utilizando-se das variáveis: renda, escolaridade e cor. "[U]ma vez que grande parte do debate internacional se dá em termos de questão racial, vale a pena produzir estimativas de dissimilaridade segundo as categorias de cor do Censo Demográfico" (TORRES, 2005, p. 89). O autor chega à seguinte conclusão: "[e]m síntese, os resultados aqui apresentados indicam a existência de significativa segregação residencial em São Paulo, caracterizada, sobretudo como uma segregação orientada pelo componente socioeconômico, mas não necessariamente pelo racial" (TORRES, 2005, p. 91). Especificamente sobre a variável "cor", Torres (2005) concluiu, mesmo com ressalvas, que:

> [...] nas áreas residenciais de elite a presença de população negra é muito baixa, indicando a existência de segregação. Porém, nas áreas mais pobres e de periferia persiste uma importante mistura racial entre brancos e negros, e nenhuma área de ponderação atinge mais de 60% de população dessa raça. Assim, não se pode afirmar que a população negra se encontre localizada em guetos em São Paulo, totalmente isolada de outras áreas, que é o que o índice de dissimilaridade tende a captar. Isso não significa que a discriminação racial não exista (TORRES, 2005, p. 90).

No caso francês, o conceito de segregação apresenta-se bem distinto do americano, pois a maioria das pesquisas entende a segregação como separação entre classes sociais distribuídas em diferentes categorias socioeconômicas. Há exemplo disto, podemos citar as pesquisas de Préteceille que estudou a segregação residencial na região de Paris através da relação entre classes sociais e distribuição de equipamentos coletivos.

Segundo Préteceille (2004), na França:

> [...] a maioria das pesquisas privilegia a questão da segregação entre classes sociais ou categorias socioeconômicas distintas, delineadas pelo recurso à variável da categoria socioprofissional, definida pelo INSEE a partir de princípios inspirados na análise das classes sociais e utilizada sistematicamente para o censo e diversas pesquisas (PRÉTECEILLE, 2004, p. 12).

Se os EUA podem ser considerados os precursores da definição do conceito de segregação racial, a França, em conjunto com alguns países europeus, pode ser considerada um dos pioneiros na construção teórica do conceito de segregação numa perspectiva marxista.

A distinção de significado do conceito de segregação entre EUA e França além de ser definida pela concepção teórica seguida pelos dois países, também se justifica pela diferenciação de contexto histórico e geográfico entre eles. Diferentemente dos EUA, na França nunca houve pelo menos de forma explícita uma política étnico-racial. Sempre se discutiu a estrutura social francesa como baseada na divisão entre classes sociais com bairros ou zonas formadas por operários sindicalizados e frequentemente simpatizantes ou militantes de esquerda, comunistas ou socialistas de diferentes categorias que compõe às áreas que rodeiam Paris denominada de "*ceinture rouge*" (cinturão vermelho). Além disso, as políticas públicas que foram desenvolvidas na França, desde Haussmann (segunda metade do século XIX), sempre consideraram o espaço urbano francês a partir da divisão das classes sociais. Inclusive as categorias sócio-ocupacionais que são a base operacional para se estudar a segregação na França, segundo Pretéceille (2004, p. 13), "está ligada principalmente ao fato de serem inspiradas, em parte, em categorias instituídas como resultado de negociações entre empregados e sindicatos".

Não queremos afirmar sob nenhuma hipótese que nos EUA não exista uma estratificação por classe social e que na França não exista a formação de guetos étnicos ou pelo menos de enclaves com forte homogeneidade étnico-racial. O que pretendemos demonstrar é o enfoque que é dado ao estudo da segregação nestes países. Portanto, podemos perceber que sobre o estudo da segregação nos dois

países há uma enorme distinção no que é considerado segregação. Nos EUA, a ênfase é para a segregação racial, já na França, o destaque é para a segregação por classe. Além disso, pode-se perceber que o significado e a aplicabilidade do conceito não é uma coisa dada, é construído sob uma base contextual histórica e geográfica específica de cada país.

No próximo tópico pretendemos discutir a aplicabilidade do conceito de segregação no Brasil, o objetivo é demonstrar as particularidades deste conceito dentro do contexto histórico geográfico brasileiro. Além disso, destacamos que no caso brasileiro, mesmo com a predominância da concepção marxista na análise da segregação urbana, podemos destacar duas abordagens metodológicas diferentes que acabam por diferenciar, um pouco, o uso do termo e a aplicação do conceito de segregação dentro do mesmo país.

2.3 DIVERGÊNCIAS DE ABORDAGENS METODOLÓGICAS: O CONCEITO DE SEGREGAÇÃO E SUA APLICABILIDADE NO BRASIL TENDO COMO RECORTE ESPACIAL DE ANÁLISE AS METRÓPOLES

Segundo Torres (2005), no campo das ciências humanas, os primeiros estudos urbanos realizados no Brasil foram desenvolvidos pela Geografia Urbana, nascida entre os anos 1940 e 1950. Entretanto, seus conteúdos eram basicamente descritivos, dedicando-se ao levantamento da relação entre o meio físico (o sítio) e a presença humana (influência antrópica). Contudo, a partir de 1970, começam a se constituir os campos temáticos dos estudos urbanos brasileiros. Em termos de enfoque, esta literatura foi predominantemente marcada pelo paradigma marxista, principalmente, na Geografia e na Sociologia.

Ainda segundo Torres (2005), os estudos urbanos sobre a temática da segregação começaram a ser desenvolvidos na Sociologia Urbana brasileira, em 1980, com o desenvolvimento de uma linha de pesquisa entre segregação e equidade, na cidade do Rio de Janeiro. Com relação aos estudos sobre segregação em Geografia pode-se perceber que, as primeiras referências ao conceito são concomitantes ao período em que o tema foi abordado na Sociologia. Bueno e Guidugli (2004) após extenso levantamento bibliográfico destacam Gonzales (1985),

Corrêa (1987), Guidugli (1986) e Costa (1988) como os percussores na abordagem da temática em Geografia. No entanto, eles constataram que no meio acadêmico da Geografia brasileira e, até mesmo, no exterior a temática era discutida de maneira restrita e incompleta. Em sua maioria, os textos eram constituídos por sub-partes de capítulos ou capítulos de livros, ou ainda, por artigos cujos objetivos principais abordavam a (re)produção do espaço urbano.

Desde 1980, o princípio básico que norteia a maioria dos estudos sobre segregação socioespacial nas metrópoles brasileiras é o definido por Castells (1974, p. 204) entendendo a segregação como "[...] *la tendencia a la organización del espacio en zonas de fuerte homogeneidad social interna y de fuerte disparidad social entre ellas, entendiéndose esta disparidad no sólo en términos de diferencia, sino de jerarquia*". Partindo desta definição, muitos estudos são realizados com o intuito de medir esta segregação e de entender a sua produção enquanto processo. No entanto, podemos perceber no que se refere à aplicabilidade metodológica do conceito, que existem pelo menos dois tipos de abordagem: 1. Divisão das categorias entre mais ricos x mais pobres; 2. Divisão em diversos grupos sociais, a partir de categorias sócio-ocupacionais.

2.3.1. Divisão das categorias entre mais ricos x mais pobres

Esta abordagem tem dado ênfase à divisão das categorias entre os mais ricos e os mais pobres, sem considerar muito as categorias intermediárias. Este tipo de pesquisa embora siga a mesma concepção teórica da França (fundamenta-se no marxismo) diferencia-se por não levar em consideração a análise a partir das categorias sócio-ocupacionais.

A justificativa para quem utiliza este tipo de abordagem sustenta-se na própria realidade socioeconômica brasileira. Para Souza (2003), a principal característica da segregação no Brasil é que diferentemente de outros lugares onde essa é problema das minorias[3], neste país ela afeta a maioria[4] das pessoas de uma cidade. Como

[3] Referindo-se às minorias étnico-raciais.
[4] Maioria dentro da perspectiva da estratificação socioeconômica, como sendo os pobres, neste caso a minoria passa a ser os ricos, que também são agentes ativos do processo de segregação na medida em que se autossegregam.

afirma Villaça (2001 p. 148) “[a] segregação é um processo dialético, em que a segregação de uns provoca ao mesmo tempo a segregação de outros”. Além disso, o principal agente causador desta disparidade social é a desigualdade na distribuição de renda.

Diante disso, discutiremos, agora, dois trabalhos realizados sobre o processo de segregação em metrópoles brasileiras que servirão para exemplificar a abordagem supracitada. As pesquisas de Caldeira (2000) e Villaça (2001), por serem, atualmente, muito referenciadas por diversos autores brasileiros e, mesmo latino-americanos de diferentes áreas do conhecimento nas ciências humanas: Torres (2005), Vasconcelos (2004), Carvalho e Pereira (2008), Sabatini (2003).

Caldeira (2000), a partir de seu estudo sobre a estrutura intraurbana da cidade de São Paulo, define três padrões diferentes para o processo de segregação: cidade concentrada (final do séc. XIX até 1940), centro x periferia (1940-1980) e cidade dos muros (a partir de 1980).

A primeira forma de segregação, denominada de cidade concentrada, estendeu-se do final do século XIX até os anos 1940, período de transição estrutural do capitalismo comercial para o industrial, em São Paulo, Nesta forma de segregação os diferentes grupos sociais se comprimiam em uma pequena área urbana e estavam segregados por diferentes tipos de moradia. Não existia na cidade, ainda, um zoneamento por função das áreas, as fábricas eram construídas perto de casas e comércio, e serviços intercalavam-se com residências. Existia uma acentuada densidade demográfica, tanto de ricos quanto de pobres, na área central da cidade. Destaca-se que as residências dos mais ricos eram mansões localizadas nas áreas mais altas da cidade e os pobres moravam em cortiços nas áreas mais baixas, às margens dos rios Tamanduateí e Tietê.

O segundo padrão, citado por Caldeira (2000), é o mais difundido e o mais utilizado nas pesquisas sobre o processo de segregação socioespacial nas metrópoles brasileiras, que é o centro x periferia. Este padrão configura-se a partir da década de 1940 e vai até a década de 1980, período em que ocorre uma verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira em todo o país, com a população urbana ultrapassando a rural.

Na segregação centro x periferia ocorre a separação entre diferentes grupos sociais, as classes média e alta concentram-se nas áreas centrais, com boa infraestrutura, e os pobres vivem nas periferias precárias da cidade. Neste período, o capitalismo industrial se consolida produzindo uma nova urbanização, essa relacionada a transformação da cidade em lócus, reestruturando seu espaço urbano a uma nova lógica de divisão social do trabalho. Com a produção desta nova urbanização, o espaço urbano é tratado prioritariamente como mercadoria com seus fragmentos intraurbanos possuindo diferentes preços.

Neste momento, o centro da cidade será a área mais valorizada, por possuir melhor infraestrutura e por concentrar os estabelecimentos de consumo, tanto material quanto imaterial. Assim, ocorrem disputas por localização e acessibilidade, onde o poder de compra dos ricos prevalecerá sobre o dos pobres, que são gradativamente retirados do centro da cidade[5].

O terceiro padrão identificado por Caldeira (2000), inclusive destacado por ela como tema principal, é a segregação de proximidade e muros. Seguindo a linearidade histórica, o surgimento deste novo padrão, ocorre a partir da década de 1980, com a expansão da melhoria em infraestrutura para as periferias da cidade; com a diminuição do fluxo migratório; e a dispersão da indústria para cidades menores.

A melhoria da infraestrutura vai propiciar aos incorporadores imobiliários criar um novo tipo de moradia para as classes médias e altas, os condomínios fechados, construídos nestas periferias. Os condomínios fechados dão a possibilidade aos mais ricos de conviver exclusivamente entre iguais, protegidos por enormes muros, cercas eletrificadas e vigiadas por câmaras de vídeo e seguranças particulares. Este tipo de moradia é caracterizado por Caldeira (2000) por enclaves fortificados. No entanto, mesmo autossegregados nestas “fortalezas” estes ricos acabam por morar mais próximos dos pobres, tendo em vista a localização destes condomínios na periferia.

---

[5] Por não ser nosso foco de análise, não nos deteremos nos detalhes de como este processo ocorreu na cidade de São Paulo. O importante é demonstrar a essência do que a autora entende por segregação centro x periferia.

Vale ressaltar que, para a autora, o padrão de segregação centro x periferia ainda prevalece na cidade, uma vez que a maioria dos ricos ainda habita em áreas centrais. Portanto, esse novo padrão de segregação apresenta-se como tendência, uma vez que o medo da violência combinado com a produção imobiliária tem impulsionado, cada vez mais, o deslocamento dos ricos para esse tipo de moradia. Um ponto a se destacar é que com a construção destes condomínios, a tendência é que novos centros urbanos sejam criados próximos dessas áreas, para atender as necessidades de consumo desses moradores, que por enquanto apresentam-se precárias.

Outra pesquisa que exemplifica, muito bem, a abordagem binária: mais ricos *x* mais pobres é a de Villaça (2001), que se destaca por fazer um comparativo do processo de segregação entre as principais metrópoles brasileiras (São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre) com o intuito de identificar as semelhanças e diferenças destes processos nessas diferentes cidades.

Villaça (2001), ao contrário de Caldeira (2000) que define três padrões diferentes de segregação, considera em sua análise apenas a segregação centro x periferia. Para este autor, o processo de segregação, das elites brasileiras metropolitanas, configurada em setores de círculos em uma única zona da cidade, é um exercício de dominação por meio do espaço urbano, onde esta classe dominante comanda a apropriação diferenciada dos frutos, das vantagens e dos recursos do espaço urbano. A principal disputa que está em jogo nas metrópoles é a otimização dos gastos de tempo despendido no deslocamento das pessoas, ou seja, a acessibilidade às diversas localizações urbanas, especialmente ao centro urbano. É esta disputa por acessibilidade que gera os diferentes preços dos solos urbanos, que direcionam os recursos públicos de infraestrutura para uma única área da cidade.

Os resultados de sua pesquisa apontam para a semelhança entre os processos de segregação nas metrópoles brasileiras, sendo que as diferenças se caracterizam mais pela variável tempo que pela variável espaço. O processo de segregação entre as metrópoles são idênticos, com as classes de renda alta se concentrando em um único setor da cidade, próximo ao seu centro principal. As diferenças caracterizam-se pelas distintas fases do processo em cada cidade.

Vale destacar que para o autor, a forma espacial da segregação por classe nas metrópoles brasileiras acontece com a formação de setores e não de círculos concêntricos, como ocorre nas metrópoles dos países de industrialização mais antiga. No contexto social brasileiro, isso se justifica pelo próprio contexto social do país, com uma estratificação social sem uniformidade, a partir da desigualdade social: muito poucos ricos (classe alta e média alta), pequena classe média e muitos pobres e miseráveis. Cabe ressaltar que esta estratificação econômica e social da população tem mudado.

Podemos perceber que estas duas pesquisas possuem em comum a tentativa de identificar a localização dos mais ricos e dos mais pobres dentro da estrutura urbana das cidades, sem realizar uma estratificação mais detalhada das categorias sócio-ocupacionais. Vale ressaltar, que o contexto histórico e geográfico evidencia-se como uma variável importante na explicação de ambos os autores.

2.3.2 Elaboração das tipologias socioespacial a partir das categorias sócio-ocupacionais

Esta abordagem foi implantada no Brasil através da tentativa de Edmund Préteceille de classificar e comparar o processo de segregação em metrópoles de diferentes países. O pioneiro deste tipo de pesquisa no país foi Luís Cesar de Queiroz Ribeiro[6] que desenvolveu, em parceria com Préteceille, uma pesquisa comparativa entre Rio de Janeiro, São Paulo e Paris.

> [...] e esta foi também a orientação do projeto que iniciamos com L. C. Ribeiro para comparação entre Paris, Rio de Janeiro e São Paulo (cf. Préteceille e Ribeiro, 1999) para qual elaboramos categorias sócio-ocupacionais inspiradas nas categorias sócio-profissionais francesas (PRÉTECEILLE, 2004, p. 13).

Vale ressaltar a dificuldade encontrada pelos dois pesquisadores em adequar a categorização francesa à realidade brasileira. Pois as categorias sócio-ocupacionais brasileiras não condizem em conteúdo com a francesa, além disso, há

[6] Realizou outras pesquisas que levavam em consideração a divisão, mais ricos e mais pobres, como o livro “Dos cortiços aos condomínios fechados”, 1997.

uma enorme diferença entre as pesquisas censitárias do IBGE e aquelas produzidas pelo *Institut National de La Statistique et des Études Économiques* (INSEE). Mesmo assim, após esta pesquisa, esta abordagem passou a ser adotada, principalmente, pelos pesquisadores membros do Observatório das Metrópoles, como por exemplo: Ribeiro e Lago (2000), sobre o Rio de Janeiro; Carvalho e Pereira (2008), sobre Salvador.

Nessa abordagem a variável principal para mensurar a segregação é o trabalho, a ocupação vai ser tomada como determinante para estabelecer a posição que o indivíduo ocupa na estrutura social. Expondo genericamente, podemos dizer que este tipo de abordagem metodológica consiste em examinar de que modo as categorias sócio-ocupacionais se distribuem no espaço urbano. Isso é feito analisando a representação de cada categoria em áreas definidas e é baseado em técnicas estatísticas como, análise fatorial por correspondência, seguida de classificação hierárquica. Com isso, chega-se a elaboração de tipologias socioespaciais que podem ser representadas por cartografia social, tendo por referência as categorias sócio-ocupacionais, inspiradas nas categorias socioprofissionais francesas. Ou seja, as tipologias são a expressão geográfica da hierarquia social e são representadas por tipos como superior, média-superior, média, média-popular, popular, popular-inferior e popular-agrícola, tendo como fonte de dados as pesquisas do Censo Demográfico do IBGE.

A justificativa para a aplicação dessa abordagem refere-se à crítica à abordagem binária ricos x pobres, que segundo Préteceille (2004, p. 21), “oculta não só a diversidade dos bairros populares e de suas trajetórias, mas também e sobretudo aquela dos demais bairros da cidade”. Além disso, esta metodologia nos permite perceber com maior eficiência a espacialização dos diferentes grupos sociais no espaço urbano. Podendo ser útil, inclusive, na elaboração de políticas públicas direcionadas a áreas constituídas de determinados grupos sociais.

Vale ressaltar que essa abordagem, mesmo com a vantagem de permitir a percepção da espacialização do diferentes grupos sociais no espaço urbano de uma cidade, também sofre críticas, segundo Sposito (2010, p. 129):

> Não deixam de ser importantes essas iniciativas como instrumento metodológico para ação, se quisermos, por exemplo, decidir onde fazer investimentos públicos. Todo problema, no entanto, decorre de que se esses instrumentos de mensuração e suas variáveis se tornam, para alguns, centrais para ler o mundo e, por meio dessa leitura, tentar desvendá-lo. Quando isso acontece, é provável que a profundidade da compreensão esteja comprometida, porque não se entra no mérito das determinações das desigualdades, mas apenas em sua composição (variáveis), sua quantificação (medida e peso na formulação dos índices) e, quando muito, nas formas de ação para relativizar estas desigualdades. Isso é importante do ponto de vista dos sujeitos sociais que passam por carências de diferentes ordens, mas insuficiente do ponto de vista intelectual, se quisermos contribuir para uma leitura crítica do presente, na perspectiva de um devir melhor.

Além desta crítica sobre a falta de aprofundamento na produção da segregação, é importante destacar alguns problemas relatados por Pasternak[7] (2004). O primeiro, refere-se a dependência dos dados do Censo Demográfico, realizado pelo IBGE, que limita a pesquisa na escolha das variáveis, pois obrigatoriamente tem que se adequar as variáveis adotadas na base do censo. Outro problema, citado pela pesquisadora, diz respeito à dificuldade em comparar períodos diferentes, uma vez que o IBGE tem mudado constantemente o significado de alguns conceitos adotados de um censo para o outro. Segundo Pasternak (informação verbal):

> Vou colocar agora alguns problemas do conceito e da continuação do trabalho. Nós usamos como categoria central a ocupação, e o Censo de 2000 mudou bastante o conceito de ocupação. Antes considerava-se a ocupação do chefe da família, agora considera-se o responsável pela família. Depois, o período de referência para a definição da ocupação em 1991 eram doze meses anteriores ao Censo, em 2001 o período considerado foi a semana do Censo. Em relação à classificação de ocupação, em 1991 utilizava-se uma certa classificação do IBGE, 2000 é a classificação brasileira de ocupações, CNAE, que nem sempre é compatível (FELDMAN, 2004, p. 87 (Transcrição)).

Outro problema que pode ser destacado é a dimensão espacial das tipologias, por ser uma pesquisa realizada, pioneiramente, em metrópoles acaba por

---

[7] Pesquisadora do Observatório das Metrópoles, Pasternakestuda a segregação na cidade de São Paulo por meio da aludida abordagem metodológica. Em debate, promovido e transcrito pela revista Espaço & Debate, ela destacou alguns problemas experenciados em sua pesquisa quanto a aplicabilidade desta abordagem.

ter uma grande extensão e por isso, têm generalizações dentro das próprias áreas das tipologias. Utilizando outra vez como exemplo o relato de Suzana Pasternak sobre sua pesquisa em São Paulo, a pesquisadora afirma que agrupou 17 mil setores censitários, em 691 áreas homogêneas, devido à impossibilidade de se trabalhar com essa quantidade de setores censitários. Nesse sentido, entendemos que as tipologias sócio-ocupacionais criadas em metrópoles, como São Paulo, acabam por não condizer com a realidade, pois estas áreas "homogêneas" mascaram grandes desigualdades socioespaciais, com dimensões espaciais menores dentro das próprias tipologias. Voltaremos a discutir esta questão mais a frente.

Grande parte das pesquisas no Brasil entende a segregação como processo produzido a partir da divisão e disputa entre classes sociais, assim como na França. No entanto, as particularidades da estrutura urbana brasileira a partir de seu contexto histórico geográfico produzem elementos que diferenciam o conceito brasileiro do francês.

Se observarmos a aplicabilidade da segregação sobre a abordagem 'mais ricos *x* mais pobres' podemos perceber que a principal justificativa para sua utilização é a má distribuição de renda, problema social histórico no Brasil. E se observarmos a aplicabilidade do conceito sobre a abordagem das categorias sócio-ocupacionais, que a princípio contradiz a realidade brasileira, por ser inspirada nas categorias socioprofissionais francesas, revelam mais alguns elementos que reforçam a importância do contexto para a definição de segregação no país.

O primeiro elemento a ser destacado é que mesmo sendo as categorias sócio-ocupacionais criadas com base nas categorias socioprofissionais francesas, seu conteúdo qualitativo é diferente. Por exemplo, o que se entende como sendo "classe superior" na França, não é a mesma coisa que se entende por "classe superior" no Brasil e isso vale para todas as outras categorias sócio-ocupacionais.

Outro ponto que merece ressalva sobre a influência francesa na segunda abordagem, diz respeito a um fator que, às vezes, passa despercebido, mas que faz parte da realidade brasileira e, portanto, condiz com seu contexto histórico e geográfico que é a influência francesa na academia brasileira. Desde a fundação da

Universidade de São Paulo (USP), com a chegada de professores como: Roger Batiste, Paul Arbousse-Batiste, Fernand Braudel, Lévi-Strauss, Pierre Monbeig e etc., até a influência direta ou indireta de autores franceses nas pesquisas brasileiras.

2.3.3 Diferenciações a partir da escala do recorte espacial analisado: a abordagem do conceito de segregação e sua aplicabilidade em cidades não metropolitanas

Os estudos sobre segregação em cidades não-metropolitanas ainda são recentes e escassos, devido à prioridade que sempre foi dada à metrópole em estudos urbanos em geral. Mesmo assim podemos perceber que, a partir de 2000, surgiram alguns trabalhos importantes que abordam a temática em cidades médias, dentre os autores podemos citar: Sposito (2006), Sobarzo (2006) e Silva (2006). De maneira geral, a abordagem do conceito atende a categoria binária, divisão entre ricos e pobres, e sua análise tem como objeto a reestruturação dos espaços urbanos em cidades médias, por meio da produção de loteamentos fechados. Uma característica importante sobre a concepção teórica que norteia estes trabalhos é que, mesmo seguindo o paradigma marxista, sua principal influência parte da perspectiva *lefebvriana* de produção do espaço e não *castellsiana* como a dos pesquisadores das metrópoles.

Neste tópico destacaremos a pesquisa realizada por Sposito (2006), sobre a produção dos loteamentos fechados em cidades médias paulistas, como forma de demonstrar as especificidades dos estudos sobre segregação em outro recorte que não o da metrópole. A justificativa na escolha desta pesquisa está justamente em sua amplitude, pois ao contrário de outras pesquisas esta aborda a realidade urbana não apenas de uma cidade média, mas de três: São José do Rio Preto, Presidente Prudente e Sorocaba.

A questão principal que se coloca na pesquisa de Sposito (2006) e, de modo geral, em outros estudos que abordam realidades não-metropolitanas é saber qual a especificidade e a universalidade da manifestação do fenômeno em comparação com a metrópole. No caso particular desta pesquisa, também, entre cidades da

mesma ordem de grandeza, no caso cidades médias paulistas. Abordaremos, portanto, as especificidades e as universalidades destacadas pela autora.

Começaremos pelas universalidades, entendendo-as como a generalização do processo. Neste caso, a universalidade consiste na reprodução dos padrões de segregação identificados por Caldeira (2000) em seu estudo sobre São Paulo. Sposito (2006) identificou que, até a década de 1990, prevalecia nas cidades estudadas o padrão centro x periferia, com os ricos morando próximo ao centro e os pobres habitando na periferia da cidade, em conjuntos habitacionais criados pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH) ou moradias autoconstruídas. A instalação dos loteamentos fechados vai reproduzir o padrão atual de segregação da cidade de São Paulo, denominado por Caldeira (2000) de enclaves fortificados. Nesse sentido, a própria instalação dos loteamentos fechados, que a priori surge como forma de moradia para as metrópoles, tem se espalhado em espaços urbanos não-metropolitanos por empresas que criam e disseminam através do marketing um modo de vida imitativo da vida metropolitana. Este evento simboliza a universalidade do processo.

As especificidades são identificadas dentro desta universalidade que podemos definir como a manifestação e reprodução do próprio urbano no espaço. Nesse sentido, a dimensão do recorte espacial é decisiva para determinar as especificidades do processo. Dentro desta perspectiva abordaremos o que Sposito (2006) entende como específico na reprodução dos loteamentos fechados nas cidades médias paulistas.

A primeira especificidade identificada pela autora, diz respeito ao interesse dos moradores de cidade do interior em se dissociar do mundo rural e a procura de uma identidade com o mundo urbano. Este argumento está intimamente associado ao passado rural da maioria das cidades médias brasileiras, que surgem como cidades locais e, com o passar do tempo, transformam-se em cidades do agronegócio, graças à demanda de consumo produtivo criada pela agricultura científica, implantada no entorno destas cidades. Nesse sentido, enquanto nas metrópoles o discurso por qualidade de vida está no retorno à natureza, conforme Henrique (2009), nas cidades médias o discurso por tê-la está na reprodução do modo de vida metropolitano.

Outra peculiaridade identificada por Sposito (2006) refere-se ao baixo preço das terras disponíveis, e ainda não loteadas, em cidades médias. Segundo a autora este fator possibilita maior vantagem para os agentes imobiliários, pois nessas cidades a disputa pelo solo urbano é menos acirrada que nas metrópoles, permitindo que a localização para a implantação dos loteamentos fechados de grande porte ocorra muito próximo, ou mesmo na área urbana já constituída. Diferentemente, nas metrópoles os loteamentos fechados estão sendo construídos, cada vez, mais distantes dos centros de consumo. Isso tem possibilitado o surgimento de novas centralidades, para atender a esta nova demanda instalada na periferia. A reestruturação intraurbana das cidades médias tem se constituído pela fragmentação mais coesa do espaço urbano, na medida em que a cidade se torna extensa e difusa, pois os loteamentos fechados criam os muros dentro dela. Além, de separar os moradores segundo suas possibilidades econômicas, os muros criam barreiras para a livre circulação dos citadinos.

Sposito (2006) identificou também que a maioria dos loteamentos fechados se situa em apenas uma zona da cidade, o que também foi verificado por Villaça (2001) em sua pesquisa sobre as metrópoles brasileiras, no entanto, a especificidade está na escolha da localização destes loteamentos instalados à margem das rodovias que ligam estas cidades à São Paulo. Isso porque muitos dos moradores destas habitações trabalham na metrópole e residem na cidade média ou tem o domicílio como segunda moradia. Dentre as especificidades citadas pela autora esta última é a que menos se aplica a totalidade das cidades médias brasileiras, uma vez que este fato diz respeito à proximidade destas cidades com a metrópole de São Paulo. Em outras cidades médias, fora da região concentrada, onde a conexão com as metrópoles é menos densa, este evento pode não se repetir.

Assim, nesta pesquisa utilizaremos o conceito de segregação como categoria de análise espacial com a perspectiva de análise das desigualdades sociais dentro do paradigma marxista. A dimensão do recorte espacial da cidade que nos propomos a estudar e sua função enquanto cidade do agronegócio serão elementos cruciais para a especificidade do conceito, a partir do contexto histórico e geográfico.

2.4 CONSIDERAÇÕES

A proposta deste texto foi de chamar atenção para a complexidade que envolve o conceito de segregação que, a princípio, parece ser apenas uma mera espacialização de grupos sociais sobre o espaço intraurbano das cidades, mas que na verdade revela ou reflete elementos importantes da estrutura social e econômica de cada país. Entendemos que o conceito de segregação apresenta-se como um "conceito flexível", uma vez que seu significado e sua aplicabilidade possuem diferenciações significativas em diversas pesquisas. Defendemos a ideia de que pelo menos três elementos são cruciais nesta "flexibilidade do conceito":

1. A concepção teórica como princípio norteador adotado pelo pesquisador na escolha das variáveis a serem analisadas: Neste aspecto, podemos perceber que na escolha da concepção teórica, embora ocorra variação dentro de cada país, persiste um predomínio quanto a escolha da concepção adotada na maioria das pesquisas e este fato está intimamente relacionado ao terceiro elemento citado - o contexto histórico e geográfico. Como por exemplo: o caso brasileiro, onde o paradigma marxista domina na maioria das pesquisas.

2. A escolha da abordagem metodológica de cada pesquisador: Pelo menos no caso brasileiro, este elemento é muito significativo para a diferenciação do conceito no país, que mesmo com a predominância da concepção teórica marxista, apresenta algumas variações entre os pesquisadores, embora consideremos que esta diferenciação não é o elemento preponderante, mas tem influência direta da área de conhecimento de cada um deles. A afirmação de Villaça (informação oral)[8], define bem essa argumentação: "Portanto, conceito de segregação varia conforme a finalidade da pesquisa, e está, por sua vez, articulada com essas questões de explicação, constatação e medição"(FELDMAN, 2004, p. 94 (Transcrição)).

3. O contexto histórico e geográfico: Esse elemento apresenta-se como o mais significativo e serve, inclusive, como uma possível explicação para a complexidade que envolve o conceito de segregação. Afinal, esse não pode ser interpretado isolado do contexto histórico e geográfico específico do país

[8] Obtida quando o autor participou de um debate, organizado pela revista Espaço & Debate, em dezembro de 2003, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) – Maranhão.

estudado, que possui particularidades da sua formação econômica e social. Isso pode, inclusive, gerar variação em escala regional e local.

Na nossa análise, a flexibilidade do conceito de segregação e sua aplicabilidade não se apresentam como um problema teórico e metodológico para as pesquisas urbanas, desde que seja entendido enquanto categoria espacial de análise, sendo aplicado em consonância com contexto histórico e geográfico próprio do país. Atendendo esta prerrogativa, o conceito de segregação será sem dúvida um instrumento teórico importante de análise da realidade. Mas, se aplicado fora de contexto, transposto de uma realidade social para outra, será um conceito obstáculo, pois não corresponderá aos processos específicos do espaço estudado.

3 A ANÁLISE DO CONTEXTO E HISTÓRICO GEOGRÁFICO DA PRODUÇÃO ESPACIAL DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES

Entendemos a segregação socioespacial como um processo que se desenvolve na escala intraurbana da cidade. No entanto, acreditamos que sua produção não se limita apenas à escala do espaço intraurbano. Eventos que ocorrem em escalas espaços-temporais diversas (local, regional, nacional, global) podem ser entendidos como a força motriz que irá caracterizar a configuração deste processo em diferentes cidades.

Corrêa (2003) em uma nota sobre o urbano e a escala, publicada na Revista Território, nos chamou atenção sobre a riqueza de possibilidades de se analisar o urbano sobre diferentes escalas complementares. O autor entende que limitar a análise do urbano a uma única escala (dicotomia entre rede urbana ou espaço urbano) é o mesmo que proporcionar uma visão deformada deste urbano.

> A operação escalar não introduz essa visão deformada, geradora de dicotomia, mas, ao contrário, ressalta as ricas possibilidades de se analisar o mundo real, o urbano no caso, em dois níveis conceituais complementares. Assim, processos sociais ocorrendo no âmbito da rede urbana, como a modernização do campo, pode gerar correntes migratórias que, por meio de etapas migratórias, finalizem em favelas na grande cidade, conformando o espaço urbano. Por outro lado, a modernização do campo pode resultar de interesses industriais vinculados às grandes empresas com sedes na área central da cidade. Há, assim, conexões entre escalas, espaciais e conceituais, distintas. As duas escalas contribuem decisivamente para dar unidade à análise geográfica do urbano (CÔRREA, 2003, p. 136).

Entendemos como eventos[9] a atuação de diversos agentes (governo federal, estadual, municipal, empresas internacionais e nacionais, imigrantes, população nativa), guiados por diferentes objetivos, com atuação direta ou indireta sobre a cidade, mas que de alguma maneira vão interferir na produção de seu espaço urbano. O conjunto destes eventos desencadeados em diferentes escalas espaços-temporais e que de alguma maneira interferiu na produção do espaço urbano de Luís Eduardo Magalhães, é o que chamaremos de contexto.

---

[9] Sobre o conceito de evento ver: SANTOS, Milton. O tempo (os eventos) e o espaço. In: SANTOS, Milton. *A Natureza do espaço.* São Paulo: Edusp, 2008, p.143-168.

O contexto é uma das variáveis que utilizamos em nossa pesquisa para analisar o processo de segregação. A importância em se considerar esta variável é que através dela podemos perceber as particularidades do fenômeno urbano no Brasil, dando ênfase as especificidades locais de cada cidade e como essas interferem na produção da segregação.

O objetivo deste capítulo é o de reproduzir o contexto sobre diferentes escalas espaços-temporais que permitiram a formação econômica e social da cidade de Luís Eduardo Magalhães. Nossa análise foi dividida em três etapas: Na primeira, abordaremos o processo de urbanização em escala nacional, daremos ênfase a implantação das sucessivas divisões sociais e territoriais do trabalho sobre o território brasileiro e suas implicações sobre as sucessivas formas do urbano, inclusive ressaltando a relação campo-cidade. Na segunda, tentaremos demonstrar como a Bahia foi introduzida neste processo (escala regional). Na terceira etapa: destacaremos os eventos que atingiram, direta ou indiretamente, a Região Oeste da Bahia, resignificando o seu conteúdo e sua forma (escala microrregional) possibilitando o surgimento de uma nova cidade, Luís Eduardo Magalhães.

3.1 AS SUCESSIVAS DIVISÕES SOCIAIS E TERRITORIAIS DO TRABALHO E O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO BRASILEIRO

O processo de urbanização brasileiro está sendo abordado pelo ângulo da implantação e reestruturação da divisão internacional do trabalho, que vai produzir e reestruturar o urbano no país. Nesse sentido, utilizaremos a análise de dois autores que abordam a urbanização brasileira nesta perspectiva: Oliveira (1982) que enfatiza a divisão social do trabalho, e Santos (2009) que destaca a divisão territorial do trabalho. Estes dois autores são imprescindíveis em nossa análise, pois nos dão suporte para entendermos como o processo de urbanização se manifesta nas escalas conceituais: rede urbana e espaço intraurbano. O primeiro demonstra a gênese da organização intraurbana brasileira e o segundo, nos mostra como este urbano vai se expandindo de modo desigual por todo o território brasileiro.

Segundo Oliveira (1982), pode-se dizer que a urbanização no Brasil teve três formas, cada uma atendendo a uma divisão social do trabalho imposta sobre a

lógica capitalista da produção do espaço. Cada divisão social do trabalho vai corresponder a lógica de uma das fases do capitalismo: comercial (séc. XV até 1930), industrial (1930 – 1950) e monopolista (1950 até os dias atuais).

Para explicar a produção do espaço brasileiro, Santos (2009) também se remete a uma periodização. O autor divide a história brasileira em três períodos: o natural, técnico e o técnico-científico-informacional, que também está fundamentada na divisão internacional do trabalho.

No período denominado de natural por Santos (2009), que coincide com o período do capitalismo comercial de Oliveira (1982), a divisão do trabalho em escala local ou regional no Brasil era entre campo e cidade. O campo como sede do aparelho produtivo e a cidade como sede do capital comercial e do aparelho burocrático. Na prática, a relação entre campo e cidade consistia em produções cíclicas no campo de monoculturas (ciclo da cana-de-açúcar, ciclo do café), mineração (cidades do diamante e cidades do ouro) e extrativismo (ciclo da borracha), todos de caráter exportador. Esta produção se concentrava em poucas cidades, denominadas por Oliveira (1982) de sede do capital comercial e do aparelho burocrático de Estado.

Entender a cidade como sede do capital comercial e não apenas como a sede do aparelho burocrático do Estado no período que antecede a industrialização brasileira, é na visão de Oliveira (1982). uma forma de corrigir um equívoco de que no Brasil a urbanização só ocorre após a industrialização. Para o autor,

> [...] é evidente que a industrialização vai definir o que é esse urbano exatamente porque ele passa a ser a sede não só dos aparelhos burocráticos do Estado quanto do capital comercial, passando a ser a sede do novo aparelho produtivo que é a indústria. Isso tem nos levado a desprezar, de certa forma, a formação urbana dentro das condições da economia agroexportadora [...] a famosa urbanização sem industrialização. [...] o tamanho de uma cidade como Recife, que desde o século XIX em termos relativos evidentemente era uma cidade bastante grande, não se explica se não se tiver em conta a sua função de sede do capital comercial (OLIVEIRA, 1982, p. 38).

As cidades (como sedes do capital comercial) tinham a função de exportar a produção para a Europa e receber os produtos manufaturados que entravam no

país, através da importação. Este tipo de divisão internacional do trabalho vai perdurar no Brasil por três séculos e vai proporcionar a implantação dos circuitos regionais de produção.

Esta organização econômica produziu o que Santos (2009) chamou de urbanismo de fachada e Oliveira (1982) denominou de urbanização pobre. Esta primeira urbanização do Brasil caracterizava-se por poucas, mas grandes cidades isoladas como arquipélagos com ligação apenas com sua área de influência em sua hinterlândia e com países distantes, através do oceano Atlântico, sem a possibilidade de constituição de uma rede urbana.

De 1920 a 1940 temos, para Santos (2009), o período técnico e o correspondente à fase do capitalismo industrial, para Oliveira (1982). Os dois autores convergem ao afirmar que este período foi de transição entre uma economia essencialmente agroexportadora, organizada em circuitos de produção regional, para uma industrial e urbana, estruturada em um circuito espacial de produção.

Sobre este período, Oliveira (1982) concentra sua análise na organização da divisão social do trabalho nas indústrias dando ênfase a concentração espacial dentro de uma única cidade. Com a implantação da indústria, a partir de 1920, muda-se a lógica da divisão social do trabalho em escala local ou regional, a cidade, sede do capital comercial e do aparelho burocrático vai acumular também a função de sede do aparelho produtivo, a indústria (conduz ao que Oliveira (1982) chamou de autarquia da cidade).

Até então, o aparelho produtivo concentrava-se no campo com a monocultura de produtos agrícolas, prevalecia a autarquia do campo, que neste período se modificou à cidade. É importante enfatizar que a industrialização que se projeta neste momento possuía uma divisão social do trabalho concentrada na cidade. A indústria era obrigada a instalar toda uma complexa divisão social do trabalho para produzir um único bem. Este aspecto é bem retratado pelo autor:

> A indústria vai conter dentro de si uma divisão social do trabalho muito mais complexa do que aquela que seria determinada pelo exclusivo processo fabril de produção da mercadoria final. Isto é bastante evidente. Cidades como Paulista, em Pernambuco, e Votorantim, em São Paulo, são exemplos onde a indústria para se

> instalar teve que simultaneamente instalar uma cidade, desde fazer a casa para o operário (o que em muitos casos parecia um pouco o idílio entre capital e trabalho), e até uma complexa divisão social do trabalho no interior da própria fábrica (OLIVEIRA, 1982, p 43).

Por sua vez, Santos (2009) concentra sua análise na divisão territorial do trabalho dando ênfase a mecanização do território brasileiro, na direção de uma integração nacional dos circuitos de produção para a constituição de um mercado interno ao capital internacional.

Para o autor, neste período, começa uma fase de transição de uma economia marcada por circuitos de produção regional isolados entre si, para outra constituída de um único circuito de produção espacial, formada por uma rede de cidades que se articulam. No entanto, neste período de transição, entre 1920 a 1940, esta integração ocorre muito timidamente apenas entre São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, ocorrendo, portanto, o que Santos (2009) chamou de integração incompleta. O que marca este período é que o Brasil começa seu processo de mecanização com a instalação de máquinas de produção e máquinas de circulação no território (construção de usinas elétricas, construção de estradas de ferro, melhorias dos portos, a criação dos meios de comunicação).

A terceira fase é marcada para Oliveira (1982), pela instalação do capitalismo monopolista no Brasil e na concepção de Santos e Silveira (2008), pela integração nacional do território brasileiro aos circuitos espaciais de produção internacional. Para Oliveira (1982), esta nova fase começa em 1950, com o governo de Juscelino Kubitschek. Santos e Silveira (2008) prefere se dirigir a este período como técnico-científico e informacional, remetendo seu início ao pós Segunda Guerra Mundial sem datar uma época específica de sua iniciação.

Para entender melhor o urbano que se configura nos dias atuais é importante a análise da nova divisão internacional do trabalho que se anuncia neste período. Entendendo-a como divisão social e territorial do trabalho. Scarlato (1996), em nossa opinião, define bem essa nova divisão internacional do trabalho. Segundo o autor:

> Os anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial marcaram mudanças na divisão internacional do trabalho, pois grandes

> empresas multinacionais passaram a instalar subsidiárias em vários países subdesenvolvidos. Ao invés de exportar para estes os bens de consumo, passaram a exportar capitais e tecnologias para neles se implantarem com suas indústrias (SCARLATO, 1996, p. 339).

Para tanto, Oliveira (1982) vai demonstrar como o estilo de organização da divisão social do trabalho das empresas internacionais vão criar uma nova estrutura intraurbana nas cidades brasileiras. Santos (2009), por sua vez, dentro de sua análise sobre a divisão territorial do trabalho demonstra como este modelo de urbanização, definida por ele como urbanização corporativa (empreendida sob o comando dos interesses de agentes hegemônicos), vai se expandir (em redes) por todo o território nacional através da dispersão e diversificação das diferentes etapas de produção e comércio das empresas, principalmente internacionais, em distintas cidades e regiões agrícolas do país.

Para Santos (2009) após a Segunda Guerra Mundial inaugura-se no Brasil um novo período, o técnico-científico e informacional. Neste período, a divisão territorial do trabalho é marcada pela presença da ciência, da técnica e da informação na remodelação do território. O intuito é de produzir uma integração entre os circuitos regionais já existentes permitindo uma atuação do capital em escala nacional. Assim, o autor destaca três fatos como essenciais para a compreensão deste período, no caso brasileiro: 1. Desenvolvimento muito grande da configuração territorial; 2. Desenvolvimento da produção material tanto industrial quanto agrícola e; 3. Desenvolvimento de novas formas de produção não-material.

1. Desenvolvimento muito grande da configuração territorial: Entre 1950 e 1970 o Estado começa o processo de modernização do território brasileiro com a instalação de objetos técnicos (usinas hidroelétricas, estrada de rodagens, ferrovias, hidrovias e infovias) que garantisse a dispersão da indústria e a dispersão da fazenda por todo o território nacional. “O desenvolvimento da configuração territorial na fase atual vem com um desenvolvimento exponencial do sistema de transporte e do sistema de telecomunicações, e da produção de energia” (SANTOS, 2009, p. 41). Nesta fase, o Estado brasileiro assume uma espécie de parceria público-privada onde o estado toma para si o ônus deste processo de produção e o capital privado fica com os lucros.

2. Desenvolvimento da produção material tanto industrial quanto agrícola: Com a mudança na estrutura de circulação e distribuição muda-se também a estrutura de produção tanto na indústria quanto no campo. As indústrias e as fazendas tornaram-se dispersas pelo território nacional. Implanta-se no Brasil uma nova divisão do trabalho caracterizada pelo espalhamento de filiais de empresas nacionais e, sobretudo, internacionais por pontos selecionados do território brasileiro. Santos (2009) fala da dispersão não só da indústria como também da fazenda, por entender que não só as indústrias se modernizaram, mas também o campo – com a utilização de técnicas da ciência que permitiram a implantação de novas culturas (soja, trigo, cítricos) e expansão de novas fronteiras agrícolas pelas áreas interioranas do país. Nesse sentido, a divisão do trabalho clássica caracterizada pela divisão entre campo e cidade, dos períodos anteriores, passa por profundas e complexas alterações. Hoje, podemos dizer que temos regiões urbanas com atividades agrícolas e regiões agrícolas com áreas urbanas.

Santos Filho (1988, p. 75) define muito bem esta nova dialética entre campo e cidade. Para o autor a modernização do campo readéqua a dinâmica urbana às novas exigências de apropriação do produto regional. Por sua vez, é justamente esta redefinição da função da cidade para dar suporte à produção agrícola moderna que permite a reprodução do próprio campo.

A implantação desta nova lógica de produção vai ocorrer de maneira desigual no Brasil. No Sudeste e Sul, a modernização do território vai ser mais contínua produzindo o que Milton Santos e Maria Clara Torres Ribeiro denominaram de Região Concentrada, no restante do país esta modernização vai ocorrer em alguns pontos e manchas descontínuas selecionadas e, de alguma forma, conectadas a Região Concentrada. Este processo de integração pode ser dividido em duas fases: a primeira, caracterizado por uma integração concentradora que vai até o final da década de 1960 e; a segunda marcada pela difusão da modernização (capital, tecnologia e formas de organização) por todo o território.

Segundo Sposito (2007), a primeira fase de concentração espacial pode ser entendida dentro da lógica de organização do trabalho fordista. Enquanto, a segunda de desconcentração espacial, com a difusão da modernização pelo

território nacional, pode ser apreendida pela sobreposição destas formas de produção fordistas, pelas de produção flexíveis.

3. Desenvolvimento de novas formas de produção não-material: Neste fato, Santos (2009) se refere à expansão de novas demandas de consumo e não apenas ao de materiais produtivos. A produção não-material seria os serviços como: educação, saúde, lazer, informação e esperança. Este aspecto, levantado por Santos (2009), converge com a ampliação do terciário, ressaltado por Oliveira (1982), para quem o surgimento e expansão da classe média no Brasil possibilitou o aparecimento de novas demandas de consumo. A dispersão das indústrias e a dispersão das fazendas foi o que permitiu a expansão desta urbanização caótica das grandes cidades definida por Oliveira (1982), como o urbano das classes médias.

> Esse terciário, que no primeiro momento da industrialização cresceu horizontalmente, devido à falta de aparelhamento das cidades e devido ao próprio processo autárquico da industrialização, agora se revela de outra forma: através da criação de uma série de empresas ligadas a esses processos de circulação das mercadorias do capital e que são a sede por excelência das chamadas classes médias, transformando, portanto, de uma forma muito radical a estrutura de classes na sociedade brasileira (OLIVEIRA, 1982, p. 50).

Dentro desta perspectiva, assinalada por Oliveira (1982), a nova divisão internacional do trabalho com a implantação de empresas internacionais traz profundas alterações na estratificação social do país. Segundo o autor, as empresas internacionais implantaram, no Brasil, um novo estilo de organização – com uma complexa divisão social do trabalho, destacando o trabalho improdutivo (funções de gerência sobre o trabalho produtivo: gerentes, gestores, especialistas em mercadologia). A consequência disto é, para o autor, o surgimento da classe média no país.

Para Oliveira (1982), a consolidação desta classe média vai ampliar o setor terciário, que nada mais é do que a expressão das funções de circulação das mercadorias (como publicidade, transporte), de circulação do capital (como o sistema bancário). O autor é enfático ao afirmar que o urbano no Brasil são as classes médias, pois essa surge com enorme peso político e social, ditando as

demandas a serem sanadas dentro da cidade pelo Estado, que por sua vez negligencia as demandas das classes mais baixas.

Resguardadas as divergências, Oliveira (1982) e Santos (2009) convergem ao afirmar que o processo de urbanização que se configura, atualmente, no Brasil seria este terciário (ou quaternário?). A indagação é feita por Santos (2009), devido a crescente expansão do setor pelo país. Santos (2009) divide o terciário em dois tipos diferentes de consumo que, no entanto, se combinam: o consumo produtivo, que corresponde ao comércio de produtos, matéria-prima, equipamentos, entre outros, que permitem as empresas produzirem seu produto final; e o consumo consumptivo que corresponde ao comércio de produtos materiais ou não-materiais que tem a finalidade de sanar as necessidades básicas ou compulsivas da sociedade (comida, roupa, eletrodomésticos, cursos, plano de saúde e etc.). A análise do desenvolvimento desta terciarização pode nos indicar como o processo de urbanização se configura nas cidades tanto em escala intraurbana, como na escala da rede urbana.

Na escala intraurbana, o espaço urbano das cidades produzido dentro da perspectiva da urbanização enquanto terciarização vai depender da inserção desta cidade na rede da divisão internacional do trabalho. Quanto mais esta cidade se apresenta como ponto luminoso ao capital monopolista, maior será a contradição na produção de seu espaço urbano, isso independente de seu tamanho demográfico. Hipoteticamente, as cidades tendem a possuir uma morfologia urbana organizada, predominantemente, segundo a lógica: centro x periferia. Neste sentido, existe uma área central que, geralmente, é o centro comercial para atender ao consumo consumptivo e produtivo. Essa área tende a possuir maior atração por justamente concentrar o consumo, portanto, é também a mais valorizada da cidade. A disputa pela acessibilidade a essa área permite que as localizações próximas dessa sejam mais valorizadas economicamente.

Autoras, como Tereza Caldeira e, Maria Encarnação Sposito, começam a identificar nesta morfologia urbana, organizada sobre a lógica centro x periferia, uma nova tendência caracterizada pela redefinição de algumas áreas periféricas. Sendo estas áreas vistas como lugar de moradia para classes alta e média, a partir da

implantação de condomínios e loteamentos fechados. Esta nova lógica de produção da morfologia urbana, Caldeira (2000) denominou de reestruturação da cidade.

No que se refere à rede urbana (escala interurbana), com base em Santos e Silveira (2008), podemos identificar uma grande variação entre as diferentes cidades, a depender de como este terciário se desenvolve em cada uma delas. Ressalta-se que o modo como o terciário configura-se na cidade depende da inserção na nova divisão internacional do trabalho. De grosso modo, podemos dizer que a rede urbana brasileira é constituída de metrópoles, cidades médias e cidades pequenas (ou o que Santos (2009) prefere chamar de cidades locais). Cada uma destas categorias de cidades possui um desenvolvimento diferenciado do terciário, por isso possuem realidades distintas.

As metrópoles acumulam uma porção, variada e complexa, de atividades econômicas relacionadas ao terciário. Esta variação vai desde atividades mais modernas, do circuito superior da economia, até aquelas inerentes ao circuito inferior da economia. “A extrema variedade de capitais nelas presentes, tanto fixos como variáveis, assegura a possibilidade de uma extrema variedade de trabalho” (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 286), o que faz das grandes cidades um lugar mais atrativo ao pobre, involução urbana. Este fluxo migratório, principalmente de pessoas pobres, faz com que as metrópoles brasileiras continuem a crescer, metropolização.

As cidades médias possuem, geralmente, uma especialização em suas funções econômicas. Essas guiadas pela dispersão das indústrias e pela dispersão das fazendas através da nova divisão do trabalho. Esta especialização vai ocorrer a partir da demanda do consumo produtivo de atividades, geralmente, agrícolas que são desenvolvidas no entorno destas cidades.

Sposito Et. All. (2007) identificaram algumas dinâmicas que redefinem o papel das cidades médias na rede urbana: a) Difusão da agricultura científica e do agronegócio; b) Desconcentração da produção industrial; e c) Difusão do comércio e dos serviços especializados. No entendimento de Santos (2009), para ser uma cidade média, essa tem que possuir um terciário cujo grau de complexidade seja capaz de atrair uma aglomeração maior que 100 mil habitantes. O crescimento desta

categoria de cidades, em termos demográficos, caracteriza-se como desmetropolização. Portanto, no Brasil, temos os processos de metropolização e desmetropolização ocorrendo atrelados e concomitantes.

Nas cidades pequenas é onde podemos perceber uma maior variação no conteúdo qualitativo do urbano que se apresenta como terciarização. Este urbano vai se apresentar de maneira equivalente ao seu grau de inserção dentro da nova divisão internacional do trabalho. Se, determinada cidade pequena se localiza em um subespaço atrativo ao capital monopolista (área de expansão de fronteira agrícola), ela consequentemente terá seu espaço urbano especializado pelo consumo produtivo e consumptivo, gerado por esta lógica de produção. Nesse caso, estas cidades pequenas tendem a crescer em um ritmo acelerado. Numa situação hipotética oposta, caso a cidade pequena seja um espaço opaco ao capital monopolista, ou seja, esteja fora das redes da nova divisão internacional do trabalho, então estas cidades não desenvolverão um consumo produtivo e terão uma urbanização caracterizada por um simples consumo consumptivo. E, estas cidades tendem ao decréscimo populacional.

Santos (2009) classifica as cidades médias como intermediárias e as pequenas como cidades locais. Entendendo esta última categoria, tanto como subespaços luminosos quanto subespaços opacos. Todavia, nesta pesquisa não entendemos que todas as cidades pequenas possam ser classificadas como cidades locais. Este termo será aplicado apenas às cidades pequenas que são subespaços opacos ao capital monopolista. As cidades pequenas que são subespaços luminosos ao capitalismo monopolista possuem uma dinâmica espacial que transcende a escala do local, tendo inclusive o destino de seu território altamente dependente de agentes e eventos exógenos com atuação em escala global. Nesse sentido, achamos prudente fazer esta distinção.

Nesta pesquisa defendemos a ideia de que a segregação socioespacial mais do quê um mero conceito, cuja aplicabilidade está condicionada a sua manifestação, ou não, em um determinado espaço intraurbano, deve ser entendido como uma categoria de análise espacial. Assim, sua aplicabilidade nos permite perceber a dinâmica de produção do espaço intraurbano de cada cidade.

Portanto, para entender como a segregação socioespacial é produzida em Luís Eduardo Magalhães, é necessário compreender o papel que esta cidade desempenha na rede urbana brasileira. Nesse sentido uma categorização de cidade criada por Santos (2009), denominada de cidade do campo, e depois redefinida por Elias (2007) como cidade do agronegócio, nos parece o conceito operacional que diz muito sobre as características deste território.

As cidades do agronegócio se consolidam no Brasil como produto espacial do processo de modernização do território nacional, para atender as exigências da nova divisão internacional do trabalho que se anuncia no meio técnico-científico e informacional. Nesse período, a divisão territorial do trabalho é marcada pela ampliação e expansão do processo de produção industrial e agropecuário em pontos e manchas específicos do território nacional através da seletividade espacial. Isso foi possibilitado pela presença da ciência, da técnica e da informação permitindo uma atuação do capital em escala nacional.

O processo de reestruturação produtiva, da agropecuária brasileira, dentro desta recente lógica de divisão social e territorial do trabalho é, sem dúvida, um dos principais fatores que promoveram uma nova realidade urbana no Brasil. A modernização do campo, pela introdução da ciência, da tecnologia e da informação, fez surgir um novo modelo técnico, econômico e social de produção agropecuária, denominado por Elias (2006) de agricultura científica. A ampliação deste novo modelo de produção pelo território brasileiro, por meio dos circuitos espaciais de produção, fez emergir no país uma nova realidade urbana.

Segundo Santos (2009), a ampliação da urbanização brasileira no período atual tem como principal fator a modernização do campo. À proporção que o campo se moderniza, requerendo máquinas, implementos, componentes, insumos materiais e intelectuais indispensáveis à produção, ao crédito, à administração pública e privada, cria-se neste campo uma nova demanda de consumo. Essa não mais baseada apenas na comercialização de bens materiais e imateriais para a satisfação do consumo pessoal (básico ou supérfluo), mas, sobretudo surge a necessidade pelo consumo produtivo caracterizado pela comercialização de bens materiais e imateriais, capazes de garantir a produção agrícola no campo.

Nesse sentido, a demanda pelo consumo produtivo rural possibilita emergir novas cidades ou reestrutura centros urbanos já existentes com o intuito de garantir o suporte à produção agrícola, cada fez mais moderna. Eis que surge por todo território nacional as cidades do agronegócio, que segundo Elias (2006, p. 294) "[...] é aquela cujas funções de atendimento às demandas da agricultura científica globalizada são hegemônicas sobre as demais funções". As cidades do agronegócio são essencialmente econômicas, o que repercute diretamente na (re)estruturação de seu espaço intraurbano. A urbanização que se constitui nestes espaços, traz consigo alguns elementos do urbano corporativo reproduzido nos grandes centros urbanos, com algumas especificidades, como:

A. Instalação de indústrias (em sua maioria ligada à cadeia produtiva da agricultura científica, as agroindústrias) especializadas e organizadas em arranjos territoriais produtivos, mas interligadas com centros de comandos e de distribuição, e com outras indústrias situadas em localidades estratégicas distantes, fenômeno da indústria dispersa, organizadas em circuitos de produção espaciais;

B. Aumento da terceirização, com o surgimento de novas categorias sócio-ocupacionais ligadas à cadeia produtiva do agronegócio, até o momento estranha ao território (gerentes e diretores de empresas, agrônomos, veterinários, profissionais especializados em marketing, agentes mobiliários, operadores de máquinas agrícolas, operários da indústria, engenheiros, bancários, entre outros), cria-se uma nova estratificação social na cidade. Isso gera outra reestruturação de seu espaço intraurbano, com o intuito de sanar as demandas de consumo desta nova classe social.

C. Acelerado crescimento populacional, cidades que em poucos anos duplicaram sua população, promovendo a especulação imobiliária (construção de condomínios fechados horizontais ou verticais e a favelização).

Portanto, pode-se dizer que no período técnico-científico-informacional, várias cidades não-metropolitanas se enquadram na categoria de cidade do agronegócio. Por isso, entendemos que estudando a (re)produção do urbano, destacando as

especificidades e as singularidades inerentes a esta categoria, podemos entender melhor o processo de urbanização ao qual o Brasil está submetido.

3.2 A INSERÇÃO DA BAHIA NAS SUCESSIVAS DIVISÕES TERRITORIAIS DO TRABALHO E SEU PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

No que se refere às distintas fases de implantação das divisões territoriais de trabalho, ao longo do processo de produção do espaço brasileiro, a Bahia sempre esteve em uma situação periférica na organização do território nacional. Neste tópico temos o objetivo de expor como o Estado da Bahia sempre esteve inserido neste contexto. Tentaremos demonstrar o processo de reestruturação territorial e urbana que passou a Bahia, transformando-se de uma periferia de base colonial, para uma periferia articulada (em pontos e manchas descontínuos) com o circuito de produção espacial nacional e internacional.

A partir dos estudos de Léda (2010), sobre a formação e a reestruturação regional da Bahia, podemos compreender o processo de transformação da “velha” Bahia agroexportadora para a “nova” Bahia urbana e industrial. Assim como Santos (2009) e Oliveira (1982), o autor também indica três grandes períodos (além de um quarto momento, em curso) tendo como base a divisão do trabalho, para contextualizar recortes históricos e geográficos internos da Bahia.

O primeiro período (séc. XV até o início, ou meados, do século XX) corresponde à primeira divisão territorial e social do trabalho, caracterizada pela predominância das atividades primário-exportadoras (autarquia do campo). Esse foi caracterizado por Oliveira (1982) como fase do capital comercial, e por Santos (2009) como período natural. Pode-se dizer que a Bahia era, grosso modo, um dos circuitos de produção regional que compunha o Brasil agrário da época.

Salvador era a sede do capital comercial e do aparelho burocrático do estado, tinha a função de praça comercial para as transações mercantis e financeiras dos produtos primários produzidos (cacau, fumo, açúcar, entre outros). O Recôncavo Baiano, na hinterlândia de Salvador, possuía a cadeia produtiva do engenho açucareiro. Um pouco mais tarde, só que ainda neste período, tínhamos a zona cacaueira, ao entorno de Ilhéus (um circuito subregional de produção ligado a

Salvador). No interior tínhamos o sertão subdividido em: Sertão do São Francisco, Sertão da Ressaca e Alto Sertão. Compostos por pequenas aglomerações agrárias condicionadas a atividades de pecuária extensiva, agricultura de subsistência e extração mineral.

O papel de Salvador enquanto sede do capital comercial é o que melhor explica a urbanização baiana do período. Pode-se aplicar a afirmação de Oliveira (1982, p. 38), sobre Recife a Salvador quando diz que "[...] o tamanho de uma cidade como Recife, que desde o século XIX em termos relativos evidentemente era uma cidade bastante grande, não se explica se não se tiver em conta a sua função de sede do capital comercial".

Assim como Recife, Salvador foi durante muito tempo sede do capital comercial (de transações referentes a produtos primários) e sede do aparelho burocrático (constituída pela oligarquia agrária, sem interesses imediatos pela produção industrial), este fato fez da Bahia uma periferia primária exportadora do Brasil, por muito mais tempo que outras regiões do país. Por isso, neste primeiro momento nem Salvador e nem a Bahia tiveram um processo de industrialização tão acentuado como Rio de Janeiro e, sobretudo São Paulo, mas seu papel enquanto centro comercial de produtos primários foi o que permitiu, principalmente, a Salvador esta urbanização, sem industrialização.

Segundo Santos e Silveira (2008), o Recôncavo Baiano, ou seja, Salvador e seu entorno, foi a primeira área urbana do Brasil. E durante um longo período a única área urbana da Bahia. É nesse sentido que pode ser explicado o inchaço populacional que se formou na Bahia em torno de Salvador. Segundo Porto (2003), em 1940, a população desta cidade era de 283 mil pessoas, enquanto que no restante do território, havia dez cidades de até 10 mil habitantes e apenas nove de até 20 mil habitantes. Estes dados podem ser entendidos como sendo resultado deste primeiro modelo de organização territorial implantado no estado.

Dentro do período de transição do Brasil, caracterizado por Oliveira (1982) e Santos (2009), pela mudança de uma economia essencialmente agroexportadora, organizada em circuitos de produção regional, para uma economia industrial e urbana, estruturada em circuito de produção espacial (últimas décadas do século

XIX e as primeiras do século XX). Pode-se dizer que na Bahia, este período foi de longa instabilidade econômica, marcada pela persistência das estruturas herdadas do passado agrário, escravista e mercantil, que impossibilitou, ou retardou, o processo de industrialização baiano em comparação com a Região Sudeste do país. Fenômeno denominado por Santos e Silveira (2008) de integração incompleta. Portanto, destaca-se a instalação de indústrias têxteis em Salvador, que segundo Léda (2010), não ocasionou grandes acréscimos ao desenvolvimento industrial da Bahia. Era apenas um indício da concentração industrial que viria no próximo período.

Léda (2010), Fonseca (2006) e Silva e Silva (2006) concordam que, em 1950, a “velha” Bahia, primário-exportadora, começa a ceder lugar a “nova” Bahia, urbana e industrial. O marco inicial deste modelo modernizante foi a construção da Refinaria Landulfo Alves (RLAM), no Recôncavo Baiano, em 1950. Léda (2010) divide este período em quatro etapas, desde a implantação da primeira indústria até a dispersão das novas pelo interior baiano.

A observação destas etapas é importante para percebermos como vai ocorrer o desenvolvimento da rede urbana baiana a partir da dispersão desta industrialização pelo território. Segundo o autor, a década de 1950 corresponde ao início do processo de industrialização, por isso é marcado pela continuidade do modelo primário-exportador e começo das atividades da Petrobrás. Neste período, existiam na Bahia 150 municípios com uma enorme disparidade populacional entre Salvador e o restante. Enquanto ao tamanho das cidades, enquanto Salvador passuía mais de 500 mil habitantes, no restante do estado havia apenas cinco cidades com mais de 20 mil (Feira de Santana, Alagoinhas, Ilhéus, Itabuna e Jequié). Vale ressaltar a proximidade de Alagoinhas e Feira de Santana a Salvador.

As décadas de 1960 e 1970 correspondem à segunda etapa da industrialização baiana, caracteriza-se pela instalação de indústrias em torno de Salvador e pelo início da expansão do tecido urbano no interior do estado. Para Léda (2010), a instalação de indústrias no entorno de Salvador condiz com as estratégias de planejamento governamental, denominada desconcentração concentrada. Desconcentração industrial, no que se refere à escala nacional, é a criação de novos polos, além dos que já existem na região centro-sul do país. E

concentração, na escala regional, refere-se a reprodução de uma nova concentração industrial a nível estadual a medida que estes polos são criados.

Fonseca (2006) destaca o primeiro ciclo de produção industrial, na Bahia, a partir da instalação do Centro Industrial de Aratu (CIA), em 1966, em Simões Filho e Candeias, do Centro Industrial de Subaé (CIS), em 1970, em Feira de Santana, e do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), em 1973, que entrou em funcionamento em 1978. Para o autor "Com a instalação destes centros industriais é delineada a vocação complementar da indústria baiana, isto é, de produtor de bens intermediários voltados ao atendimento dos complexos industriais localizados no centro-sul do país" (FONSECA, 2006, p. 149).

Sobre a expansão do tecido urbano para o interior da Bahia, os dados constantes na Tabela 2 permitem perceber que a partir dos anos 1970 começam a se formar as cidades médias baianas, tanto na Região Metropolitana de Salvador (RMS), quanto no interior do Estado. Pode-se observar um enorme crescimento populacional de algumas cidades. Observa-se que as cidades que foram os primeiros polos industriais (Simões Filho, Camaçari e Feira de Santana) obtiveram um enorme crescimento populacional, entre as décadas de 1970 e 1980 (Tabela 2).

Tabela 2
População urbana das cidades médias baianas – 1970-2000

Cidades	1970	1980	1991	2000	2010
Alagoinhas	56.062	79.688	99.508	112.444	124.042
Barreiras	9.760	30.055	70.870	115.784	123.741
Camaçari	20.137	76.123	108.232	154.402	231.973
Eunápolis	-	-	-	-	93.413
Feira de Santana	131.720	233.631	349.557	431.730	510.635
Ilhéus	66.046	80.831	144.232	162.125	155.281
Itabuna	94.827	137.724	177.561	191.184	199.643
Jequié	64.638	86.925	116.885	130.296	139.426
Juazeiro	39.083	64.323	102.266	133.278	160.775
Lauro de Freitas	3.908	23.405	44.374	108.385	163.449
Paulo Afonso	38.346	61.965	74.355	82.584	93.404
Porto Seguro	3.588	5.725	23.315	79.619	104.078
Simões Filho	5.981	25.573	44.419	76.619	105.811
Texeira de Freitas	-	-	74.221	98.688	129.263
Vitória da Conquista	84.053	127.512	188.351	225.545	274.739

Fonte: Confederação Nacional dos Municípios, 2011.

Outro aspecto importante a ser observado é o crescimento acelerado de cidades que neste período estavam em processo de reestruturação territorial, de cidades pequenas sem expressão econômica para cidades do agronegócio, polos comerciais de apoio à produção agrícola moderna. Como, por exemplo, Barreiras que em 1970 tinha apenas 9.760 habitantes e, em 1980, vê sua população mais que triplicar. (Tabela 2). Ainda verificando os dados constantes na Tabela, nota-se que no mesmo período, Juazeiro registra o aumento de sua população de 39.083 (1970) para 64.323 (1980). Além de Barreiras e Juazeiro, deve-se observar o crescimento de Vitórias da Conquista e Itabuna, cidades do agronegócio de regiões agrícolas já consolidadas e que por isso, tornaram-se depois de Feira de Santana as próximas cidades médias baianas.

Neste período, não apenas alguns municípios da Região Metropolitana de Salvador começam um acentuado crescimento urbano como também alguns municípios de regiões agrícolas são selecionadas pelo capital para fazer parte da nova divisão territorial do trabalho. Com isso passam a ser inseridas nos circuitos espaciais de produção, como pontos ou manchas das redes de grandes corporações. Vale ressaltar que o número de municípios saltou de 150, em 1950, para 336, em 1970. O número de cidades com mais de 20 mil habitantes aumentou de cinco para treze, nos respectivos anos. Feira de Santana se torna a primeira cidade do interior da Bahia com mais de 100 mil habitantes, seguida por Itabuna e Vitória da Conquista.

Um aspecto importante a ser destacado, neste período, corresponde ao momento vivido pelas políticas públicas nacionais de planejamento urbano e regional. Influenciadas pela estratégia de planificação francesa *Amenagement du territoire* e teorias, como a reversão da polarização e o tamanho urbano ótimo, o Governo Federal (a partir de 1960) passou a enxergar os municípios com cidades médias e pequenas como solução dos problemas para os desequilíbrios regionais e urbanos.

A década de 1980 embora tenha sido uma década de crise política e econômica (década perdida) para o país, foi marcada pela continuidade do processo de crescimento das cidades médias baianas e, também, pelo início da dispersão da indústria e da fazenda no interior baiano. Pode-se perceber que mesmo com a

redução do crescimento em escala nacional, algumas cidades tiveram enormes crescimentos populacionais o que a nosso ver é um indicador de bom desempenho econômico, embora seja gerador de problemas sociais.

Tanto para Fonseca (2006) quanto para Léda (2010) a década de 1990 é uma nova etapa, o momento da reestruturação territorial da Bahia. Pode-se dizer que a partir deste período, a Bahia concretiza sua inserção na nova divisão do trabalho dos circuitos de produção espacial. Para Fonseca (2006) foi a partir daí que novas medidas modernizantes foram implantadas por intermédio do governador Antônio Carlos Magalhães. Tais ações contribuíram com a promoção da seletividade espacial, além da especialização econômica de algumas regiões e localidades específicas dentro do território baiano.

Segundo Fonseca (2006), as principais ações do Governo Estadual neste período foram: a privatização de empresas, a captação de recursos externos para instalação de obras de infraestrutura e a implantação de um programa de concessão de incentivos fiscais para empresas de calçados, informática, celulose e papel, agroindústrias e etc. O aludido autor chama atenção, ainda, para o caráter clientelista das ações do governo estadual que eram direcionadas para os municípios, onde o prefeito era coligado com o governador do Estado. Para Léda (2010), estas medidas acentuaram o acirramento da competição entre empresas e governos, resultando em expressivos impactos territoriais caracterizados por profundas desigualdades regionais.

Analisando a inserção da Bahia, na nova divisão territorial do trabalho do Brasil, pode-se dizer que este estado continua a ocupar uma posição periférica, em comparação com os da Região Concentrada. Ao contrário dos estados desta região que estão configurados em uma rede de interações contínua, na Bahia apenas alguns pontos ou mancha descontínuos de seu território estão inseridos ou interligados à nova divisão territorial do trabalho.

Se analisarmos os municípios com maiores PIB's, em 2008, podemos perceber que dos seus 417, apenas 20 possuem PIB na casa dos bilhões de reais. O total do PIB desses 20 corresponde a 67,71% do total do Estado (Tabela 03). Se observarmos a distribuição espacial destes municípios, podemos notar que sete

deles se localizam na RMS (Salvador, Camaçari, Candeias, Dias D'ávila, Lauro de Freitas, São Francisco do Conde e Simões Filho). Os outros 13 estão espalhados ao longo das principais rodovias federais que conectam o Estado às demais macrorregiões do país.

Tabela 03
20 municípios com maiores PIB da Bahia em 2008

Municípios	Agropecuário	Indústria	Serviços	PIB (em milhões)
Salvador	15,17	3.820,30	20.310,32	29.393,08
Camaçari	10,32	6.938,13	2.992,54	11.844,96
São Francisco do Conde	5,13	2.464,60	2.642,57	6.060,36
Feira de Santana	40,53	976,38	3.451,78	5.379,29
Candeias	5,15	1.074,79	946,59	3.369,58
Simões Filho	3,71	1.090,65	1.261,70	2.963,55
Vitória da Conquista	92,99	304,64	1.868,96	2.650,25
Lauro de Freitas	12,5	361,68	1.583,37	2.333,16
Itabuna	12,49	318,57	1.402,43	1.984,09
Paulo Afonso	9,66	1.493,19	430,91	1.982,32
Ilhéus	53,96	470,68	970,74	1.716,23
Barreiras	434,84	232,61	821,84	1.629,84
Luís Eduardo Magalhães	287,8	340,72	774,74	1.607,86
Juazeiro	200,94	188,4	933,31	1.471,19
Jequié	20,85	154,03	1.020,57	1.402,63
Dias d'Ávila	1,97	752,23	376,72	1.297,30
Alagoinhas	21,17	331,01	598,8	1.190,32
Eunápolis	40,7	463,49	538,33	1.186,78
Mucuri	54,38	671,63	251,39	1.111,51
Pojuca	9,42	656,52	202,14	1.046,17

Fonte: SEI / IBGE. Censo Demográfico, 2010.

Pode-se observar que dos 20 municípios com maiores PIB's, em 2008, oito se localizam nas proximidades de Salvador e desses, seis estão na RMS: Camaçari, São Francisco do Conde, Candeias, Dias D'ávila, Simões Filho e Lauro de Freitas. Feira de Santana e Alagoinhas são os outros dois municípios que completam este grupo. Juntos, estes nove municípios (incluindo Salvador) totalizam 62,10% do PIB industrial do estado, o que condiz com o primeiro ciclo industrial da Bahia. Os demais municípios estão espalhados pelo estado e junto com suas áreas de influência atendem a alguma especialização econômica.

Paulo Afonso no extremo norte, divisa com Sergipe, possui quatro das 14 usinas hidrelétricas da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), Paulo Afonso I, II, III e IV, estas quatro usinas são responsáveis por 36,54% da geração de energia elétrica do de seu sistema de geração. Ainda no extremo norte do estado,

na divisa com Pernambuco, Juazeiro em conjunto com Petrolina (PE) formam um importante polo de fruticultura do país. Seguindo a faixa litorânea, no sul do estado localizam-se Ilhéus e Itabuna. No primeiro período da “velha” Bahia (agrária) era um importante circuito regional agrícola com a produção de cacau, transformou-se em polo de indústrias de informática e de eletroeletrônicos, a partir de 1993.

No extremo Sul do Estado localizam-se Eunápolis, Teixeira de Freitas e Mucuri, polo de produção de papel e celulose. No sudoeste do estado estão Jequié e Vitória da Conquista, conhecidas tradicionalmente pela produção de café, atualmente são polos das indústrias de calçados e confecções. No extremo oeste do estado, na divisa com Tocantins, temos Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério, os três municípios com maiores PIB’s agrícolas do estado e polos do complexo da agroindústria de grãos, principalmente a soja.

Pode-se dizer que esses 20 municípios e seus centros urbanos são os subespaços luminosos selecionados por agentes hegemônicos nacionais e internacionais do capitalismo monopolista em atuação direta na Bahia. Observando a distribuição destes subespaços pelo território estadual chama a atenção sua localização na RMS, faixa litorânea e nas extremidades do Estado. São pontos e manchas descontínuas com pouca interação entre si, com maior intensidade de relações com regiões distantes, externas ao próprio estado. Confirmando a afirmação de Santos (2009 p. 53), sobre o Nordeste, quando diz que “nas zonas onde a divisão do trabalho é menos acentuada, em vez de especializações urbanas, há acumulação de funções numa mesma cidade e, consequentemente, as localidades do mesmo nível, incluindo cidades médias, são mais distantes uma das outras”.

Em contradição, a maioria dos municípios e regiões caracterizadas como subespaços opacos ao capitalismo localiza-se, como afirma Léda (2010), no “miolo” do estado, ou seja, no Sertão semiárido. Dos 20 municípios citados como de maior PIB, em 2008 (Tabela 03), apenas quatro se localizam nessa zona (Juazeiro, Vitória da Conquista, Jequié e Paulo Afonso). Esse número é muito pequeno, se considerado que 66% do território baiano pertence ao semiárido e que ai se encontram 259 dos 417 municípios do estado, segundo Fonseca (2006).

3.3 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO OESTE BAIANO: DO “ALÉM” SÃO FRANCISCO AO “NOVO” NORDESTE

A reestruturação produtiva da Região Oeste da Bahia caracteriza-se pela expansão do processo de implantação da agricultura científica nos cerrados brasileiros. Nesta seção, abordaremos os principais eventos promovidos pelos diversos agentes (governos federal e estadual, investidores estrangeiros, imigrantes sulistas e nordestinos) que atendendo a objetivos particulares reconfiguraram um novo território no cerrado baiano, mudando a lógica da organização urbana nesta região.

O oeste baiano, até meados da década de 1980, possuía características que lhe renderam o apelido de “Além São Francisco”, fazendo uma referência à falta de expressão econômica e ao isolamento da região com relação á capital do estado - Salvador - e a outros centros importantes do país. Após a década de 1940, ocorreram mudanças técnicas em seu território que aumentaram seu valor econômico e impulsionaram, consequentemente, seu valor simbólico. O que antes era o “Além São Francisco”, hoje, passou a compor (junto com o sul do Piauí e do Maranhão) o “Novo Nordeste”, região promissora com um grande desempenho econômico e acentuadas desigualdades sociais.

Desde o século XVIII, já existia no oeste baiano uma ocupação efetiva do solo. No entanto, este espaço possuía formas e conteúdos diferentes das atuais. Até a década de 1980, este território caracterizava-se “[...] por uma geografia de espaços reduzidos e tempo de longa duração” (HAESBAERT, 1996, p. 378). A população, basicamente de sertanejos, vivia da pecuária extensiva e da agricultura de subsistência. Sem a utilização de técnicas modernas, extraiam do cerrado apenas o suficiente para sobreviver. Portanto, adaptavam-se aos aspectos naturais da região.

A expansão da agricultura científica pelos cerrados brasileiros desencadeou uma série de ações públicas e privadas que alteraram as formas e os conteúdos deste espaço, transformando-o em um novo território caracterizado como um meio técnico-científico e informacional. Segundo Vieira (2007), o fenômeno ocorrido na Região Oeste é consequência “[...] da sobreposição de atividades primárias e

tradicionais pela agricultura moderna, com emprego acentuado da mecanização e fortes relações capitalistas e industriais" (Ibld., p. 46).

Analisaremos a seguir, os principais eventos que impulsionaram a reestruturação produtiva da Região Oeste. A análise deste processo histórico é importante para percebermos como as estratégias dos diversos agentes se entrelaçam através do tempo e reconfiguram o espaço, de modo a possibilitar o surgimento de novos centros urbanos com a função de garantir a produção agrícola do campo, cada vez mais mecanizado. Os eventos abaixo citados serão com base em Vieira (2007), a partir de seu estudo sobre a formação regional do oeste baiano.

As primeiras ações do Governo Federal com o intuito de estabelecer bases estatais naquela região foram: a construção do aeroporto internacional de Barreiras. Segundo Haesbaert (1997), em 1945, Barreiras possuía um dos melhores aeroportos da América, e entre o período 1942-1949, contava com escalas dos aviões da *Pan Air* do Brasil, linha Rio-Belém, e da *Pan American World Airways*, linha Miami – Rio – Buenos Aires. Este fato evidencia o objetivo de inserir a região aos interesses do capital estrangeiro. Em 1943, foi instalada a primeira agência do Banco o Brasil e, em 1957, foi implantado o Instituto de Fomento Econômico, pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), com o objetivo de impulsionar o crescimento econômico.

Vieira (2007) destaca, ainda, a importância da emancipação de 12 municípios, entre o período de 1958-1962, impulsionado pela Constituição Federal de 1946. Segundo a autora, este evento representava uma estratégia de ordem política, com a criação de novos territórios políticos através de "troca de favores que envolvia a apropriação de cotas federais de impostos, pelos municípios, e melhores garantias de reeleição de políticos vinculados ou não à região" (SANTOS FILHO, 1989 *apud* VIEIRA, 2007, p. 47).

A década de 1960 foi marcada por significativas intervenções do governo federal na criação de infraestrutura que permitiram a inserção da Região Oeste em um novo contexto econômico. Primeiro foi à construção da Usina Hidroelétrica de Correntina, no município de Correntina. Depois, a segunda, e mais importante intervenção, ocorreu após a fundação de Brasília, em 1960. Esse evento propiciou a

criação de rodovias federais com o objetivo de interligar a recém criada capital às diversas regiões do país.

Dava-se início ao projeto de Integração Nacional do Governo Federal. Neste contexto, foram implementadas as principais rodovias federais que interferiram diretamente na dinâmica espacial do oeste baiano: a BR 135 (Brasília – Barreiras – Piauí), BR 020 (Brasília – Barreiras) e a BR 242 (Barreiras – Salvador). As duas últimas têm importância particular por ligar a região à capital do país e à capital do estado, respectivamente. Na concepção de Vieira (2007, p. 49) "A ampliação de rede viária nos cerrados baianos o aproximou dos grandes centros de produção e de consumo do país, permitindo a valorização da terra nesta região".

Foi também durante a década de 1960 que o governo federal implantou ações direcionadas a pesquisar as potencialidades agrícolas da região, caso da criação do Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados (CPAC), em 1960 e; também da implantação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) na região.

Durante a década de 1970 foi instalada, no município de Barreiras, uma diretoria regional da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) que foi responsável pelo primeiro projeto de colonização e irrigação da região – Perímetro Irrigado Barreiras – São Desidério. Segundo Vieira (2007, p. 50) "Este foi um importante marco para a transformação da base econômica primária do oeste baiano [...]".

Estes eventos interferiram diretamente na dinâmica sócio-espacial da região, pois valorizaram as terras, através de ações governamentais que privilegiaram a melhoria de infraestrutura, principalmente de transportes. Propiciando, através de pesquisas, a implantação da agricultura científica, altamente mecanizada, com o cultivo de novas culturas agrícolas, principalmente a soja.

É incontestável o papel do governo federal, como um dos principais atores hegemônicos, na reconfiguração territorial da Região Oeste da Bahia, inserindo-a no contexto do Novo Nordeste. No entanto, Haesbeart (1996) afirma que não houve, nas ações do Governo Federal, uma política direcionada exclusivamente à dinamização econômica do Nordeste. As intervenções feitas foram consequências

da expansão de políticas agrícolas direcionadas à região Centro-Oeste do Brasil. O motivo destas ações terem chegado ao Nordeste refere-se às condições morfoclimáticas da região que pertence ao bioma cerrado, o mesmo da Região Centro-Oeste.

A partir das intervenções do governo federal, após a década de 1970, outros agentes sentiram-se atraídos para esta região. Caso, por exemplo, dos investidores japoneses que implantaram por todo o cerrado, em ação conjunta com o governo federal o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER). Esse projeto teve três fases: PRODECER I (1979-1984), em Minas Gerais; PRODECER II (1985 – 1993), na Região Oeste da Bahia, além de Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás; PRODECER III (1995-2001), no Maranhão e Tocantins. As ações do PRODECER II, devem ser enfatizadas, por terem sido direcionadas à terras na Bahia, além de ter como objetivo ampliar a produtividade agrícola, principalmente da soja.

Outro agente que contribuiu para a reestruturação produtiva do oeste baiano foi o governo estadual, que após décadas de esquecimento[10], no que concerne ao direcionamento de políticas públicas na região, passou a implementar ações que contribuíram efetivamente para a ocupação e transformação produtiva da região. Isso, a partir da década de 1960 e com mais ênfase em 1980.

Dentre as ações do governo estadual podemos citar a implantação de duas unidades do Departamento de Estrada e Rodagem da Bahia (DERBA), uma em Santa Maria da Vitória (1967) e a outra em Barreiras (1968). Essas ações estão relacionadas à melhoria de infraestrutura de transportes. Em 1980, foi criado o Programa de Ocupação Econômica do Oeste e, em 1987 o Programa de Desenvolvimento Econômico e Social do Oeste Baiano. Esses programas tinham como objetivo conceder incentivos de acesso a terra e aos créditos facilitados, que em parceria com os créditos rurais, subsidiados pelo governo federal, permitiam o investimento e o custeio da produção em áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

[10] Esquecimento que, diga-se de passagem, rendeu a região o apelido de “Além São Francisco”.

Os incentivos proporcionados pelos governos federal e estadual referentes à ocupação e aquisição da terra, os financiamentos para o custeio da produção, boa infraestrutura permitiram a mecanização e escoamento das colheitas. Além dos investimentos em pesquisa que primeiro propiciaram o cultivo de soja em um solo ácido e, segundo criaram mecanismos de combate a pragas, garantindo a qualidade dos grãos. Esses foram os fatores responsáveis por, pelo menos, dois intensos fluxos migratórios.

Primeiro, os imigrantes das Regiões Sul e Sudeste a partir de 1970, se fixaram na região, principalmente nas imediações de Barreiras, município que recebeu maior parte das ações governamentais. Os sulistas, com destaque para os gaúchos e paranaenses, foram os principais empreendedores na região, e possuem a maior quantidade de propriedades rurais mecanizadas. O segundo fluxo migratório é de nordestinos, a maioria de baianos provenientes da Região de Irecê. Inebriados pelo Novo Nordeste, rotulado de "E*ldorado*" da soja, migraram para a região em busca de melhores oportunidades de trabalho. A fixação destes dois distintos grupos regionais contribuiu de certa forma para acentuar as desigualdades sociais na região.

Este intenso fluxo migratório criou na região uma nova dinâmica urbana, pois cidades que antes possuíam um contingente populacional relativamente baixo cresceram consideravelmente em poucos anos. Como é o caso da cidade de Barreiras que, em 1970, possuía uma população de 20.864 habitantes saltando para 113.695, em 1996. Outra consequência foi o surgimento de um novo núcleo urbano na região, a cidade do agronegócio de Luís Eduardo Magalhães.

Observando o cenário urbano da Região Oeste da Bahia, diante de todo este processo histórico de reestruturação produtiva, podemos dizer que duas cidades se destacam. A primeira é Barreiras que de cidade local sem expressão econômica passou a principal centro urbano da região agrícola, concentrando as atividades mais importantes referentes ao consumo produtivo. Pode-se dizer que ocorreu uma reestruturação de seu espaço intraurbano, essa deixou de ser uma cidade local para se tornar uma cidade do agronegócio. A outra cidade é Luís Eduardo Magalhães que surge em 1984, como aldeia urbana, fruto da reestruturação produtiva e rapidamente

se transforma em cidade do agronegócio, sendo o segundo principal centro urbano da região.

Os diversos eventos ocorridos nos cerrados baianos, durante todas estas décadas, e todos com o único objetivo de implantar na região uma agricultura científica e mecanizada, capaz de atender às exigências do mercado mundial, acabaram por reconfigurar o espaço urbano da região oeste do Estado.

Hoje, a Região Oeste é a principal área agrícola da Bahia, com o maior PIB agrícola do Estado. Ocupa uma área de 28,5% do território baiano e abriga 39 municípios. Além disso, é a maior fronteira agrícola da Bahia, com uma área cultivada de 1,5 milhões de hectares e capacidade de expansão de mais de 3 milhões de hectares. É a maior produtora de grãos da Bahia e uma das maiores do Brasil. Em consequência do grande desempenho agrícola, atraiu para região grandes empresas multinacionais e nacionais, como a Bunge Alimentos S/A, Cargil Agrícola S/A e outras.

O que antes era um espaço sem expressão econômica que possuía como principais atividades a agricultura de subsistência, a pecuária extensiva, com núcleos urbanos pouco povoados, adaptados para atender apenas as necessidades locais (basicamente de sertanejos nativos da região), tornou-se, em poucas décadas, um espaço de produção capitalista. Com importantes centros urbanos, cuja função é garantir a produção de grandes áreas produtoras de grãos, principalmente a soja, produto nunca antes produzido em terras baianas.

As técnicas rudimentares, característica das atividades econômicas tradicionais, foram substituídas por técnicas modernas, sustentadas por um potente aparato científico e tecnológico. Os núcleos urbanos agora têm que se adaptar ao novo contexto econômico da região, tendo a obrigação de atender as necessidades técnicas de uma economia cada vez mais internacionalizada. A população exclusivamente de sertanejos nativos da região, agora se mistura aos imigrantes originários dos mais diversos lugares do Brasil, principalmente sulistas, em sua maioria, gaúchos, e nordestinos, em sua maioria, baianos da Região de Irecê.

A principal consequência da reestruturação produtiva da Região Oeste da Bahia foi o surgimento de um novo território configurado a partir dos anos de 1980 e

que representa bem este espaço moderno de uma economia dinâmica cada vez mais global. Estamos falando de Luís Eduardo Magalhães, emancipado em 30 de março de 2001, mas que tem seu território ocupado desde 1982, a partir do intenso fluxo migratório recebido na região. A próxima seção terá a análise direcionada ao contexto histórico deste município, símbolo que representa a nova realidade da Região Oeste, ou seja, o Novo Nordeste.

3.4 O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA CIDADE DO AGRONEGÓCIO DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES

As cidades do agronegócio representam a ampliação e a complexidade da urbanização brasileira neste período técnico-científico e informacional. A reestruturação produtiva da agropecuária com a introdução e expansão da agricultura científica no território brasileiro fez surgir no país esta nova categoria de cidade.

Podemos dizer que duas são as maneiras de criação das cidades do agronegócio. A primeira, quando pequenos núcleos urbanos antigos, sem expressão econômica, constituído basicamente de um centro comercial para atender ao consumo consumptivo de uma população que vive da autossubsistência, se transforma em cidade do agronegócio (para atender as exigências de consumo produtivo de um campo agora modernizado). Ou, da segunda maneira, quando elas surgem como aldeias urbanas e, rapidamente, se transformam em cidades do agronegócio. Segundo Santos (2009, p. 57), “O Brasil é um país que praticamente não conheceu o fenômeno de *village*. Pode-se dizer que as primeiras aldeias brasileiras só vão nascer já modernas [...]. Na verdade, não nascem rurais, já nascem urbanas”.

Nesta seção demonstraremos como surgiu a aldeia urbana de Mimoso do Oeste e a sua transformação na cidade do agronegócio de Luís Eduardo Magalhães. Embora a força motriz que impulsionou este evento tenha sido de caráter econômico com a reestruturação produtiva do cerrado baiano, defendemos a ideia de que neste processo as motivações e as ações dos agentes envolvidos não se limitavam

apenas à dimensão econômica. Enfatizaremos, portanto, a dimensão simbólica, política, econômica e social do processo.

No que se refere à dimensão simbólica destacaremos o caráter culturalista que impulsionou o primeiro povoamento na área de origem da cidade. Sobre a dimensão política, salientaremos o processo de emancipação do município, pois a partir deste evento surgiu um novo agente, o governo local, e suas ações foram imprescindíveis para a constituição da cidade e para o seu desempenho econômico. No que concerne a dimensão social, daremos ênfase aos problemas urbanos que se constituíram na cidade em concomitância com o aumento de seu desempenho econômico.

O evento que proporcionou a origem desta cidade do agronegócio enquanto aldeia urbana foi a instalação do posto de gasolina Mimoso, em 1982, no km 90 da BR 020 (referência à distância do posto de gasolina a Barreiras). Foi, justamente, este empreendimento que acabou dando início à ocupação territorial daquela área. Devido ao fluxo sempre constante de veículos, por causa do dinamismo econômico proporcionado pelo cultivo de grãos, o posto foi ampliando sua prestação de serviços, passando a comercializar mercadorias. Logo, o lugar despertou o interesse da empresa Colonizadora e Administradora Vale do Rio Grande (CARIG) que criou, próximo ao posto de gasolina, o loteamento Rancho Grande, em 1984.

Os primeiros moradores deste loteamento eram produtores agrícolas gaúchos, descendentes de alemães e italianos, que vieram para a região com o intuito de cultivar a soja. Para Haesbaert (1997) o motivo da fixação desses sulistas neste loteamento vai além da motivação econômica, como um evento resultante da nova divisão territorial do trabalho estabelecida com a modernização agrícola na região (como aborda a maioria dos autores). Segundo este autor, a principal intenção era criar um território gaúcho na região. Assim, acirrava-se o clima de disputa entre sulistas x nordestinos, o que ressalta a dimensão simbólica na criação desta cidade do agronegócio.

> Trata-se de uma disputa que vai além da nova divisão territorial do trabalho estabelecida com a chegada da modernização agrícola, desdobrando-se também numa espécie de divisão cultural do território que constrói pelo menos ao nível das representações

> simbólicas, oposições que fornecem uma distinção clara entre sulistas e “nativos” (HAESBAERT, 1997, p. 222).

Rapidamente o loteamento Rancho Grande ampliou suas dimensões ganhando status de povoado. Em 1996, o povoado de Mimoso do Oeste, nome dado em homenagem ao posto de gasolina, já possuía características de cidade, com quase 10.000 habitantes, a sede da Ceval Alimentos (que na época era a maior indústria da região, hoje pertence à Bunge Alimentos S/A.), e três agências bancárias. Mesmo assim o povoado não era se quer distrito de Barreiras, este fato está mais uma vez vinculado às disputas políticas entre sulistas x nordestinos.

Contudo, graças às pressões exercidas pela população, lideradas pela Associação dos Moradores de Mimoso do Oeste (AMMO), em 08 de outubro de 1997 o povoado ganhou o título de distrito por meio do projeto de lei nº 034.

Outro acontecimento importante foi à alteração do nome do distrito de Mimoso do Oeste para Luís Eduardo Magalhães, uma homenagem póstuma ao deputado federal. O projeto foi liderado pela deputada estadual Jusmari Terezinha de Oliveira do Partido da Frente Liberal (PFL) e aprovado na Câmara Municipal de Barreiras, em 1998. Em 30 de março de 2000, um novo projeto da referida deputada estadual é aprovado, e o distrito de Luís Eduardo Magalhães, através da lei nº 7.619, consegue sua emancipação, tornando-se o mais novo município da Bahia. Este ato foi, durante muito tempo, motivo de grandes polêmicas, levando o Partido dos Trabalhadores (PT) a mover a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº. 2.240 contra o processo de emancipação deste município. Mesmo diante destas questões de inconstitucionalidade o município foi emancipado. Possui, portanto, doze anos de existência, gozando inclusive de autonomia política, administrativa e financeira, prevista pela Constituição Federal de 1988.

Mesmo que espaço urbano de Luís Eduardo Magalhães já se configurasse enquanto cidade, desde meados de 1990, tendo inclusive um desempenho econômico superior ao de muitas outras cidades baianas, a sua emancipação enquanto município é em nossa opinião o que legitima a transformação da aldeia urbana de Mimoso do Oeste na cidade do agronegócio de Luís Eduardo Magalhães. Pois, muito mais do que tornar o seu espaço urbano sede do recém-criado

município, legitima o surgimento de um novo agente, o governo local. Nesse sentido, a dimensão política ganha força como fator principal desta transformação.

O constante crescimento econômico de Luís Eduardo Magalhães, mesmo antes de sua emancipação, dava a concepção errônea de que esse era natural. Em nossa opinião, o governo local apresenta-se como principal agente, responsável direto pela elaboração e implementação de estratégias de promoção econômica e desenvolvimento sócio-espacial. Portanto, suas ações interferem direta e indiretamente em sua configuração territorial. Por isso, serão abordados agora os aspectos referentes ao direcionamento das ações institucionais do governo local (desenvolvidas nas duas primeiras gestões), como forma de entender o contexto político, econômico e sócio-espacial, no qual o espaço urbano de Luís Eduardo Magalhães está sendo configurado.

Segundo Vieira (2007), as estratégias de desenvolvimento implementadas pela gestão do prefeito Oziel Oliveira, eleito em 2000 e reeleito em 2004, foram direcionadas, compulsoriamente, para a promoção econômica do território a partir do agronegócio. A autora identificou o modelo de gestão municipal empresarial com estratégias de promoção econômica, objetivando a atração de empresas através do marketing territorial. Semelhante ao modelo de gestão adotada nos grandes centros urbanos. Ademais, ela aponta duas ações como principais, para que a gestão municipal alcance o seu objetivo. A primeira, criação do Centro Industrial dos Cerrado (CIC) e, a segunda a criação da Agrishow Luís Eduardo Magalhães.

Pode-se dizer que o CIC, implementado em 26 de janeiro de 2001, foi uma das primeiras ações do prefeito Oziel Oliveira. Criado com objetivo de fornecer a infraestrutura necessária para a instalação da agroindústria se situa a 6 km da cidade, às margens da rodovia BR 242, possui uma extensão de 248 hectares e dispõem de energia elétrica, pavimentação asfáltica e água. Aliado à infraestrutura, proporcionada pela criação do CIC, a prefeitura oferece às agroindústrias, outros benefícios, como a isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do imóvel industrial por 10 anos, redução progressiva do Imposto Sobre Serviço (ISS), além de se comprometer com a capacitação de mão-de-obra. Sobre a questão dos incentivos, vale lembrar que a prefeitura também conta com os incentivos federais (redução de 75% do Imposto de Renda (IR). por 10 anos com possibilidades de

prorrogações) e estaduais (AGRINVEST[11], PRODECAF[12], PROALBA[13] e PROBAHIA[14]).

Sobre esta estratégia podemos dizer que o governo local de LEM tem cumprido o seu objetivo. Pois, se analisarmos a quantidade de agroindústrias instaladas no município antes e depois de sua emancipação, veremos um salto impressionante. Antes, existiam apenas cinco indústrias instaladas, depois, em 2007, encontravam-se ai instaladas 50 unidades industriais, sendo que 27 destas, estão em funcionamento e 23 em fase de implementação. Vale ressaltar que do total de indústrias, apenas 23 estão instaladas no CIC, sendo 16 em funcionamento e sete em instalação. Mesmo assim, este fato não diminui o mérito da prefeitura, no que se refere à atração de indústrias. Mesmo que as indústrias não se localizem em sua totalidade dentro da cidade, suas instalações no município trazem importantes conseqüências para a produção do espaço urbano de LEM.

A segunda estratégia do governo local, aqui destacada, foi à criação do evento Agrishow Luís Eduardo Magalhães. Esse estava nos planos do prefeito Oziel Oliveira, desde 2001. O objetivo era promover internacionalmente o município, divulgando o potencial da produção agrícola local, além de chamar atenção de empresas do agronegócio para futuros investimentos na cidade.

Foram realizadas três edições do Agrishow Luís Eduardo Magalhães. A primeira ocorreu entre os dias 15 e 19 de junho de 2004, participaram do evento cerca de 150 expositores e a movimentação em negócios foi de R$ 380 milhões de reais. A segunda edição ocorreu entre os dias 14 e 18 de junho de 2005, recebeu a visita de cerca de 25 mil pessoas e sua movimentação em negócios foi de R$ 210 milhões de reais. Em 2006, não ocorreu a Feira Internacional devido à crise agrícola ocorrida em todo o país. Voltando a acontecer no ano seguinte, entre os dias 29 de maio a 02 de junho, recebeu mais de 26 mil visitas, participaram 101 expositores e teve uma movimentação em negócios entorno de R$ 200 milhões de reais. A partir de 2008, a feira deixou de se chamar Agrishow Luís Eduardo Magalhães e passou a ser conhecida como Bahia Farm Show.

---

[11] Programa de Investimento para Modernização da Agricultura Baiana
[12] Programa de Desenvolvimento da Cafeicultura na Região Oeste
[13] Programa de Incentivo à Cultura de Algodão
[14] Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia

Através de uma análise comparativa entre o número de movimentações em negócios na cidade durante o período em que ocorreram as três edições da Feira Internacional, incluindo o ano em que a Feira não aconteceu, percebemos o quanto a cidade do agronegócio é totalmente dependente da produção e comercialização agrícola de commodities, cada vez mais vulnerável a eventos externos ao território, mas relacionado a comercialização do produto agrícola no exterior.

A primeira edição, Agrishow 2004, foi a mais significativa, pois teve uma maior quantidade em valores de movimentações financeiras. Analisando os números da segunda edição, Agrishow 2005, percebemos que o valor total das negociações caiu significativamente. Isso demonstra que a cidade do agronegócio começava a sentir os efeitos de uma possível crise agrícola, concretizada em 2006, quando não ocorreu a feira. Em 2007, ocorre a terceira edição da Agrishow, apelidada pelo Sr. Humberto Santa Cruz[15] de "feira da esperança", pois seria o início da volta por cima e a retomada do crescimento da agricultura. Mesmo com este clima de entusiasmo, a edição teve um valor total de negociações menor do que as edições anteriores, mostrando que a cidade do agronegócio ainda sentia o impacto da crise.

Mesmo com este clima de incertezas a Feira Internacional tem cumprido o objetivo do governo local, pois tem divulgado o nome LEM em todo o país, e em diversos países com expressão no cenário do agronegócio. Inclusive, podemos encontrar frequentemente na mídia escrita ou falada, reportagens que abordam o crescimento econômico estrondoso do município, sempre atrelado ao sucesso da agricultura de grãos. Além disso, foi através deste evento que LEM ganhou uma nova denominação "Capital do Agronegócio". No entanto, as estratégias do governo local direcionadas ao marketing territorial, trouxeram, além da visibilidade econômica, grandes problemas sociais para a cidade.

Primeiro porque além de atrair empresas e investimentos, estes rótulos "Capital do Agronegócio" e a "cidade que mais cresce no Brasil" tem atraído, também, um número significativo de imigrantes pobres para a cidade. Vale ressaltar que o fluxo migratório de Luís Eduardo Magalhães já era grande desde que era uma

[15] Atual prefeito de LEM, na época presidente da Agrishow Luís Eduardo Magalhães e da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA).

aldeia urbana, agora o fluxo migratório tem se intensificado. Se compararmos os dados do Censo Demográfico de 2000 com 2010, perceberemos o quanto à cidade cresceu demograficamente. O número de habitantes saltou de 20.169 para 54.881. Se antes da emancipação a taxa de crescimento era de 16,26%, depois da emancipação a taxa saltou para 22% ao ano.

Segundo as palavras do produtor rural Ubiratan Franciosi[16], o que atraia os "forasteiros" para a região eram as terras baratas e a perspectiva de produzir numa nova fronteira. Hoje o que mais atrai é uma agroindústria em desenvolvimento. Adicionalmente, o agricultor se refere aos dois distintos ciclos migratórios ocorridos na região. O primeiro, ocorrido, principalmente entre as décadas de 1980 e 1990 onde o que atraia as pessoas era a agricultura. E o segundo, se refere ao movimento migratório atual, onde o motivo prioritário são as agroindústrias.

É interessante salientar que nos dois ciclos podemos perceber uma disparidade socioeconômica e cultural. No primeiro a disparidade era entre sulistas, atraídos pelo preço barato das terras, e nordestinos, atraídos pela possibilidade de trabalhar nelas. No segundo ciclo, caracteriza-se pela tentativa de atrair empresários estrangeiros e pela continuidade na migração nordestina, que agora são atraídos pelos empregos urbanos gerados pelas empresas.

O segundo problema das estratégias de desenvolvimento econômico da gestão municipal é que tem acentuado a desigualdade socioeconômica entre os habitantes da cidade, pois suas ações têm beneficiado aos grandes produtores agrícolas, aos empresários do agronegócio e do ramo imobiliário. Isso fica fácil de ser percebido se analisarmos o PIB *per capita* do município que foi de R$ 31.422,34, em 2008. Enquanto que a renda mensal da maioria das famílias da cidade que não chega a dois salários mínimos.

Após esta análise sobre o contexto histórico e geográfico do processo de formação do espaço urbano de Luís Eduardo Magalhães, em diferentes escalas espaciais. Vamos, nos próximos capítulos, tentar perceber sua influência sobre o processo de segregação em LEM. Acreditamos que esta cidade possua elementos

[16] Gaúcho de Casca (RS), em entrevista concebida à revista eletrônica Valor Econômico On-line: na década de 1980.

de dimensão econômica, política e simbólica suficientes para que se possa identificar um padrão de segregação diferente das metrópoles.

4 ANÁLISE DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL SOBRE A ABORDAGEM DAS TIPOLOGIAS SOCIOESPACIAIS: PADRÃO CENTRO X PERIFERIA

O padrão centro x periferia, ainda é o principal padrão de segregação identificado nas cidades brasileiras, principalmente nas metrópoles. A tônica desse tipo de segregação é que uma área da cidade exerce a função de centro principal, por concentrar a maioria dos estabelecimentos de consumo e instituições públicas e privadas. Sendo, portanto, a área mais atrativa para todas as classes sociais, gerando uma disputa por maior acessibilidade.

O conceito de sítio social de Santos (2009) apresenta-se como de muita importância para entender o papel de centro principal, dentro da lógica do padrão centro x periferia. Segundo ele:

> Criam-se sítios sociais uma vez que o funcionamento da sociedade urbana transforma seletivamente os lugares, afeiçoando-os às suas exigências funcionais. É assim que certos pontos se tornam mais acessíveis, certas artérias mais atrativas e, também, uns e outros mais valorizados [...] quanto aos lugares de residência a lógica é a mesma, com pessoas de maiores recursos buscando alojar-se onde lhes pareça mais conveniente, segundo os cânones de cada época, o que também inclui a moda (SANTOS, 2009, p. 106).

No período em que vivemos, o consumo é a força motriz que condiciona a estruturação das cidades, os estabelecimentos de consumo são a materialização das necessidades básicas e supérfluas das pessoas, significando o lugar de satisfação pessoal. Pode-se inclusive ampliar a importância destes estabelecimentos quando se considera que, além de lugar de satisfação de necessidades e desejos, estes estabelecimentos são também o lugar de trabalho da maioria das pessoas.

Por isso, entende-se por acessibilidade a otimização dos gastos de tempo despendido nos deslocamentos em direção às áreas de concentração dos estabelecimentos de consumo. Villaça (2001) dá demasiada importância ao tempo de deslocamento em sua pesquisa. Segundo ele:

> Para produzir a própria vida material, os homens precisam trabalhar. Fazem-no, entretanto, procurando gastar o mínimo possível de suas energias e de seu tempo. Deve-se destacar uma diferença vital entre

> o dispêndio de tempo e o de energia. A energia é recuperável e até mesmo armazenável. O tempo não. Daí a influência predominante do controle do dispêndio de tempo de deslocamento (VILLAÇA, 2001, p. 333).

A disputa por acessibilidade ao centro de consumo promove uma valorização econômica das localizações situadas nestas áreas, fazendo prevalecer o desejo das classes com maior poder de consumo. Nesse sentido, as classes com maior renda tendem a se concentrar nestas áreas, enquanto que as demais tendem a se afastar gradativamente do centro, à medida que seu poder aquisitivo diminui.

Nas metrópoles brasileiras este padrão de estrutura da cidade e de segregação se justifica pela enorme dimensão espacial destas cidades. Pois, fixar moradia próxima ao centro principal de consumo, significa a otimização dos gastos de tempo despendido no deslocamento com relação a diversos destinos como: ir ao trabalho, à escola, à faculdade, ao comércio, entre outros. A questão que levantamos é a seguinte: será que em uma cidade do agronegócio com uma pequena dimensão espacial, onde o campo exerce um papel central em sua funcionalização econômica, e o tempo de deslocamento não é tão dispendioso quanto na metrópole, o padrão centro x periferia também pode ser reproduzido?

Para responder tal indagação dividimos esta investigação em três partes: na primeira, analisaremos a estruturação do espaço intraurbano de LEM com o intuito de identificar o centro principal de consumo da cidade. Depois, vamos através da tipologia socioespacial, identificar as áreas residenciais dos diferentes grupos sociais por faixa de renda. Por último, vamos correlacionar a espacialização dos grupos sociais com as áreas de consumo, e com isso, perceber se o centro principal exerce o poder de sítio social configurando o padrão centro x periferia em Luís Eduardo Magalhães, mesmo ela sendo uma pequena cidade do agronegócio.

4.1 ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO INTRAURBANO: EM BUSCA DO CENTRO PRINCIPAL

Nessa análise, destacamos o conceito de estruturação do espaço intraurbano, entendendo que estrutura é um todo articulado em partes que se relacionam. Assim, tentaremos localizar os estabelecimentos de consumo (tanto o

consumptivo, quanto produtivo) e relacionar suas localizações com a morfologia urbana e a funcionalidade econômica de LEM (enquanto cidade do agronegócio) com a segregação.

Através do Cadastro de Endereços para Pesquisa do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, identificamos 2.282 estabelecimentos. Desse total, 1.781 estabelecimentos são direcionados ao consumo consumptivo e 501 tem a finalidade de atender ao consumo produtivo do campo.

4.1.1 Estabelecimentos de consumo produtivo

Dividimos os estabelecimentos de consumo produtivo em dois subgrupos:

1. Estabelecimentos de consumo produtivo para a agricultura, que são aqueles que comercializam produtos e serviços destinados à ampliação da produção agrícola: comercialização de insumos químicos, mecânicos e biológicos; prestação de serviços, de assistência técnica agropecuária ou georreferenciamento; prestação de serviços de pulverização aérea entre outros.

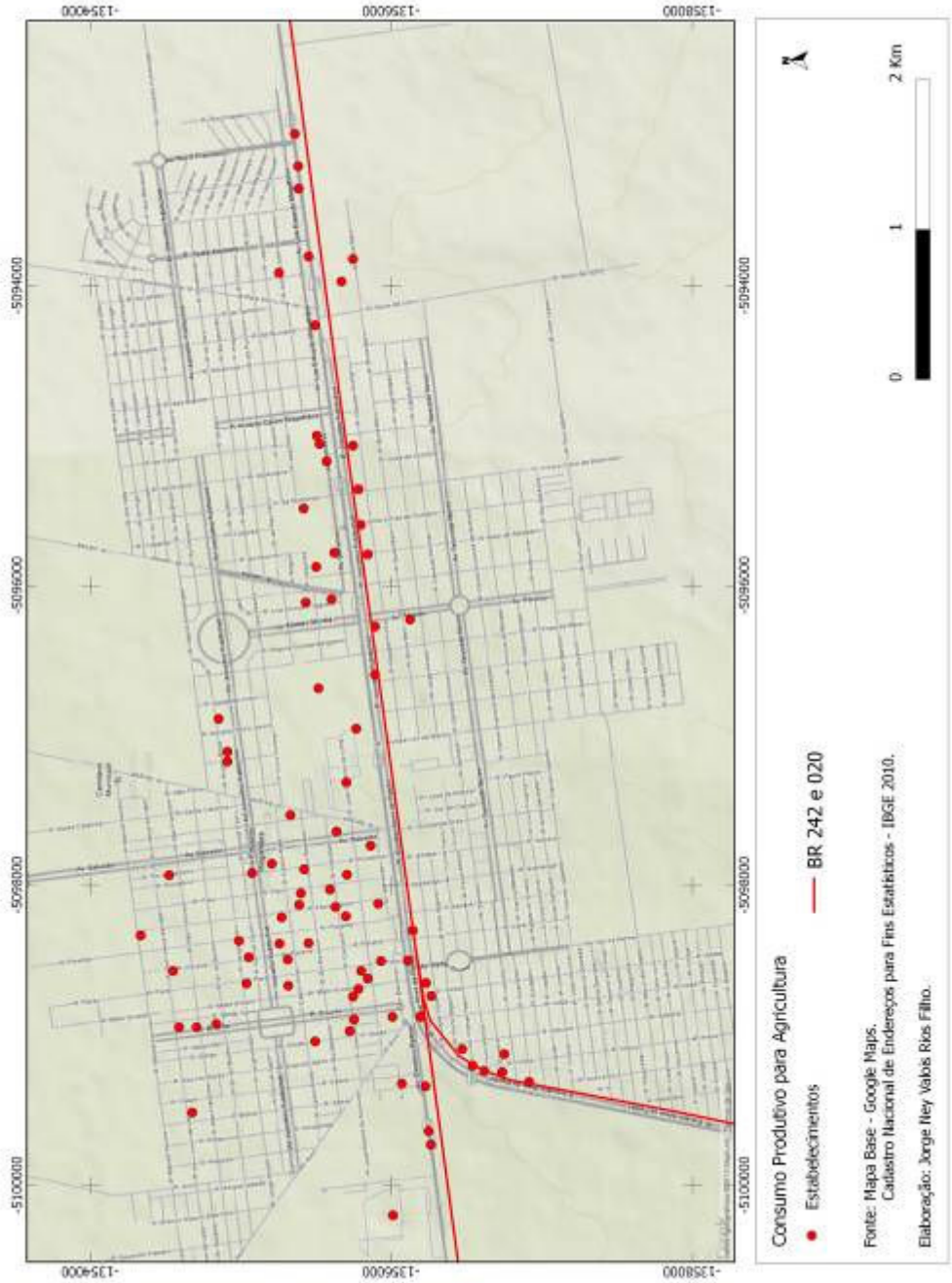
2. Estabelecimento de consumo produtivo de fluxos, que são aqueles destinados à comercialização (inclusive exportação) da produção agrícola, financiamento de créditos rurais e escoamento da produção, além de consultoria jurídica, contábil e financeira: escritórios de fazendas; corretoras agrícolas; *tradings*; bancos públicos e privados; instituições públicas; transportadoras de cargas; escritórios de contabilidade, de advocacia, de acessória de comunicação, administrativa entre outros.

4.1.1.1 Estabelecimentos de consumo produtivos para a agricultura

Podemos observar na figura 03 que os estabelecimentos de consumo produtivo para a agricultura se localizam, predominantemente, na área central da cidade (Mimoso Central) e se espraiam às margens das rodovias: BR-020 e BR-242, que cortam a cidade ao meio. As localizações dispersas destes estabelecimentos,

às margens das rodovias (BR-242 e BR-020), demonstram a principal finalidade de suas operações, que é de fornecer insumos e serviços direcionados exclusivamente ao campo e não à cidade. Essa localização permite uma maior acessibilidade ao campo, seu cliente em potencial. Dentre as empresas deste segmento destacamos a Galvani Fertilizantes e a Serrana Fertilizantes, essa última pertencente ao conglomerado Bunge Alimentos S/A.

Figura 03
Localização dos estabelecimentos de consumo produtivo para a agricultura



4.1.1.2 Estabelecimentos produtivos de fluxos

Dentre os estabelecimentos produtivos de fluxos temos uma distinção entre seus segmentos que podem ser divididos em quatro grupos: os que comercializam a produção agrícola (escritórios de fazenda, corretores agrícolas e tradings); os que financiam a produção ou disponibilizam vantagens com o intuito de ampliar a produção (instituições financeiras públicas e privadas, órgãos governamentais); os que promovem assistência jurídica, administrativa e financeira (escritórios de advocacia, contabilidade e administração); e por último, os que escoam a produção (transportadoras).

Entre esses quatro segmentos, destacamos os que comercializam a produção agrícola (escritórios de fazenda, corretores agrícolas e tradings), pois dentre os estabelecimentos produtivos de fluxos são os que atuam exclusivamente com o agronegócio. Segundo Frederico (2011), LEM foi a segunda cidade do agronegócio do Brasil em valor de exportação de grãos em 2007, com um valor de US$ 200 milhões. Vale ressaltar que deste total a empresa Bunge Alimentos S/A foi responsável pela exportação de US$ 100 milhões, ou seja, 50% do valor total.

A primeira análise a ser feita sobre os estabelecimentos de consumo produtivo de fluxos refere-se a comparação entre as figuras 03 e 04, uma vez que mostram, respectivamente, as localizações dos estabelecimentos de consumo produtivo para a agricultura e as localizações dos escritórios de fazenda e corretores agrícolas. Embora os dois tenham suas funções destinadas ao campo, podemos perceber que os estabelecimentos produtivos para a agricultura possuem uma localização dispersa às margens das rodovias (como já foi dito). Enquanto que, os escritórios de fazenda e corretores agrícolas, ainda que com uma ligação intensa com o campo, possui uma localização mais concentrada numa área central da cidade. A explicação está na necessidade de que estes estabelecimentos estejam localizados próximos a possíveis compradores e financiadores da produção.

A análise sobre os estabelecimentos de consumo de fluxos exige mais atenção, pois existe correlação direta entre eles. Os escritórios de fazenda devem está próximos aos financeiros e instituições públicas uma vez que são os estabelecimentos de consumo que financiam a produção (Figura 05). Os corretores

agrícolas e os tradings precisam ficar próximos aos escritórios de fazenda e dos estabelecimentos financeiros para comercializar a produção; enquanto os de advocacia, de contabilidade e de administração (Figura 06) têm os escritórios de fazenda e corretores agrícolas como seus clientes em potencial. Esta interdependência gera uma concentração desses estabelecimentos em uma única zona da cidade, como pode-se ver nas figuras 04, 05, 06.

Os últimos estabelecimentos de consumo produtivo de fluxos analisados foram as transportadoras de cargas (Figura 07). Esses precisam ficar próximos às rodovias aonde teriam acesso à carga transportada, armazéns e o próprio campo. Ao mesmo tempo que, necessitavam se situar próximos aos escritórios de fazendas, corretores agrícolas e tradings com quem comercializam o transporte das cargas. Portanto, podemos perceber que suas localizações também se concentram na zona onde estão os demais estabelecimentos de consumo produtivo de fluxos. No entanto, encontram-se mais próximos às rodovias. Outro fator interessante é que a maioria dos escritórios das transportadoras ficam próximos a postos de gasolina, locais onde abastecem e estacionam seus caminhões quando não estão a serviço.

Figura 04
Localização dos estabelecimentos de consumo produtivo de fluxos: escritórios de fazenda, corretores agrícolas e tradings

Figura 05
Localização das Instituições financeiras públicas e privadas e órgãos e repartições públicas

Figura 06
Localização de escritórios de advocacia, de contabilidade e de administração

Figura 07
Localização das transportadoras

4.1.2 Estabelecimentos de consumo consumptivo

Também dividimos os estabelecimentos de consumo consumptivo em dois grupos:

1. Os estabelecimentos de consumo básico, que são aqueles que disponibilizam produtos e serviços que podem ser realizados por qualquer classe social: supermercados, padarias, quitandas, farmácias, bares, lanchonetes, *lan houses*, oficinas, concessionárias de motocicletas, lojas de confecções, de calçados, de materiais esportivos, de móveis e eletrodomésticos, salões de beleza, lojas de cosméticos, óticas, igrejas, instituições de ensino e saúde públicos entre outros (Figura 08).

2. Os estabelecimentos de consumo não-básico, que são aqueles praticados prioritariamente pela classe média alta e alto padrão: clínicas e consultórios médicos e odontológicos particulares, instituições de ensino particulares, faculdades, cursos de língua estrangeira, clínicas de estética e massoterapias, concessionárias de automóveis, clínicas veterinárias para animal de pequeno porte e pet shoppings, clubes recreativos, restaurantes, escolas de dança e de balé, lojas de móveis planejados, ateliê de obras de artes, empresas especializadas em segurança, lojas de ar condicionado, academias entre outros (Figura 09).

Comparando as duas figuras, que representam a localização dos estabelecimentos de consumo consumptivo, podemos perceber que os não-básico são mais concentrados no espaço intraurbano do que os básico, acompanhando inclusive a localização dos estabelecimentos de consumo produtivo de fluxos, principalmente os escritórios de fazenda e corretoras agrícolas (Figura 04). Sua localização concentra-se na área central da cidade: no bairro Mimoso Central e no bairro Jardim Paraíso (às margens da BR-242).

Os estabelecimentos de consumo consumptivo básico possuem uma localização mais dispersa pelo espaço intraurbano de LEM, inclusive com o número considerável de estabelecimentos em áreas periféricas. No entanto, dois aspectos precisam ser ressaltados, o primeiro, é que mesmo organizados de maneira

dispersa, sua maioria se concentra na área central da cidade, em contrapartida o bairro Jardim Paraíso (Figura 31) é o único que quase não possui estabelecimentos deste tipo.

O segundo aspecto é que mesmo com essa localização dispersa de estabelecimentos de consumo básico pelas zonas periféricas, podemos perceber que quanto mais os estabelecimentos se afastam do centro mais diminui a sua variedade. No centro temos todos os tipos de estabelecimentos de consumo básico, nas áreas mais periféricas esses limitam-se aos de gêneros alimentícios (mercados e padarias), salões de beleza e bares.

Figura 08
Localização dos estabelecimentos de consumo consumptivo básico

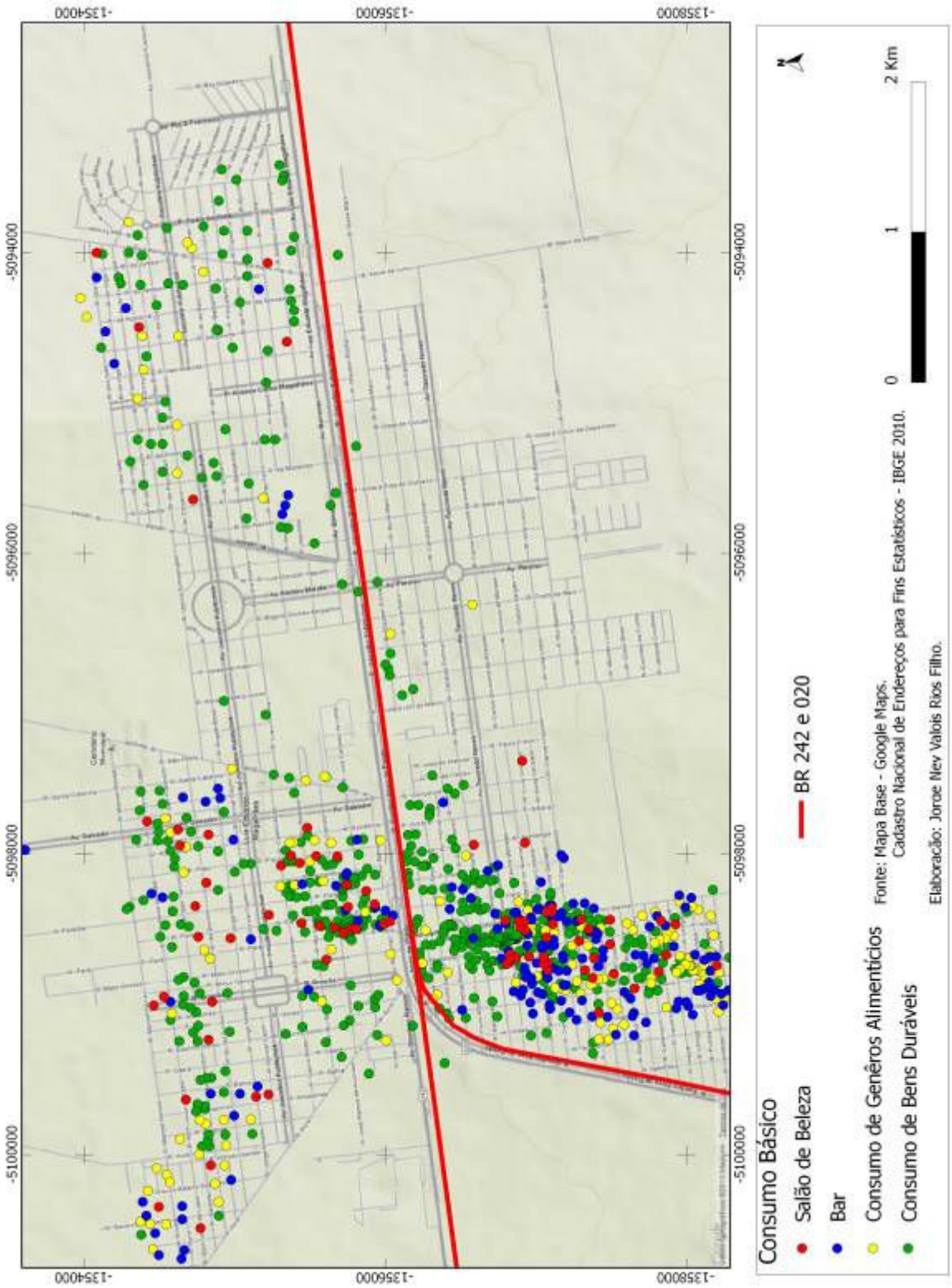
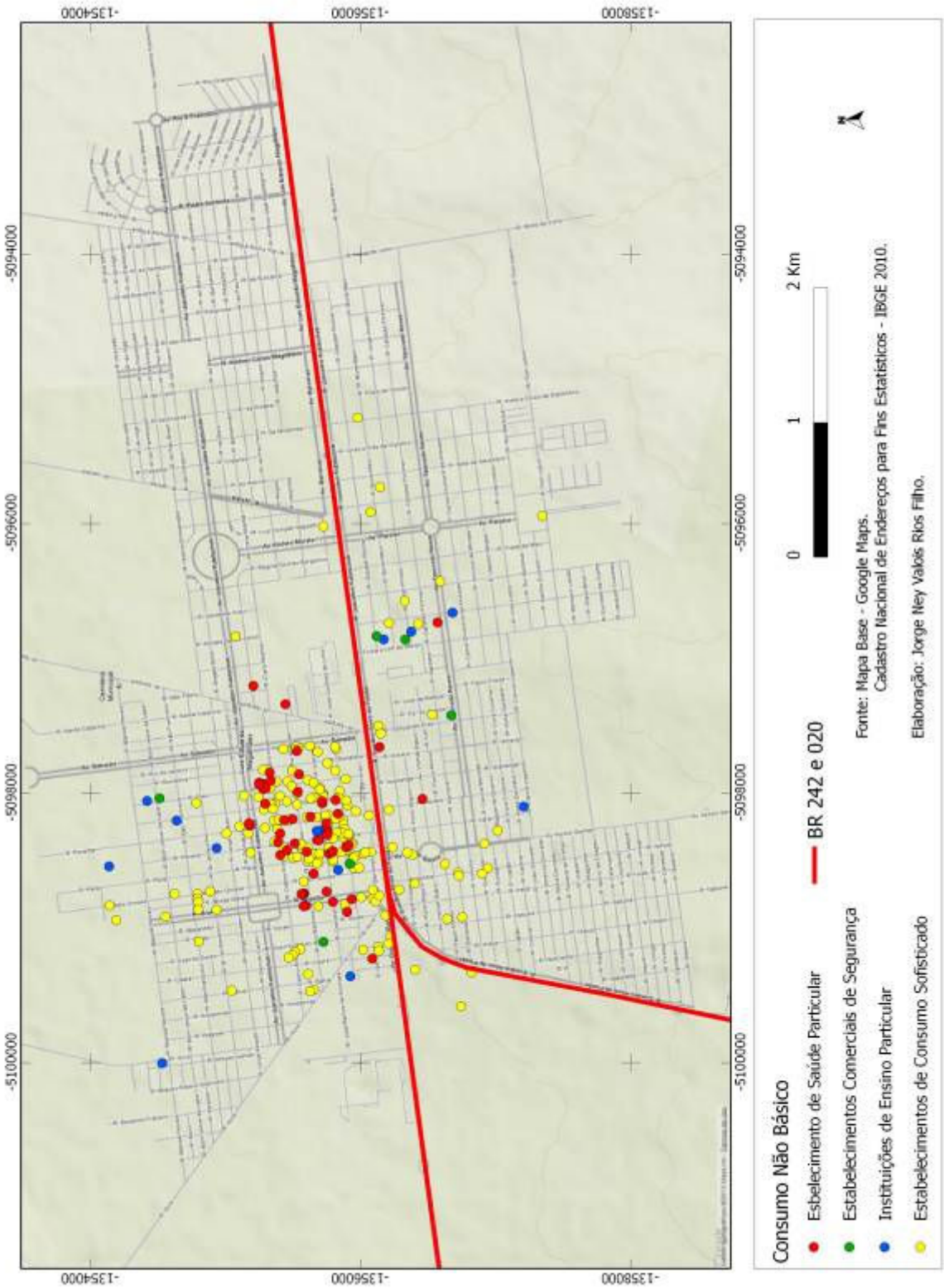


Figura 09
Localização dos estabelecimentos de consumo consumptivo não básico

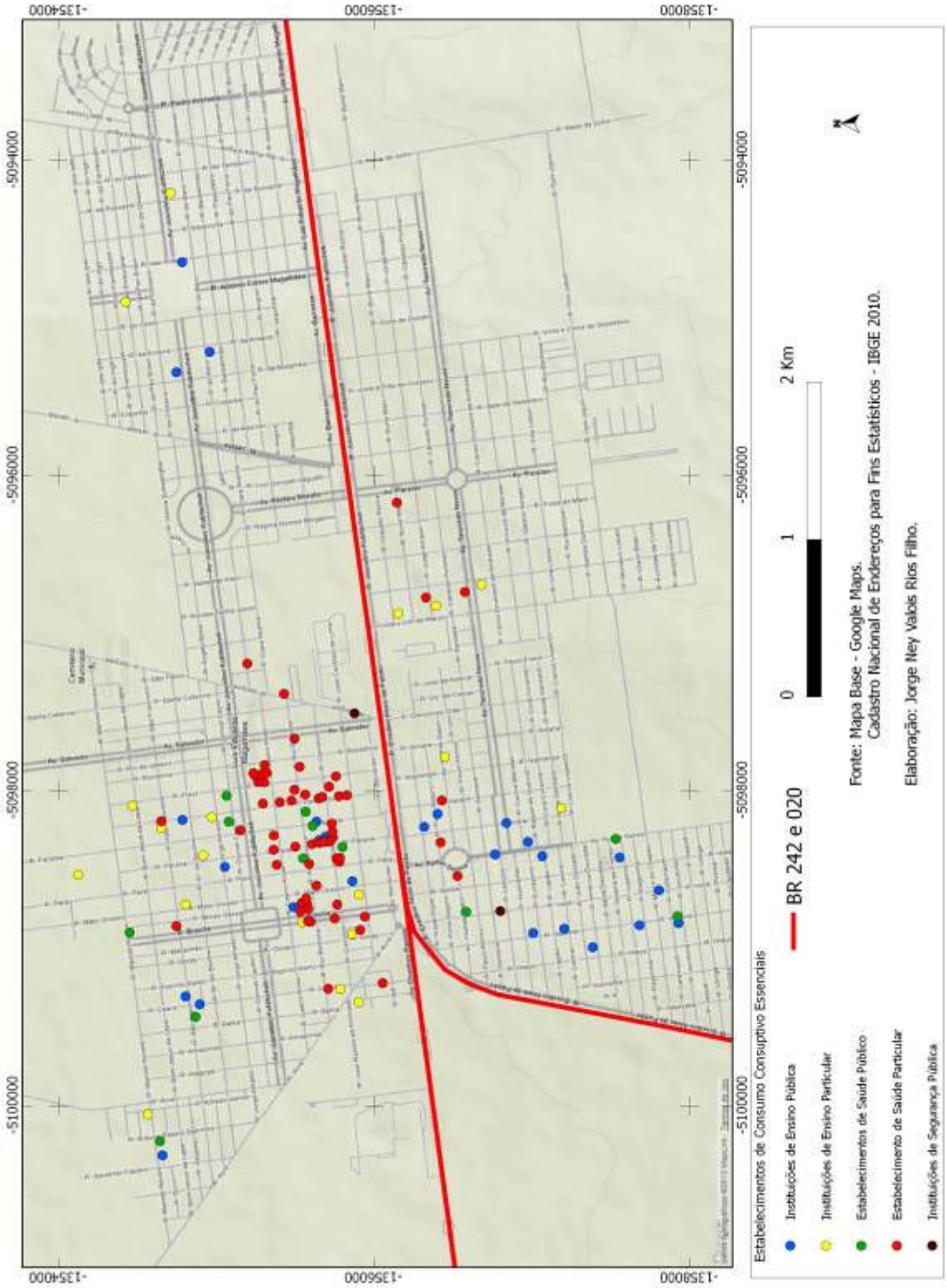


Ainda nessa perspectiva de análise, quanto a localização dos estabelecimentos de consumo consumptivo, vale destacar onde estão situados os estabelecimentos de consumo consumptivo de serviços essenciais: saúde, educação e segurança. Com relação a estes serviços, como se pode analisar na figura 10, os estabelecimentos de saúde são mais concentrados que os de educação e segurança, principalmente aqueles que prestam serviços particulares, como clínicas, consultórios médicos e odontológicos e laboratórios de análises clínicas. As escolas são mais dispersas no espaço intraurbano, inclusive, sua maioria se concentra fora da zona central da cidade. No entanto, as duas maiores escolas particulares se localizam uma na área central (Escola Monteiro Lobato) e outra no bairro Jardim Paraíso (Centro Educacional do Mimoso do Oeste).

Na cidade localizam-se duas faculdades particulares: a Faculdade Arnaldo Horácio Ferreira (FAHAF), presencial, e a Universidade do Oeste do Paraná (UNOPAR), de educação a distância (EaD). Esta última possui dois pontos na cidade, um no centro e outro no bairro Jardim Paraíso. A primeira está situada na zona periférica, ao norte. A localização justifica-se pela necessidade de uma área com grande extensão territorial.

São três os estabelecimentos de segurança pública encontrados em LEM. A Companhia Independente de Ações do Cerrado (CIAC) da Polícia Militar e duas delegacias da Polícia Civil. É importante perceber a localização destes estabelecimentos. Tem um posto da Polícia Civil no bairro Mimoso Central (centro principal), a CIAC e a delegacia da polícia civil no bairro Santa Cruz. Este último é considerado pela própria população como o bairro mais violento da cidade. Em pesquisa de campo com 23 famílias, perguntamos aos moradores dos bairros Mimoso Central e do Jardim Paraíso em qual lugar da cidade eles não morariam e o por que: 78,26% responderam que não morariam no Jardim Paraíso, o motivo foi o mesmo em todas as respostas, a violência.

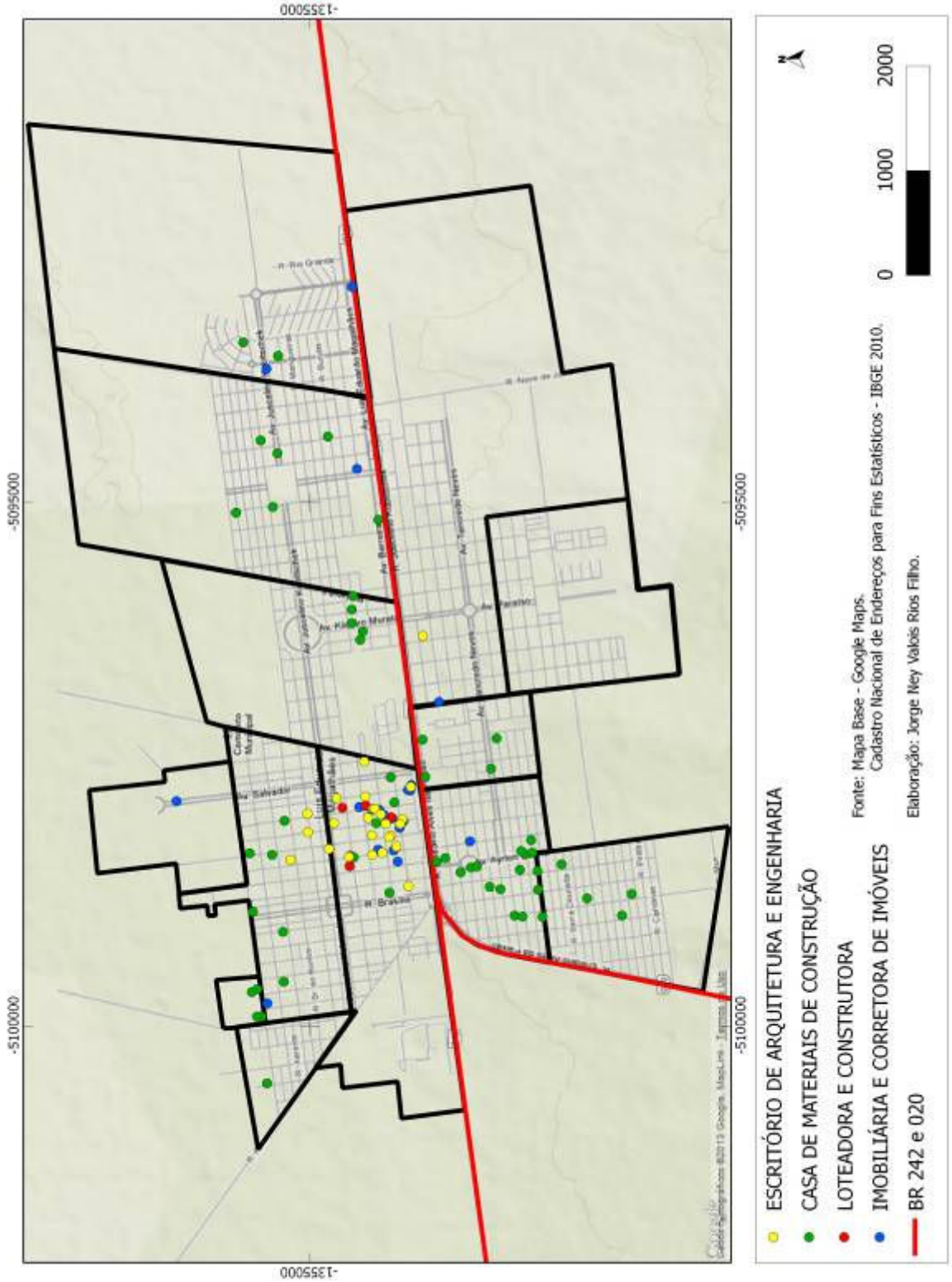
Figura 10
Localização dos serviços essenciais: saúde, educação e segurança



O último tipo de consumo consumptivo que foi analisado refere-se ao setor imobiliário (Figura 11). Os estabelecimentos que compõem este segmento são: as incorporadoras e construtoras, as imobiliárias e corretores de imóveis, os escritórios de engenharia e arquitetura e as casas de material de construção. Destes estabelecimentos podemos classificar as casas de materiais de construção como sendo os estabelecimentos de serviço mais básico, por isso sua localização apresenta-se de maneira mais dispersa no espaço intraurbano. Os escritórios de engenharia e arquitetura possuem a mesma lógica dos escritórios de outros profissionais liberais (escritórios de advocacia, de contabilidade e de administração - Figura 06) e de consultórios médicos e odontológicos particulares (Figura 10), todos se concentram no centro da cidade.

As imobiliárias também se concentram no centro da cidade, pois a pretensão é estarem próximas às instituições financeiras e aos locais de trabalho das classes sociais mais elevadas, seus clientes em potencial. No entanto, a lógica organizacional das incorporadoras e construtoras é diferente. Elas se localizam, principalmente, próximas aos empreendimentos pelas quais estão investindo. Como é o caso da Imobiliária Aracruz que se situa no Loteamento Florais Lea que é de sua responsabilidade; o mesmo podemos observar com a Loteadora Donna Carmela que possui dois estabelecimentos, o Loteamento Cidade Universitária e o Loteamento Setor M3; e também a Construtora ACNT que está próximo ao Loteamento Tropical Ville. Vale ressaltar que as duas últimas empresas não são da cidade, a primeira possui sua sede no Paraná e a segunda em Brasília.

Figura 11
Localização dos estabelecimentos de consumo: setor imobiliário

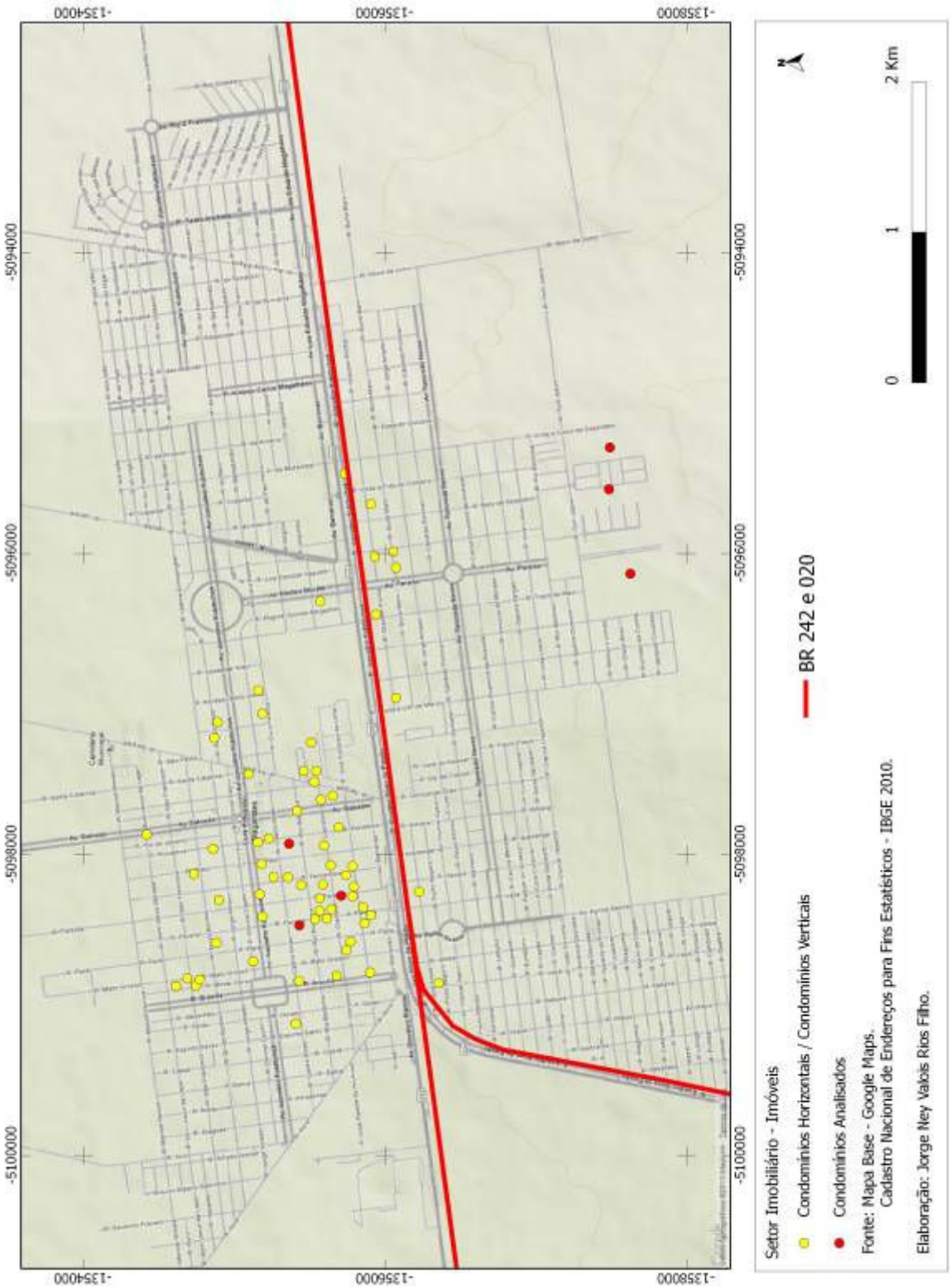


Como observamos existe uma concentração espacial de quase todos os estabelecimentos de consumo tanto produtivo quanto consumptivo, na Zona Mimoso Central, no centro da cidade. Em contrapartida, também observamos que nas áreas periféricas os tipos de estabelecimentos limitam-se ao consumo consumptivo básico. Considerando que esses estabelecimentos são os locais de trabalho e de consumo da população, neste momento parece evidente que o centro principal da cidade exerce o papel de sítio social, o que nos leva a acreditar na reprodução do padrão centro x periferia na pequena cidade do agronegócio de LEM.

A confirmação fica mais forte quando observamos a figura 12 que ilustra a localização dos empreendimentos imobiliários na cidade. A imensa maioria dos condomínios horizontais e verticais acompanha a concentração dos estabelecimentos de consumo, demonstrando que a concentração espacial desses no centro da cidade é tão intensa que tem promovido uma verticalização considerável nesta zona, reforçando sua caracterização enquanto sítio social.

Talvez se nossa análise fosse numa metrópole, a constituição de um centro principal com esta morfologia pudesse ser suficiente para produzir a segregação com o padrão centro x periferia, uma vez que a acessibilidade ao centro através da otimização do tempo de deslocamento seria vital para os moradores destas cidades. No entanto, estamos analisando uma cidade pequena e por isso, este fator, talvez não seja tão preponderante. Sendo assim, na próxima seção vamos tentar localizar as classes sociais por faixa de renda e depois correlacionar com a localização dos estabelecimentos de consumo.

Figura 12
Localização dos condomínios verticais e horizontais



4.2 TIPOLOGIA SOCIOESPACIAL POR FAIXA DE RENDA

Como vimos, no capítulo 01, esta abordagem tem a proposta de analisar a segregação socioespacial a partir do grau de proximidade espacial ou de concentração territorial de famílias pertencentes ao mesmo grupo. As tipologias podem ser realizadas levando em consideração diferentes critérios, como: étnicos, socioeconômicos ou até religiosos. A principal finalidade de pesquisas que seguem esta abordagem é de identificar a concentração de determinados grupos sociais em locais específicos da cidade.

Segundo Ribeiro (2003), a tipologia socioespacial é uma técnica de pesquisa eficiente quando se deseja fazer uma análise comparativa entre a difusão de um determinado fenômeno sobre o espaço. A principal vantagem é de permitir perceber com maior eficiência a espacialização dos diferentes grupos sociais no espaço intraurbano das cidades. Consiste na análise isolada de variáveis em cada área, em seguida, sua comparação nestas distintas áreas. Existem três aspectos fundamentais a serem considerados:

1. Escolha das variáveis pelas quais a distribuição das pessoas no espaço será descrita.

Este aspecto é crucial para o bom desempenho da pesquisa, pois são os elementos das variáveis que serão analisados isoladamente e depois comparados. A escolha das variáveis está relacionada com o tipo de concepção de segregação seguida pelo pesquisador e, principalmente, pelo contexto histórico e geográfico da formação econômica e social estudada. Como já vimos no capítulo 01, de maneira geral, a segregação é entendida, no país, enquanto divisão entre classes sociais.

Dentro desta perspectiva, as tipologias socioespaciais elaboradas no Brasil, predominantemente, seguem o modelo francês com a criação de categorias sócio-ocupacionais (superior, média-superior, média-popular, popular, popular-inferior e popular-agrícola) a partir da variável trabalho. Nesse sentido, o principal elemento de análise é a ocupação profissional dos indivíduos disponibilizados pelo Censo Demográfico do IBGE.

Nessa pesquisa tínhamos o mesmo objetivo, todavia, esbarramos no principal ponto fraco deste tipo de análise, que é a forte dependência dos dados estatísticos, disponibilizados pelo Censo Demográfico do IBGE. Até o momento da finalização do trabalho, o IBGE ainda não tinha disponibilizado os dados referentes à variável ocupação profissional, o que nos forçou a buscar uma alternativa. Por isso, na elaboração da tipologia socioespacial, utilizamos o elemento rendimento com base nos dados do Censo Demográfico de 2010. Embora essa não seja a melhor variável para perceber as características da divisão territorial do trabalho, de alguma maneira nos permitiu perceber a espacialização das diferentes classes sociais nesta cidade.

Além dessa, escolhemos a migração como segunda variável de análise. A escolha correlaciona-se com características próprias de cidades em expansão acelerada, como é o caso de LEM, com intenso fluxo migratório originário de todas as macrorregiões do país. Com relação a essa variável, trabalhamos com os dados da Contagem da População 2007, realizada pelo IBGE. A ideia inicial era de fazer a análise apenas com os dados do Censo Demográfico 2010, mas de novo não haviam sido disponibilizados em tempo oportuno.

Defendemos a hipótese de que as duas variáveis estão intimamente relacionadas, e a tipologia elaborada a partir delas refletirá a espacialidade da implantação de uma divisão territorial do trabalho desigual regionalmente. Promovida pela reestruturação da cadeia produtiva agropecuária nos moldes da agricultura científica nos cerrados.

2. Escolha da unidade social de análise.

Para a análise da variável rendimento, o Censo Demográfico de 2010 nos fornece três tipos de unidades sociais: a) família (renda per capita por domicílio); b) pessoa (pessoas de 10 anos ou mais de idade); e c) a pessoa responsável pelo domicílio. Nós optamos pelo último, porque estamos trabalhando com a variável renda e nas duas primeiras opções as crianças entram no universo de análise e acabam por interferir no resultado de maneira negativa. Afinal, como a maioria das crianças não trabalham, elas acabam aumentando consideravelmente os índices na faixa de renda de 0 a 2 salários mínimos.

Com relação à variável migração, a Contagem da população 2007 não faz distinção entre unidades sociais. Sendo o próprio imigrante uma unidade social de análise.

3. Escolha da unidade espacial de análise.

Neste caso, a unidade espacial escolhida foi os setores censitários. A unidade espacial é o que vai estabelecer a delimitação espacial do fenômeno a ser comparado. Portanto, foram selecionados apenas os setores censitários classificados como urbanos pelo IBGE. Com relação à variável renda, trabalhamos com a malha de setores do Censo Demográfico de 2010, totalizando 63 setores censitários. No que se refere à variável migração, trabalhamos com a malha de setores da Contagem da população 2007, totalizando 34 setores censitários.

Os setores foram agrupados de acordo com as delimitações das zonas urbanas especificadas no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) da cidade e pela descrição dos bairros através do endereço dos domicílios contidos no Cadastro de Endereços para Pesquisas Estatísticas do Censo Demográfico 2010. Apesar da quantidade de setores censitários da Contagem da População 2007 ser bem inferior ao Censo Demográfico 2010, todas as zonas e bairros das cidades foram contemplados na pesquisa, sem o prejuízo de negligenciar nenhuma área. No entanto, como no Censo Demográfico 2010 houve uma divisão da cidade em um número maior de setores censitários, a análise com base nesta pesquisa é mais detalhada do que na outra.

Neste capítulo, temos o objetivo de analisar o processo de segregação socioespacial em Luís Eduardo Magalhães a partir da elaboração de uma tipologia socioespacial. Tentaremos aplicar a abordagem com o objetivo de perceber a espacialização dos diferentes grupos sociais no espaço intraurbano, além de medir o grau de homogeneidade interna das áreas residenciais de Luís Eduardo Magalhães sobre dois fatores: socioeconômico e migração.

Vale ressaltar que, conforme vimos no capítulo 01, esse tipo de abordagem é predominantemente aplicado em áreas metropolitanas o que não impossibilita sua aplicação em cidades menores. Ao contrário, acreditamos que a aplicabilidade em cidades pequenas seja mais eficaz que nas metrópoles, pois devido à sua grande

extensão territorial, por questões metodológicas, surge a necessidade do agrupamento de muitos setores censitários em áreas extensas, promovendo, consequentemente, grandes generalizações dentro das tipologias. Em cidades pequenas, como o agrupamento de setores é menor, acreditamos que as tipologias traduzem melhor a realidade socioespacial do espaço urbano analisado.

4.2.1 Base espacial para a elaboração da tipologia socioespacial

Antes da análise dos fatores: perfil socioeconômico e migração, torna-se necessário partirmos de uma base espacial. Para tanto, demonstraremos a configuração territorial das áreas residenciais do espaço urbano de Luís Eduardo Magalhães com base no zoneamento definido pelo PDDU e pelo Cadastro de Nacional de Endereços para Fins Estatísticos do IBGE.

Figura 13
Localização das áreas residenciais de LEM

4.2.2 Fator socioeconômico: espacialização dos grupos sociais por rendimento

Segundo Corrêa (1989), a segregação residencial é um fenômeno que ocorre essencialmente nas áreas residenciais da cidade, caracteriza-se pela forte homogeneidade social interna e pela enorme disparidade social entre elas. Nesse sentido, tentaremos identificar o grau de homogeneidade[17] interna das áreas residenciais através da análise da distribuição espacial das diferentes classes sociais por meio da variável rendimento nominal do responsável pelo domicílio.

Para tanto, dividimos a análise em quatro categorias por faixa de renda: Pessoas responsáveis pelo domicílio com rendimento nominal de 0 a 2 salários mínimos (SM); Pessoas responsáveis pelo domicílio com rendimento nominal de 2 a 5 salários mínimos; Pessoas responsáveis pelo domicílio com rendimento nominal de 5 a 10 salários mínimos; e Pessoas responsáveis pelo domicílio com rendimento nominal acima de 10 salários mínimos. Com base nas categorias temos na tabela 04 a seguinte estratificação social para LEM:

Tabela 04
Estratificação social por pessoas responsáveis pelos domicílios: Luís Eduardo Magalhães, 2010

Categoria por renda	Quantidade de responsáveis pelo domicílio	%
De 0 a 2 Salários-Mínimos	11.004	66,94
De 2 a 5 Salários-Mínimos	3.435	20,89
De 5 a 10 Salários-Mínimos	1.379	8,38
Mais de 10 Salários-Mínimos	620	3,77
TOTAL	**16.438**	**100**

Fonte: Censo Demográfico, 2010.

Analisando o grau de homogeneidade interna por rendimento dos responsáveis dos domicílios percebemos quatro situações diferentes:

- TIPO 01: *áreas com elevada homogeneidade interna*[18].

[17] Nesta pesquisa, homogeneidade interna significa a concentração superior a 50% de pessoas pertencentes a determinada faixa de renda habitando em uma área residencial da cidade. Em LEM, isto ocorre com pessoas que ganham entre 0 a 2 SM, em algumas áreas residenciais.

[18] Áreas com elevada homogeneidade interna são aquelas cujo percentual de habitantes que ganham entre 0 a 2 SM é superior a 66,94% (média da cidade para esta faixa de renda).

- Tipo 02: áreas com elevado grau de homogeneidade interna e com concentração de pessoas que ganham entre 2 a 5 SM acima da média da cidade (20,89%).

- Tipo 03: *áreas com relativa homogeneidade interna*[19], mas com concentração de pessoas que ganham entre 2 a 5 SM e 5 a 10 S M acima da média da cidade, respectivamente 20,89% e 8,38%.

- TIPO 04: áreas sem homogeneidade interna, com concentração espacial de pessoas que ganham mais de 10 SM acima da média da cidade (3,77%).

Cada uma destas situações nos permitiu elaborar uma tipologia socioespacial com tipos, por faixa de renda (Figura 14), que nos propiciou analisar como a segregação residencial se manifesta em LEM. Nas seções que se seguem, vamos tentar identificar as áreas residenciais que representam os tipos propostos e as situações expressas acima e correlacioná-las com a localização e o tipo dos estabelecimentos de consumo que compõem a morfologia urbana destas áreas. A partir disto, acreditamos poder identificar se o padrão centro x periferia também se manifesta em LEM.

[19] Áreas com relativa homogeneidade interna são aquelas cujo percentual de habitantes, da área residencial, que ganham entre 0 a 2 SM é superior a 50% e inferior a 66,94%.

Figura 14
Tipologia: características das áreas residenciais por renda

4.2.2.1 Tipo 01 – Áreas residenciais de baixa renda

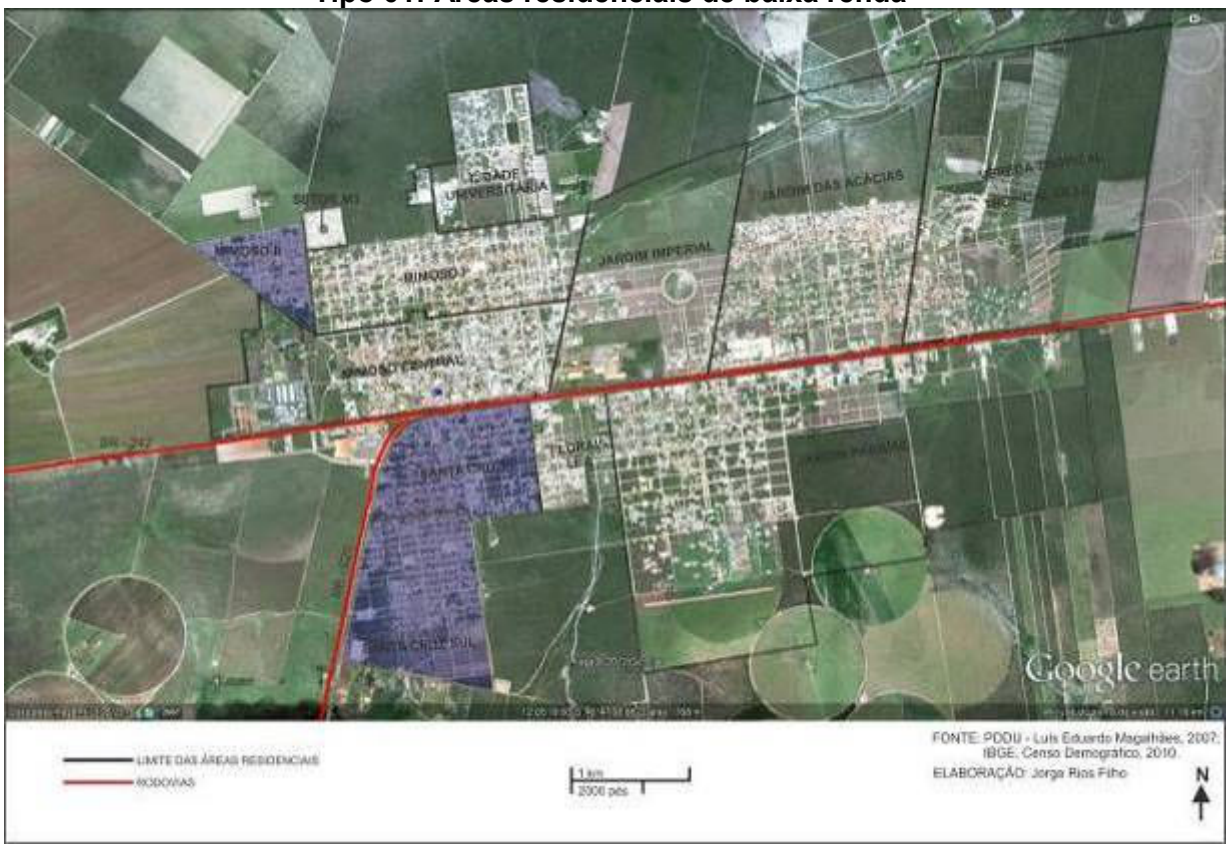
As áreas, que formam este tipo, têm por características elevada homogeneidade interna. A zona Santa Cruz Sul é a que possui o maior grau de homogeneidade com 89,77% de seus habitantes na faixa de renda entre 0 a 2 SM. Santa Cruz e Mimoso II são as outras duas que compõem este tipo, com 77,07% e 77,60%, respectivamente, de habitantes nesta faixa de renda. Além da elevada homogeneidade interna, outra característica destas zonas, é possuir a concentração de pessoas das demais faixas de renda, com média inferior a da cidade: 2 a 5 SM (20,89%); 5 a 10 SM (8,38%); e acima de 10 SM (3,77%), conforme tabela 05:

Tabela 05
Áreas residenciais pertencentes ao tipo 01

Bairro	Total de responsáveis por domicílio	0 a 2 SM (%)	2 a 5 SM (%)	5 a 10 SM (%)	Acima de 10 SM (%)
Santa Cruz Sul	4.440	89,77	9,32	0,83	0,06
Santa Cruz	1.767	77,07	18,2	3,62	1,07
Mimoso II	1.157	77,6	19,6	2,35	0,47

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2010.

Figura 15
Tipo 01: Áreas residenciais de baixa renda



As zonas Santa Cruz e Santa Cruz Sul compõem o bairro Santa Cruz, o mais populoso da cidade e também o identificado pela população e pelo poder público como o que enfrenta os maiores problemas sociais. Este bairro desde a sua fundação, em 1994, foi planejado como a área destinada aos imigrantes de baixa renda que começaram a habitar na cidade (maiores detalhes no capítulo 6).

Comparando o perfil socioeconômico das duas zonas com sua localização (figura 15), percebemos que apesar delas fazerem parte do mesmo bairro, e possuírem o mesmo perfil tipológico (Tipo 01), a zona Santa Cruz Sul, que se localiza abaixo da zona Santa Cruz e ocupa grande parte da zona periférica da cidade (sentido oeste e sul), possui maior concentração de pessoas de 0 a 2 SM. Já a zona Santa Cruz que possui parte de sua área numa localização mais central, às margens da rodovia BR-242, possui uma porcentagem menor de pessoas nesta faixa de renda que a zona Santa Cruz Sul.

Correlacionando o perfil das duas zonas por renda, com a sua morfologia urbana, podemos perceber que as localizações dos estabelecimentos de consumo seguem a mesma lógica locacional dos responsáveis pelos domicílios que ganham de 0 a 2 SM.

Observando a tabela 06, podemos ter uma noção da morfologia desse bairro. Por estar numa posição mais centralizada, a zona Santa Cruz possui maior quantidade de estabelecimentos comerciais. Inclusive com uma larga vantagem, principalmente, quando observamos a quantidade de estabelecimentos de consumo produtivo. Além disso, no que se refere ao consumo consumptivo podemos observar que mesmo tendo quase o dobro dos domicílios, a zona Santa Cruz Sul possui quase a metade dos estabelecimentos de consumo consumptivo da outra zona.

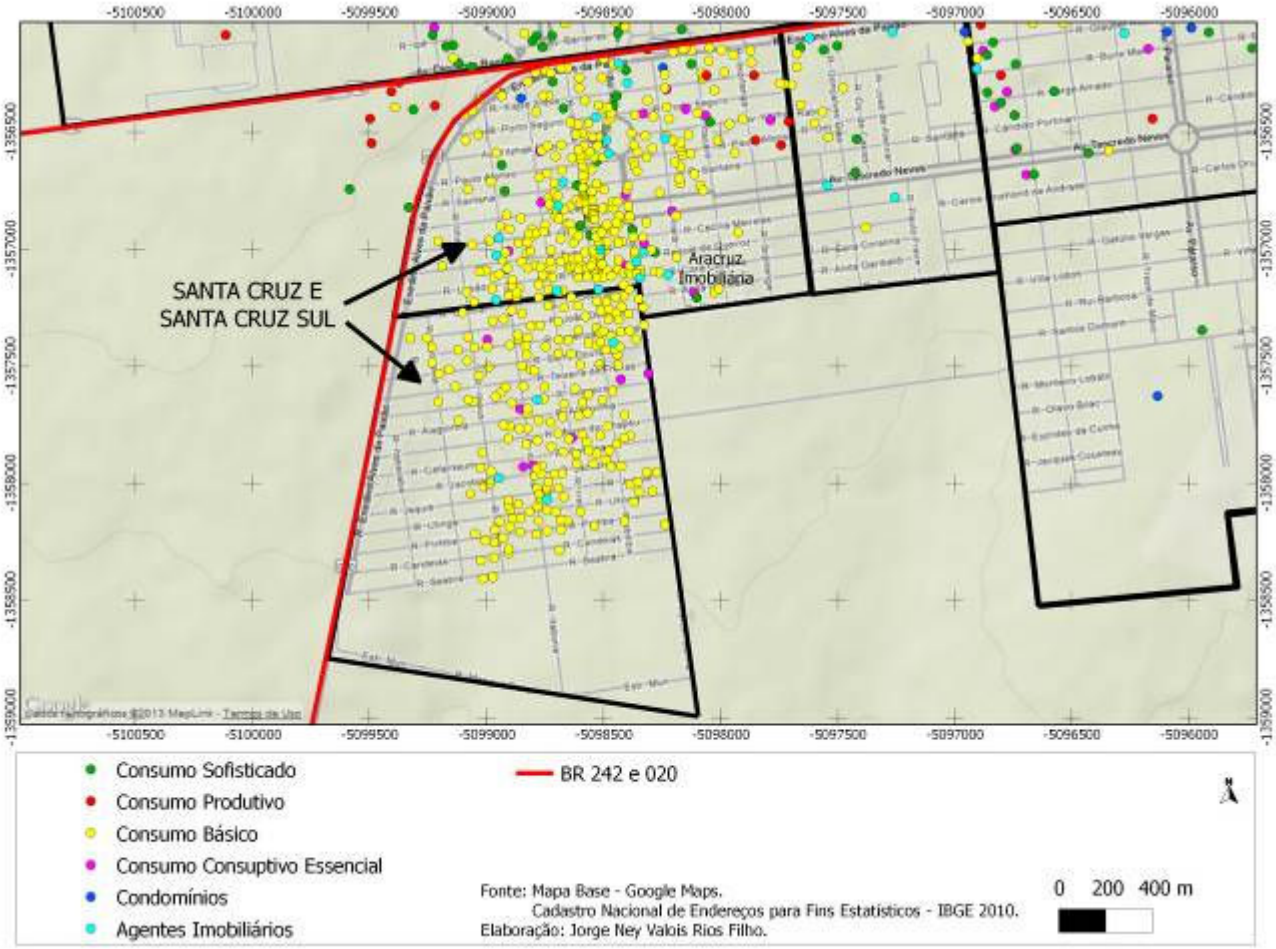
Tabela 06
Área residencial de baixa renda: distribuição dos imóveis

Zona	Domicílios	Em construção	Estabelecimentos		
			Comerciais	Com. Consumptivo	Com. Produtivo
Santa Cruz	2.262	58	486	376	110
Santa Cruz Sul	5.336	307	254	240	14
Mimoso II	1.731	82	57	46	11
Total	**9.329**	**447**	**797**	**662**	**135**

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2010.

Analisando qualitativamente os estabelecimentos de consumo do Bairro Santa Cruz, percebemos outra diferenciação entre as duas zonas. Conforme podemos observar na figura 16, a zona Santa Cruz possui uma variedade maior de estabelecimentos, com a presença de estabelecimentos de consumo produtivo, consumo não básico e consumo básico. Na zona Santa Cruz Sul, mais afastado do centro, temos uma menor variedade de tipos de estabelecimentos comerciais, com predominância dos de consumo básico.

Figura 16
Bairro Santa Cruz: distribuição dos estabelecimentos de consumo



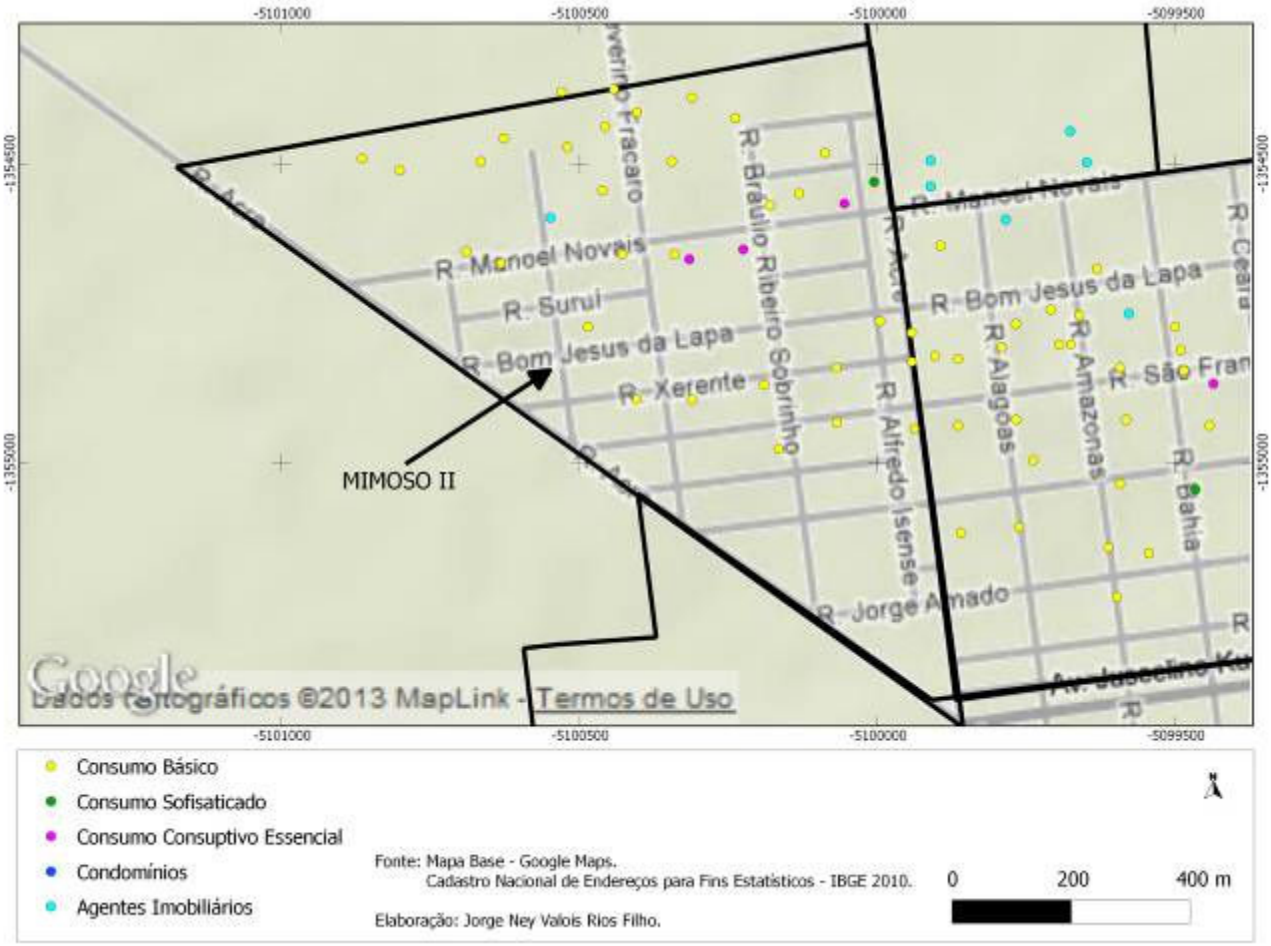
Os estabelecimentos de consumo produtivo da zona Santa Cruz são direcionados ao consumo agrícola com uma predominância de estabelecimentos de consumo produtivo para a agricultura. Nesta zona há uma concentração de estabelecimentos com especialização em máquinas agrícolas, como: revendedora de tratores e de caminhões, além de empresas especializadas em peças e manutenções de máquinas agrícolas.

Os estabelecimentos de consumo consumptivo desta zona possuem características diferenciadas de acordo com a sua localização. Nas proximidades da BR-242 e nas primeiras ruas sucessivas a ela, há uma concentração de restaurantes, hotéis, oficinas, lojas de autopeças, concessionárias de veículos, borracharias, casas de shows e boates. À medida que adentramos no bairro e nos afastamos da BR, ou da zona central da cidade, os estabelecimentos de consumo produtivo vão se tornando rarefeitos e o conteúdo dos estabelecimentos de consumo consumptivo vai mudando para a comercialização de produtos e serviços de necessidades básicas, como: supermercado, mercados, quitandas, bares, salões de beleza, igrejas.

A zona Santa Cruz Sul, que é a expansão da zona Santa Cruz, vai seguir a mesma lógica locacional. Como está mais afastada da área central da cidade, os estabelecimentos comerciais limitam-se a atender as necessidades básicas dos moradores, principalmente de gêneros alimentícios (mercados, padarias, quitandas), além dos bares, salões de beleza. Nas áreas limítrofes do bairro o comércio se torna escasso e com pouca variação.

O bairro Mimoso II é o único da zona Mimoso Norte que apresenta características que o classificam neste tipo. Este bairro possui 77,60% do universo das pessoas pesquisadas na faixa de renda entre 0 e 2 SM. Observando a figura 15, podemos perceber sua posição periférica, ao extremo oeste e norte da cidade. Além disso, o bairro possui uma baixa quantidade de estabelecimentos de consumo, conforme dados da tabela 06. A sua morfologia demonstra (figura 17) que além da baixa quantidade de estabelecimentos de consumo, não existem nesta área residencial estabelecimentos de consumo produtivo direcionado à agropecuária. Os estabelecimentos de consumo são predominantemente de consumo consumptivo básico, principalmente de gêneros alimentícios, salões de beleza e bares.

Figura 17
Mimoso II: estabelecimentos de consumo



4.2.2.2 Tipo 02: Áreas de baixa renda e classe média baixa

O tipo 02 é representado por áreas com elevado grau de homogeneidade interna de pessoas com rendimento entre 0 e 2 SM, e com concentração de pessoas que possuem a sua faixa de rendimento entre 2 a 5 SM, superior a média da cidade (20,89%), conforme tabela 07:

Tabela 07
Áreas residenciais pertencentes ao tipo 02

Bairro	Total de responsáveis por domicílio	0 a 2 SM (%)	2 a 5 SM (%)	5 a 10 SM (%)	Acima de 10 SM (%)
Jardim das Acácias	1.934	73,47	21,4	4,29	0,82
Setor M3	651	69,27	23,5	5,22	1,99

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2010.

Figura 18
Tipo 02: áreas de baixa renda e classe média baixa.

O bairro Jardim das Acácias, localizado na zona Imperial-Acácias, possui um alto grau de homogeneidade interna de pessoas responsáveis pelo domicílio com a faixa de renda de 0 a 2 SM. Se obtivermos a média da porcentagem da faixa de renda de 0 a 2 SM dos sete setores censitários que compõem esta área, teremos um percentual de 73,47% de pessoas nesta faixa de renda. No entanto, se fizermos uma análise mais detalhada por setor censitário veremos uma diferenciação espacial onde identificamos a presença de áreas que atendem a três tipos dos quatro abordados aqui, segundo os dados da tabela 08.

Tabela 08
Bairro Jardim das Acácias: Setores censitários por tipo de renda

Setor	Tipos identificados no bairro	0 a 2 SM (%)	2 a 5 SM (%)	5 a 10 SM (%)	Acima de 10 SM (%)
73	TIPO 01	86,00	12,50	1,50	0,00
72	TIPO 01	75,74	20,00	4,25	0,00
30	TIPO 01	77,08	16,96	4,46	1,48
29	TIPO 01	86,20	11,63	1,70	0,43
28	TIPO 02	68,40	28,00	3,60	0,00
27	TIPO 02	67,63	26,21	5,17	0,97
26	TIPO 03	62,36	28,76	6,98	1,88

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2010.
ZP*: Zona Periférica; LC**: Localização Central (referente a localização do setor no bairro.

Observando a tabela 08 e comparando com a figura 19, que destaca a tipologia dos setores censitários do bairro Jardim das Acácias por faixa de renda, podemos perceber que três dos quatro setores censitários que foram caracterizados como Tipo 01 estão em áreas periféricas da cidade. O setor 0072 e o setor 0073 encontram-se nos limites norte e leste do perímetro urbano, numa área bem distante. E o setor 0029 localiza-se numa zona periférica a leste da cidade.

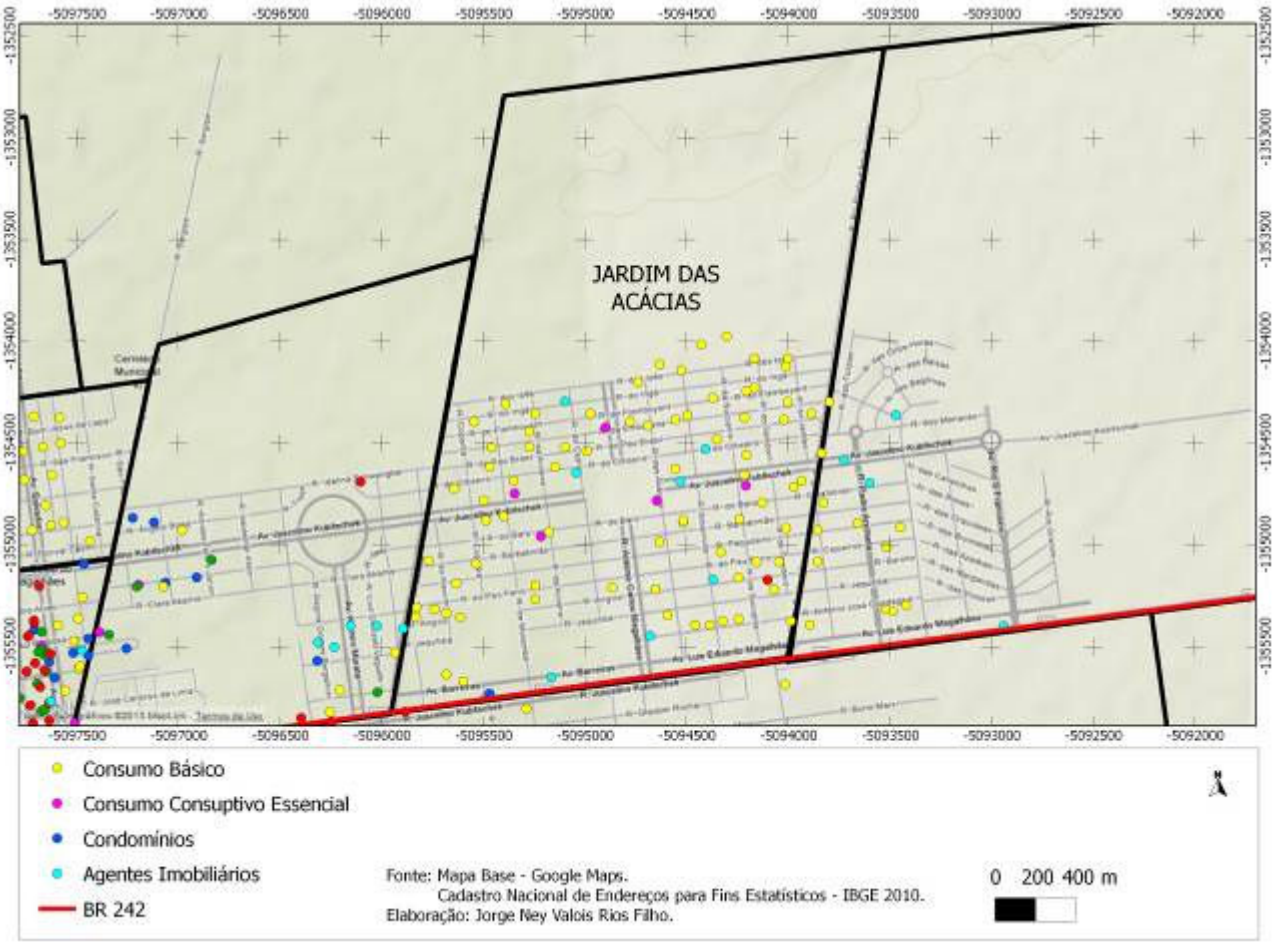
Analisando a localização do bairro Jardim das Acácias, figura 18, podemos perceber que esta área residencial está um pouco afastada do centro principal da cidade. Além disso, verificamos um aumento na porcentagem de pessoas que ganham na faixa de 0 a 2 SM, à medida que os setores censitários se afastam do centro da cidade e da BR-242 (rodovia que cortam a cidade ao meio) e se aproximam das áreas periféricas, tanto ao norte, quanto ao leste do bairro. Para enfatizar o que foi escrito, os dados do setor 0073 retratam bem o fato. Este setor se localiza justamente numa área periférica extrema, tanto ao norte quanto a leste da cidade, e possui 86% de moradores pesquisados com a faixa de renda entre 0 a 2 SM.

Figura 19
Jardim das Acácias: distribuição dos tipos de áreas residenciais por setor censitário.

Portanto, no que se refere ao Jardim das Acacias podemos perceber que apenas as áreas residenciais com localização mais centralizada podem ser classificadas como pertencente ao Tipo 02. (áreas residenciais de baixa renda e classe média baixa) As áreas mais periféricas podem ser enquadradas como pertencentes ao Tipo 01 (áreas residenciais de baixa renda).

No que se refere à morfologia urbana deste bairro, com relação aos estabelecimentos de consumo, constatamos que na área residencial existem 181 estabelecimentos de consumo. Sendo 146 de consumo consumptivo e 35 estabelecimentos de consumo produtivo. Com relação à espacialização destes objetos percebemos que a tônica centro x periferia se repete. Como podemos observar na figura 20, nas áreas próximas à BR-242 estão os estabelecimentos de consumo produtivo para a agricultura (não temos nesses locais estabelecimentos de consumo produtivo de fluxos). Conforme nos afastamos da área central, vão prevalecendo os estabelecimentos de consumo consumptivo básico (não temos nesta área estabelecimentos de consumo consumptivo não-básico).

Figura 20
Bairro Jardim das Acácias: estabelecimentos de consumo.



O bairro Setor M3 apresentou um percentual de 69,27% de pessoas com a faixa de rendimento entre 0 a 2 SM, e 23,50% de pessoas que ganham entre 2 a 5 SM, tabela 07. Este loteamento localiza-se na zona Mimoso Norte, numa localização periférica norte, ao lado leste do bairro Mimoso II, que pertence ao Tipo 01 (a figura 18 mostra a localização do Setor M3 na cidade). Acreditamos que a concentração de pessoas na faixa de 2 a 5 SM ,acima da média da cidade, deve-se a localização mais central (apesar de periférica) que a do bairro Mimoso II.

No entanto, nesta área residencial localizamos apenas três estabelecimentos de consumo: duas casas de material de construção e uma madeireira. Na rua Manoel Novais que limita o loteamento, ao sul, com o bairro Mimoso I encontra-se um ponto de venda de lotes da Loteadora Donna Carmela (empresa responsável pela produção do loteamento), figura 21. A explicação para este fato é que o Setor M3 é uma área de expansão urbana recente. Nas imagens de satélite, de 2007, da cidade não existia sequer menção da existência desta área residencial (figura 22).

Figura 21
Setor M3: estabelecimentos de consumo.

Figura 22
Área do loteamento Setor M3, 26/06/2007.

4.2.2.3 Tipo 03 - Áreas de classe média baixa e classe média alta

Todos os bairros pertencentes a este tipo apresentam uma relativa homogeneidade interna de pessoas que ganham pertencem na faixa entre 0 a 2 SM. Chamamos de relativa homogeneidade interna porque mesmo que a quantidade de pessoas que ganham nesta faixa de renda seja maior que 50% (o que a nosso ver caracteriza uma homogeneidade), o percentual apresenta-se menor que a média da cidade para esta faixa de rendimento, que é de 66,94%. Além disso, possuem uma concentração de pessoas que ganham nas faixas de 2 a 5 SM e de 5 a 10 SM, acima das médias da cidade, respectivamente: 20,89% e 8,38%.

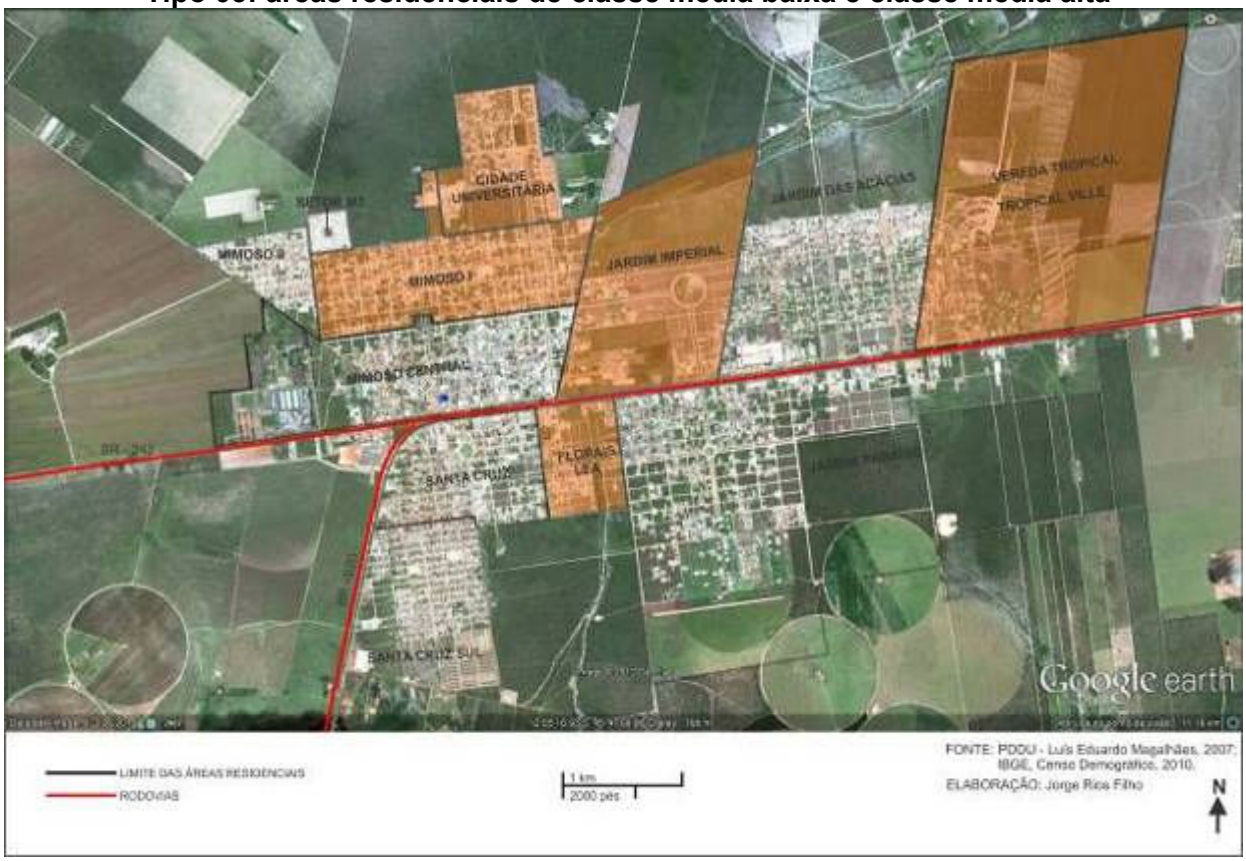
A presença de pessoas com a faixa de rendimentos entre 2 a 5 SM e 5 a 10 SM, acima da média da cidade, caracteriza uma acentuada elevação da renda para estas áreas. Além disso, somando os percentuais de pessoas que se enquadram nestas duas faixas de renda, teremos um percentual entorno de 40% para a classe média, o que nos permite caracterizar as áreas residenciais como de classe média baixa e classe média alta.

Tabela 09
Áreas residenciais do tipo 03

Bairro	Total de responsáveis por domicílio	0 a 2 SM (%)	2 a 5 SM (%)	5 a 10 SM (%)	Acima de 10 SM (%)
Mimoso I	2.327	54,3	29,8	12,7	3,27
Cidade Universitária	390	62,27	25,64	8,71	2,82
Florais Lea	497	52,31	32,39	11,67	3,62
Jardim Imperial	273	57,14	26,4	13,6	2,93
Lot. Vereda Tropical/Lot. Tropical Ville	304	57,56	30,92	8,88	2,63

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2010.

Figura 23
Tipo 03: áreas residenciais de classe média baixa e classe média alta



A primeira análise que podemos fazer é uma correlação entre o percentual de pessoas que ganham acima de 10 SM (Tabela 09) e a localização destas áreas residenciais em relação ao centro principal (figura 23). Quanto mais longe é a distância da área residencial do centro principal, menor é o percentual de pessoas que ganham nesta faixa de renda, na composição destas áreas.

Observando estes bairros isoladamente e comparando com suas localizações no espaço intraurbano podemos perceber algumas singularidades entre eles. A primeira semelhança entre as áreas residenciais é que são pouco populosos e com um alto percentual de imóveis em construção, o que demonstram que são áreas recentes com intensa atuação de agentes imobiliários (Tabela 10). Com exceção do

Mimoso I que é um dos bairros mais antigos e populosos da cidade, e que por se localizar numa área central, cercada por outros, sem área de expansão, possui poucos terrenos para a atuação de agentes imobiliários, o que resultou em uma relativa verticalização (figura 24).

Tabela 10
Áreas residenciais tipo 03 - imóveis em construção

Bairros	Domicílios	Imóveis em construção	
		Absoluto	%
Mimoso I	2.761	104	3,76
Cidade Universitária	498	73	14,15
Florais Lea	713	96	13,46
Jardim Imperial	432	71	11,8
Lot. Vereda Tropical/Lot. Tropical Ville	427	71	16,62

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2010.

A segunda singularidade entre os bairros é que, exceto o Cidade Universitária que se localiza numa área periférica ao norte da zona Mimoso Norte (por isso, tem um percentual maior, que os outros, de pessoas que ganham entre 0 a 2 SM, 62,82%), todos os demais se localizam em áreas centrais da cidade (figura 23).

Três deles se localizam as margens da BR-242: Jardim Imperial (Figura 25), Vereda Tropical/Tropical Ville (Figura 26) e Florais Lea (figura 27), localização que faz com que estas áreas possuam uma morfologia semelhante, com a presença de estabelecimentos de consumo produtivo para a agricultura, nas margens da rodovia, e de estabelecimentos de consumo consumptivo básico, nas áreas mais periféricas dos bairros.

Mimoso I (Figura 24) mesmo não se localizando as margens da BR-242 ocupa uma posição de centro por que é uma zona de expansão do Mimoso Central, principal área comercial da cidade, por isso, possui características morfológicas parecidas com esta área. Portanto, é a área residencial do Tipo 03 que possui a maior quantidade de estabelecimentos de consumo tanto produtivo quanto consumptivo (Tabela 11). Inclusive com uma maior variedade nos tipos de consumo, com a presença de estabelecimentos de consumo produtivo tanto de fluxos quanto para a agricultura. Além de estabelecimentos de consumo consumptivo tanto básico quanto não-básico.

Tabela 11
Áreas residenciais tipo 03: distribuição dos estabelecimentos comerciais

Bairro	Estabelecimentos		
	Comerciais	Consumptivos	Produtivos
Mimoso I	310	252	58
Cidade Universitária	5	4	1
Jardim Imperial	42	16	26
Florais Lea	51	33	18
Lot. Vereda Tropical e Tropical Ville	43	27	16
Total	**450**	**332**	**119**

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2010.

Ao contrário dos demais bairros que tem como principal vantagem locacional sua proximidade com o centro comercial da cidade e a rodovia. O bairro Cidade Universitária por se localizar em uma zona periférica (figura 28) possui uma quantidade de estabelecimentos de consumo bem menor que as demais áreas residenciais deste tipo, apenas cinco estabelecimentos (um bar, um mercado, um escritório de engenharia ambiental, a loteadora Donna Carmela e a Faculdade FAAHF).

A localização da única faculdade presencial da cidade em suas imediações é sua principal vantagem locacional. A FAAHF (particular), funciona neste bairro desde 2005, oferece diversos cursos presenciais de graduação (administração, agronomia, ciências contábeis, direito, engenharia da produção, letras e pedagogia), pós-graduação (especialização em metodologia do ensino superior) e MBA (em gestão empresarial, em gestão estratégia do agronegócio, em gestão financeira, controladoria e auditoria, em gestão de pessoas, e em logística).

Acreditamos que a faculdade é o principal agente indutor para que o Loteamento Cidade Universitária seja a única área residencial periférica que não se enquadra nos perfis dos tipos apresentados anteriormente. Inclusive, seu nome foi dado por causa de sua proximidade com a faculdade. A acessibilidade a este equipamento é a principal estratégia de marketing da Loteadora Donna Carmela para comercializar os lotes deste empreendimento.

Para fundamentar esta afirmação nos baseamos em pesquisas que tem demonstrado como a implantação de universidades em cidades médias tem promovido mudanças na reestruturação urbana destas cidades. Como as

desenvolvidas no Grupo de Pesquisa Cidade, Território e Planejamento (CITEPLAN) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), principalmente pelo prof. Wendel Henrique e seus alunos, que realizam pesquisas que visam analisar o papel das universidades federais na produção do espaço urbano de cidades médias e pequenas da Bahia.

Figura 24
Mimoso I: Localização dos estabelecimentos de consumo.

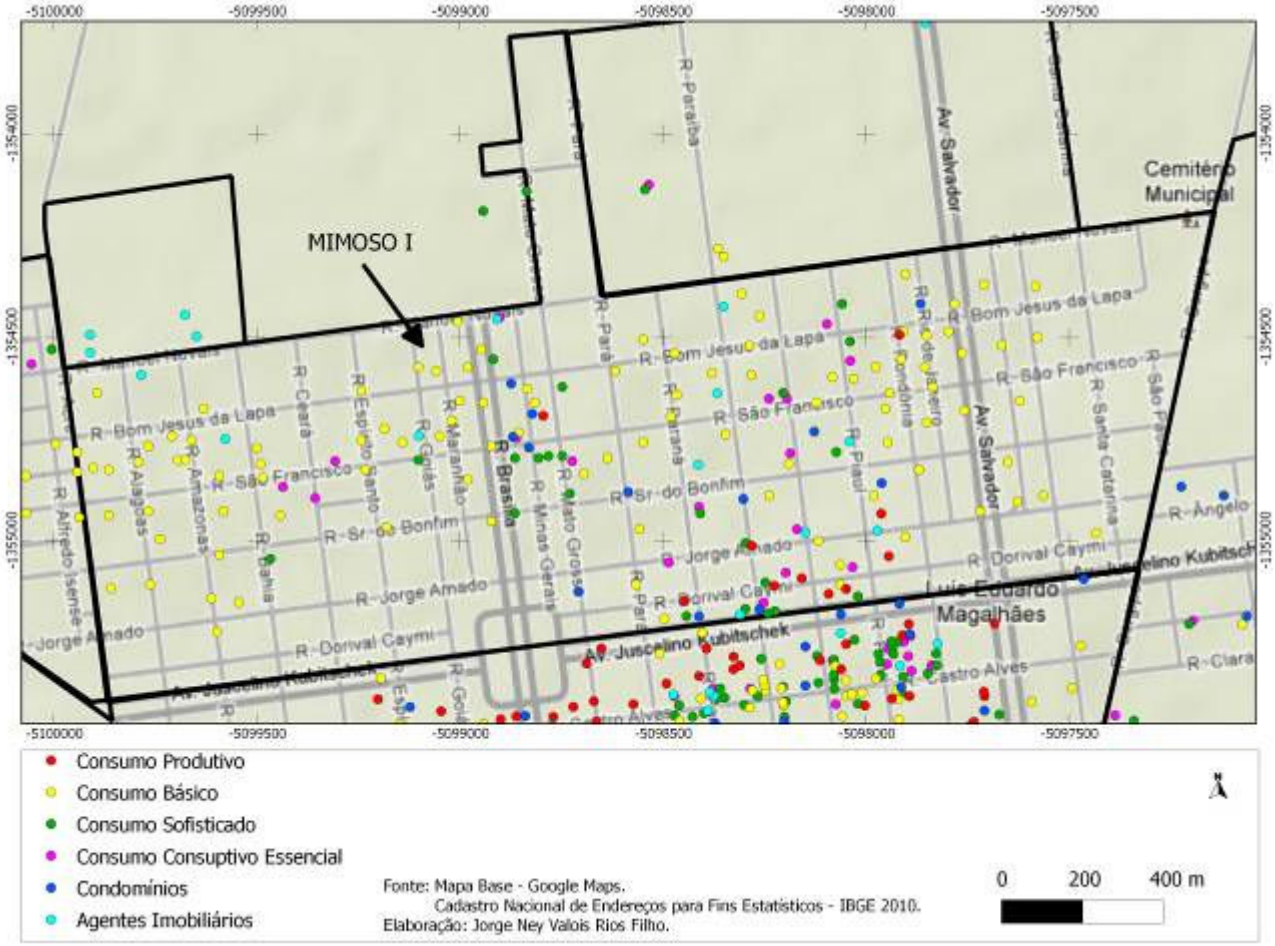


Figura 25
Jardim Imperial: Localização dos estabelecimentos de consumo.

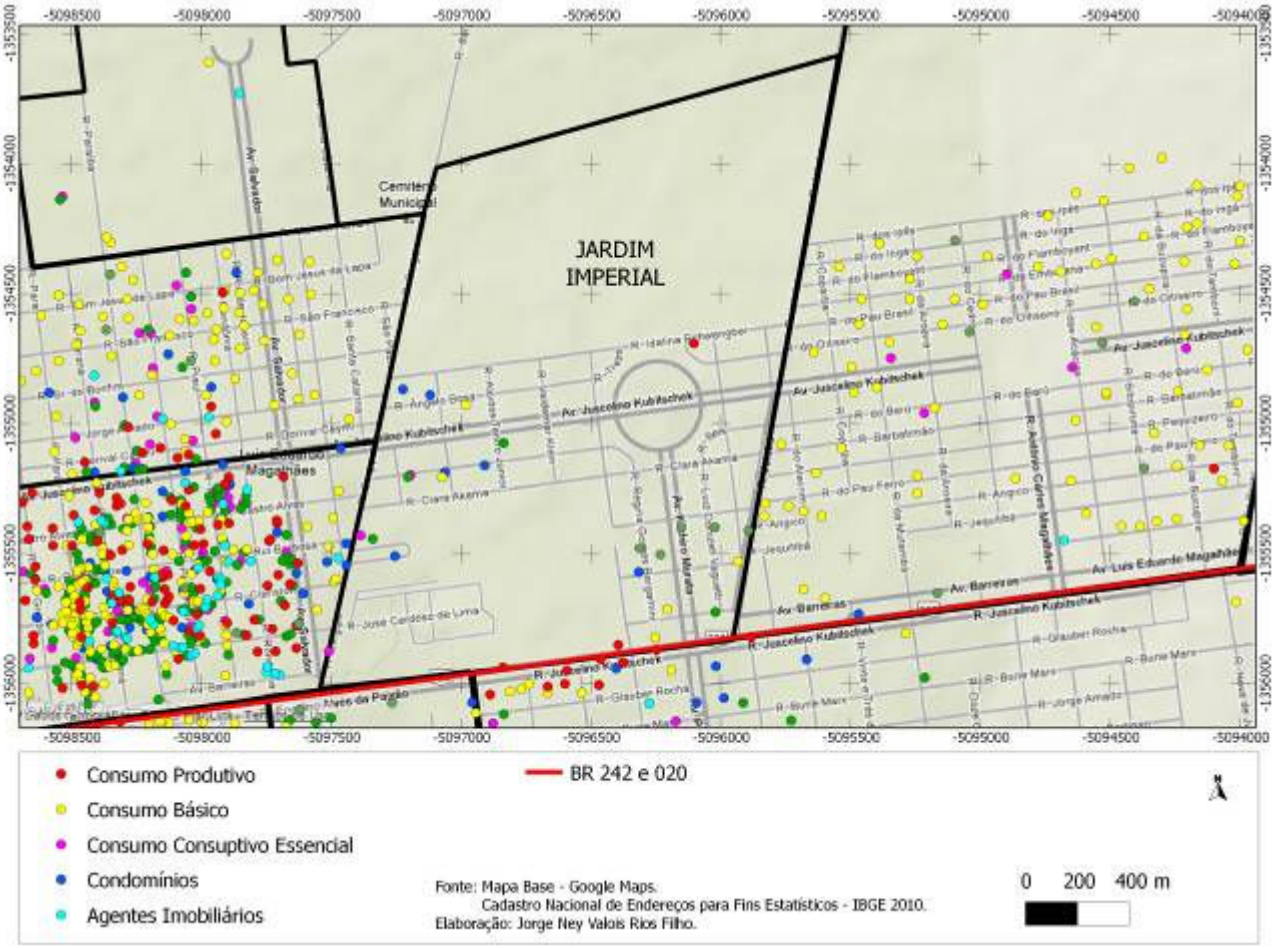


Figura 26
Loteamentos Vereda Tropical e Tropical Ville: Estabelecimentos de consumo.

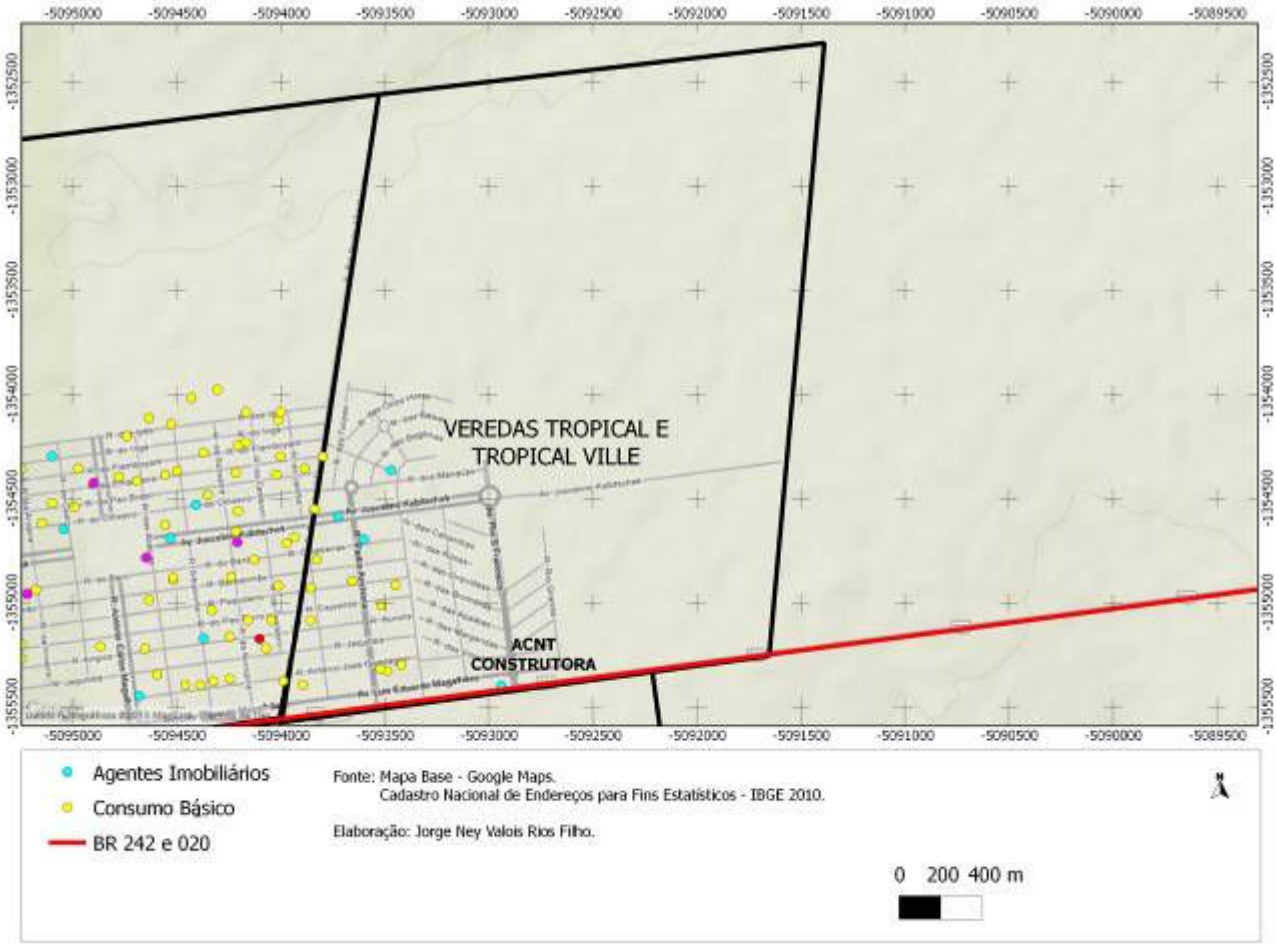
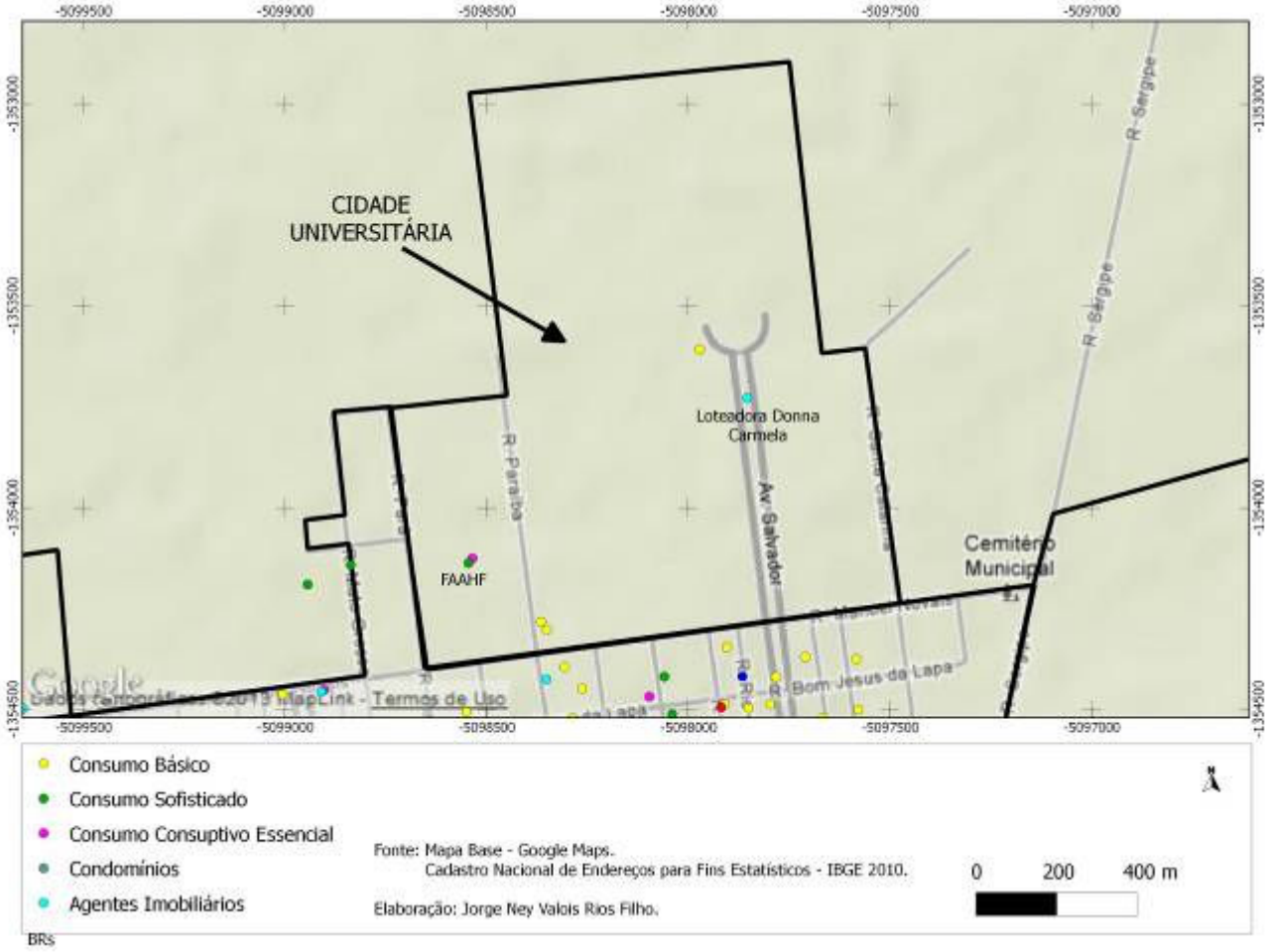


Figura 27
Florais Lea: Estabelecimentos de consumo.

Figura 28
Cidade Universitária: Estabelecimentos de consumo



4.2.2.4 Tipo 04 - Áreas de classe média alta e alto padrão

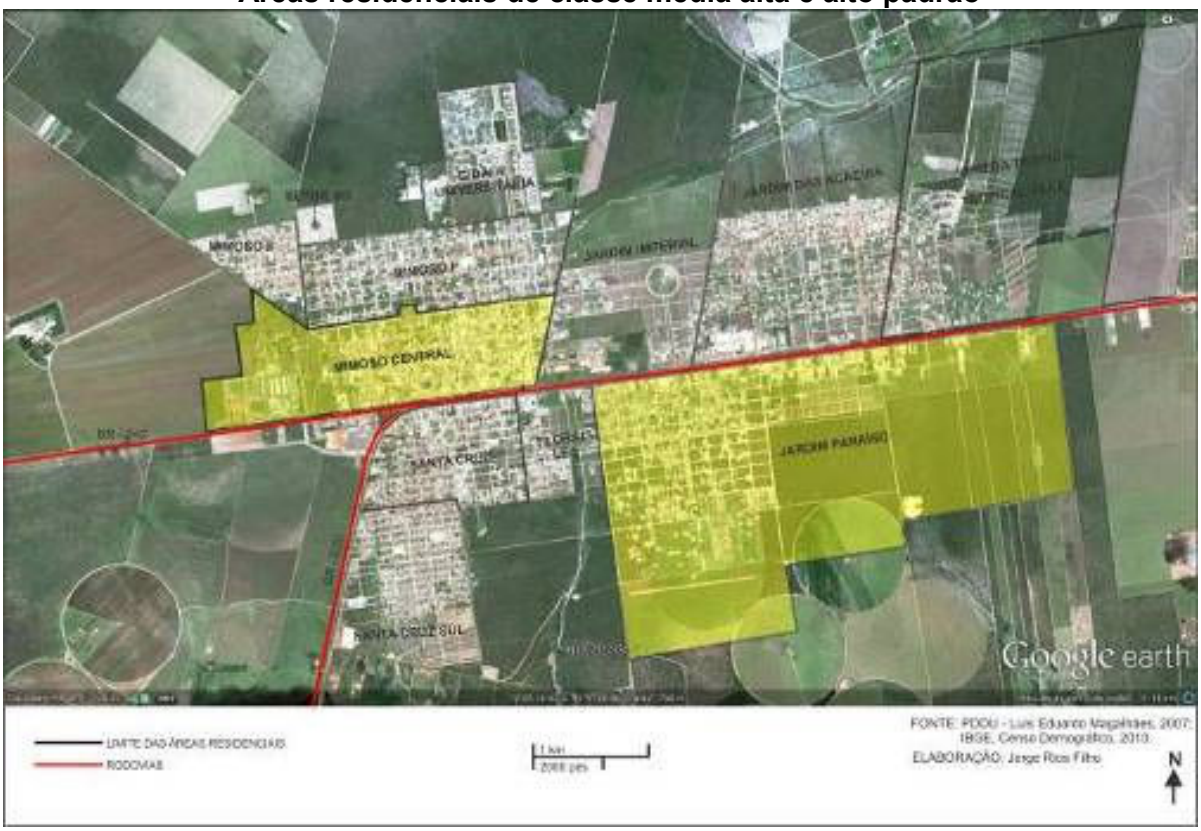
Neste tópico identificamos as áreas de concentração das pessoas que ganham acima de 10 SM (TIPO 04), a partir das seguintes características: são áreas em que o percentual de pessoas que ganham acima de 10 SM está além da média da cidade (3,77%). Além disto, estas áreas possuem percentual de pessoas que ganham na faixa de renda entre 2 a 5 SM e 5 a 10 SM, acima da média da cidade, respectivamente: 20,89% e 8,38%. Outra característica importante destas áreas é o baixo percentual de pessoas que ganham na faixa de renda entre 0 a 2 SM, bem abaixo da média da cidade, que é de 66,94%. Apenas duas áreas residenciais atendem a estas características. A Zona Mimoso Central e o bairro Jardim Paraíso (figura 29).

Tabela 12
Áreas residenciais tipo 04

Bairro	Total de responsáveis por domicílio	0 a 2 SM (%)	2 a 5 SM (%)	5 a 10 SM (%)	Acima de 10 SM (%)
Mimoso Central	1.369	30,97	35,9	21,8	11,24
Jardim Paraíso	995	10,45	22,9	37,8	28,84

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2010.

Figura 29
Áreas residenciais de classe média alta e alto padrão

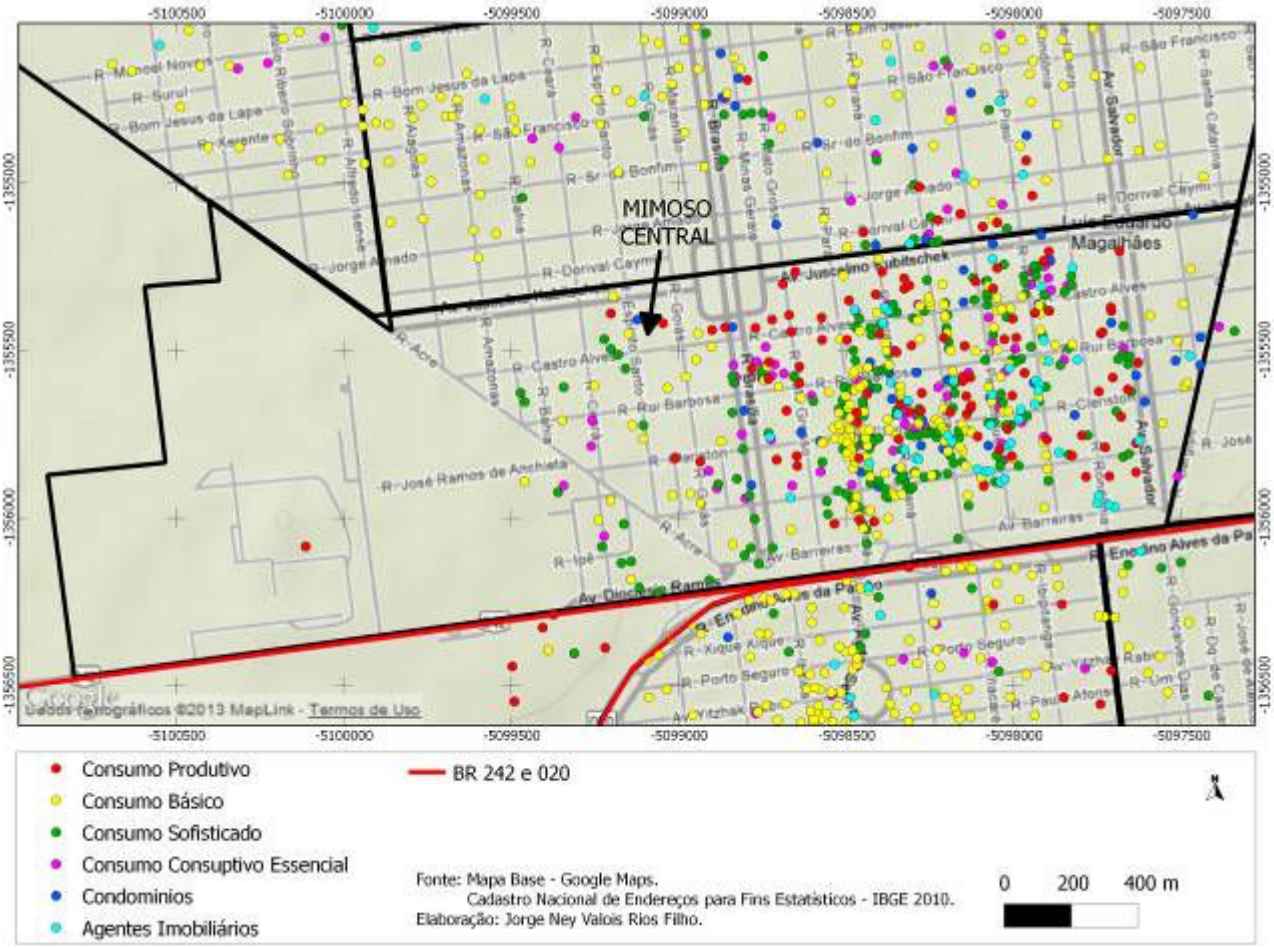


Analisando os números da tabela 12, podemos perceber que na zona Mimoso Central há uma distribuição mais ou menos equitativa de pessoas das quatro faixas de renda analisada. No entanto, nesta zona não temos a predominância de pessoas que ganham entre 0 a 2 SM. Além disso, o percentual de pessoas que ganham na faixa de 5 a 10 SM e mais de 10 SM é bem maior do que as médias da cidade com relação a estas faixas de renda.

Mimoso Central é a zona que identificamos como o centro principal da cidade, possui a predominância dos estabelecimentos de consumo produtivo e de consumo consumptivo (figura 30). Possui 1.644 domicílios (57,43% - casa, 10,28% - casas de condomínio e 32,28% - apartamentos). Com este percentual de apartamentos é a

área mais verticalizada da cidade (figura 12). Além de ser a que possui a menor quantidade de imóveis em construção, com 76 unidades, correspondendo a 5,97% do total.

Figura 30
Mimoso Central: Estabelecimentos de consumo.



Possui 867 estabelecimentos de consumo, sendo que 551 atendem ao consumo consumptivo e 316 são voltados ao consumo produtivo. É importante ressaltar que nesta área concentram-se 63,07% dos estabelecimentos relacionados ao consumo produtivo, com uma enorme variedade de serviços, destacando-se os estabelecimentos de fluxos: escritórios de fazendas e corretoras de grãos (figura 04), transportadoras de carga (figura 07), empresas de aviação agrícola, escritórios de engenharia, empresa de georreferenciamento, escritórios de contabilidade, escritório de advocacia (figura 06), entre outras. Além disso, localizam-se nesta área todas as agências bancárias e quase todas as instituições administrativas públicas (figura 05).

No que se refere ao consumo consumptivo, ai concentra-se 30,93% dos estabelecimentos com esta característica. É nesta área que estão os serviços mais sofisticados como clínicas médicas e de estética, imobiliárias, escola de balé, consultórios odontológico, pet shopping, escritórios de arquitetura, casas de massoterapias e terapias naturais entre outros (figuras 09, 10, 11).

Correlacionando a concentração de estabelecimentos de consumo nesta zona com sua caracterização como área residencial de classe média alta e alto padrão (Tipo 4) constatamos que Mimoso Central cumpre o papel de sítio social. Portanto, esta área promove uma vantagem locacional para seus moradores, o que caracteriza uma disputa por acessibilidade aos diversos estabelecimentos de consumo, mesmo que Luís Eduardo Magalhães seja uma cidade pequena. A disputa por acessibilidade aos estabelecimentos comerciais criando uma zona de centralidade traz elementos do padrão de segregação centro x periferia para esta cidade.

No entanto, mesmo o Mimoso Central sendo constatado como o sítio social, o bairro Jardim Paraíso é a área residencial que concentra a maior quantidade de pessoas que ganham acima de 10 SM, conforme nos mostra a tabela 13. Uma característica básica do padrão centro x periferia é justamente a concentração majoritária de ricos na área central da cidade, o que não acontece em LEM. Este fato nos faz aprofundar ainda mais a análise do padrão de segregação desta cidade.

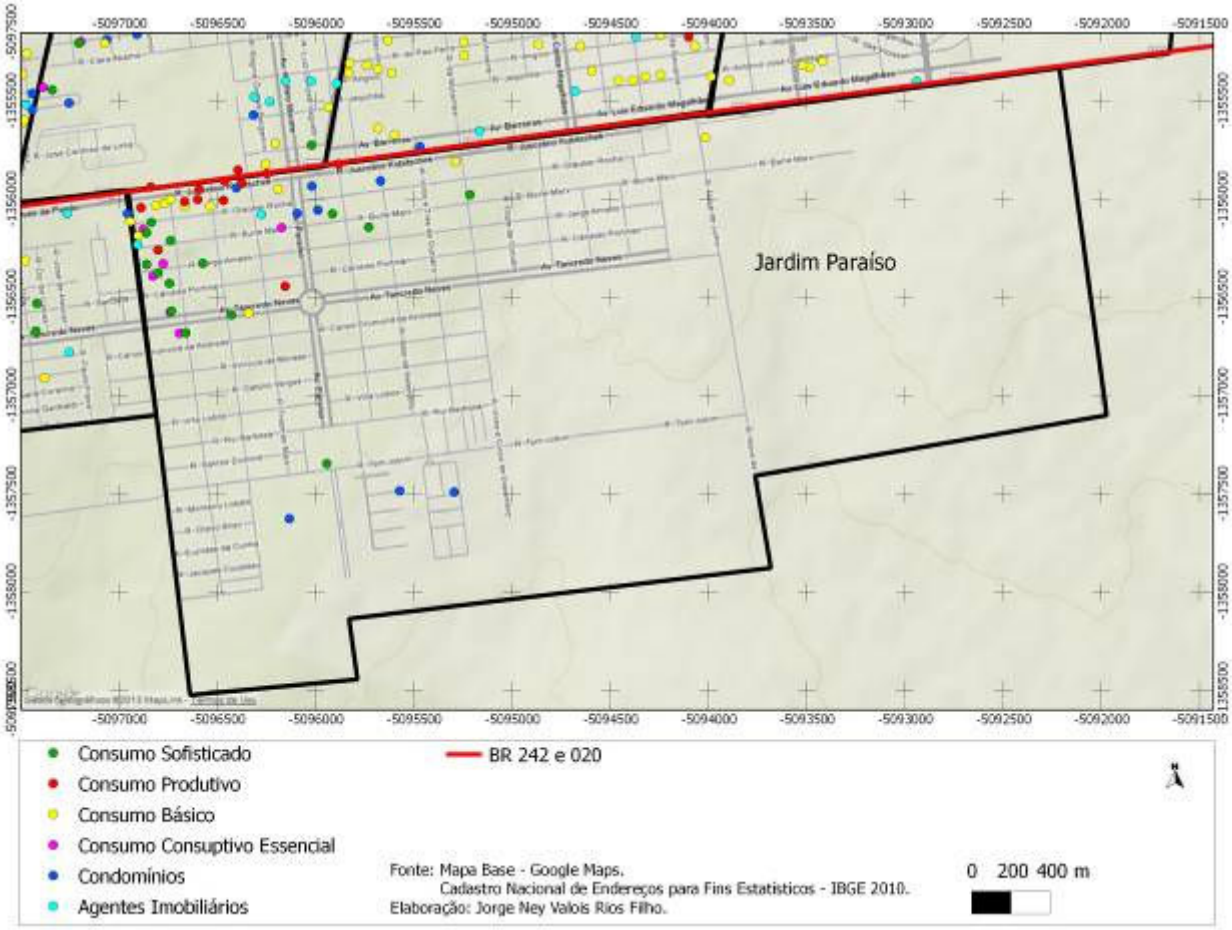
Tabela 13
Distribuição espacial dos responsáveis pelos domicílios com renda superior a 10 SM.

Áreas residenciais	% de pessoas que ganham acima de 10 SM em LEM
Jardim Paraíso	46,30
Mimoso Central	24,80
Mimoso I	12,30
Santa Cruz	3,06
Florais Lea	2,90
Jardim das Acácias	2,58
Setor M3	2,10
Cidade Universitária	1,77
Jardim Imperial	1,29
Lt. Vereda Tropical e Tropical Ville	1,29
Mimoso II	1,13
Santa Cruz Sul	0,48
Total	**100,00**

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2010.

Observando a estratificação por renda do bairro Jardim Paraíso (Tabela 12), podemos perceber um baixíssimo percentual de pessoas que ganham de 0 a 2 SM, inclusive este número ainda é menor do que a porcentagem de pessoas que ganham mais de 10 SM. O que é um valor considerável, se levarmos em conta que a quantidade de responsáveis pelo domicílio referente ao total da cidade que ganha entre 0 a 2 SM é de 11.004 e de pessoas que ganham mais de 10 SM é de 620.

Figura 31
Jardim Paraíso: Estabelecimentos de consumo.



Como podemos perceber na figura 31, a localização deste bairro vai desde as margens da BR-242 até a zona periférica leste-sul da cidade. O bairro Jardim Paraíso é a área residencial com a menor quantidade de domicílios da cidade, 1.169 domicílios, distribuídos em 88,20% de casas e 11,80% de apartamentos (é nesta zona que estão os três maiores loteamentos fechados da cidade). No entanto, é a área onde se concentra a maior quantidade de pessoas que ganham na faixa de 10, 15 e 20 SM.

É também a que possui a menor quantidade de estabelecimentos comerciais, 114 unidades no total. O número de estabelecimentos de consumo produtivo, 67 unidades, supera a quantidade dos de consumo consumptivo (47 unidades).

Os estabelecimentos comerciais concentram-se às margens da rodovia, BR-242 (como foi analisada, esta é uma característica marcante de todas as áreas localizadas às margens desta rodovia, principalmente no que se refere aos estabelecimentos de consumo produtivo). Assim como nas outras zonas que concentram uma grande quantidade de estabelecimentos comerciais para consumo produtivo, podemos perceber uma predominância de atividades relacionadas ao agronegócio, tais como: revenda de fertilizantes, empresas de perfuração de poços artesianos, escritórios de fazendas, corretoras de grãos, transportadoras entre outros.

Os estabelecimentos de consumo consumptivo, em menor quantidade, também, localizam-se nas proximidades da BR-242, com predominância de atividades voltadas a manutenção de veículos de passeio, como: oficinas, borracharias, equipadoras, lava-jatos e postos de gasolina. Uma particularidade dos estabelecimentos de consumo consumptivo desta zona é que existem apenas dois de consumo básico para as necessidades pessoais (um supermercado e uma padaria). Os demais, de consumo consumptivo, oferecem serviços mais sofisticados, como: escritório de segurança, escola de dança, academia, SPA, consultórios médicos, casa de massagem, clube recreativo, clínica veterinária para animais de estimação, restaurantes, motel, além dos dois mais luxuosos hotéis da cidade. É importante ressaltar que apenas nas áreas residenciais do tipo 04 é que encontramos este tipo de consumo mais sofisticado (figura 31).

Uma característica que nos chama a atenção nesta área é sua configuração territorial. Próxima a zona do bairro onde se concentram os estabelecimentos comerciais encontramos maior concentração de apartamentos. Na área mais central do bairro temos um imenso vazio com vários terrenos demarcados e com placas escritas: “Vendo Lotes”, com nome de alguma imobiliária e o número de telefone abaixo. Logo após estes vazios urbanos, temos uma concentração de grandes casas e já no limite periférico ao sul do bairro, temos localizados os três grandes

loteamentos fechados (figura 33). No próximo capítulo trataremos destes empreendimentos com maior destaque.

É justamente nesta zona periférica do bairro (figura 33), após os vazios urbanos, que se concentram a maior quantidade de responsáveis por domicílio que ganham acima de 10 SM na cidade (no setor censitário 0053, Censo Demográfico 2010, ver anexos C, D e E). Numa área, como já mencionado, periférica, onde só existem dois estabelecimentos de consumo: uma pista de pouso para aviões de pequeno porte e um clube recreativo. Este evento nos faz por em cheque o padrão centro x periferia em LEM. Porque embora a zona central seja uma área residencial de classe média alta e alto padrão, ela não possui a maior quantidade de ricos, nem é a mais homogênea, se considerarmos apenas o seu recorte espacial.

Um fator que se destaca sobre esta concentração de responsáveis por domicílio de classe média alta e alto padrão na zona periférica do Jardim Paraíso é o distanciamento do centro de consumo principal da cidade. Esta área se encontra afastada a 3,7 km do centro e 1,6 km da BR-242, onde se concentram os estabelecimentos de consumo deste bairro. O que demonstra que estes equipamentos não são considerados uma vantagem locacional para os moradores, descaracterizando mais uma vez o padrão centro x periferia.

Além desta distância para os dois centros de consumo, tanto o centro principal da cidade, quanto o centro de consumo do bairro, outro fator que desassocia localização dos estabelecimentos de consumo com a localização desta área residencial, é que não existe nas imediações destas residências nenhum estabelecimento de consumo. Exceto, os já mencionados - uma pista de pouso e um clube recreativo, este último criado como amenidade artificial para valorização dos lotes dos condomínios horizontais ali existentes.

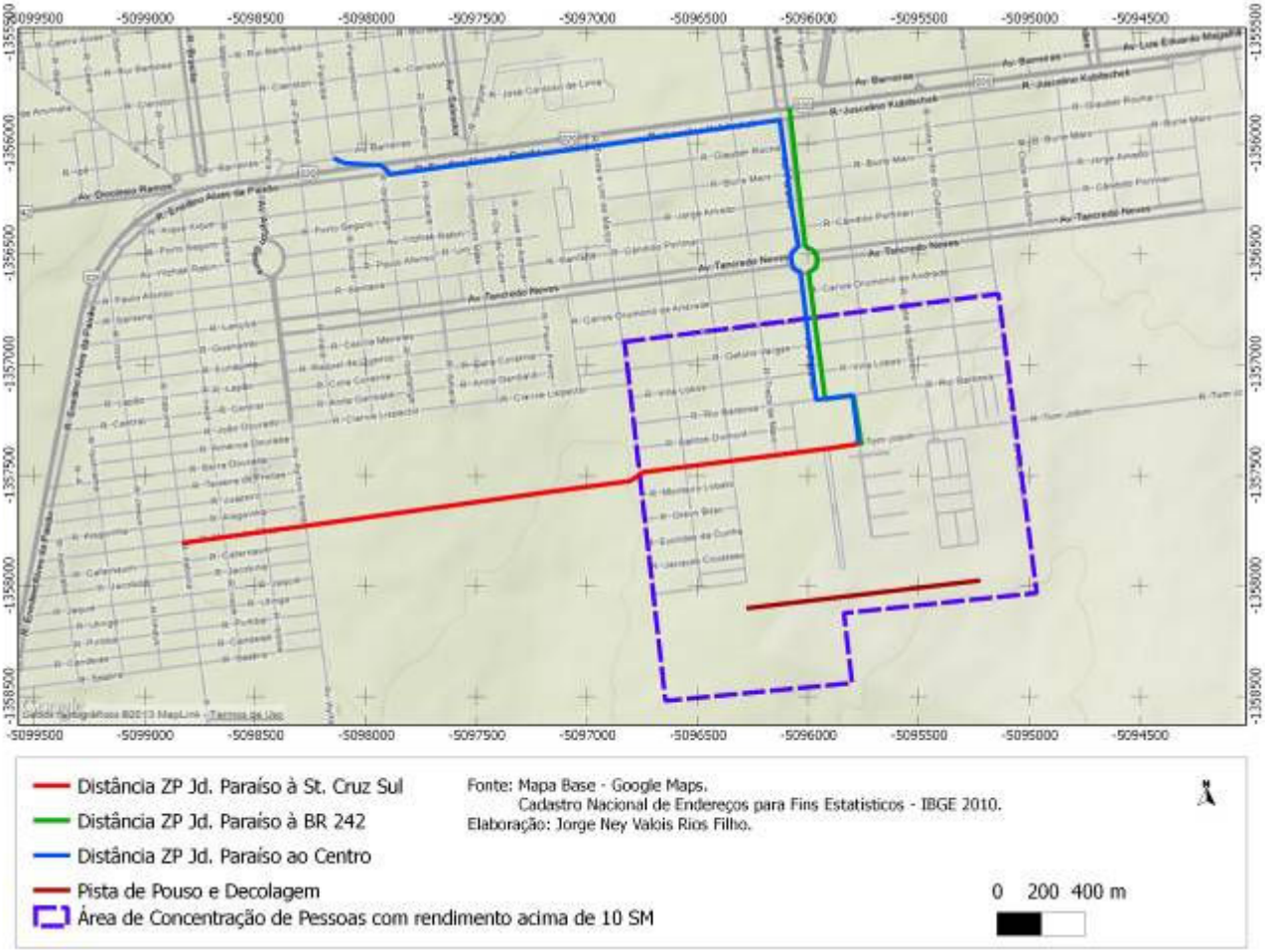
Vale ressaltar que, atualmente, o clube recreativo encontra-se em dificuldades financeiras devido à baixa quantidade de associados. Este fato é notório, inclusive por imagem de satélite. Pode-se observar a diferença das condições de infraestrutura do clube, em um ano. A primeira figura é uma imagem de 2010, a segunda é a imagem tirada do mesmo ângulo, um ano depois (em 2011).

Figura 32
Clube Rio das Pedras, Jardim Paraíso, 2011 e 2010.

Fonte: Google Earth.

O fato ocorrido com o clube reforça, mais uma vez, como o consumo pouco interfere na constituição desta área de concentração de pessoas de alto padrão.

Figura 33
Jardim Paraíso, Área de concentração de pessoas que ganham acima de 10 SM.



4.3 RELAÇÃO DOS TIPOS POR FAIXA DE RENDA E MIGRAÇÃO

A segunda variável que nos propomos analisar para elaboração de uma tipologia que expressa à segregação socioespacial de Luís Eduardo Magalhães na escala intraurbana foi à migração. Como afirmamos anteriormente, a escolha desta variável justifica-se na tentativa de enfatizar uma das características primordiais das cidades do agronegócio que é o intenso fluxo migratório que estas cidades recebem. Como defendemos a ideia de que o contexto é o principal elemento condicionante para o conteúdo qualitativo da segregação, vamos tentar identificar de que maneira a migração pode ser considerada como um fator qualitativo da segregação socioespacial de LEM.

A análise desta variável nos permite enfatizar a dimensão simbólica, caracterizada pela divisão cultural. Como vimos no capítulo 01, a análise da segregação socioespacial no Brasil, em sua grande maioria dedica-se a compreensão apenas da dimensão econômica, fundamentando-se no contexto brasileiro de enormes desigualdades socioeconômicas. No entanto, acreditamos que a análise sobre a origem do fluxo migratório por região, no caso das cidades do agronegócio, pode ser o indicador da manifestação de uma divisão além de socioeconômica também cultural.

Vale ressaltar que algumas pesquisas brasileiras têm destacado a dimensão simbólica em suas análises, através da correlação entre estratificação socioeconômica (dimensão econômica) e cor (dimensão simbólica) como em Carvalho e Pereira (2008) e Marques e Torres (2005), e Vasconcelos (2004). Muito embora, o objetivo principal destas pesquisas (pelo menos no caso destes dois últimos autores) seja o de contestar a dimensão simbólica no processo de segregação das metrópoles brasileiras.

Nesta pesquisa acreditamos ser viável analisar a divisão cultural substituindo a variável cor pela de migração. Afinal, concordamos com Marcuse (2004) quando afirma que a segregação possui três categorias tipo: divisão cultural; divisão por papel funcional; e diferenças no status hierárquico. Vale ressaltar que segundo o autor, estas categorias, às vezes, se combinam, outras, se contradizem, isto vai depender da história de cada cidade.

No caso de LEM, com base em seu contexto, acreditamos que estas três categorias tipo se entrelaçam, sendo uma particularidade da produção da segregação nesta cidade. Portanto, no que se refere à divisão cultural, enfatizamos a origem do fluxo migratório, apesar de Marcuse (2004) ter analisado a divisão entre brancos x negros nos EUA, por exemplo. O zoneamento proposto no PDDU será entendido como a divisão por papel funcional (discutiremos este ponto no capítulo 6); e a diferença por status hierárquico será a divisão por faixa de renda, que já começamos a analisar desde o capítulo anterior.

Para tanto, vamos tentar correlacionar os quatro tipos de áreas residenciais (aqui identificados, a partir da variável rendimento dos responsáveis pelo domicilio), com o fluxo migratório de LEM, tendo como base a Contagem da população 2007. Defendemos a hipótese de que as duas variáveis estão intimamente relacionadas e a tipologia elaborada a partir delas refletirá a espacialidade da implantação de uma divisão territorial do trabalho desigual regionalmente. Promovida pela reestruturação da cadeia produtiva agropecuária sobre os moldes da agricultura científica pelos cerrados.

De acordo ao que foi anteriormente mencionado, trabalhamos com os dados da Contagem da População 2007 em lugar do Censo Demográfico 2010, ambas realizadas pelo IBGE. Isso, ao mesmo tempo, nos impossibilitou de utilizar dados mais recentes, e nos trouxe outro problema próprio de pesquisas com forte dependência de dados estatísticos, a alteração na malha de setores censitários de uma pesquisa para outra.

No caso da Contagem da População, em 2007, o IBGE utilizou uma malha de setores censitários com 34 setores urbanos. Em 2010, esse instituto alterou-a de 34 para 63 setores urbanos. A mudança que, em princípio nos dava a impressão de ser o reflexo do rápido crescimento demográfico do município, na verdade não passava de uma reestruturação metodológica do IBGE. Ou seja, por meio da diminuição do tamanho dos setores demográficos, o que resultou no aumento de sua quantidade. Este fato tem como ponto positivo, a maior riqueza de detalhes na análise espacial, e como ponto negativo a dificuldade ao se trabalhar com dados de outra pesquisa. Afinal, isso acabou por atrapalhar na análise de algumas áreas residenciais, interferindo de algum modo no resultado.

Segundo a Contagem da População (2007), a população urbana de LEM era de 40.052 habitantes, deste total 16.314 eram imigrantes, o que corresponde a 44,73% da população urbana do município. Nesta análise não vamos trabalhar com a população natural, pois como se trata de um município de emancipação recente provavelmente as pessoas que são naturais de LEM são filhos de imigrantes. Nesta composição temos imigrantes provenientes de outros municípios do Estado, das outras macrorregiões do Brasil e de outros países, conforme mostra a tabela 14:

Tabela 14
Imigrantes residentes em LEM, em 2007

Regiões de origem	Absoluto	%
Outros municípios da Bahia	9.649	59,15
Nordeste exceto baianos	1.144	7,01
Norte	807	4,94
Centro-Oeste	1.644	10,08
Sudeste	1.423	8,73
Sul	1.615	9,90
Estrangeiros	32	0,19

Fonte: IBGE. Contagem da População, 2007.

Podemos observar que quase 60% dos imigrantes residentes em LEM são provenientes de outros municípios da Bahia. O segundo maior fluxo migratório (bem abaixo ao de baianos) é de pessoas oriundas da região Centro-Oeste, macrorregião que faz divisa com o município e que compartilha do mesmo bioma, o cerrado. Logo atrás, temos os imigrantes da região Sul e Sudeste, que historicamente são praticantes da agricultura científica, desde sua implantação no país. Com destaque para os da Região Sul que a tempos cultivam a soja, inclusive são indicados por Haesbaert (1997) como os responsáveis pela implantação desta cultura no oeste baiano, além de serem os fundadores do município. Temos também 807 imigrantes da região Norte, sendo que deste total 87,11% vieram de Tocantins, estado que faz fronteira com o município. Temos ainda, 32 estrangeiros residindo na cidade (o IBGE não informou o país de origem destes imigrantes, mas a sua maior concentração está em áreas de classe média alta e alto padrão, 59,38%).

Agora, vamos tentar relacionar a distribuição espacial dos imigrantes por origem, com os tipos de áreas residenciais por faixa de renda. O objetivo é de tentar compreender a relação entre o modo como estas regiões de origem dos imigrantes

estão inseridas na divisão territorial da agricultura científica brasileira, com o perfil socioeconômico da área residencial habitada por eles na cidade.

4.3.1 Relação: tipos de áreas residenciais por rendimento e imigrantes nordestinos, exceto baianos

Neste tópico, vamos tentar correlacionar os tipos de áreas por rendimento com o percentual de nordestinos em cada uma dessas. Com relação à distribuição espacial dos imigrantes nordestinos, por tipo de área, podemos perceber que 67,28% deles residem em áreas com forte concentração de pessoas que ganham entre 0 a 2 SM. Sua menor porcentagem está em áreas, que aqui caracterizamos como de alto padrão.

Tabela 15
Distribuição de imigrantes nordestinos exceto baianos por tipo de área residencial

Tipo de área por rendimento	Quantidade	%
TIPO 01: Áreas de baixa renda	620	54,18
TIPO 02: Áreas de baixa renda e classe média baixa	150	13,10
TIPO 03: Áreas de classe média baixa e classe média alta	261	22,85
TIPO 04: Áreas de classe média alta e alto padrão	113	9,87
TOTAL	**1.144**	**100,00**

Fonte: IBGE. Contagem da População, 2007.

4.3.2 Relação: tipos de áreas residenciais por rendimento e imigrantes da Região Norte

Com relação aos imigrantes provenientes da Região Norte, o primeiro fato a mencionar é que dos 807 imigrantes desta região, 703 são do Tocantins, que faz divisa com o município de LEM. Sobre a distribuição espacial dos nortistas, percebemos que há uma maior concentração nas áreas com predominância de pessoas que pertencem a faixa de renda entre 0 a 2 SM e uma menor concentração nas áreas do Tipo 04.

Tabela 16
Distribuição de imigrantes nortistas por tipo de área residencial

Tipo de área por rendimento	Quantidade	%
TIPO 01: Áreas de baixa renda	418	51,84
TIPO 02: Áreas de baixa renda e classe média baixa	114	14,11
TIPO 03: Áreas de classe média baixa e classe média alta	206	25,51
TIPO 04: Áreas de classe média alta e alto padrão	69	8,54
TOTAL	**807**	**100,00**

Fonte: IBGE. Contagem da População, 2007.

4.3.3 Relação: tipos de áreas residenciais por rendimento e imigrantes da Região Centro-Oeste

Observando a distribuição espacial dos imigrantes oriundos da Região Centro-Oeste, por tipo de área residencial, podemos perceber que não há uma concentração tão elevada deste tipo de imigrante nas áreas com maior concentração de pessoas de 0 a 2 SM, como nos três casos anteriores. Além disso, apesar de possuir um menor percentual de imigrantes na área de maior poder aquisitivo, se compararmos com a situação dos três tipos de imigrantes analisados anteriormente, podemos perceber que o seu percentual é bem maior do que dos outros já citados.

Tabela 17
Distribuição de imigrantes da região Centro-Oeste por tipo de área residencial

Tipo de área por rendimento	Quantidade	%
TIPO 01: Áreas de baixa renda	569	36,05
TIPO 02: Áreas de baixa renda e classe média baixa	343	21,78
TIPO 03: Áreas de classe média baixa e classe média alta	434	27,48
TIPO 04: Áreas de classe média alta e alto padrão	232	14,69
TOTAL	**1.578**	**100,00**

Fonte: IBGE. Contagem da População, 2007.

4.3.4 Relação: tipos de áreas residenciais por rendimento e imigrantes da Região Sudeste

Com relação à distribuição dos imigrantes oriundos da Região Sudeste, podemos perceber um quadro diferente das situações anteriores. Não há uma predominância no percentual de pessoas desta região nas áreas com menor faixa de renda. As áreas consideradas como de classe média baixa e classe média alta concentram o maior percentual destes imigrantes. Além disto, o percentual de

imigrantes desta região na área com maior concentração de pessoas com maior renda é superior ao dos outros tipos de imigrantes analisados anteriormente.

Tabela 18
Distribuição de imigrantes da região Sudeste por tipo de área residencial

Tipo de área por rendimento	Quantidade	%
TIPO 01: Áreas de baixa renda	395	28,80
TIPO 02: Áreas de baixa renda e classe média baixa	233	16,98
TIPO 03: Áreas de classe média baixa e classe média	476	34,70
TIPO 04: Áreas de classe média alta e alto padrão	267	19,52
TOTAL	**1.371**	**100,00**

Fonte: IBGE. Contagem da População, 2007.

4.3.5 Relação entre imigrantes baianos e áreas residenciais por tipo de renda

Tabela 19
Relação entre imigrantes baianos e a tipologia por faixa de renda

Tipo de área por rendimento	Quantidade	%
TIPO 01: Áreas de baixa renda	5.277	54,74
TIPO 02: Áreas de baixa renda e classe média baixa	1.878	19,45
TIPO 03: Áreas de classe média baixa e classe média alta	1.870	19,35
TIPO 04: Áreas de classe média alta e alto padrão	624	6,46
TOTAL	**9.649**	**100,00**

Fonte: IBGE. Contagem da População, 2007.

Observando a distribuição espacial dos baianos por tipo de área residencial por rendimento, podemos perceber que 74,19% concentram-se em áreas de maior concentração de responsáveis pelo domicílio pertencente a faixa de renda entre 0 e 2 SM. Além disso, possui a menor porcentagem de imigrantes nas áreas residenciais de maior concentração de responsáveis pelo domicílio com maior renda.

Comparando as características dos tipos de área por rendimento com a distribuição espacial de baianos provenientes de outros municípios, podemos perceber que quanto menor é o nível de renda da área residencial, maior é a concentração de imigrantes baianos nestas áreas.

Tabela 20
Distribuição de imigrantes baianos por áreas residenciais

Áreas residenciais por tipo de renda	% Imigrantes baianos de outros municípios
Tipo 01: Áreas de baixa renda	
Santa Cruz Sul	72,42
Santa Cruz	69,66
Mimoso II	68,65
Tipo 02: Áreas de baixa renda e classe média baixa	
Jardim das Acácias	65,21
Setor M3	59,62
Tipo 03: Áreas de classe média baixa e classe média baixa	
Florais Lia	59,82
Vereda Tropical Tropical Ville	54,66
Cidade Universitária	51,73
Mimoso I	45,27
Jardim Imperial	28,52
Tipo 04: Áreas de classe média alta e alto padrão	
Mimoso Central	36,6
Jardim Paraíso	22,7

Fonte: Elaborada por FILHO RIOS, Jorge (2012).

Podemos observar, na tabela 20, que as áreas residenciais classificadas como o Tipo 01(com forte homogeneidade interna de pessoas com rendimento entre 0 a 2 SM) são as áreas com maior concentração de imigrantes baianos. As zonas Santa Cruz Sul, Santa Cruz e Mimoso II são as com maior percentual de responsáveis pelo domicílio com a faixa de renda entre 0 e 2 SM e, também, as que possuem a maior concentração de imigrantes baianos.

No bairro Santa Cruz, onde a predominância de imigrantes baianos é a maior da cidade, os nomes das ruas possuem o nome de municípios baianos. Segundo o Sr. A. C. de M[20], o nome das ruas foi posto por ele em homenagem aos primeiros moradores do bairro que eram provenientes destes municípios. Por exemplo, as ruas: Irecê, Lapão, Itabuna, Jacobina, Ibitiara, entre outras.

[20] Um dos moradores mais antigos do bairro, primeiro presidente de sua Associação de Moradores (AMA), além de fundador da imobiliária Aracruz, onde foi o corretor responsável pela comercialização dos primeiros lotes no bairro.

Na sequência, conforme vai melhorando o perfil de renda vai também diminuindo o percentual de imigrantes baianos. As áreas do Tipo 02, representadas pelos bairros Jardim das Acácias e Setor M3, possuem uma predominância no percentual de imigrantes baianos maior que das áreas residenciais do Tipo 3 e 4, no entanto, com um percentual deste tipo de imigrante menor que das áreas residenciais do Tipo 01.(Tipo 01: pior faixa de renda e Tipo 4: melhor faixa de renda).

A tônica se repete com três das cinco áreas residenciais do Tipo 03, formadas por uma relativa homogeneidade interna de responsáveis pelo domicílio que ganham entre 0 a 2 SM, mas com o percentual de pessoas que ganham na faixa entre 2 e 5 e 5 e 10 SM, acima da média da cidade.

Nas áreas residenciais: Tropical Ville/Vereda Tropical, Cidade Universitária e Mimoso I com os percentuais de, respectivamente, 54,66%, 51,73% e 45,27% de imigrantes baianos, podemos perceber a continuidade do padrão citado anteriormente. Afinal, os percentuais destas três áreas residenciais estão abaixo das áreas do Tipo 01 e 02, mas acima dos percentuais das áreas residenciais do Tipo 04.

As duas áreas residenciais deste Tipo 03 que fogem ao padrão são Florais Lea e Jardim Imperial. A primeira, com o percentual de imigrantes baianos acima das demais áreas que compõem este grupo (59,82%), compatível com o Tipo 02. E, a segunda com o percentual de imigrantes baianos abaixo das características do seu tipo (28,52%), mas compatível com as áreas residenciais do Tipo 04.

O motivo que explica esta variação no perfil do Florais Lea justifica-se mais por uma questão metodológica, do que por uma questão de característica do fenômeno. Acreditamos que o resultado do perfil dos imigrantes deste bairro tenha sofrido uma alteração causada pela adequação das diferentes malhas de setores censitários, utilizadas pelo IBGE, nas Contagem da População, em 2007, e no Censo Demográfico de 2010.

No Censo Demográfico de 2010, o bairro Florais Lea foi representado pelo setor censitário 0051. Na Contagem da População (2007), este setor censitário ainda não existia, a área que deu origem ao setor fazia parte do setor 0007, que

possui parte de sua extensão territorial composta pelo bairro Santa Cruz. Para que o bairro Florais Lea não ficasse de fora da análise desta variável, tivemos que representá-lo pelo setor 0007. Como o bairro Santa Cruz tem uma grande quantidade de imigrantes baianos, acreditamos que este fato acabou interferindo no resultado desta variável nesta área residencial, elevando seu percentual.

O caso do bairro Jardim Imperial é diferente, o bairro é representado pelo mesmo setor censitário nas duas pesquisas. Esse é a exceção da análise desta variável, pois é o único que não pertence ao Tipo 04 (área de classe média alta e alto padrão) com um alto percentual de pessoas provenientes das regiões Sudeste e Sul do país e com o baixo percentual de imigrantes baianos.

As áreas residenciais do Tipo 04 que são áreas caracterizadas como de classe média alta e alto padrão são as áreas que concentram o menor percentual de imigrantes baianos. No bairro Mimoso Central, temos um percentual de 36,60% deste tipo de imigrantes, e no bairro Jardim Paraíso que concentra algo em torno de 46,00% das pessoas que ganham acima de 10 SM, temos o menor percentual de imigrantes baianos de toda a cidade, 22,27%. Inclusive, uma concentração de imigrantes da região Sul maior que a de baianos, grupo de imigrantes mais populoso da cidade, 34,69% (de sulistas) e 22,27% (de baianos).

4.3.6 Relação: tipos de áreas residenciais por rendimento e imigrantes da Região Sul

Com relação à distribuição dos imigrantes da Região Sul, fundadores da cidade, podemos encontrar uma situação bem inversa se comparado à situação dos outros imigrantes, principalmente baianos, nordestinos e nortistas. Observando a tabela 21, podemos perceber que a quantidade de sulistas residindo nas áreas com maior concentração de renda na faixa entre 0 a 2 SM é bem pequena. Em contrapartida sua maior concentração está nas áreas com maiores faixas de renda.

Tabela 21
Distribuição de imigrantes sulistas por tipo de área residencial

Tipo de área por rendimento	Quantidade	%
TIPO 01: Áreas de baixa renda	96	5,92
TIPO 02: Áreas de baixa renda e classe média baixa	206	12,73
TIPO 03: Áreas de classe média baixa e classe média alta	676	41,78
TIPO 04: Áreas de classe média alta e alto padrão	639	39,57
TOTAL	**1.617**	**100,00**

Fonte: IBGE. Contagem da População, 2007.

Com relação à espacialização deste tipo de imigrantes na cidade, outra análise merece destaque. Ao comparar a distribuição espacial, por área residencial, entre imigrantes baianos e os da Região Sul, percebemos a ordem proporcional inversa. À medida que vai diminuindo a porcentagem de baianos na composição das áreas residenciais, aumenta a quantidade de imigrantes da Região Sul.

Tabela 22
Comparativo entre a distribuição de imigrantes: baianos e sulistas por área residencial

Áreas residenciais por tipo de renda	% Imigrantes baianos de outros municípios	% Imigrantes da Região Sul
Tipo 01: Áreas de baixa renda		
Santa Cruz Sul	72,42	0,75
Santa Cruz	69,66	1,62
Mimoso II	68,65	2,32
Tipo 02: Áreas de baixa renda e classe média baixa		
Jardim das Acácias	65,21	6,20
Setor M3	59,62	10,37
Tipo 03: Áreas de classe média baixa e classe média alta		
Florais Lea	59,82	13,39
Vereda Tropical	54,66	8,47
Tropical Ville		
Cidade Universitária	51,73	14,18
Mimoso I	45,27	17,29
Jardim Imperial	28,52	30,76
Tipo 04: Áreas de classe média alta e alto padrão		
Mimoso Central	36,60	31,46
Jardim Paraíso	22,70	34,69

Fonte: Elaborada por FILHO RIOS, Jorge (2012).

Ao que tudo indica, o motivo desta ordem inversa está apenas na diferença de renda destes dois tipos de imigrantes que foram para esta cidade com propósitos diferenciados. Os imigrantes da Região Sul (que tradicionalmente já cultivavam a

soja) migraram para serem os colonizadores desta nova fronteira agrícola e os baianos (que pouco conhecia sobre este cultivo) foram atraídos pela possibilidade de arrumar trabalho.

No entanto, quando comparamos a distribuição espacial por faixa de renda das três áreas residenciais com maior concentração de sulistas: Jardim Paraíso (34,69%), Mimoso Central (31,46%) e Jardim Imperial (30,76%) percebemos que o bairro Jardim Imperial possui uma estratificação social por faixa de renda bem diferente dos outros dois.

Tabela 23
Distribuição dos imigrantes sulista por faixa de renda nas áreas residenciais de sua maior concentração

Faixas de Renda	Jardim Imperial	Mimoso Central	Jardim Paraíso
0 a 2 SM	57,12%	30,97%	10,45%
2 a 5 SM	26,40%	35,90%	22,90%
5 a 10 SM	13,60%	21,80%	37,80%
Acima de 10 SM	2,93%	11,24%	28,84%

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2010

Além disso, se compararmos as áreas residenciais que possuem semelhança com o Jardim Imperial, no que se refere a estratificação social por renda (bairros do Tipo 03), notaremos que o percentual de imigrantes da Região Sul é bem maior que os demais. Este fato nos leva a acreditar que a dimensão simbólica tem um peso maior do que imaginávamos no processo de segregação de LEM. Pois, ao contrário das demais áreas residenciais onde a divisão cultural pode ser entendida como consequência da divisão regional do trabalho da produção de oleaginosas, cereais e leguminosas, nessa a divisão cultural se sobressai à dimensão econômica. Isso porque a concentração de pessoas na faixa de renda entre 0 a 2 SM é de pessoas oriundas de regiões produtoras destes produtos agrícolas, principalmente da Região Sul.

Nesse sentido, ganha peso o relato de Haesbaert (1997) na análise da dimensão simbólica como fator do processo de segregação em LEM. Segundo o autor, a fundação da cidade além de ser representativo da nova divisão territorial do trabalho, caracteriza também a tentativa de implantação de uma divisão cultural do território, com a proposta de Mimoso do Oeste se tornar um território gaúcho nos cerrados baianos. A questão que surge e que, infelizmente no momento, não temos

condições de responder é: Não seria o bairro Jardim Imperial representativo da divisão cultural entre baianos e gaúchos? Tendo em vista que 57,12% dos que lá habitam ganham entre 0 e 2 SM e a quantidade de baianos em suas imediações é de 28,52%, inclusive menor do que a porcentagem de sulistas que é de 30,76%.

4.4 INFLUÊNCIA DA DIVISÃO REGIONAL DO TRABALHO AGRÍCOLA NA COMPOSIÇÃO DAS ÁREAS TIPO

Mais uma vez a escala geográfica aparece como elemento crucial na análise. Para entendermos a produção da segregação em LEM é preciso observar eventos que ocorrem em outras escalas espaciais: nacional (divisão regional do trabalho no circuito espacial de produção de cereais, leguminosas e oleaginosas); estadual (divisão territorial do trabalho e desigualdade microrregional na Bahia); e, local (processo histórico de produção do espaço intraurbano de LEM).

A Região Oeste é responsável por 82,06% da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas e 100% da produção de soja do Estado da Bahia (LEM é o terceiro maior produtor de soja do Estado), segundo dados disponíveis na SEI, 2010.

Neste tópico, vamos tentar relacionar a produção agrícola de cereais, leguminosas e oleaginosas das regiões de origem do fluxo migratório, com o perfil dos imigrantes das áreas residenciais classificadas por renda. Nossa hipótese é que a composição das áreas tipo reflete a divisão regional do trabalho brasileira sobre os moldes da agricultura científica, na produção de cereais, leguminosas e oleaginosas, principalmente na sojicultura, principal produção agrícola da região pelo qual LEM faz parte. Neste caso, a dimensão simbólica (divisão cultural) seria entendida enquanto consequência da dimensão econômica, refletida no espaço urbano através da caracterização de áreas residenciais por faixa de renda.

A tabela abaixo expõe o percentual da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas produzidas pelas regiões de origem do fluxo migratório destinado a LEM, exceto a imigração externa.

Tabela 24
Participação das Grandes Regiões brasileiras na produção de cereais, leguminosas e oleaginosas, com destaque para a produção de soja – 2007

Regiões	Cereais, leguminosas e oleaginosas (%)	Soja (%)
Norte	2,50	2,01
Nordeste exceto Bahia	3,40	3,05
Bahia	4,10	3,95
Sudeste	11,82	6,62
Centro-Oeste	33,40	44,89
Sul	44,60	39,48
Total	**100,00**	**100,00**

Fonte: IBGE. Pesquisa de Produção agrícola municipal: cereais, leguminosas e oleaginosas, 2007.

Observa-se que as regiões que apresentam menor produção agrícola de cereais leguminosas e oleaginosas são as de origem dos imigrantes que ocupam as áreas residenciais com predomínio de população de baixa renda (65,89% dos nortistas e 67,28% dos nordestinos, exceto baianos se localizam nas áreas Tipo 01 e 02).

Em contrapartida, as regiões que apresentam os maiores percentuais na produção de cereais, leguminosas e oleaginosas são as de origem de imigrantes que ocupam as áreas residenciais de maior concentração de pessoas de classe média alta e alto padrão (81,33%, dos sulistas e 54,17%, dos imigrantes vindo do Sudeste residem nas áreas Tipo 03 e 04).

A Região Centro-Oeste apesar de ser a segunda maior produtora de cereais, leguminosas e oleaginosas, e primeira na produção de soja, possui uma distribuição mais equitativa com relação à distribuição de imigrantes na cidade, com 36,05% referente ao Tipo 01, 22,18% relacionada ao Tipo 02, 27,48% referente ao Tipo 03 e 14,69% referente ao tipo 04. O que se justifica, pelo fato desta região ser também uma zona de expansão da nova fronteira agrícola dos cerrados brasileiros.

No caso dos imigrantes baianos, que apresentam o percentual mais elevado de pessoas residindo nas áreas residenciais com piores faixas de renda, a correlação que podemos fazer com a produção agrícola de cereais, leguminosas e oleaginosas tem que ser na escala do Estado da Bahia. Como vimos, 82,06% deste tipo de produção agrícola é cultivado na própria Região Oeste do Estado, sendo que 100% da soja também é produzida nesta região.

Correlacionando estes dois fatores, podemos dizer que na maior parte dos 417 municípios não temos, tradicionalmente, uma grande quantidade de pessoas capacitadas nem para investir, nem para trabalhar neste tipo de produção. No entanto, como LEM é um dos 20 espaços luminosos do estado (como vimos no capítulo 02) acaba por atrair um grande contingente de imigrantes pobres de outros municípios da Bahia. Acreditamos que, o grande fluxo migratório de baianos reflete a intensa desigualdade regional do Estado, onde o meio técnico-científico-informacional se manifesta apenas em manchas e pontos específicos do espaço, atendendo a lógica da seletividade espacial promovida pelo capital corporativo.

Portanto, como Luís Eduardo Magalhães é uma cidade do agronegócio com a função de dar suporte a produção agrícola, percebemos que o fluxo migratório que é direcionado para cidade é fortemente condicionado pela sua função econômica.

As áreas residenciais formadas por uma concentração maior de pessoas de classe média alta e alto padrão, recebem, em maior número, imigrantes de regiões que tradicionalmente são grandes produtoras de soja. Sendo assim, podemos dizer que as pessoas que residem nestas áreas residenciais costumam investir ou são trabalhadores especializados neste tipo de produção.

Opostamente, nas áreas residenciais com piores percentuais de renda acabam por concentrar a maioria dos imigrantes de regiões que não possuem tradição no tipo de cultivo que a cidade é especializada. Estas pessoas acabam por se tornar mão-de-obra barata e desqualificada nesta produção agrícola ou vão trabalhar em atividades urbanas com baixa remuneração.

O caso do Jardim Imperial nos aparece como um importante elemento para o entendimento da manifestação da dimensão simbólica na produção da segregação em cidades brasileiras, uma vez que a divisão por renda aparece como o único fator de segregação na maioria das pesquisas no país. Este elemento não pode ser explorado aqui pelas limitações do escopo e tempo da pesquisa, mas é um indicativo que justifica futuras investigações.

Excluindo o bairro Jardim Imperial, após a exposição da distribuição espacial dos imigrantes por tipo de área residencial por rendimento, podemos perceber um entrelaçamento entre a dimensão simbólica e a econômica no processo de

segregação, sendo o primeiro condicionado pelo segundo. Mais uma vez, o contexto aparece como forte elemento para identificarmos o conteúdo qualitativo da segregação.

4.5 CONSIDERAÇÕES

Observando a estrutura intraurbana da cidade, de maneira geral, podemos perceber que a correlação entre localização dos estabelecimentos de consumo e tipos de áreas residenciais por faixa de renda é intrínseca. A área Mimoso Central exerce o papel de sítio social concentrando a maioria dos estabelecimentos de consumo, sendo também uma área residencial de classe média alta e alto padrão. No que se referem às demais áreas residenciais da cidade, à mediada que vão se afastando do Mimoso Central e da BR-242, vão piorando a faixa de renda de seus moradores, e concomitantemente, diminuindo consideravelmente a quantidade e a variedade dos estabelecimentos de consumo.

Nesse sentido, fica evidenciado a semelhança do padrão centro x periferia em LEM com as metrópoles, tendo o fator acessibilidade aos estabelecimentos de consumo como condicionante para a moradia das classes sociais na cidade. No entanto, o bairro Jardim Paraíso foge desta lógica estrutural e acaba por colocar em dúvida o padrão centro x periferia na cidade. Surgem então outras questões: O tamanho da cidade acabou interferindo no fator distância de deslocamento causando alterações no padrão centro x periferia? Podemos falar na produção do padrão cidade dos muros para LEM? Que vantagem locacional promoveu a concentração de pessoas de alta renda nesta zona periférica da cidade?

Outro aspecto que surge na análise e que nos parece inédito em pesquisas sobre segregação no país é o indício de quê além da dimensão econômica (divisão entre classes sociais), temos elementos da dimensão simbólica (divisão cultural) no processo de segregação em LEM.

No próximo capítulo aprofundaremos melhor nestas questões, a partir da análise do processo de segregação através da abordagem binária: ricos x pobres. Pois, nessa pesquisa defendemos que ao contrário do que se parece, ao invés de contraditórias estas abordagens metodológicas se complementam. A diferença entre

elas refere-se mais a escolha da escala de análise do processo devido a dificuldades impostas pela dimensão espacial das metrópoles.

5 ANÁLISE DA SEGREGAÇÃO ATRAVÉS DA ABORDAGEM BINÁRIA RICOS X POBRES: IDENTIFICAÇÃO DOS ENCLAVES FORTIFICADOS

Como vimos no capítulo anterior, duas áreas residenciais foram identificadas como de concentração de pessoas de classe média alta e alto padrão: Mimoso Central e Jardim Paraíso (Figura 29). Nas duas, percebemos uma grande quantidade de residências multidomiciliares. Em Mimoso Central destacamos uma grande aglomeração de apartamentos (figura 12) e no Jardim Paraíso nos chama atenção a constituição de três condomínios horizontais, justamente, na área periférica do bairro, onde constatamos maior concentração de pessoas com rendimento acima de 10 SM (Figura 32).

Esses tipos de moradia têm sido destacados por autores como: Caldeira (2000), Sposito (2003) e Ribeiro (1997) como o principal instrumento na produção da segregação, uma vez que permite a autossegregação das pessoas com maior rendimento. Nesse capítulo, mudamos a escala de análise, depois de falarmos da escala intraurbana, destacando as áreas residenciais, agora direcionamos nossa análise para as áreas de alto padrão e nos dedicamos a analisar estes empreendimentos.

5.1 ENCLAVES FORTIFICADOS EM LUÍS EDUARDO MAGALHÃES

Segundo Caldeira (2000), a segregação tanto social quanto espacial é uma característica importante das cidades, e os espaços urbanos são organizados basicamente por padrões de diferenciação social e de separação. Cada padrão vai caracterizar uma fase do processo de urbanização.

A autora identificou três padrões de segregação para São Paulo: cidade concentrada, centro x periferia e cidade dos muros (esses já foram discutidos no capítulo 1). Como São Paulo é a representação máxima da urbanização brasileira, defendemos a ideia de que cada padrão corresponde a um determinado momento histórico da urbanização brasileira. O que justifica, muitos autores entenderem que a análise desses padrões podem ser estendidos para o estudo das demais cidades. O mais recente e que condiz com o momento atual do processo de urbanização é o

cidade dos muros, tendo os enclaves fortificados como o principal instrumento deste novo padrão.

Nesse os ricos se autossegregam em condomínios de luxo (os enclaves fortificados), localizados em sua maioria nas periferias das cidades, próximos aos pobres. A nomenclatura cidade dos muros justifica-se pela proximidade física entre as classes sociais, mas pela separação social, mantida por estratégias de distanciamento social.

A identificação deste novo padrão pôs em cheque o padrão centro x periferia, até então predominante nas metrópoles brasileiras. Primeiro, porque promoveu uma nova discussão sobre o significado de periferia no país, que até o momento era sinônimo de zona de concentração de pobres (com a ocupação destas áreas, por pessoas de alto padrão, esta não pode ser mais a única definição de periferia). Segundo, porque com a periferia sendo também área de residência dos ricos, muda-se a configuração de sua morfologia urbana, pois os estabelecimentos de consumo (principalmente os de consumo não-básicos) tendem a seguir sua clientela, criando uma nova centralidade, gerando uma complexidade maior ainda na definição de periferia.

A partir da análise desenvolvida no capítulo 4, onde percebemos uma concentração maior de pessoas de alto poder aquisitivo em uma área periférica da cidade, acreditamos que LEM possui um padrão de segregação próximo ao padrão cidade dos muros. Como esta cidade é uma cidade recém-formada, este indício nos faz pensar que os padrões de segregação são inerentes a um momento histórico específico, relacionado a uma fase específica do processo de urbanização, e que quanto maior for o desempenho econômico do município, mais significativa será a representatividade destes padrões na cidade, principalmente o mais contemporâneo, o padrão cidade dos muros.

Neste capítulo, partiremos da premissa de que Luís Eduardo Magalhães é uma cidade nova. Sua morfologia urbana tenta representar a ideologia urbana moderna, em consonância com o período histórico de sua produção. Portanto, acreditamos que ao contrário das cidades antigas com um enorme desempenho econômico que passaram por sucessivas alterações causadas pelas mudanças na

divisão social e territorial do trabalho, causando, por isso, transformações em seu padrão de segregação, ao longo do tempo. Acreditamos que Luís Eduardo Magalhães tenha sua estruturação urbana, influenciada pelo padrão de cidades dos muros.

Para constatar esta hipótese tentaremos responder a questão: em Luís Eduardo Magalhães existem enclaves fortificados? O tamanho da cidade acabou interferindo no fator distância de deslocamento, causando alterações no padrão centro x periferia? Podemos falar na produção do padrão cidade dos muros para LEM?

Os enclaves fortificados serão entendidos a partir da definição de Caldeira (2000, p 258), para quem "[...] os condomínios fechados são a versão residencial de uma categoria mais ampla de novos empreendimentos urbanos que chamo de enclaves fortificados". Embora, no atual período histórico as residências em condomínios verticais e horizontais (apartamentos e loteamentos fechados) tenham se tornado a preferência no tipo de moradia das classes médias e altas, ao invés das residências unidomiciliares, no caso casas. Nessa pesquisa defendemos que nem todo condomínio pode ser definido como enclave fortificado. Os enclaves fortificados partilham algumas características básicas, sendo elas:

1. São propriedades privadas de uso coletivo e enfatizam o valor do que é privado e restrito, ao mesmo tempo que desvalorizam o que é público e aberto na cidade. Alguns deles podem incluir conjuntos de escritórios, shopping centers e, cada vez mais, outros equipamentos como: escolas, hospitais, parques temáticos, equipamentos de lazer, etc.

2. Sua principal justificativa é o medo ao crime violento, por isso são fisicamente equipados com muros, cercas eletrificadas, grades. Além disso, são controlados por guardas e sistemas de segurança, o que torna o acesso ao seu interior cada vez mais restrito.

3. Sua localização independe do entorno, pode estar em qualquer lugar da cidade. No entanto, a localização em cidades grandes é mais frequente em áreas periféricas, o que se explica pelo custo do solo no centro. Isso explica,

principalmente, o surgimento de um novo padrão após o padrão centro x periferia.

4. Os enclaves fortificados são ambientes socialmente homogêneos, as pessoas que habitam estes *habitats* valorizam viver entre iguais (pessoas do mesmo grupo social).

5. Os enclaves possuem em sua essência a criação de separação. São claramente demarcados por todos os tipos de barreiras físicas e artifícios de distanciamento e sua presença no espaço é uma evidente afirmação de diferenciação social.

A partir destas características dos enclaves fortificados definidas por Caldeira (2000) tentamos identificá-los no espaço intraurbano de Luís Eduardo Magalhães e dessa forma confirmar, ou não, a existência do padrão cidade dos muros nesta cidade. A análise foi realizada sobre quatro condomínios fechados (figura 12), três deles são verticais fechados localizados no centro da cidade: Cachoeira do Redondo, Campos Elíseos e Ilha Bella; e um horizontal fechado, o Pedra do Sonho, localizado no bairro nobre da cidade, o Jardim Paraíso.

Estes empreendimentos localizam-se nas áreas residenciais aqui caracterizadas (capitulo 4) como áreas de classe média alta e alto padrão. A escolha destes condomínios se deu por sua localização nestas áreas e pela oportunidade de acesso aos mesmos, tendo em vista a dificuldade de adentrar nestes empreendimentos e de ter acesso aos seus moradores.

A análise se deu através de entrevista e aplicação de questionário com 23 famílias. Além disso, foram observados os equipamentos dos condomínios com relação à segurança; a organização de trabalho, principalmente, guardas e portarias; os tipos de equipamentos relacionados a lazer, compras, educação oferecidos na área interna dos condomínios e no seu entorno; localização e acesso aos condomínios. Este tópico será dividido em subtópicos, em cada um deles discutimos uma característica dos enclaves fortificados.

5.2. MEDO DA VIOLÊNCIA

Segundo Caldeira (2000), o medo da violência é a principal motivação para escolher este tipo de moradia. Quando perguntamos aos entrevistados o motivo de escolher morar em um condomínio fechado, 65,21% dos entrevistados apontaram o medo da violência como principal motivo, 21,73% priorizaram a localização do imóvel e 13,04% citaram o conforto do imóvel. Das pessoas que priorizaram a localização e conforto do imóvel, 75% escolheram como segunda opção o medo da violência. Portanto, das 23 pessoas entrevistadas 21 indicaram o medo da violência como o primeiro ou segundo motivo de se morar em um condomínio fechado.

Podemos observar que o resultado desta enquete condiz com uma das características utilizadas pela autora para definir os enclaves fortificados. No entanto, ao observar os equipamentos de segurança, constatamos que nos três condomínios do centro não havia segurança 24 horas, com guardas na portaria. Existia apenas um funcionário que era responsável pela guarita (durante o dia e que a partir das 17 horas estava liberado de sua jornada de trabalho). Fisicamente, os equipamentos de segurança eram câmeras instaladas próximo aos portões dos prédios, portões elétricos com interfones e muros com cercas elétricas.

O condomínio fechado horizontal, Pedra do Sonho, foi o único dos quatro analisados em que todos os entrevistados deram prioridade em primeiro lugar a segurança. Este também foi o único com vigilância 24 horas, composta por pelo menos quatro guardas na guarita. Possui, também, os muros mais altos e com cercas elétricas, além de câmeras nos portões.

O principal motivo apontado por alguns moradores para justificar o medo da violência em Luís Eduardo Magalhães está relacionado ao desempenho econômico do município e ao intenso fluxo migratório gerado consequentemente à cidade.

Em conversa com a Sra. C. M. G. M. advogada gaúcha, moradora do condomínio Pedra do Sonho desde 2002, ela relatou um assalto à mão armada que uma amiga arquiteta sofreu quando estava em uma loja de roupas no centro da cidade. O intuito dela era demonstrar o quanto a cidade estava perigosa, em sua concepção, a culpa da violência urbana é das propagandas como “A cidade que mais cresce no Brasil” a “Capital do agronegócio” que mesmo com o objetivo de atrair investimentos despertam o interesse de muitas pessoas para LEM. “Este rótulo

além de atrair trabalhadores, também atrai pessoas de má índole que querem se aproveitar das pessoas de bem" (Sra. C. M. G. M – informação oral).

Quando perguntamos para uma professora paranaense, moradora do condomínio Campos Elíseos, sobre o principal motivo de se morar em um condomínio fechado, ela respondeu que o medo da violência era o principal motivo. E comentou que morar em uma casa em Luís Eduardo Magalhães seria muito perigoso, pois este tipo de moradia tem sido alvo de furtos diariamente. Para ela, o intenso fluxo migratório de pessoas pobres tem sido a causa principal deste tipo de ocorrência policial na cidade: "A pessoa chega na cidade cheia de esperança de melhorar de vida, não conseguem arrumar trabalho de imediato, acaba cometendo pequenos furtos e as casas são alvos fáceis", disse a professora.

O medo da violência constatado como o principal motivo para se morar em condomínio fechado em Luís Eduardo Magalhães, segundo alguns moradores, é resultado do intenso crescimento populacional da cidade (em 2000 a população urbana de LEM era de 20.169, em 2010 a população já era de 54.881 habitantes). De certa forma concordamos com esta afirmativa, no entanto, acreditamos que atrelado ao enorme crescimento populacional, pelo qual passou a cidade em um curto espaço de tempo, devemos considerar também sua recente estruturação urbana. Lembrando que, em 1982, o único empreendimento que existia na área que se formou a cidade era um posto de gasolina e 30 anos depois já havia uma cidade, com esse porte populacional, no seu entorno.

Acreditamos que a constituição repentina desta cidade, que de certa forma é produto de imigrantes advindos de diversos lugares do Brasil, é o principal elemento para justificar o medo da violência urbana. Pois, ao contrário de cidades pequenas e médias antigas, onde se pode constatar uma identificação maior de seu morador com a cidade em que mora, e de certa forma com as demais famílias que ali residem, em Luís Eduardo Magalhães não existe ainda este laço de identificação territorial entre o morador e a cidade. Além disso, há na cidade uma sensação de desconfiança e estranheza entre os moradores, pois como todos são imigrantes, você acaba sem saber qual é a procedência de seu vizinho. Nas cidades pequenas e médias antigas costuma-se perguntar ao estranho: você é filho de quem? Ou, qual

a sua família? Em LEM, não há espaço para este tipo de pergunta, pois ainda não existem laços familiares territorialmente estabelecidos.

5.3 HOMOGENEIDADE SOCIAL INTERNA DOS CONDOMÍNIOS FECHADOS

Segundo Caldeira (2000), outra característica dos enclaves fortificados é a homogeneidade social interna, com as pessoas que moram nestes *habitats* valorizando viver entre iguais (pessoas do mesmo grupo social). Entre os questionados dos quatro condomínios analisados, nenhum morador privilegiou o tipo de vizinhança como motivo para escolher morar nos condomínios. No entanto, quando analisamos as variáveis: profissão dos membros da residência; escolaridade dos membros da família e; cidade de origem dos moradores da residência, constatamos uma forte homogeneidade social interna em todos os condomínios.

Na análise da variável escolaridade dos membros da família, dividimos esta variável em oito diferentes níveis: pós-graduação, nível superior completo, nível superior incompleto, nível médio completo, nível médio incompleto, nível fundamental completo, nível fundamental incompleto e analfabeto. Para sua análise, levamos em consideração apenas a escolaridade dos adultos das residências.

Para compreender o grau de homogeneidade interna referente à variável profissão dos membros da residência sem utilizar o elemento renda, foi necessário à elaboração de perfis sócio-ocupacionais organizados hierarquicamente com o intuito de agrupar diferentes profissões. Este tipo de técnica é bastante utilizada na abordagem da tipologia sócioespacial, mas servirá em nossa proposta. Os perfis foram organizados em cinco diferentes tipos, onde as profissões mais valorizadas economicamente e com maior prestígio social foram representadas pelo perfil 01. À medida que diminui a valorização econômica e o prestígio social das profissões, altera-se também o tipo de perfil, sendo que o mais inferior é representado pelo perfil 05 (Quadro 01).

Quadro 01
Classificação das profissões de acordo com o perfil sócio-ocupacional

HIERARQUIA	PERFIL SÓCIO-OCUPACIONAL
01	Dirigentes: empresários com mais de dez empregados, dirigentes do setor público, dirigentes do setor privado (administradores de empresa), profissionais liberais (médicos, advogados, engenheiros, arquitetos e dentistas), grandes produtores agrícolas.
02	Pequenos empregadores urbanos (empresários com menos de dez empregados, comerciantes), profissionais autônomos de nível superior, profissionais empregados de nível superior.
03	Trabalhadores em atividade de rotina (secretárias, auxiliares administrativos, auxiliares de escritório), trabalhadores em atividade de supervisão (corretores de imóvel, administradores de comércio), técnicos (agrícolas, administração, contabilidade, caixas, programadores de computação), artistas (desenhistas, fotógrafos e músicos), trabalhadores em área de saúde e educação e segurança pública (enfermeiros não diplomados, professores 1º e 2º grau, policiais).
04	Proletariado: operários de indústria (operadores de máquinas), operários da construção civil (mestre de obras, pedreiros, pintores), artesãos (alfaiates, sapateiros, carpinteiro, marceneiro) trabalhadores do comércio (vendedores, balconistas) prestadores de serviços especializados (cabeleireiro, relojoeiro, mecânico, prestadores de serviços não especializados (porteiro, vigia)
05	Sub-proletariado: trabalhadores domésticos, biscateiros, ambulantes, carroceiros, motos-taxista, guardadores de automóvel, babás, trabalhadores rurais.

Fonte: Ribeiro, 2003. Adaptado por FILHO RIOS, Jorge 2012

A maioria das pesquisas sobre segregação no Brasil que busca identificar o grau de homogeneidade social interna de áreas residenciais limita-se analisar apenas duas variáveis: nível de escolaridade e profissão (dimensão econômica). No entanto, identificamos no capítulo 4 que uma das características do processo de segregação em LEM é o entrelaçamento entre a dimensão econômica (divisão de classes) com a dimensão simbólica (divisão cultural) caracterizada pela distribuição espacial por área residencial dos imigrantes por origem de fluxo migratório.

No condomínio Cachoeira do Redondo (Figura 34), localizado no centro da cidade, foram questionados moradores de cinco apartamentos do total de 16, sendo que desses, cinco se encontravam desocupados. O total de moradores dos cinco apartamentos totaliza 19 pessoas, das quais 11 são adultos e 08 são crianças. 81,81% dos adultos possuem nível superior, são basicamente casais jovens com filhos. Todas as residências são alugadas. Dos 11 adultos, 09 possuem profissão e deste total 85,7% estão classificados no perfil 02, com predominância para administradores de empresas que trabalham como profissionais empregados de nível superior. A homogeneidade social pode ser estendida também para a variável cidade de origem dos moradores da residência, pois 84,21% dos moradores

questionados são da Região Sul do país. Em apenas uma residência havia moradores provenientes da Bahia.

Figura 34
Condomínio Cachoeira do Redondo

Fonte: FILHO RIOS, Jorge. Pesquisa de campo, 2011.

No condomínio Campos Elíseos (Figura 35), localizado no centro da cidade, foram questionados moradores de seis apartamentos do total de 17, sendo que desses, seis se encontravam desocupados. O total de moradores dos seis apartamentos totaliza18 pessoas, das quais 16 são adultos e apenas duas são crianças. Entre os adultos 50% possuem nível superior, apesar de outros 25% não terem terminado o 2° grau. Das pessoas que trabalham, 80% se enquadram no perfil 01, com predominância de produtores agrícolas. O que de certa maneira justifica o percentual de adultos com escolaridade com o 2° grau incompleto. Dos moradores pesquisados, 88,88% são originários da Região Sul do país, com 66,66% oriundos de cidades paranaenses. Não identificamos entre os entrevistados nordestinos, nortistas, nem pessoas provenientes do Sudeste.

Figura 35
Condomínio Campos Elíseos

Fonte: FILHO RIOS, Jorge. Pesquisa de campo, 2011.

O último dos condomínios verticais analisados foi o Ilha Bella (Figura 36), localizado, também, no centro da cidade. Este condomínio é composto por 24 apartamentos, com sete apartamentos desocupados. Foram analisados 26 moradores residentes em 08 apartamentos, divididos em 20 adultos e seis crianças. Dos três condomínios verticais analisados, esse é o que possui o menor percentual de adultos com nível superior, totalizando 30%. Vale ressaltar que 55% dos moradores analisados estudaram até o 2° grau. Sobre a variável profissão dos membros da família, constatamos que 55% dos trabalhadores podem ser agrupados no perfil 01, mais uma vez com predominância de produtores rurais com um percentual de 40% dos trabalhadores. É importante considerar que em comparação com os três condomínios, à medida que sobe o número de produtores agrícolas, diminui o percentual de moradores com nível superior nos condomínios.

No que se refere a variável origem dos moradores, podemos constatar, mais uma vez, uma maior homogeneidade social na análise da variável origem dos moradores da residência, como ocorreu com os outros três condomínios analisados. Onde 76,92% das pessoas eram provenientes da Região Sul, 15,38% da Região Sudeste e 7,69% da Região Centro-Oeste, não há nordestinos e nem nortistas morando no condomínio.

Figura 36
Condomínio Ilha Bella

Fonte: FILHO RIOS, Jorge. Pesquisa de campo, 2011.

A análise sobre o único dos quatro condomínios fechados que se enquadra na modalidade horizontal constitui-se de 58 lotes, com 20 casas construídas. Conseguimos coletar informações de 14 moradores, sendo 10 adultos e quatro crianças, residentes em quatro casas. Dos adultos, 60% possuem nível superior e dos moradores que trabalham, 85,71% podem ser agrupados no perfil 01, variável profissão dos membros da família. Mais uma vez, constatamos uma enorme predominância de sulistas residentes no condomínio, 78,57% de pessoas provenientes da Região Sul do país.

Figura 37
Condomínio Pedra do Sonho.

Fonte: FILHO RIOS, Jorge. Pesquisa de campo, 2011.

Após esta avaliação, podemos constatar outra característica dos enclaves fortificados nestes condomínios que é a forte homogeneidade social interna em seu interior. No que se refere à variável profissão percebemos uma grande quantidade de produtores rurais morando, principalmente, nos edifícios localizados no Mimoso Central. Este dado analisado aleatoriamente pode nos parecer estranho, uma vez que temos em nossa mente a ideia de que o lugar mais lógico para o produtor rural residir seria em sua fazenda.

No entanto, se levarmos em consideração que em LEM existe uma grande quantidade de escritórios de fazendas e que esses localizam-se nesta área residencial (Figura 04), passamos a entender a lógica locacional da escolha de moradia destas pessoas que é a da acessibilidade ao local de trabalho. Este elemento outra vez demonstra quanto intenso é a relação campo-cidade nas cidades do agronegócio.

O que mais chamou a atenção na análise desta característica foram os resultados da variável: imigração. Dos 23 domicílios investigados apenas dois tinha baianos como residentes, isso em uma cidade baiana. Não havia também nordestinos de outros estados e nem nortistas dentre os imigrantes residentes nestes condomínios. Portanto, a análise da variável imigração, nesta escala, confirma nossa afirmação de que, além da dimensão econômica (divisão por classes sociais), temos também e, com bastante intensidade, a dimensão simbólica (divisão cultural) como característica do processo de segregação em LEM.

5.4 O USO DOS CONDOMÍNIOS

Como já vimos, os condomínios fechados analisados possuem duas características importantes dos enclaves fortificados, que são a justificativa do medo da violência para a sua escolha como moradia e a forte homogeneidade social interna de seus moradores. No entanto, segundo Caldeira (2000) uma das principais características dos enclaves fortificados, no padrão cidade dos muros, é que são propriedades privadas de uso coletivo e enfatizam o valor do que é privado e restrito. Ao mesmo tempo, que desvalorizam o que é público e aberto na cidade, costumam incluir conjuntos de escritórios, shopping centers e, cada vez mais, outros equipamentos como: escolas, hospitais, parques temáticos, equipamentos de lazer e etc.

A ideia é que os enclaves fortificados possam “proteger” os seus moradores de todos os inconvenientes do modo de vida urbano das grandes cidades, por isso, além de ser o lugar de moradia, estes empreendimentos pretendem ser também o lugar do trabalho, do lazer em família, lugar do consumo consumptivo tanto para necessidades básicas como de supérfluos. Em casos mais extremos, além de exercer funções de consumo consumptivo material, também exercem funções de consumo consumptivo imaterial, como: saúde, educação entre outros. Portanto, os moradores deste tipo de *habitat* não querem e não se sentem citadinos, exclui-se da vida pública da cidade em prol de uma suposta “qualidade de vida” com segurança.

Neste tópico, vamos analisar se alguns dos quatro condomínios pesquisados se enquadram neste tipo de proposta, tendo sempre em mente que não estamos tratando de uma cidade grande, mas sim de uma cidade pequena do agronegócio e com enorme desempenho econômico. Começaremos pelos três condomínios fechados verticais do centro da cidade.

Analisando os espaços livres condominiais dos condomínios, verificamos que os três seguem o mesmo padrão. Tentam fornecer para os moradores além da moradia, um espaço de lazer com piscinas, saunas, salão de festas, churrasqueira e parquinho para as crianças.

Quando perguntamos aos moradores dos três empreendimentos como usavam o condomínio, notamos que mesmo com estes equipamentos de lazer, quase 100% deles disseram utilizá-los somente como moradia. Além da segurança, a principal vantagem de se morar nestes condomínios, segundo seus moradores, é sua localização no centro da cidade, o que lhes permite maior acessibilidade aos serviços, como: supermercados, educação, saúde, etc. Além da proximidade ao local de trabalho. Um bom exemplo disso é o condomínio Cachoeira do Redondo (Figura 34), que está localizado sobre uma agência do Banco Bradesco e de várias lojas.

O condomínio Ilha Bella (Figura 36) também é um caso interessante, pois pretendia fornecer aos seus moradores além de moradia com conforto, segurança e lazer, um pequeno complexo de lojas em seu espaço térreo. No entanto, os imóveis destinados a serem lojas continuam vazios, mesmo que funcionassem os moradores afirmam que um dos principais motivos para a aquisição dos imóveis além da segurança, foi sua localização numa área próxima ao centro comercial.

Portanto, no que se refere aos três condomínios verticais localizados no centro da cidade não é apenas o medo da violência o único motivo de serem escolhidos como moradia, é sua localização que permite aos seus moradores um acesso privilegiado aos estabelecimentos de consumo consumptivo e produtivo, ao invés de “fechá-los” para a cidade.

Este fato, evidencia a importância da acessibilidade aos estabelecimentos de consumo como um elemento importante no processo de segregação em LEM. Mesmo sendo uma cidade pequena, tem na otimização do gasto de tempo de deslocamento um fator crucial de valorização do centro principal enquanto lugar de residência, característica do padrão centro x periferia.

No caso do condomínio fechado Pedra do Sonho existe uma diferença para os demais condomínios analisados. Primeiro, ele não se localiza numa área central da cidade, está a 3,7 km de distância do centro (Figura 33). Foi constituído no limite do perímetro urbano, em uma área que antes era uma propriedade rural destinada ao cultivo de algodão.

O condomínio foi um empreendimento do Sr. Luís Eduardo Sampaio Correa que investiu, segundo Rocha (2004), R$ 7,5 milhões na implantação de infraestrutura e na criação de um complexo comercial, denominado Pedra do Sonho. Esse é composto pelo clube Pedra do Sonho com campo de golfe (com nove buracos e três lagos artificiais), kartódromo, floresta de pinheiro, pista de cooper de 2 km, restaurante, pista de pouso de aviões de pequeno porte, quadra de tênis, quadras poliesportivas, quadra de squash, campo de futebol, academia de ginástica, salão de jogos, parque aquático com piscina aquecida, delicatessem e loja de conveniência sofisticada. Além disso, a propaganda da imobiliária prometia aos seus clientes a implantação de um shopping center horizontal (com 50 lojas) e um hipermercado (com 25 lojas e uma área de 6.000m²).

Figura 38
Planta do Complexo Residencial Pedra do Sonho

Fonte: Patrimônio Imóveis, 2004.

Portanto, no caso do condomínio Pedra do Sonho, podemos perceber que a proposta da incorporadora Pedra do Sonho Empreendimentos era de criar um verdadeiro enclave fortificado, com uma complexa e luxuosa área de lazer, além de um complexo comercial que permitisse aos moradores do empreendimento, um centro de consumo que diminuísse consideravelmente a necessidade do uso da cidade. Vale ressaltar que, o discurso da incorporadora é o de garantir qualidade de vida e segurança aos moradores. O mesmo discurso panfletário dos incorporadores dos enclaves fortificados criados em cidades grandes.

Mesmo com a vendagem de 47 lotes, dos 58 colocados à venda no ano de lançamento do imóvel, em 2004, o empreendimento acabou não dando muito certo.

Primeiro porque a imobiliária só conseguiu concluir a vendagem de todos os lotes em 2010. Além disso, dos 58 lotes comercializados, apenas 20 foram edificados. A pequena quantidade de pessoas morando no condomínio não justifica a construção dos equipamentos construídos. Por isso, dos equipamentos propostos poucos foram realizados e quando perguntamos aos moradores como usavam o condomínio todos responderam que somente para moradia e seu consumo consumptivo material e imaterial são realizados no bairro Jardim Paraíso (a 1,6 km de distância), bairro nobre onde se localiza o condomínio, ou na área central da cidade (a 3,7 km de distância).

Portanto, concluímos neste quesito que o centro principal de consumo exerce forte influência no que se refere ao uso do condomínio. Nos edifícios que se encontram no centro da cidade, percebemos que a acessibilidade é um elemento importante no processo de segregação em LEM, assim como no padrão centro x periferia produzido na metrópole. No caso do condomínio Pedra do Sonho, embora tenha ocorrido uma tentativa de criação de uma área que reduzisse o uso da cidade pelos moradores do empreendimento, promovendo uma nova centralidade, como é característico no padrão cidade dos muros, constatamos que apesar do condomínio se localizar numa zona periférica, o centro principal de consumo da cidade também exerce uma influência sobre esta área.

Este fato enfatiza mais uma peculiaridade do processo de segregação em LEM, pois a distância de 3,7 km do centro e 1,6 km dos estabelecimentos de consumo do bairro não promove uma desvantagem locacional para os moradores deste empreendimento. Afinal, estas distâncias podem ser, facilmente, vencidas pelos automóveis de seus moradores, que por não enfrentarem congestionamento gastam em média, 5 a 10 minutos no tempo de deslocamento.

Portanto, o tamanho da cidade parece garantir ao centro principal de consumo uma forte influência sobre suas áreas periféricas, mesmo se tratando de uma área de concentração de pessoas com alto poder aquisitivo. Isso permite a estas pessoas uma eficiência na acessibilidade aos estabelecimentos de consumo, mesmo que se localizem na periferia. O que não quer dizer, em nossa opinião, que em Luís Eduardo Magalhães não tenha enclaves fortificados, para sustentar esta afirmativa vamos à discussão de mais uma característica.

5.5 BARREIRAS FÍSICAS E ARTIFÍCIOS DE DISTANCIAMENTO

Segundo Caldeira (2000, p.259) "[...] os enclaves são literais na sua criação de separação [...]". São claramente demarcados por todos os tipos de barreiras físicas e artifícios de distanciamento, e sua presença no espaço é uma evidente afirmação de diferenciação social. Diante do exposto, podemos dizer que o único dos condomínios analisados que possui esta característica é o Pedra do Sonho.

Como vimos no tópico anterior, este condomínio localiza-se a 3,7 km do centro da cidade. Para uma cidade grande, 3,7 km pode não representar uma distância acentuada. Até mesmo em uma cidade pequena, como Luís Eduardo Magalhães, esta distância poderia não apresentar dificuldades para quem possui veículos, ou seja, os moradores do condomínio gastam no máximo 10 minutos no trajeto que vai de sua residência até o centro da cidade.

No entanto, esta distância pode se tornar uma barreira ou um artifício de distanciamento para as outras pessoas que necessitam ir ao condomínio se não tiver veículo próprio. Além disso, quando analisamos sua distância em relação às áreas residenciais aqui caracterizadas, como de baixa renda (Tipo 01) percebemos que além de ser distante do centro de consumo da cidade, este empreendimento encontra-se também distante destas áreas, conforme tabela 25, abaixo.

Tabela 25
Distância do Cond. Perda do Sonho com relação às áreas residenciais de baixa renda

Áreas residenciais de Baixa Renda	Distância (em km)
Santa Cruz	3,00
Mimoso II	6,29
Jardim das Acácias: Setores 0030, 0029, 0072, 0073.	3,86

Fonte: Google Earth.

Diferentemente da situação da distância para o centro de consumo, onde não é caracterizado como um empecilho para o morador do condomínio. Identificamos seu isolamento, com relação às áreas de baixa renda, como uma estratégia de distanciamento social, uma vez que a estratégia principal é dificultar o acesso para as pessoas que não possuem veículo particular, ou seja, a maioria das pessoas nesta faixa de renda.

Primeiro, porque em LEM apesar de ter transporte coletivo público não existe linha de ônibus que passe no bairro Jardim Paraíso, onde se localiza o condomínio. Na falta de ônibus, uma alternativa para quem não tem veículo próprio poderia ser o serviço de moto-táxi muito comum em cidades do porte de Luís Eduardo Magalhães. No entanto, na cidade existe uma dificuldade de acesso a este tipo de serviço, pois, a prefeitura ao regulamentá-lo, por meio da promulgação da lei n° 126/2003, limitou através do artigo 09, a quantidade de moto-táxi habilitados para este tipo de serviço.

> **Artigo 9º** O número máximo de motociclista que operacionalizarão os serviços de moto-táxi de Luís Eduardo Magalhães, será inicialmente em numero de 80 (oitenta) veículos, sendo que após efetuado o censo demográfico, deverá ser observado o limite de 3 (três) veículos para cada 1.000 (um mil) habitantes.

Após a regulamentação do serviço com base no Censo Demográfico de 2010 ficaram habilitados para a prestação do serviço apenas 162 motoqueiros, o que dificulta seu acesso. Quando estava na cidade realizando pesquisa de campo, percebi a dificuldade de acesso a este tipo de serviço. Além disso, a tarifa cobrada pelos moto-taxistas (apesar de ser tabelado), há variação de preço a depender do lugar da cidade que você deseja ir.

De modo geral, a tarifa para circular no centro e no bairro Santa Cruz (bairro popular) foi de R$ 3,00 (três reais). Ao atravessar a BR-242 - sentido centro, para o bairro Jardim Paraíso - mesmo com a distância equivalente ao trajeto percorrido no centro, a tarifa cobrada era de R$ 5,00 (cinco reais). Se o trajeto fosse para as imediações do condomínio Pedra do Sonho, a tarifa passaria a R$ 7,00 (sete reais).

Outra opção, para quem não tem veículo próprio, seria ir a pé, o que não é recomendável, pois os trajetos além de longos dão-se por ruas sem pavimentação, nem calçadas, com poucas habitações construídas, quase nenhum movimento de veículos ou pessoas, sob um sol escaldante e um ar com pouca umidade. Se o trajeto for da área residencial Santa Cruz Sul (que possui 89,77% de seus moradores com a renda entre 0 e 2 SM) até o condomínio, a opção mais próxima é por um caminho sem pavimentação, de 3 km de distância, por uma zona sem nenhuma habitação, com vegetação nas duas margens do caminho (Figura 33).

Além do condomínio Pedra do Sonho, outros dois condomínios horizontais partilham desta característica. O condomínio Soya, criado pela mesma incorporadora que criou o Pedra do Sonho, inclusive os dois compartilhariam dos mesmos equipamentos como o clube, o hipermercado e o shopping center. Outro condomínio, também, vizinho a estes dois é o Rio das Pedras, esse é o mais recente condomínio horizontal da cidade e segundo Vlades, vendedora da Imobiliária Terra Imóveis, é o empreendimento de maior destaque, sendo um grande sucesso de vendas com todos os lotes já negociados. Este condomínio aparenta ser uma verdadeira fortaleza, lamentamos não ter tido acesso aos seus moradores, mas registramos algumas imagens ao seu redor que traduzem esta concepção.

Figura 39
Portão de entrada do condomínio Rio das Pedras

Fonte: FILHO RIOS, Jorge. Pesquisa de campo, 2011.

Figura 40
Muro frontal do condomínio Rio das Pedras

Fonte: FILHO RIOS, Jorge. Pesquisa de campo, 2011.

Figuras 41 e 42
Representam a continuidade do mesmo muro lateral do condomínio Rio das Pedras

Fonte: FILHO RIOS, Jorge. Pesquisa de campo, 2011.

Mesmo sem ter tido acesso ao Soya e ao Rio das Pedras acreditamos que os três condomínios partilham das mesmas características: justificativa do medo da violência (como principal motivo para a sua escolha como moradia); forte homogeneidade social interna; principalmente pelas barreiras físicas e artifícios de distanciamento. Afirmamos isso, porque ambos possuem as mesmas características físicas (Figura 43), além de possuir a mesma localização.

Figura 43
Os condomínios horizontais vistos de cima, 2010.

Fonte: Google Earth, 2010.

A dificuldade de acesso aos condomínios é enfrentada diariamente pelas pessoas que trabalham como porteiros, guardas, empregados domésticos, zeladores que habitam em sua maioria nas áreas consideradas de baixa renda. Para ir ao trabalho, tendo em vista a dificuldade de acesso que relatamos, os empregados tem que ter veículo próprio ou os gastos com transporte serão excessivos.

Para concluir este tópico, ressaltamos que muito mais do quê uma distância física para as áreas de baixa renda, a falta ou a precariedade de serviços de transportes representam um artifício de distanciamento social, uma vez que o veículo próprio apresenta-se como principal meio de transporte para estes condomínios.

Mesmo que a construção dos condomínios horizontais tenha ocorrido distante do centro, pela inviabilidade causada devido a escassez de terreno ou pelo alto preço do solo urbano, o que enfatizamos é a distância e o isolamento que a princípio podem ser encarados como uma desvantagem locacional, no caso dos demais bairros periféricos. Neste bairro, e principalmente nos condomínios horizontais, este fator apresenta-se como uma vantagem locacional, o que contradiz a ideia principal do padrão centro x periferia que prega uma disputa social pela acessibilidade ao centro.

Ao mesmo tempo, em que questionamos a constituição do padrão centro x periferia em LEM (pelo menos, em sua estrutura tradicional), não podemos confirmar o padrão cidade dos muros como predominante na cidade. Pois, ao contrário das metrópoles onde existe uma proximidade física e um distanciamento social entre ricos e pobres, em LEM temos um isolamento tanto físico quanto social entre as classes. O que demonstra mais uma peculiaridade do processo de segregação nesta cidade.

5.6 ENCLAVES FORTIFICADOS COMO SÍMBOLOS DE STATUS SOCIAL

A última característica que analisamos foi a simbologia criada de que morar em enclaves fortificados representa além de segurança e “qualidade de vida”, representa prestígio social. Para Caldeira (2000), permeia sobre os enclaves fortificados uma simbologia que transforma enclausuramento, isolamento, restrição e

vigilância em status social. Em nossa pesquisa, perguntamos aos moradores dos quatro condomínios: em que lugar você desejaria morar na cidade? Nenhum morador do Pedra do Sonho mostrou interesse em morar em outro lugar, senão no condomínio. Eles ressaltavam a tranquilidade, como vantagem de se morar ali. Além disso, a maioria indicou o centro da cidade como o pior lugar para se morar, devido ao barulho e a aglomeração. Enquanto os moradores entrevistados dos outros três condomínios do centro, 36,84% pretendiam morar no bairro Jardim Paraíso, onde se localizam os condomínios horizontais, inclusive, o Pedra do Sonho.

Uma moradora do condomínio Campos Elíseos chegou a afirmar que a maioria dos moradores se respondesse com sinceridade iria dizer que desejariam morar nos lotes do bairro Jardim Paraíso (fazendo referência aos condomínios horizontais), “as pessoas só estão comprando os apartamentos no centro da cidade porque morar nos lotes sai muito caro, quem não prefere morar em uma casa com espaço e tranquilidade?”.

Ressaltando o que a moradora do condomínio Campos Elíseos afirmou sobre o preço de se morar em um condomínio horizontal, segundo a Sra. E. P. administradora do condomínio Pedra do Sonho, “tem proprietário comercializando lote por R$ 200.000,00”. Levando em consideração que a dimensão de um lote é de 1000 m², o metro quadrado custa R$ 200,00 (duzentos reais). O site da imobiliária, Terra Imóveis, divulga um anúncio de casa construída no condomínio, no valor de R$ 1.200.000,00 (hum milhão e duzentos mil reais).

Figura 44
CASA DE R$ 1.200.000,00 CONDOMÍNIO PEDRA DO SONHO

Fonte: Terra Imóveis, 2011. casa do condomínio Pedra do Sonho a venda no valor de R$1.200.000,00

Portanto, constatamos que mesmo localizada a 3,7 km de distância do centro da cidade, em uma zona periférica, pouco habitada, com precariedade de serviços de transporte. Existe uma grande valorização econômica dos imóveis e lotes localizados nos condomínios horizontais, o que simboliza status social aos moradores dos condomínios.

5.7 CONCLUSÃO

Após análise sobre os quatro condomínios, constatamos que nesta escala de interpretação a segregação fica ainda mais evidente. A homogeneidade interna apresenta-se bem mais acentuada, inclusive no que se refere à dimensão simbólica do processo (divisão cultural por fluxo migratório). Evidenciando uma característica ainda não muito destacada no processo de segregação no Brasil.

Os três condomínios do centro da cidade são apartamentos que têm além da segurança e conforto, como fatores para atrair os moradores, a localização central como atrativo. Os moradores que buscam este tipo de moradia querem aproveitar a vantagem locacional, no centro da cidade. Portanto, a otimização do tempo de deslocamento apresenta-se como um fator importante no processo de segregação também em LEM, mesmo sendo uma cidade pequena, caracterizando o padrão centro x periferia. Mesmo no caso dos condomínios horizontais, com sua localização na periferia, o centro de consumo exerce uma influência capaz de impossibilitar, no momento, o surgimento de outro centro de consumo nas imediações destes empreendimentos.

Acreditamos que o tamanho da cidade cria uma dinâmica diferenciada no que se refere ao padrão centro x periferia. Afinal, o fato dos ricos se concentrarem

na periferia não parece ser um elemento suficiente para descaracterizar este padrão, pois a distância do centro não se apresenta como obstáculo para sua acessibilidade e a falta de equipamentos de consumo em suas proximidades reforça ainda mais esta constatação.

A sua localização, com uma distância de 3,7 km do centro e de 3 a 6 km das áreas residenciais de baixa renda, tem a função de ser um artifício de distanciamento social entre os moradores do condomínio e o restante da cidade, tendo em vista a dificuldade de acessibilidade a esta área. O automóvel, principalmente do morador, é o principal e quase exclusivo meio de condução para quem deseja ir ao condomínio.

Além disso, atrelado ao fator localização como artifício de distanciamento social, ressaltamos as barreiras físicas proporcionadas pelos aparatos de segurança que cercam o condomínio, como: extensos muros que cercam toda a área do condomínio, cercas elétricas, guarita com guardas que atuam 24 horas, câmeras de segurança.

Portanto, entendemos que o condomínio horizontal Pedra do Sonho, mesmo não sendo um *Edge City* permitindo aos seus moradores um total isolamento da cidade, é um enclave fortificado. Afinal, apresenta uma forte homogeneidade social interna, tem presente o medo da violência (como motivo de sua existência), possue em sua localização um artifício de distanciamento social (constituição de barreiras físicas para garantir o isolamento dos moradores), além de ser um símbolo de status social para a cidade. Embora, não tenha tido acesso além do Pedra do Sonho, acreditamos que os condomínios fechados horizontais Residencial Soya e o Rio das Pedras, também, podem ser caracterizados como enclaves fortificados por serem vizinhos, compartilharem dos mesmos artifícios de distanciamento social e também serem verdadeiras fortalezas, cujo acesso apresenta-se bastante restrito.

A existência de enclaves fortificados em LEM nos permite afirmar que mesmo sendo uma cidade pequena do agronegócio podemos constatar o padrão de segregação cidade dos muros em seu espaço urbano, ou pelo menos a tendência deste padrão, tendo em vista as especificidades impostas pelo recorte espacial analisado. Vale ressaltar que nas metrópoles, uma das principais características

deste padrão é a proximidade física e distanciamento social entre diferentes classes, o que não ocorre nesta cidade. Aqui, temos além do distanciamento social, o isolamento físico entre classes.

Outra particularidade do processo de segregação em LEM é que além da dimensão econômica, a dimensão simbólica apresenta-se como uma característica marcante em seu conteúdo qualitativo. Uma vez que ao analisarmos a homogeneidade interna dos domicílios coletivos, tanto verticais quanto horizontais, constatamos uma predominância de pessoas das Regiões Sul e Sudeste e a quase ausência de pessoas originários das Regiões Nordeste e Norte. Isso confirma as evidências de uma divisão cultural, a partir do fluxo migratório diferenciado pela divisão regional do trabalho da cadeia produtiva de leguminosas, oleaginosas e cereais.

A estruturação da cidade em consonância com o atual momento histórico da urbanização, que prioriza a fragmentação e a diferenciação social, é o fator condicionante para que um padrão de segregação recente que surgiu primeiro nas grandes cidades e vem se espalhando por cidades médias através de sua reestruturação chegue em LEM, como parte integrante de sua morfologia urbana, que já nasce moderna, e por isso reproduz inclusive o seu padrão de segregação.

A baixa dificuldade de acesso ao centro de consumo pelos moradores do condomínio, mesmo residindo numa zona periférica, cria uma situação que ao mesmo tempo em que reforça o padrão centro x periferia, promove sua negação. Este fato representa, para nós, uma particularidade do processo de segregação em LEM, que talvez possa ser uma característica marcante deste processo, não só nesta cidade, mas em todas as pequenas cidades do agronegócio. No próximo capítulo, tentaremos identificar os agentes imobiliários que atuaram direta e indiretamente na produção da segregação em LEM.

6 OS AGENTES PROMOTORES DA SEGREGAÇÃO EM LEM

Após analisar as particularidades do processo de segregação na pequena cidade do agronegócio de LEM, neste capítulo vamos tentar identificar seus agentes promotores e suas ações. Para tanto, é importante ter em mente que esta tarefa nos remete a análise do processo histórico da produção do espaço intraurbano. Uma vez que, os agentes não produzem meramente a segregação, mas sim o espaço urbano segregado.

Para entendermos como vai ocorrer este processo em LEM é importante enfatizar que esta cidade surgiu enquanto aldeia urbana (como vimos no capítulo 3). Portanto, antes mesmo de se tornar uma cidade, Luís Eduardo Magalhães já era considerada urbana. Alguns autores, como Fonseca e Vieira (2010), se referiam a LEM como cidade, mesmo antes de sua emancipação. Para nós, ela pertencia a categoria de aldeia urbana, tornando-se cidade só após sua emancipação, pois este ato político legitimou um novo e importante agente promotor do espaço urbano, o governo local.

Dividimos nossa análise em dois momentos. No primeiro, identificamos e analisamos as ações dos agentes promotores de espaço urbano da aldeia urbana de Mimoso do Oeste. Depois, damos ênfase à atuação dos agentes após a emancipação da cidade e da legitimação do governo local como o mais novo e importante agente. É relevante perceber que o surgimento deste agente vai modificar a dinâmica dos demais. Forçando inclusive o enfraquecimento de alguns, e ampliando a atuação de outros.

6.1 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO INTRAURBANO DA ALDEIA URBANA DE MIMOSO DO OESTE

Como vimos no capítulo 3, o primeiro loteamento residencial que vai dar origem a cidade foi o Rancho Grande, em 1984. Localizado ao norte da BR-242, este loteamento foi um empreendimento da empresa de colonização CARIG, do empresário e pecuarista goiano Arnaldo Horácio Ferreira. A sua ocupação deu-se, prioritariamente, por produtores agrícolas, principalmente da Região Sul do país.

Haesbaert (1997) atribui a ida destes sulistas para esta localização à disputa que não era puramente econômica e política, e sim culturalista entre a velha oligarquia baiana e o novo capital agrícola gaúcho. Segundo este autor, a ideia pilar que justifica a origem de Mimoso do Oeste é a tentativa de se implantar um território gaúcho na Região Oeste da Bahia. No entanto, mesmo se referindo apenas aos gaúchos, existiam entre os pioneiros, paranaenses, catarinenses, paulistas e goianos.

No entanto, ao criar o novo território, estes produtores agrícolas foram seguidos por um outro grupo de imigrantes, os nordestinos (principalmente baianos), em sua maioria pobres trabalhadores rurais que tinham a intenção de arrumar trabalho nas terras destes agricultores. Deste fato, surge outro agente imobiliário, a construtora e imobiliária Aracruz, do também produtor agrícola goiano Sr. Aroldo Cruz. Esta empresa criou o loteamento Aracruz (a mais de 1 km ao sul da BR-242) para onde foram direcionados estes imigrantes.

Podemos observar que ao contrário das grandes cidades antigas que surgem na fase mercantil do capitalismo, enquanto vila estruturada sobre o padrão de cidade concentrada com ricos e pobres dividindo a área central da cidade, em LEM, que surge enquanto aldeia urbana moderna, sua estruturação já ocorre sobre os moldes da principal característica do atual processo de urbanização, a fragmentação urbana. Com os detentores dos meios de produção agrícola habitando ao norte da BR-242, e a força de trabalho em potencial morando ao sul da mesma rodovia.

Segundo, A. C. de M. (corretor de imóveis responsável por negociar os lotes da empresa Aracruz, na época) esta separação entre ricos sulistas (ao norte) e pobres baianos (ao sul) vai ocorrer devido à diferença de estratégias adotadas pelas empresas imobiliárias. A CARIG investiu na produção de infraestrutura básica como forma de tornar seus lotes mais atrativos aos produtores agrícolas. A empresa Aracruz, apenas demarcava os lotes e os comercializava sem o mínimo de infraestrutura (essa não realizou nem a abertura de vias de circulação no loteamento). Isso repercutiu na diferenciação do preço dos lotes, e consequentemente, no seu tipo de morador.

Na maioria das antigas metrópoles brasileiras, o que determinava a localização das elites eram as amenidades naturais. Villaça (2001) destaca a localizações às margens de rios e as áreas mais altas, como as principais vantagens locacionais perseguidas pelas elites, no período inicial da formação de cidades: São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Salvador.

No caso de LEM, podemos perceber outra peculiaridade. Pois, esta cidade não apresenta nenhuma característica física que pudesse representar uma amenidade natural capaz de direcionar a localização da elite. O diferencial na localização dos grupos sociais no espaço intraurbano foi a promoção de infraestrutura, que desde logo possibilitou uma diferenciação no valor do preço do solo urbano. Por isso, a separação entre as diferentes classes sociais de imigrantes.

Mais do que a constituição de dois loteamentos nas imediações do posto de gasolina Mimoso do Oeste, estes empreendimentos vão dar origem aos dois bairros mais antigos da cidade. O Mimoso do Oeste, (que depois vai se fragmentar em Mimoso Central e Mimoso I) e o Santa Cruz.

A concentração da elite local justifica a constituição do Mimoso Central como o sítio social da cidade. Segundo Villaça (2001), a priori, não são os estabelecimentos de consumo que determinam a localização das pessoas com renda mais elevada. Mas sim, a concentração deste grupo social em uma determinada localização da cidade. Isso será decisivo para a escolha da localização dos estabelecimentos de consumo, principalmente, os de consumo produtivo e os de consumo consumptivo não-básicos.

Além disso, este fato também explica a caracterização do bairro Santa Cruz como área residencial de pessoas de baixa renda. Sendo, inclusive, apelidado de Iraque pelos moradores do Mimoso do Oeste, fazendo referência aos problemas sociais enfrentados pelo bairro desde sua fundação.

A atuação dos agentes imobiliários, no período, se limitou principalmente à comercialização de lotes, e no caso da CARIG a produção de infraestrutura nas imediações de seu empreendimento. É importante ressaltar que no período, Mimoso do Oeste era um povoado de Barreiras com intenções separatistas, o que

desestimulava uma atuação mais ativa do governo municipal, que se localizava a 90 km de distância.

Este fato possibilitou o surgimento de novos agentes na produção do espaço intraurbano da aldeia urbana. Dentre eles podemos destacar a CEVAL, agroindústria especializada no beneficiamento da soja, que se instalou em Mimoso do Oeste em meados de 1980, por intermédio dos produtores agrícolas sulistas. Esta empresa foi responsável pela promoção de energia elétrica na aldeia urbana, levando o “linhão” que integrava a rede elétrica de Mimoso do Oeste à rede energética estadual. Esta ação realizada pela empresa em benefício próprio acabou sendo de crucial importância para a constituição do espaço intraurbano.

A negligência proposital do Governo Municipal de Barreiras permitou o surgimento de outros dois agentes importantes na produção do espaço intraurbano de Mimoso do Oeste, as associações de moradores: Associação de Moradores do Mimoso do Oeste (AMMO) e a Associação de Moradores Aracruz (AMA). Essas foram criadas com o intuito de tentar suprir as necessidades dos serviços básicos, principalmente, com relação à infraestrutura da aldeia urbana. A AMMO atuava em prol do bairro Mimoso do Oeste, proveniente do loteamento Rancho Grande, e a AMA estava voltada ao bairro Santa Cruz, cuja origem foi o loteamento Aracruz.

O surgimento das duas associações de moradores, na nossa opinião representa a dissociação entre os dois grupos sociais que habitavam na aldeia urbana, no período. Pois, foram incapazes de articularem ações conjuntas em prol da totalidade do espaço intraurbano, com cada grupo de moradores lutando em prol de benefícios próprios.

Estas associações exerciam funções que normalmente seriam de obrigação governo municipal, tais como:

1. Promoção de energia elétrica nos bairros. Por intermédio da AMMO que a empresa Ceval se instalou na cidade e, posteriormente, promoveu a instalação da rede de energia elétrica na cidade. Em 1995, por intermédio da AMA foi implantada energia elétrica no bairro Santa Cruz.

2. Fornecimento de água. A AMA foi responsável, também em 1995, pela perfuração e administração de poço artesiano que distribuía água para os moradores associados;

3. A AMA foi responsável pela limpeza pública do bairro Santa Cruz, entre 1997 e 2000;

4. Foi de responsabilidade da AMA a abertura de ruas no bairro Santa Cruz.

5. De 1998 a 2000 a AMA realizou campanhas de distribuição de sopas para crianças carentes;

6. Além disso, as duas associações ainda administram, até hoje, uma rádio comunitária cada uma.

Para se ter ideia do poder de atuação das duas associações de bairro na cidade no período, a AMMO foi a primeira sede do poder municipal após a emancipação. E a AMA teve seu presidente Alaídio Castilho de Moura eleito vereador na primeira gestão municipal, em 2000 (mandato que exerce até hoje), e o seu sucessor Inácio Spendler, também eleito vereador na segunda gestão municipal em 2004. No entanto, vale ressaltar que existe uma diferença crucial na atuação das duas associações. Enquanto a AMMO, tinha um maior poder político de articulação, tendo força inclusive para atrair a maior empresa em atuação na Região Oeste para o seu território. A AMA limitava-se a suprir as carências de serviços sociais herdadas pelo bairro Santa Cruz quando ainda era o loteamento Aracruz. A prestação destes serviços básicos é o que acabou promovendo os seus líderes ao cargo de vereadores.

6.2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO INTRAURBANO APÓS A EMANCIPAÇÃO

Como vimos no capítulo 3, a emancipação de Luís Eduardo Magalhães vai ocorrer no ano 2000. Este fato é crucial para a análise da produção de espaço intraurbano segregado de LEM. Pois, o governo local é o principal agente promotor do espaço urbano. Sua atuação vai desde intervenções diretas no espaço, perpassando por intermediações de conflitos entre os demais agentes. Além disso,

suas atuações direcionadas como estratégias para o marketing territorial repercutem de modo indireto sobre a produção do espaço, porque atraem empresas, investimentos e pessoas para a cidade.

É importante perceber que o surgimento do Governo Local enquanto agente, altera a dinâmica de atuação de outros que atuavam de maneira ativa quando LEM era uma aldeia urbana. É o caso das associações de moradores que tiveram muitas de suas ações transferidas para o Governo Local. Tais como: limpeza urbana, abertura de vias públicas, distribuição de água (que embora não seja uma função exercida pelo Governo Local, seu surgimento promoveu a implantação de uma Estação de Abastecimento de Água da Embasa, em 2000, no município).

Com todas estas funções sendo desempenhadas pelo Governo Local, a atuação das associações de moradores se limitará a administração das rádios comunitárias. O enfraquecimento destes agentes é nitidamente visível. A AMA que na década de 1990 chegou a ter mais de mil associados (para ter acesso aos serviços disponibilizados pela associação de moradores, inclusive à água, o morador tinha que ser associado e contribuir mensalmente com uma taxa), hoje não possui mais de vinte associados.

Além de diminuir a atuação de alguns agentes na produção do espaço intraurbano, o surgimento do governo local acabou por intensificar a atuação de outros. Como é o caso dos agentes imobiliários que após a emancipação do município, aumentaram em quantidade e em intensidade suas ações.

Além das já existentes CARIG e Aracruz surgiu, em 2001, o Grupo Paraíso, do produtor agrícola e piloto paranaense Jacob Lauck (vice-prefeito de LEM, nas duas gestões municipais do prefeito Oziel Oliveira, 2001 a 2004, e 2005 a 2008). Seus empreendimentos foram direcionados a área da cidade que deu origem ao bairro nobre, Jardim Paraíso. Dentre os empreendimentos, podemos citar o hotel mais luxuoso, o Saint Louis. Além dos loteamentos Jardim Paraíso I e II, com lotes com o tamanho médio de 900 m².

Segundo o próprio Jacob Lauck, em entrevista a revista eletrônica Diário do Oeste, de 21 de outubro de 2011, a constituição do bairro Jardim Paraíso enquanto

bairro nobre se justifica pela manutenção do tamanho médio dos lotes comercializados nesta área, em torno de 900 m².

Assim como os proprietários das duas empresas imobiliárias acima citadas, este senhor também é um dos pioneiros da cidade, chegou a Mimoso do Oeste (em 1985) para atuar como produtor agrícola e acabou direcionando suas atividades ao setor imobiliário. Os senhores Arnaldo Horácio Ferreira (CARIG), Aroldo Cruz (Aracruz) e Jacob Lauck (Grupo Paraíso) são os responsáveis diretos pela produção dos três bairros mais importantes da cidade, Mimoso do Oeste (Mimoso Central e Mimoso I), bairro Santa Cruz e Jardim Paraíso, respectivamente.

Outro agente imobiliário importante, que surgiu após a emancipação política do município, foi a construtora e imobiliária Pedra do Sonho, do Sr. Luís Eduardo Sampaio Correa, sergipano (residente em Montes Claros MG) que não era residente da cidade, mas era dono de uma propriedade rural destinada ao cultivo de algodão, que, em 2004, foi por ele transformada no condomínio fechado Pedra do Sonho. Apesar de sua atuação restringe-se a construção do condomínio horizontal, seu papel foi significativo, pois trouxe à cidade um novo tipo de *habitat* para as pessoas de alto padrão, promovendo inclusive o surgimento de enclaves em LEM.

Estes agentes imobiliários foram responsáveis pelo primeiro e segundo momento da produção imobiliária em LEM. O primeiro refere-se ao período em que a cidade ainda era uma aldeia urbana. E o segundo correlaciona-se ao período que vai da emancipação do município até a promulgação do PDDU, lei que vai regulamentar a produção do espaço intraurbano de LEM (2000-2007).

Uma semelhança crucial entre estes agentes é que além de agentes imobiliários, são todos grandes produtores agrícolas, o que mostra uma concentração das principais atividades econômicas nas mãos de um pequeno grupo de pessoas. Além disso, demonstra que a produção do espaço intraurbano da cidade é monopolizado pela elite que tem o poder de escolher o local de moradia das diferentes classes sociais por renda. Outra questão que torna este fato importante, se refere, mais uma vez, a relação campo-cidade, que nesta cidade é cada vez mais intrínseca. Pois, não só a produção agrícola está nas mãos dos produtores agrícolas, mas também a produção do próprio espaço intraurbano.

Após a promulgação do PDDU, em 2007, inaugura-se um novo momento na produção do espaço intraurbano em LEM com a expansão das áreas residenciais já consolidadas e com a produção de loteamentos regulamentados pelo governo municipal. Dentre as mudanças causadas pelo PDDU, ressaltamos o zoneamento urbano que limita o tamanho mínimo dos lotes a serem construídos a depender da área da cidade (voltaremos a discutir este ponto), além da exigência da produção de infraestrutura básica (pavimentação asfáltica, água encanada e luz elétrica) em todos os lotes produzidos, independente da classe social aos quais estes lotes se destinam.

A expansão urbana vai ocorrer a partir da produção de novos loteamentos por agentes imobiliários antigos e por novos, com características pouco diferentes dos anteriores. Ao contrário, das empresas imobiliárias pertencentes a produtores agrícolas da região, surgem construtoras e incorporadoras originárias de outras regiões do Brasil com o intuito de investir no mercado imobiliário de LEM.

Dentre eles temos a Loteadora Donna Carmela, empresa paranaense, que vai ser responsável pelo loteamento Cidade Universitária e Setor M3. A construtora ACNT, empresa brasiliense, responsável pela construção dos loteamentos Vereda Tropical e Tropical Ville. Temos também a FORTEC, empresa de Santa Catarina que em consórcio com o Grupo Paraíso estão produzindo um novo edifício de luxo com heliporto, no bairro Jardim Paraíso. Além destes empreendimentos, temos o loteamento Florais Léa produzido pela Aracruz Construtora e Imobiliária.

6.3. A ATUAÇÃO DO GOVERNO LOCAL NO PROCESSO DE SEGREGAÇÃO EM LEM.

Segundo Villaça (2001), são três os mecanismos adotados pelo Estado para a promoção da segregação. O primeiro é a localização dos aparelhos do Estado que seguem a localização das camadas de mais alta renda, da mesma maneira que os estabelecimentos de consumo. Para este autor, quando os aparelhos do Estado se situam próximos às classes mais elevadas, suas localizações se comportam como se seguisse a lógica de mercado, o que não deveria acontecer.

Se observarmos a figura 05 (capítulo 4) percebemos que todas as instituições e órgãos públicos de LEM, exceto a Câmara de Vereadores, se localizam na Zona

Mimoso Central, área residencial aqui caracterizada (capítulo 4) como de classe média alta e alto padrão.

O segundo mecanismo é a produção da infraestrutura que tende a ser direcionadas para as áreas residenciais de alto padrão. Em pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), realizada em 2008, tentamos analisar a eficiência dos serviços públicos prestados aos moradores do bairro Santa Cruz e do condomínio Pedra do Sonho. O objetivo era justamente o de perceber se havia um privilégio das classes mais elevadas. Foram entrevistados 60 moradores do bairro Santa Cruz e seis do condomínio Pedra do Sonho, onde pedimos que dessem notas de 0 a 10 aos quesitos: sistema de calçamento; sistema de iluminação pública; sistema de rede de esgoto; distribuição de água encanada; coleta de lixo e área de lazer pública. Pedimos que analisassem apenas com relação ao bairro em que moram.

Tabela 26
Avaliação dos moradores com relação a serviços públicos de infraestrutura

Elementos da análise		Média	
		Santa Cruz	Pedra do Sonho
1.	Sistema de calçamento	3,06	2,50
2.	Iluminação Pública	6,13	4,00
3.	Rede de esgoto	0,43	1,16
4.	Distribuição de água encanada	8,10	7,33
5.	Coleta de lixo	8,70	4,66
6.	Área de lazer público	5,20	3,16

Fonte: FILHO RIOS, Jorge (2008).

Observando a média das notas dos serviços públicos de infraestrutura em duas áreas residenciais de diferentes classes sociais, verificamos que a média de serviços como: calçamento das vias, iluminação pública e coleta de lixo chegam a ser menores no condomínio Pedra do Sonho que no bairro Santa Cruz. Outro dado, é que tanto no Santa Cruz como no Pedra do Sonho as médias mais baixas são para o sistema de rede de esgotos. Estes dados demonstram que mesmo com que estes grupos sociais tenham percepções e expectativas diferentes sobre o que seria um serviço público de qualidade, o serviço de infraestrutura é considerado insatisfatório, tanto em áreas de classe média alta e alto padrão quanto em áreas residenciais de classe média baixa.

No entanto, vale ressaltar que os moradores do Santa Cruz sofrem mais com a falta de infraestrutura que os do Pedra do Sonho. Embora, o bairro Jardim Paraíso tenha uma infraestrutura precária, dentro dos limites e no entorno do condomínio horizontal tem ótima infraestrutura, proporcionada pelo agente imobiliário responsável pela comercialização dos lotes. Lembrando que o fornecimento de infraestrutura, desde o período em que LEM era uma aldeia urbana até 2007, era uma das vantagens locacionais promovidas pelos agentes imobiliários para garantir uma valorização econômica de seus empreendimentos.

Após 2007, o PDDU obrigou aos loteadores a promover o mínimo de infraestrutura básica, conforme o art. 13 desta lei, como: pavimentação de todas as ruas, assentamentos de meios-fios e sarjetas, construção de redes de escoamento de águas pluviais, delimitação de áreas verdes e das destinadas aos equipamentos públicos, tratamento paisagística das áreas verdes, construção da rede de abastecimento de água potável, assentamento de redes de esgotamento sanitário, colocação de rede de iluminação pública e de fornecimento de energia elétrica.

Conforme podemos observar nas figuras 21, 26, 27, e 28 do capítulo 4 nas áreas residenciais: Setor M3, Tropical Ville e Vereda Tropical, Florais Léa e Cidade Universitária, elaboradas após a promulgação do PDDU é visível pelo menos as ruas pavimentadas. O mesmo não podemos falar dos bairros Santa Cruz (Figura 16) e do Jardim Paraíso (Figura 31), mesmo sendo bairro de classes diferentes são bairros constituídos antes da lei.

Portanto, no que se refere a este mecanismo o governo local de LEM não parece privilegiar as áreas residenciais de classe média alta e alto padrão, mas também não tem contribuído com a melhoria de áreas residenciais mais pobres. Deixando a desejar em todas as áreas residenciais da cidade, principalmente as mais antigas.

O terceiro mecanismo de promoção da segregação pelo Estado ocorre através da legislação urbanística. Segundo Villaça (2001), esta é feita pela e para a burguesia. Neste quesito, vamos destacar algumas leis criadas pelo poder legislativo municipal que, em nossa opinião, contribuíram de forma significativa para a ampliação da segregação em LEM. A primeira lei refere-se ao PDDU, nos artigos 24

e 25 que delimitam as zonas de uso do solo e as unidades de vizinhança destas zonas. O ponto mais interessante desta lei é, justamente, a Tabela I do Anexo que demonstra os índices urbanísticos por zona de uso do solo. De acordo com esta tabela, existe uma diferença no tamanho mínimo do lote de acordo com a área residencial da cidade.

Nas áreas aqui identificadas, como de baixa renda, o tamanho mínimo do lote é de 125 a 300 m². No centro o tamanho mínimo do lote é de 600 m². E no bairro Jardim Paraíso, o tamanho mínimo do lote varia entre 600 a 1200 m². A delimitação do tamanho mínimo dos lotes acaba por restringir a ocupação de pessoas de baixa renda em algumas áreas da cidade. Principalmente, nas áreas consideradas de alto padrão.

Outro ponto do PDDU que em nossa opinião caracteriza um ato segregador refere-se ao Plano Estratégico I que apesar de ter como objetivo principal promover a melhoria de infraestrutura e a qualidade de vida dos moradores da zona Santa Cruz Sul (área com maior percentual de pessoas com a faixa de renda entre 0 a 2 SM, 89,77%), pretende promover a construção de 500 unidades habitacionais na zona periférica deste bairro. Esta ação acentuaria ainda mais a segregação, uma vez que distancia ainda mais os pobres do centro da cidade.

Haja vista que a distância desta área para o centro da cidade é de 2,77 km. Para as pessoas que ai habitam, esta distância é de fato um obstáculo, ao contrário dos moradores dos condomínios horizontais do Jardim Paraíso. Além de manter esta população afastada do centro de consumo e de oportunidades de emprego ou trabalho, esta localização mantém os moradores ainda mais afastados dos condomínios horizontais, tendo em vista que a distância entre eles é de 3,33 km.

Outra lei que em nossa opinião tem contribuído para o aumento da segregação é a lei n° 126 de 01 de outubro de 2003. Essa dispõe sobre o serviço de moto-taxi na cidade. Já falamos sobre ela no capítulo 5, no entanto, é importante afirmar que esta lei encarece a prestação do serviço e dificulta a acessibilidade das pessoas de baixa renda à cidade. Para nós, este motivo parece suficiente para a enquadrarmos como um mecanismo promotor de segregação.

Figura 45
Localização do Conjunto Habitacional para pessoas de baixa renda contido no Plano Estratégico I do PDDU

Fonte: Google Earth, 2010.

Sobre as leis aprovadas, chama atenção que sua promulgação tem legitimado a soberania do bairro Jardim Paraíso, como área residencial de alto padrão, principalmente, a partir da delimitação do tamanho mínimo do lote de 600 a 1200 m². Justamente, na área onde sempre se concentraram os empreendimentos do vice-prefeito Jacob Lauck, um dos homens mais ricos da cidade.

6.4 CONCLUSÃO

Neste capítulo identificamos os principais agentes que atuaram na produção do espaço intraurbano de LEM e acabaram por contribuir com o seu processo de segregação. Percebemos que desde sua gênese, enquanto aldeia urbana, a fragmentação urbana sempre norteou as ações dos agentes. Tais agentes exercem um controle mútuo sobre a cidade, uma vez que são os detentores dos meios de produção agrícola, os agentes imobiliários e exercem o controle sobre o Estado, moldando o espaço intraurbano ao seu bel prazer, tornando-o cada vez mais segregado.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a segregação socioespacial no Brasil tem privilegiado a metrópole como recorte espacial de análise. Nesse sentido, as abordagens metodológicas e os padrões de segregação são produzidos com base neste recorte. Como as metrópoles brasileiras possuem muitas semelhanças em seus processos de formação econômica e social não existem muitas diferenças nos resultados das análises. Por isso, propomos o estudo sobre o processo de segregação em uma formação econômica e social com um contexto histórico e geográfico bem diferente do metropolitano, com o intuito de perceber quais as particularidades do processo de segregação noutro recorte espacial não-metropolitano.

Nesta pesquisa constatamos que o conceito de segregação socioespacial é muito mais do que uma mera espacialização de classes sociais sobre o espaço intraurbano de uma cidade. Ele pode ser entendido enquanto categoria de análise espacial, e sua aplicabilidade revela ou reflete elementos importantes da estrutura urbana de uma determinada formação econômica e social. Caracterizamos este conceito como flexível, de modo que seu significado e aplicabilidade possuem diferenciações significativas nas mais diversas pesquisas.

Estas variações ocorrem em diferentes escalas, pode ser percebida na escala global: diferenciação de significado e aplicabilidade do conceito em diferentes países. Ou na regional: diferenciações dentro de um mesmo país. Identificamos pelo menos três elementos que tornam este conceito flexível: a concepção teórica que norteia a pesquisa; a abordagem metodológica escolhida pelo pesquisador; e por último o contexto histórico e geográfico de formação do espaço intraurbano analisado.

No caso brasileiro, percebemos que a concepção teórica que norteia a maioria das pesquisas sobre segregação foi predominantemente marcada pelo paradigma marxista. Nesse sentido, a dimensão econômica (divisão de grupos por classe social) prevalece enquanto conteúdo qualitativo do conceito. No entanto, identificamos algumas divergências no que se refere à escolha da abordagem metodológica. Existem pelo menos duas verificadas no país, a binária: divisão entre os mais ricos e os mais pobres, que foca sua análise na autossegregação dos mais

ricos. E a abordagem estatística que analisa a divisão entre grupos sociais, a partir de elaboração de tipologias por categorias sócio-ocupacionais ou por outras variáveis sociodemográficas.

Nesta pesquisa, tentamos integrar as duas abordagens em uma única metodologia por entender que ao invés de se oporem, elas se combinam. Pois, a sua principal diferença esta na escala de atuação. Enquanto a abordagem da divisão dos grupos por categorias sócio-ocupacionais analisa o espaço intraurbano como um todo, a abordagem binária aprofunda a análise sobre as áreas de concentração de pessoas de alto padrão e dá relevo aos extremos da hierarquia social. Acreditamos que a falta de trabalhos que integrem estas duas abordagens ocorre mais pela complexidade causada pela dimensão espacial da metrópole, do quê por divergências teóricas.

Dentre os elementos que fazem da segregação socioespacial um conceito flexível, destacamos o contexto histórico e geográfico como o mais importante. Pois cada FES possui particularidades em seu processo de produção espacial. E o contexto histórico e geográfico é o que revela estas particularidades, pois nos permite identificar os agentes que atuam na produção do espaço e a escala de atuação destes agentes.

A partir do contexto histórico e geográfico de produção do espaço intraurbano de LEM, tentamos identificar as particularidades do conceito de segregação socioespacial em uma realidade espacial totalmente diferente das metrópoles, principal recorte espacial na análise deste processo no país.

Esta pesquisa objetivou identificar e compreender a produção da segregação socioespacial na cidade de Luís Eduardo Magalhães, a partir do comparativo de seu conteúdo com os padrões de segregação socioespacial produzidos nas metrópoles brasileiras.

Dois padrões de segregação socioespacial prevalecem enquanto unanimidades nos estudos sobre as metrópoles brasileiras. O padrão centro x periferia e o padrão cidade dos muros. Segundo a maioria dos pesquisadores, o centro x periferia ainda prevalece como o principal. No entanto, o padrão cidade dos

muros surge como nova tendência de reestruturação dos espaços intraurbanos das metrópoles.

Nesta pesquisa identificamos elementos destes dois padrões em LEM. No entanto, percebemos algumas particularidades do processo. Os principais fatores que contribuíram para isso foram o contexto histórico e geográfico de produção de seu espaço urbano como cidade do agronegócio; e a sua dimensão espacial enquanto cidade pequena.

Na análise sobre o padrão centro x periferia, tentamos responder a seguinte pergunta: será que em uma cidade do agronegócio com uma pequena dimensão espacial, onde o campo exerce um papel central em sua funcionalização econômica, e o tempo de deslocamento não é tão dispendioso quanto na metrópole, o padrão centro x periferia também pode ser reproduzido?

Para responder a indagação, primeiro analisamos a estrutura urbana da cidade através da localização e dos tipos de estabelecimentos de consumo existentes. Percebemos que na área residencial de alta classe (mais antiga da cidade, zona Mimoso Central) concentra-se a maior quantidade de estabelecimentos de consumo, tanto produtivo quanto consumptivo. À medida que nos afastamos desta área em direção à periferia, diminui a quantidade e a variedade de estabelecimentos.

Depois, identificamos a espacialização dos diversos grupos sociais por faixa de renda através da tipologia socioespacial, onde criamos quatro tipos de áreas residenciais. Classificamos a área que corresponde ao centro de consumo como área residencial de classe média alta e alto padrão. Através da correlação entre estas duas variáveis, percebemos que assim como na metrópole o centro de consumo exerce uma área de influência, promovendo uma disputa por acessibilidade a esta área. Portanto, mesmo LEM sendo uma cidade pequena a otimização do gasto de tempo de deslocamento também é um fator condicionante do padrão de segregação.

Além do Mimoso Central, identificamos que o bairro Jardim Paraíso também se caracteriza como área de classe média alta e alto padrão. Inclusive no setor mais periférico (0053), onde se concentra a maior quantidade de pessoas que ganham

acima de 10 SM, residindo em condomínios horizontais. Este elemento se fosse identificado em uma metrópole seria o indicativo para a mudança de padrão de centro x periferia para cidade dos muros.

No entanto, para caracterizar o padrão cidade dos muros dois fatores são cruciais. O primeiro, a proximidade física e o distanciamento social promovido pela construção de condomínios de alto padrão (enclaves fortificados) na periferia próxima às áreas residenciais de baixa renda. E o segundo, a implantação de um centro de consumo como parte integrante do enclave fortificado. A ideia é que o enclave fortificado tenha condições físicas de suprir as necessidades de seus moradores, de modo que eles façam uso o mínimo possível da cidade.

Concluímos sobre este quesito que a concentração de pessoas de alta renda nesta zona periférica da cidade não é o suficiente para descaracterizar o padrão centro x periferia e evidenciar o padrão cidade dos muros. Dois motivos justificam nossa afirmativa. O primeiro, é que apesar da localização desta área residencial de alta renda ser na periferia, ela não se encontra próxima fisicamente das áreas de baixa renda, entre elas há uma distância de 3 a 6 km. Portanto, possui um distanciamento físico que descaracteriza, parcialmente,o padrão cidade dos muros.

Outro motivo que justifica a nossa constatação é que mesmo numa zona periférica, o centro de consumo exerce uma forte influência sobre esta área. Inibindo, inclusive, a possibilidade, no momento, de criação de outro centro de consumo. Vale ressaltar que, próximo desta área os únicos estabelecimentos de consumo existentes são um clube recreativo (que se encontra em dificuldades financeiras por falta de freqüentadores) e uma pista de pouso (para aviões de pequeno porte).

O fator crucial aqui é o tamanho da cidade e a característica do transporte. Pois, mesmo estando na periferia, os moradores desta área de alta renda localiza-se a uma distância de 3,7 km do centro de consumo, em um trânsito bem menos complicado que na metrópole, o que permite que eles gastem em média de 5 a 10 minutos neste trajeto. Portanto, o uso do centro enquanto área de consumo e local de trabalho evidencia o padrão centro x periferia na cidade. No entanto, não

podemos caracterizar o caso de LEM como um caso clássico do padrão, até porque a maior parte da elite se encontra na periferia.

Mesmo constatando o centro x periferia como o padrão de segregação de LEM, não abandonamos o cidade dos muros, que tem como principal característica a produção de enclaves fortificados na periferia. Primeiro porque uma das justificativas para se morar nos enclaves fortificados é o medo da violência, motivo citado pelos moradores dos condomínios para se autossegregarem e, segundo porque uma das características para a formação de enclaves é o distanciamento social.

Identificamos que a área de concentração das pessoas de alta renda possui vários aparatos e estratégias de distanciamento social. Afinal, o automóvel se apresenta como o principal e, quase exclusivo, meio de transporte possível para circular nesta área. Haja vista sua condição de isolamento diante das demais áreas da cidade. Neste quesito a distância física apresenta-se relativizada pela questão econômica. Enquanto que os 3 km de distância para o centro não representam um problema para quem mora nesta área, a mesma distância caracteriza um obstáculo para quem deseja se deslocar das áreas residenciais de baixa renda para esta área residencial de alto padrão, caso não possua veículo particular em função da carência do transporte coletivo.

Portanto, em LEM o seu tamanho, enquanto cidade pequena permite a constituição de um padrão de segregação ainda mais agressivo que na metrópole, pois ao mesmo tempo em que possibilita a elite fazer uso do centro de consumo da cidade, promove o distanciamento físico e social das pessoas de baixa renda.

Outra particularidade do padrão de segregação socioespacial de LEM é que além da dimensão econômica: divisão entre classes sociais (bastante comum nas análises brasileiras sobre segregação) identificamos indícios para uma divisão cultural entre imigrantes de diferentes fluxos migratórios. Percebemos que nas áreas residenciais, aqui caracterizadas como de baixa renda, localizam-se a maior concentração de imigrantes das regiões Norte, Nordeste e, sobretudo, baianos de outros municípios. Nas áreas residenciais de classe média alta e alta renda

encontramos uma concentração maior de pessoas da região Sudeste e, principalmente, da Região Sul.

Sobre este aspecto, constatamos que seu fator condicionante está justamente no contexto histórico e geográfico de produção deste espaço urbano como cidade do agronegócio. LEM foi criada por produtores agrícolas sulistas com o objetivo de dar suporte à produção agrícola especializada em grãos, principalmente a soja. Desde sua gênese, enquanto aldeia urbana, tem sido alvo de intenso fluxo migratório de pessoas de diversas regiões do país, com diferentes propósitos.

Correlacionando a espacialização destes imigrantes com a função de suas regiões de origem na divisão territorial do trabalho na produção agrícola de grãos, percebemos que os imigrantes das áreas com baixa produção agrícola deste segmento localizam-se nas áreas de baixa renda. Os imigrantes de regiões que são tradicionalmente produtores deste tipo de produto, ou que pelo menos praticam a agricultura científica, habitam nas áreas residenciais com maior faixa de renda. Constatamos com isso, um entrelaçamento entre a dimensão econômica e a simbólica haja vista que embora tenha uma divisão cultural, esta é em grande parte determinada pela condição econômica de cada pessoa. Não há uma política de separação cultural, mas uma determinação do lugar de moradia por renda.

Mesmo com esta constatação, é preciso ressaltar que indícios apontam que a dimensão simbólica pode ter um papel maior do que se pensa no processo de segregação no Brasil. O caso do bairro Jardim Imperial, pode ser representativo disso, por possuir uma grande concentração de pessoas de baixa renda e intensa concentração de sulistas. Descaracterizando a dimensão econômica do processo. Este fato é digno de futuras investigações.

Outra particularidade do processo de segregação em LEM, diz respeito aos seus agentes promotores. Constatamos que a atuação dos agentes promotores da segregação são concomitantes ao processo de produção da própria cidade, que já surge enquanto aldeia urbana segregada, cujo a linha demarcatória é a rodovia BR-242. Nesse sentido, vemos uma forte atuação da escala temporal. Pois, as metrópoles que são cidades antigas possuem sua morfologia urbana carregada pelas sucessivas divisões do trabalho, o que permitiu que em cada fase da

urbanização houvesse uma reestruturação de padrões de segregação. LEM que surge como cidade moderna seguindo os moldes da atual divisão territorial do trabalho, vai ter sua morfologia urbana determinada pelos ideais da atual fase da urbanização, a fragmentação urbana.

Constatamos uma concentração de poder em um pequeno grupo de produtores agrícolas que controlam não apenas os meios de produção agrícolas, mas a própria produção do espaço intraurbano da cidade, uma vez que são também os agentes imobiliários e tem forte presença no governo local. Esse é um forte elemento na relação campo x cidade, pois não há limite na atuação dos agentes hegemônicos que atuam tanto indiretamente quanto diretamente na produção do espaço urbano. Além disso, percebemos que as ações do Estado, enquanto governo local tem contribuído ainda mais para o aumento da segregação. A elite agrária e imobiliária exerce uma forte influência nas ações do Estado enquanto governo local.

Portanto, concluímos que LEM possui um padrão de segregação socioespacial que embora possua elementos parecidos com o padrão de segregação metropolitano, tem especificidades que evidenciam seu contexto histórico como cidade pequena do agronegócio. Constituída enquanto aldeia urbana, seguindo os fundamentos do atual processo de urbanização que legitima cada vez mais a fragmentação urbana, que ao que parece além de ter apenas uma dimensão econômica, avança também para uma possível divisão cultural por fluxo migratório.

Este estudo de caso ressalta a importância de se pesquisar o processo de segregação em realidades não-metropolitanas. Constata a flexibilização do conceito de segregação que deve ser entendido enquanto categoria de análise espacial, tendo o contexto como uma de suas principais variáveis.

REFERÊNCIAS

BUENO, E. de P; GUIDUGLI, O. S. A geografia e o estudo da segregação sócio-espacial. **Revista Geografia**, Rio Claro, v. 29, n.1, p. 71-85, jan./abr. 2004.

CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2000.

CARVALHO, I. M. M. de; PEREIRA, G. C. (Org.). **Como anda Salvador**. 2 ed. Salvador: Edufba, 2008.

CASTELLS, M. **La cuestion urbana**. Ciudad de Mexico, Siglo Veintiurno Editores S/A, 1974.

CÔRREA, R. L**. O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. Uma nota sobre o urbano e a escala. **Revista Território**. Rio de Janeiro, v.7, n.11/13, set./out. 2003.

COSGROVE, E. D. Em direção a uma Geografia Cultural Radical: problemas da teoria. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL. (orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 103-134.

ELIAS (2006). Novas dinâmicas territoriais no Brasil agrícola. In: SPOSITO, E. S; SPOSITO, M. E. B; SOBARZO, O. (Orgs.). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 279 – 303.

_____. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. In: SPOSITO, M. E. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FELDMAN, S. Debate: a pesquisa sobre segregação: conceitos, métodos e medições. **Espaço & Debate**, São Paulo, v.24, n.45, p.87-109, jan/jul. 2004.

FONSECA, A. A. M. da. **Instituição e desenvolvimento territorial**: o desempenho municipal após a descentralização. Feira de Santana: UEFS, 2006.

FREDERICO, S. As cidades do agronegócio na fronteira agrícola moderna brasileira. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, n. 33, v.1. p. 5-23, jan./jul. 2011.

HAESBAERT, R. “Gaúchos” e baianos no “novo” Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. In: CASTRO, I. E; GOMES, P.C. da; CORREA, R. L. **Brasil: questões duais da regionalização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.

HENRIQUE, W. **O direito à natureza na cidade**. Salvador: Edufba, 2009.

KOVARICK, L. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil.** São Paulo: Editora 34, 2009.

LÉDA, R. L. M. Formação e reestruturação regional da Bahia contemporânea: discutindo recortes geográficos e suas periodizações. In: FONSECA, Antônio Angelo Martins da; BRITO, Cristovão; LÉDA, Renato Leone Miranda (Org.). **Dinâmica da reestruturação do espaço local e regional no estado da Bahia**. Salvador: JM Gráfica e Editora, 2010.

LEM. **Lei nº 255**, de 14 de junho de 2007. Aprova o Plano Diretor de Luís Eduardo Magalhães, define o perímetro urbano, o uso e ocupação do solo urbano e da outras providências. Disponível m:<http://www.cmlem.ba.gov.br/leis/2007/255b_2007.html>. Acessado em: 11 jan. de 2012.

LEM. **Lei n° 126**, de 01 de outubro de 2003. Aprova lei que dispõe sobre o serviço público de transporte remunerado individual de passageiros e o serviço de entrega de mercadorias porta a porta, em veículo automotor e dá outras providências. Disponível Em:http://www.cmlem.ba.gov.br/leis/legislacao-municipal/2003/126_2003.pdf. Acessado em: 18 fev. de 2012.

MAIA, D. S. Cidades médias e pequenas do Nordeste: conferência de abertura. In: LOPES, D. M. F; HENRIQUE, W (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso.** Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2010.

MARCUSE, P. Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o Estado. **Espaço & Debate**, São Paulo, v.24, n.45, p.24-33, jan/jul. 2004.

MARQUES, E; TORRES, H. (Org.). **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Senac, 2005.

MARQUES, R. O novo projeto imobiliário de Jacob Lauck. **Diário do Oeste Online,** Luís Eduardo Magalhães, 21 out. 2011. Disponível em: <http://diariodooeste.com.br/o-novo-projeto-imobiliario-de-jacob-lauck,15180/> Acesso em 26 jul. 2012.

_____. Luís Eduardo viverá um novo 'boom' imobiliário. **Diário do Oeste Online,** Luís Eduardo Magalhães, 01 jul. 2011. Disponível em: < http://diariodooeste.com.br/luis-eduardo-vivera-boom-imobiliario,10412/> Acesso em 01 jul. 2012.

OLIVEIRA, F. de. O Estado e o urbano no Brasil. **Espaço & Debate**. São Paulo, n.6, 1982, p.36-54.

PORTO, E. **Desenvolvimento e território na Bahia**. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2003.

PRÉTECEILLE, E. A construção social da segregação urbana: convergências e divergências. **Espaço & Debate**, São Paulo, v.24, n.45, p.11-23, jan/jul. 2004.

RIBEIRO, L. C. de Q. **Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

_____. Segregação residencial e políticas públicas: análise do espaço da cidade na gestão do território. In: RASSI NETO, E; BÓGUS, C. M. (Org.). **Saúde nos aglomerados urbanos: uma visão integrada** - (Série Técnica Projeto de Desenvolvimento de Sistemas e Serviços de Saúde). Brasília: OPAS/OMS, 2003, v. 3, p. 155-180.

RIOS FILHO, J. N. V. **Desenvolvimento sócio-espacial urbano em Luís Eduardo Magalhães-BA sob o viés do Estatuto da Cidade: uma análise comparativa entre bairro popular e condomínio de alto padrão** (monografia). Jacobina: UNEB, 2008.

ROCHA, A. do A. Região oeste da Bahia exibe sinais de riqueza. **Valor Econômico On-Line**. 10 set. 2004. Disponível em:<http://internotes.fieb.org.br/retec/sgi_notícias.nsf>. Acessado em: 23 abril 2008.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2009.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2006.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS FILHO, M. A modernização do campo nos cerrados baianos. **Revista Espaço & Debate**. N. 25, Ano VIII, 1988, p.63-76.

SCARLATO F. **O espaço industrial brasileiro**. In: ROSS, J. L. S.(org.). Geografia do Brasil. São Paulo: Edusp, 1996.

SILVA, S. B. de M. e; SILVA, B. N. **Estudos sobre globalização, território e Bahia**. 2 ed. Salvador: UFBA. Mestrado em Geografia, Departamento de Geografia, 2006.

SOUZA, M. J. L. de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2003.

SPOSITO, M. E. B. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas. In: SPOSITO, E.S; SPOSITO, M. E. B; SORBAZO, O. **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 175-197.

_____.A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, A. F. A; SOUZA, M. L; SPOSITO, M.E.B. (orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes, processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 123-145.

_____. Reestruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulista. **Scripta Nova**. Universidad de Barcelona, v.XI, n°245, ago. 2007. Disponível em: http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24511.htm. Acessado em: 10 dez. de 2011.

_____. A cidade dentro da cidade. Uma edge city em São José do Rio Preto. **Scripta Nova**. Universidad de Barcelona, v. VII, n° 146, ago. 2003. Disponível em: http://www.ub.edu./geocrit/sn/sn-146(045).htm. Acessado em: 23 fev. de 2012.

SPOSITO ET ALL (2007). O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias: cidades em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 35-67.

VASCONCELOS, P. A. A aplicação do conceito de segregação residencial ao contexto brasileiro na longa duração. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 1, n. 2, p. 259-274, 2004.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil.** 2 ed. São Paulo: Nobel, 2001.

VIEIRA, V. da S. **O governo local e a promoção econômica a partir do marketing territorial no município de Luís Eduardo Magalhães/Bahia**. 2007. 138f. Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional) – Universidade do Estado da Bahia, Santos Antonio de Jesus, 2007.

ANEXOS

ANEXO A:

Questionário - Condomínios fechados

1. Nome do condomínio onde mora: apartamento ( ) Casa ( )

   _____

2. Idade:_____

3. Cidade/UF de origem:_____

4. Quantas pessoas moram na residência? _____

5. Qual a escolaridade dos membros da família?

ESCOLARIDADE	QUANT. DE PESSOAS
Analfabeto	
Semi-analfabeto	
Fundamental incompleto	
Fundamental completo	
Nível médio incompleto	
Nível médio completo	
Nível superior incompleto	
Nível superior completo	
Pós-graduação	

6. Qual a profissão dos membros da família?

QUANT. DE PESSOAS	PROFISSÃO

7. Há quanto tempo mora na cidade?_____

8. Há quanto tempo mora no móvel?_____

9. Qual a situação do imóvel em que reside?

( ) Próprio
( ) Alugado
( )Financiado
( )Emprestado
( )Outro

10. Você utiliza este imóvel como principal moradia da família?_____

11. Por que você escolheu morar no condomínio fechado? Enumere de 01 a 08 as lacunas pela ordem de preferência, sendo que 01 foi a mais importante e 08 a menos importante. O que você não considerar como importante não é preciso marcar.

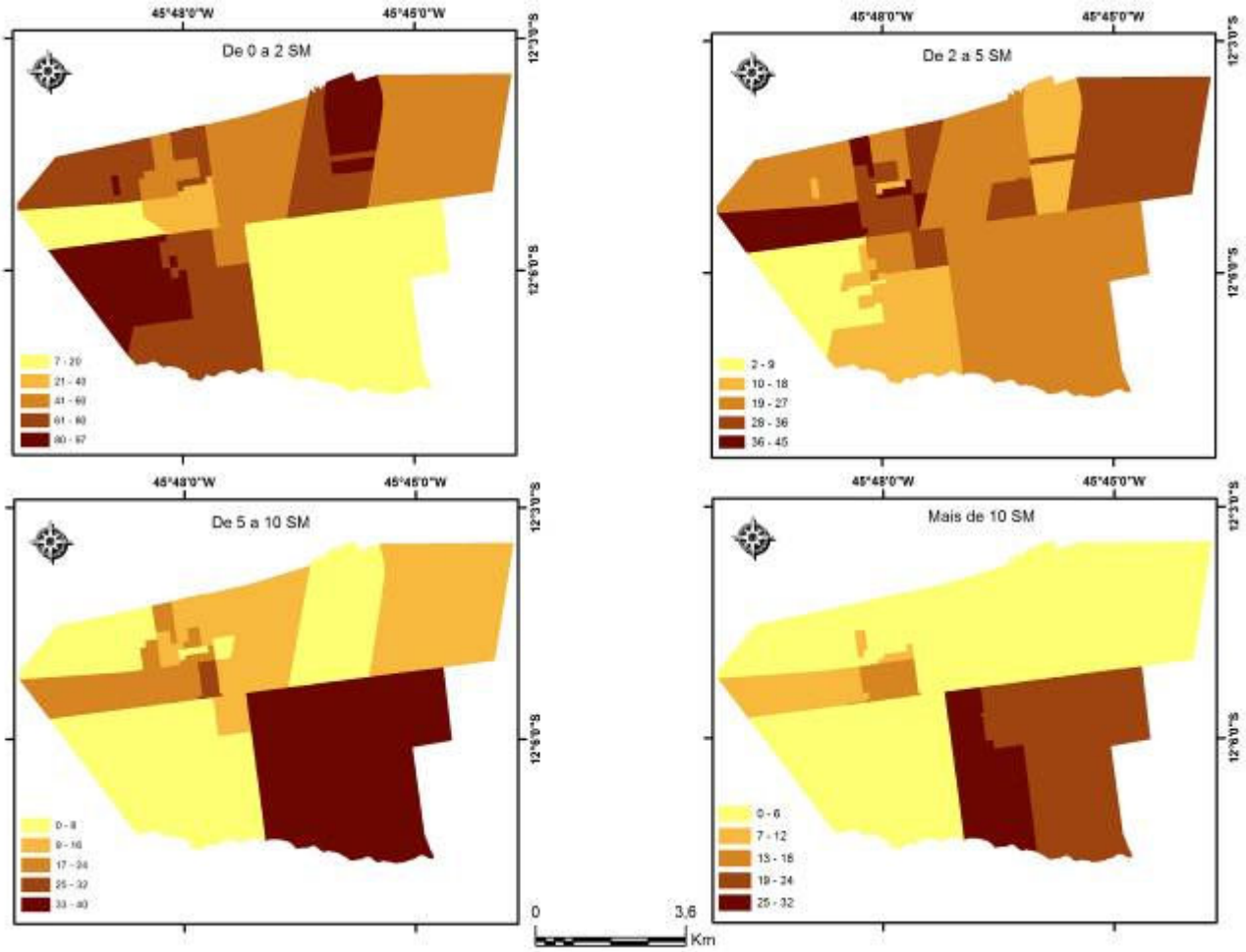
( ) conforto do imóvel
( ) segurança
( ) tipo de vizinhança
( ) equipamentos fornecidos na área externa do condomínio
( ) serviços fornecidos pelo condomínio
( ) maior contato com a natureza
( ) maior privacidade
( ) localização

12. Como os membros da família usam o condomínio? Você pode marcar quantas opções desejar.

( ) somente moradia
( ) trabalho
( ) lazer
( ) fazer compras. Que tipo? _____
( ) estudo em estabelecimento de ensino dentro das dependências do condomínio
( ) faz refeições com frequência em restaurante dentro das dependências do condomínio.

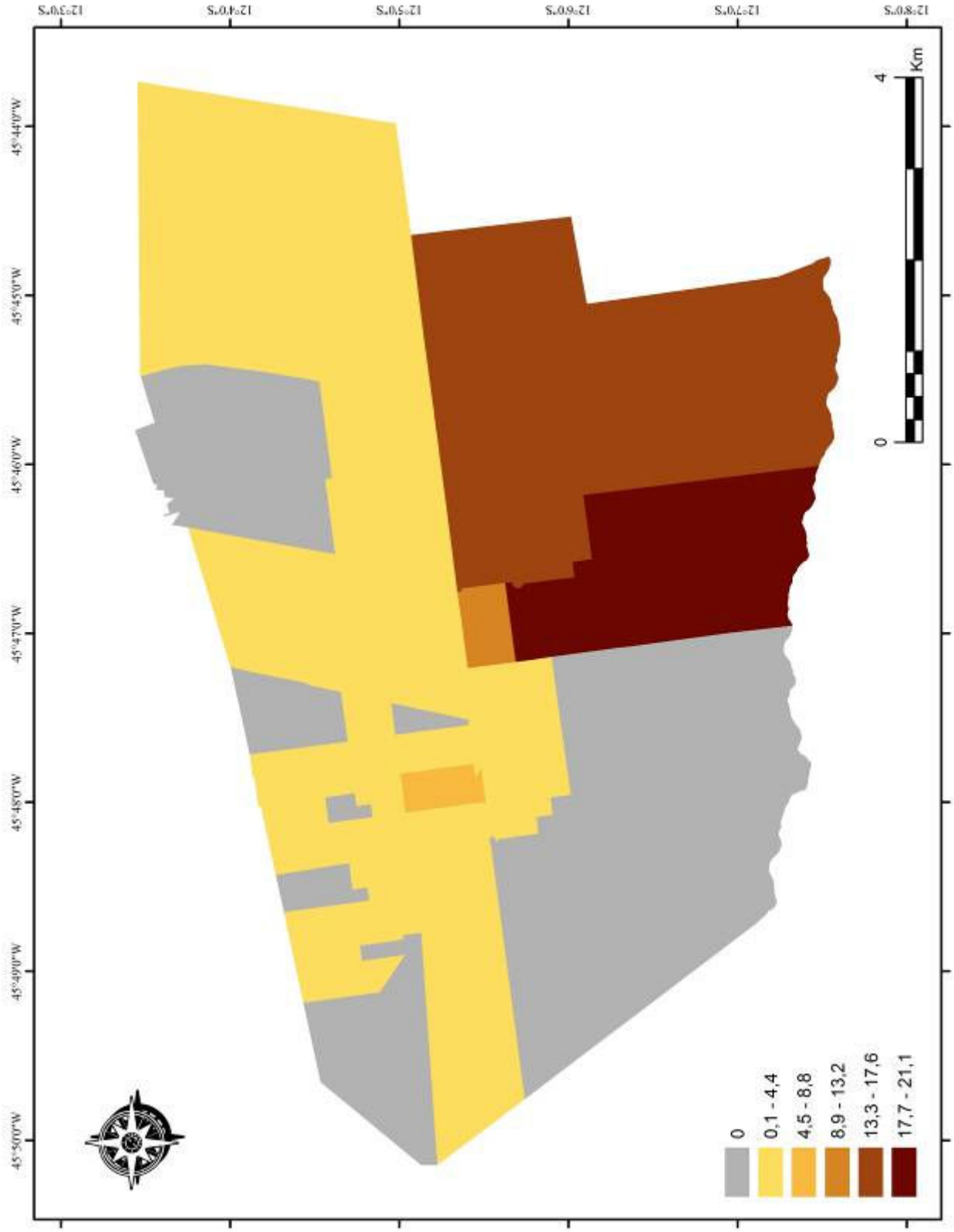
ANEXO B:

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL POR SETOR CENSITÁRIO: RESPONSÁVEIS PELO DOMICÍLIO POR FAIXA DE RENDA, CENSO DEMOGRÁFICO 2010.



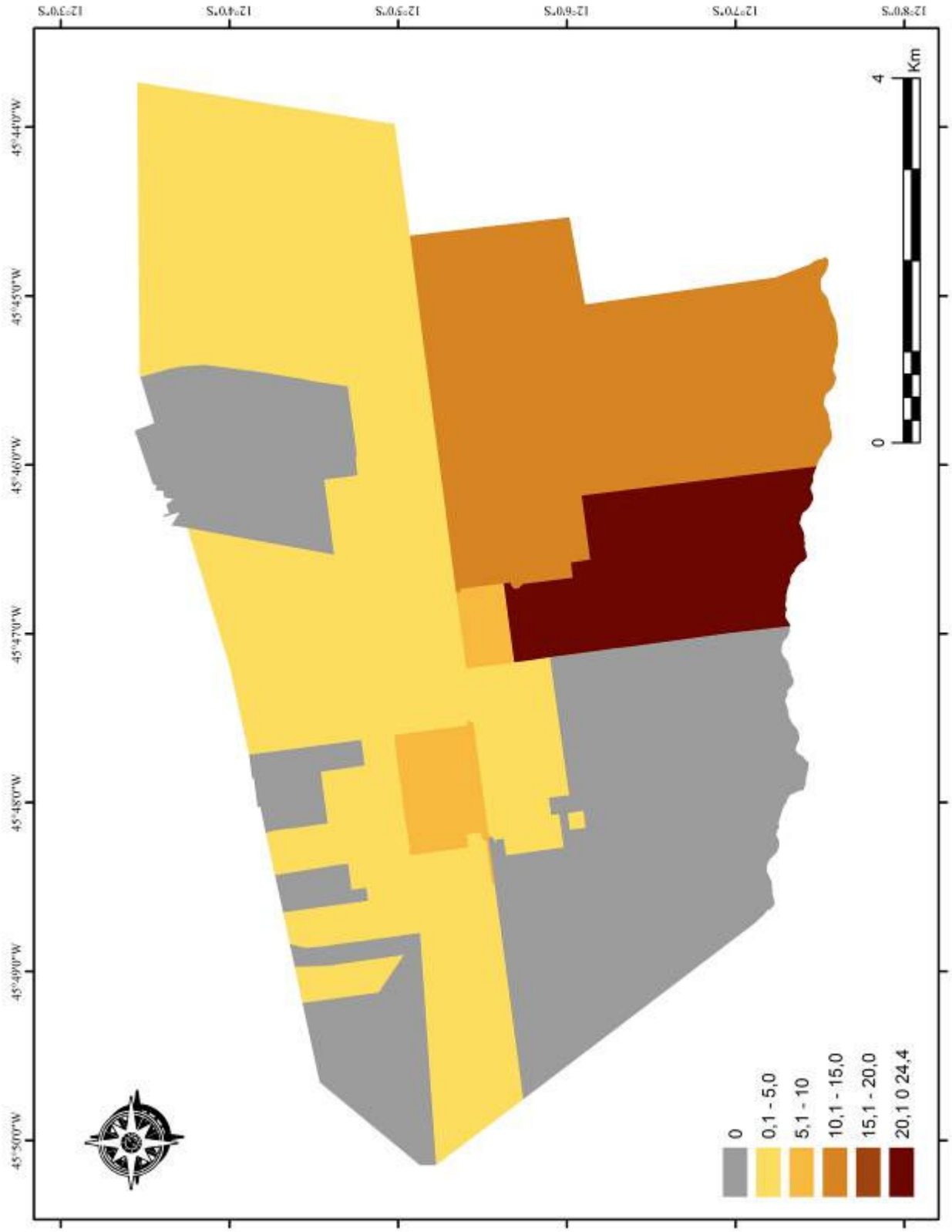
ANEXO C:

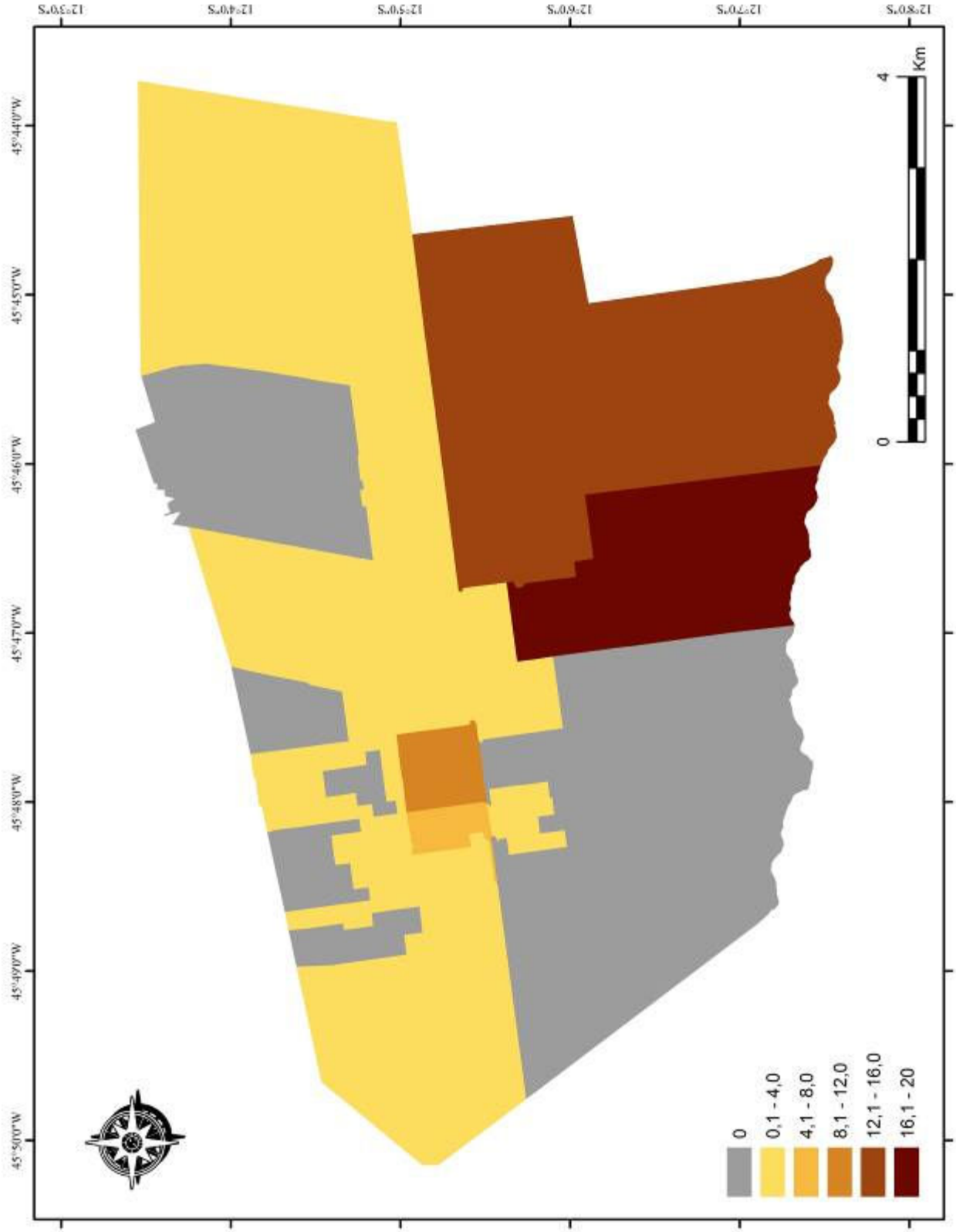
DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL POR SETOR CENSITÁRIO: RESPONSÁVEIS PELO DOMICÍLIO COM RENDA DE 10 A 15 SALÁRIOS MÍNIMOS



ANEXO D:

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL POR SETOR CENSITÁRIO: RESPONSÁVEIS PELO DOMICÍLIO COM RENDA DE 15 A 20 SALÁRIOS MÍNIMOS



ANEXO E:

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL POR SETOR CENSITÁRIO: RESPONSÁVEIS PELO DOMICÍLIO COM RENDA ACIMA DE 20 SALÁRIOS